

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

**Juliana Lopes da Silva**

**Facetas do trabalho por conta própria: relatos de carregadores de caminhão e trabalhadores(as) da área de Tecnologia da Informação**

**SÃO PAULO**  
**JUNHO/2023**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

**Juliana Lopes da Silva**

**Facetas do trabalho por conta própria: relatos de carregadores de ca-  
minhão e trabalhadores(as) da área de Tecnologia da Informação**

(versão corrigida)

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte integrante dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Área de Concentração: Psicologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Fábio de Oliveira

Coorientadora: Profa. Dra. Márcia Hespanhol Bernardo

**SÃO PAULO  
JUNHO/2023**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE  
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,  
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação  
Biblioteca Dante Moreira Leite  
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo  
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lopes-da-Silva, Juliana

Facetas do trabalho por conta própria: relatos de carregadores de caminhão e trabalhado-res(as) da área de Tecnologia da Informação / Juliana Lopes-da-Silva; orientador Fábio de Oliveira; co-orientadora Márcia Hespanhol Bernardo. -- São Paulo, 2023.

191 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2023.

1. Trabalho por conta própria. 2. Psicologia Social do Trabalho. 3. Trabalho autônomo. 4. Trabalho autônomo. 5. Precariedade. I. Oliveira, Fábio de, orient. II. Bernardo, Márcia Hespanhol, co-orient. III. Título.

Nome: Juliana Lopes da Silva

Título: Facetas do trabalho por conta própria: relatos de carregadores de caminhão e trabalhadores(as) da área de Tecnologia da Informação

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Ciências.

**Banca examinadora:**

Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maristela de Souza Pereira

Prof.<sup>a</sup> Dra. Flávia Manuella Uchôa de Oliveira

Prof.<sup>a</sup> Dra. Leny Sato

Gente olha pro céu  
Gente quer saber o um  
Gente é um lugar  
De se perguntar o um  
Das estrelas se perguntarem se tantas são  
Cada estrela se espanta à própria explosão  
(...)  
Gente é muito bom  
Gente deve ser o bom  
Tem de se cuidar, de se respeitar o bom  
(...)  
Gente quer ser feliz  
Gente quer respirar ar pelo nariz  
(...)  
Gente lavando roupa, amassando pão  
Gente pobre arrancando a vida com a mão  
No coração da mata  
Gente quer prosseguir, quer durar, quer crescer  
Gente quer luzir  
(...)  
Gente é pra brilhar  
Não pra morrer de fome.

Gente deste planeta do céu de anil  
Gente, não entendo  
Gente, nada nos viu?  
Gente, espelho de estrelas, reflexo do esplendor  
Se as estrelas são tantas, só mesmo o amor  
(...)  
Gente, espelho da vida  
Doce mistério  
(...)  
Vida, doce mistério

(Caetano Veloso, Gente, 1977)

*À toda gente que sobreviveu ao obscurantismo desses anos.*

*À toda gente que está luzindo no esplendor.*

## AGRADECIMENTOS

No longo caminho entre as ideias iniciais desta pesquisa e a finalização de sua escrita, encontrei muitas pessoas e situações a quem quero agradecer por meio destas singelas palavras. Agradeço sinceramente,

Às pessoas que, gentilmente, participaram desta pesquisa. Sem suas histórias, nenhuma letra desta pesquisa faria sentido. Recebam meu mais intenso muito obrigada!

Às pessoas que fizeram parte do grupo de pesquisa da PUCCAMP, especialmente à Joyce, Heloísa, Rômulo, Samuel, Natasha, Johanna, Caroline Sousa.

A quem se juntou e fez a ABRAPSO Sorocaba florir, em especial à Amanda e Camila, que seguem firme no propósito de construir uma Psicologia popular, plural e transformadora.

Às parcerias de trabalho da UNIP e da Uninove.

Às alunas, alunos e alunes com quem convivi durante minha trajetória docente.

À todas as pessoas que fizeram e fazem parte do TraMPoS, em especial à Mariana Prioli, ao Dímitre, Iara, Neiza, Carolina Alvim, Leonardo.

Às professoras e professores do Instituto de Psicologia, com quem tive aulas que ficarão comigo para a eternidade, em especial ao Marcelo Afonso Ribeiro, à Vera Paiva, e ao professor visitante Guillermo Árias Beatón.

Às trabalhadoras e trabalhadores dos refeitórios da USP, que me garantiram, através do seu trabalho, alimentação de qualidade e mais tempo para me dedicar aos estudos.

Às trabalhadoras e trabalhadores das bibliotecas da USP, em especial a quem atua na biblioteca do Instituto de Psicologia, e na biblioteca da Faculdade de Saúde Pública. Da última, um abraço especial à Antônia, Luciano, Reginaldo e Francisco.

Às secretárias do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Rosângela, Nalva, Teresa, Selma, Sônia. Aos professores Gustavo Massola e Wellington Zangari. Agradeço por terem atuado administrativamente da melhor forma possível para me permitir voar mais longe, e com alguma segurança. Pelas mesmas razões, agradeço às secretárias do Print/USP, especialmente à Rosangela Colombo, e aos trabalhadores da Secretaria da Pós-graduação do Instituto de Psicologia.

À Professora Andreza Aruska de Souza Santos, à época diretora do *Brazilian Studies Programme* da Universidade de Oxford, por me receber no programa de doutorado-sanduíche, pela acolhida e orientações valiosas à pesquisa.

Ao Professor Diego Sánchez-Ancochea, da Universidade de Oxford, pelas aulas inesquecíveis e pelo seu comprometimento incansável em ensinar. Agradeço também pelas orientações sobre o pesquisar, que só contribuíram para a minha admiração a seu trabalho.

Ao Atelier de Psicologia do Trabalho da Universidade do Porto, em especial à Professora Lílíana Cunha, pesquisadora que me incentivou a entender cada vez mais sobre método, sobre Psicologia do Trabalho e sobre a atividade de pesquisar. Seu brilhantismo e alegria são contagiantes.

A meu orientador, Fábio, que sempre me permitiu a liberdade de pesquisar. Agradeço por me aceitar como orientanda, pelo apoio irrestrito aos meus planos, por me tirar dos momentos de preocupação com uma boa dose de indicação de leituras, pelo suporte em todos os passos da pesquisa e da vida como pesquisadora e docente. Agradeço ainda pela preocupação contínua em valorizar minhas possibilidades como pesquisadora.

À minha coorientadora, Márcia, pelo suporte em todos os momentos desta pesquisa, por suportar minhas dúvidas e preocupações, pelo afeto imenso que compartilha nas palavras, nas trocas, nas risadas. Pela orientação comprometida e pelo carinho que vou levar para a vida. Faltam palavras para explicar o imenso afeto que cultivo por você.

Ao Professor Cássio e à Professora Leny, pelas contribuições na banca de qualificação e de defesa desta pesquisa, que me permitiram crescer na trajetória como pesquisadora. Às Professoras Maristela e Flávia pela participação na banca de defesa desta tese, momento em que me agraciaram com excelentes contribuições. Agradeço também pelas trocas em outros espaços, como em aulas, reuniões e eventos acadêmicos – aprender com vocês é sempre razão de alegria e certeza de novas inquietações.

À minhas amigas e amigos, tias e tios, primas e primos, a quem tenho a alegria de preservar nessa caminhada, e que me deram força e incentivo para continuar. Em especial, à Keiko, Carol, Luana, Luciane, Fabiana, Isabela, Bruna, Fernanda, Antônio, Caio, Lessandro, Fábio, Giovana e Paula. E ainda às amigas e amigos do NOOC, especialmente à Sofie, Amanda, Matej, Simon, Stefano, Marcus. Devo grande parte da conclusão desta pesquisa ao apoio, risadas e torcidas que compartilhamos.

Ao Túlio, por seu amor parceiro, carinhoso e alegre. Obrigada pelo apoio irrestrito aos meus sonhos e à nossa história.

À minha irmã, Fabiana, que é braço firme, presença eterna e amor intenso. Sem você eu nem sei como eu seria. Muito do que sou se deve à admiração que tenho pelo seu caminhar e modo de enfrentar a vida. Agradeço por tudo, desde sempre e para sempre. Só enquanto eu respirar vou me lembrar de você!

Ao meu cunhado Giuliano, que é parceria, suporte, torcida e piada garantida: “*essa família é muito unida...*”!

À minha mãe, Dinorá, e ao meu pai, Pedro, que me garantiram me manter firme nessa jornada. Que são exemplos de amor, força, torcida. Que são colo certo, risada boa e afeto sem limites. Obrigada por me trazerem até aqui e estarem sempre comigo. Sou eu porque vim de vocês, por vocês e com vocês.

\*

Em atendimento à Portaria nº 206, de 4 de setembro de 2018, indico que esta pesquisa foi realizada com o apoio essencial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

## RESUMO

Silva, J. L. (2023). Facetas do trabalho por conta própria: relatos de carregadores de caminhão e trabalhadores(as) da área de Tecnologia da Informação (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

O aumento do trabalho por conta própria no Brasil tem propiciado importantes debates sobre os efeitos desse processo nas vidas das pessoas que trabalham, debates nos quais há tanto a propagação da ideia de que se trataria de uma saída adequada aos problemas de desemprego quanto a discussão de que tal crescimento resultaria em prejuízo aos(as) trabalhadores(as). Diante desse cenário, e tendo em consideração a expressiva heterogeneidade presente nessa inserção no mercado de trabalho, a presente pesquisa teve como objetivo analisar similitudes e diferenças nas vivências do trabalho por conta própria, por meio da análise de relatos de carregadores de caminhão e de trabalhadores(as) da área de Tecnologia da Informação. A partir das lentes da Psicologia Social do Trabalho, a pesquisa foi realizada prioritariamente por meio de entrevistas com pessoas inseridas nas categorias profissionais citadas, as quais atuavam sem sócios(as) ou trabalhadores(as) vinculados(as). As informações acessadas foram sistematizadas de modo a evidenciar temas que se destacaram em seus relatos, que se relacionavam com as situações enfrentadas no cotidiano do trabalho por conta própria e as repercussões em suas vidas. Por meio da análise, foi possível compreender diversas camadas da heterogeneidade presente no trabalho por conta própria, bem como elementos que, embora diversos, sinalizam aproximações entre as situações vivenciadas pelas pessoas entrevistadas. Os resultados desta pesquisa permitiram questionar a ideia de que o trabalho por conta própria seria destino viável para toda a classe trabalhadora, uma vez que representa sujeição difusa e inescapável das pessoas à ofensiva capitalista, de forma mais ou menos intensa. Ainda, foi possível compreender que o termo trabalho por conta própria acaba por conduzir a generalizações inadequadas sobre tal inserção no mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** trabalho por conta própria; trabalho autônomo; mercado de trabalho; Psicologia Social do Trabalho; precariedade.



## ABSTRACT

Silva, J. L. (2023). Aspects of self-employment: reports from truck loaders and workers in the Information Technology area. Doctoral Thesis, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brazil.

The expansion of self-employment in Brazil has yielded important discussions about the effects of this process on workers' life; such debates include both the propagation of the idea that this would be an adequate solution to the problems of unemployment and, on the other hand that such growth would be harmful to workers. Given this scenario, and taking into account the significant heterogeneity of this labor condition, our investigation aimed to review similarities and differences in self-employment experience, through the analysis of truck loaders' and Information Technology workers' reports. Our investigation was carried out from the perspective of Social Psychology of Work primarily through the interview of people belonging to the aforementioned professional categories working without partners and without reporting workers. The information accessed was systematized in order to highlight themes that stood out in the workers' reports, in connection with the situations faced in their daily life of self-employment and the repercussions in their lives. Through this review, it was possible to understand several layers of heterogeneity present in self-employment, as well as elements that, although diverse, indicate approximations between the situations experienced by the people interviewed. The results of this investigation allowed questioning the idea that self-employment would be a viable fate for the entire working class. In fact, it represents a diffuse and inescapable subjection of people to the capital offensive, in a more or less intense way, although it seems, at first sight, the opposite. Further, it was understood that the term self-employment leads to inappropriate generalizations about such insertion in the labor market.

**Keywords:** self-employment; freelancer; labor market; Social Psychology of Work; precariousness.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	12
1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA NO BRASIL .....	18
1.1 – Trabalho por conta própria: heterogeneidade e desigualdade .....	18
1.2 - O discurso oficial sobre o trabalho por conta própria no Brasil .....	25
1.3 - O guarda-chuva do trabalho por conta própria no mercado de trabalho brasileiro .....	30
2. AS LENTES DA PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO .....	39
3. MÉTODO E PERCURSO DESTA PESQUISA .....	48
3.1 - Percurso da pesquisa .....	52
4. APRESENTAÇÃO DAS PESSOAS ENTREVISTADAS .....	58
5. AS ATIVIDADES DE TRABALHO .....	68
5.1 – Caracterização das atividades realizadas .....	68
5.1.1 – Trabalhadores(as) da área de TI .....	68
5.1.2 – Carregadores de caminhão .....	73
5.2 - Gênero e estilo profissional: o olhar para as categorias estudadas .....	79
6. OS CONTEXTOS NOS QUAIS AS ATIVIDADES ACONTECEM .....	90
6.1 – Lugares em que as atividades acontecem .....	90
6.1.1 – Trabalhadores(as) da área de TI .....	90
6.1.2 – Carregadores de caminhão .....	92
6.2 – Conexões entre lugares, horários e relações interpessoais no trabalho .....	93
6.2.1 - Os horários submetidos às demandas do trabalho .....	93
6.2.2 – As pessoas no trabalho .....	96
7. FORMAS DE CONTRATAÇÃO .....	106
7.1 – As distintas formas de contratação .....	106
7.1.1 – Trabalhadores(as) da área de TI .....	106
7.1.2 – Carregadores de caminhão .....	111
8. RENDA-TRABALHO E SEUS IMPACTOS .....	121
8.1- Renda-trabalho: entre relatos e indicadores .....	121
8.2 - Alimentação e moradia .....	124
8.3 - Direitos trabalhistas e previdenciários .....	128
8.4 – Outros arranjos de trabalho .....	133
9. TRABALHO E SAÚDE .....	142
9.1 – As cargas de trabalho .....	142
9.1.1 – Cargas de trabalho físicas, químicas e mecânicas .....	143

9.1.2 – Cargas de trabalho fisiológicas .....	146
9.1.3 – Cargas de trabalho psíquicas .....	149
9.2 - Os desgastes à saúde .....	151
9.2.1 – As estratégias de cuidado com a saúde .....	155
10. TRABALHO NO CONTEXTO DA PANDEMIA .....	160
10.1 – Breve contextualização da pandemia de Covid-19 .....	160
10.1.1 - Trabalhadores(as) da área de TI:.....	162
10.1.2 - Carregadores de caminhão:.....	165
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	178
ANEXO I .....	191

## APRESENTAÇÃO

O interesse por estudar relações de trabalho que não são firmadas via carteira de trabalho profissional assinada surgiu por meio do meu círculo de convivência pessoal com profissionais da área de Comunicação, os quais atuavam como *freelancers* com e sem contratos de prestação de serviços, celetistas e pessoas jurídicas (PJ). Duas dessas pessoas, com quem conversas sobre trabalho estiveram sempre presentes, me contaram histórias em que eles próprios e outros colegas de trabalho vivenciavam situações cotidianas de humilhação, violência psicológica e assédio moral no trabalho, as quais se traduziam em experiências de sofrimento e adoecimento psicológico.

Nesses relatos, estava presente o dever de ser comprometido com a empresa contratante de serviços, o medo de ser substituído e de prejudicar a imagem profissional a partir de qualquer expressão de resistência às situações vividas, o que parecia impedir que reagissem ao que viviam. Adicionalmente, o enfrentamento resignado do sofrimento como uma forma de demonstrar força pessoal era bastante presente, bem como a naturalização e a individualização das situações opressoras vivenciadas. Havia, ainda, a descrição de outras estratégias de cuidados pessoais para que fosse possível dar continuidade ao trabalho, como psicoterapia, prática de esportes, atividades culturais e sociais. Falavam com frequência da adoção, por parte de alguns colegas, de “períodos sabáticos”, uma espécie de “férias não remuneradas” utilizadas para “desestressar” e buscar novos sentidos para a vida. Essas estratégias, que transmitem em grande medida a ideia de autonomia e liberdade em relação ao próprio destino e às escolhas profissionais, pareciam também as formas encontradas para lidar com as dores produzidas no e pelo trabalho.

Refletindo sobre essas conversas que aconteciam na minha vida pessoal, pensei que essas estratégias, para além de serem individualizadas e não terem relação com a transformação na organização e condições de trabalho, me pareciam possíveis para aqueles que possuíssem condições financeiras, próprias ou familiares, para sustentar tais saídas provisórias.

Passei então a pensar que o pertencimento a diferentes segmentos da classe trabalhadora poderia configurar outras experiências e estratégias de enfrentamento àquilo que o trabalho nessas condições diferentes do celetista oferece e condiciona. Ainda, passei a refletir sobre como esses elementos poderiam se expressar na vida cotidiana de trabalhadores que são cada vez mais desprotegidos pelo Estado e impulsionados a trabalhos nos quais eles próprios são sua única garantia.

Assim, surgiram algumas importantes indagações: como trabalhadores inseridos em atividades não formalizadas por meio da carteira de trabalho e em diferentes categorias profissionais lidavam com as situações cotidianas de trabalho? Seria possível compreender essas vivências, em suas diferenças, por meio da análise de diferentes categorias profissionais?

Tais reflexões me levaram ao estudo dos conceitos relativos aos trabalhadores por conta própria, termo adotado por diversos órgãos brasileiros, os quais, conforme apontado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), seguem a classificação recomendada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Com base nas informações do IBGE (2008), o estudo desses trabalhadores faz com que o pesquisador se depare com “um universo muito diversificado, uma vez que existem características extremamente heterogêneas diante da variedade de atividades desenvolvidas” (p. 4). O termo heterogêneo designa, segundo o dicionário Michaelis (s.d.), elementos que são variados entre si, que apresentam diferenças ou natureza desigual, que tem partes diferentes, não são uniformes. Esse termo, utilizado pelo IBGE, também me levou a questionar se, de fato, não havia nada que aproximasse as situações vividas pelas pessoas que atuam por conta própria.

No ano de 2017, aquele em que o IBGE identificou que o trabalho por conta própria e o trabalho sem carteira assinada – portanto em situação irregular - superaram os trabalhos formais no país<sup>1</sup>, a propagação do discurso de que essa é uma tendência mundial largamente favorável aos trabalhadores e necessária ao progresso do país se intensificou. Tal discurso, bastante questionável e alinhado ao ideário neoliberal, afirma que ingressar no trabalho por conta própria se deve a escolha, e ao perfil perspicaz dos trabalhadores que buscam alçar posições privilegiadas na sociedade. Isso, inclusive, é sustentado por pesquisas apoiadas e divulgadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), sendo que uma dessas pesquisas sustentou que a “capacidade de empreender”, própria dos brasileiros, não pode ser desperdiçada (Global Entrepreneurship Monitor, 2017).

Desse mesmo lado, matérias divulgadas por portais, como o portal Exame, propagam que é possível garantir altos rendimentos por meio do trabalho por conta própria. Nessas notícias, há a afirmação de que inúmeras atividades a serem realizadas por conta própria que são favoráveis ao enriquecimento. São sugestões que vão de prestar serviços para *pets* a se

<sup>1</sup> Acesso ao artigo “Trabalho sem carteira assinada e por conta própria supera pela 1ª vez emprego formal em 2017, aponta IBGE” em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/trabalho-sem-carteira-assinada-e-por-conta-propria-supera-pela-1-vez-emprego-formal-em-2017-aponta-ibge.ghtml>

tornar *youtuber*, passando pela realização de pequenos reparos domésticos<sup>2</sup>. No mesmo portal, contava-se a história de um vendedor do site Mercado Livre, que começou vendendo equipamentos de som e mecânica que eram da loja física de seu pai, e que, em 2017, faturou sete milhões de reais na loja virtual que criou<sup>3</sup>.

Curiosa é a contraposição dessas ideias com notícias do mesmo ano, tais como a divulgada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Farmácias, Drogarias e Similares de Salvador, que retrata a história de dois trabalhadores por conta própria que vendem brigadeiros nas ruas para alcançar padrões mínimos de consumo, sendo que uma das entrevistadas tem a intenção de voltar ao mercado formal de trabalho<sup>4</sup>. Essa e outras histórias do noticiário permitem compreender a necessidade como motor de ação, e as garantias do trabalho formal como um horizonte desejado. Nesse sentido, no boletim do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2018), o destaque é que embora o trabalho por conta própria fosse responsável pela redução do desemprego no país no período mensurado, os trabalhadores inseridos no mercado por meio dessa modalidade recebiam menor renda que os empregados, sendo os primeiros são obrigados a se inserir em “trabalhos com menor proteção social, menos qualificados e com remunerações mais baixas” (p. 2).

Frente a essas notícias, é possível refletir que a ideia de trabalhar por conta própria pode ser propagada de diferentes formas, e também são distintas as situações vividas pelas pessoas que se inserem nessa posição. Ainda, é importante pontuar a diferença entre o que é propagado por portais e instituições alinhados ao discurso neoliberal, como é o caso do SEBRAE e Exame e o que é divulgado pelo meio sindical – sendo que os últimos relatam situações vividas por trabalhadores inseridos nas camadas economicamente mais desfavorecidas da população. Nesse sentido, cabe o destaque de que, em um sistema desigual, certamente a desigualdade se expressará nas mais diversas formas de trabalho, situação em que o trabalho por conta própria também está inserido. Entretanto, casos como o do vendedor supracitado parecem ser divulgados como uma forma de inspirar outros trabalhadores a

<sup>2</sup> Acesso ao artigo: “10 ideias de negócios baratas para você trabalhar em casa” em: <https://exame.com/pme/10-ideias-de-negocio-baratas-para-trabalhar-em-casa/>

<sup>3</sup> Acesso ao artigo “7 histórias de empreendedores para você se inspirar em 2018) em: <https://exame.com/pme/7-historias-de-empresarios-para-voce-se-inspirar-em-2018/>

<sup>4</sup> Acesso ao artigo “Trabalho sem carteira assinada e por conta própria supera pela primeira vez emprego formal em 2017” em: <http://sintfarma.net.br/2018/02/01/trabalho-sem-carteira-assinada-e-por-conta-propria-supera-pela-1a-vez-emprego-formal-em-2017-aponta-ibge/>

percorrerem o mesmo caminho pelo trabalho por conta própria, mesmo sendo, na prática, uma grande exceção à regra.

Com vistas a acessar as diferentes vivências dos trabalhadores por conta própria, passei a refletir sobre as categorias profissionais que poderiam ser profícuas para essa discussão. Lembrei-me então dos trabalhadores que sempre vi à beira das estradas procurando prestar serviços aos caminhoneiros. Tal trabalho é realizado por dia, sem vínculo empregatício com o contratante, prestado com frequência a desconhecidos que precisam de ajuda para a carga ou descarga, bem como para chegar ao destino. Esses trabalhadores - que são chamados “Chapas” e fazem parte da categoria profissional de Carregadores de caminhão - vivenciam a incerteza em suas jornadas de trabalho há tantos anos quanto a própria história da categoria profissional. Pesquisá-la parecia me conduzir ao acesso das informações sobre o trabalho desenvolvido por pessoas que, invisíveis em sua inserção profissional, também fazem parte de uma população em sua maioria negra e residente em regiões periféricas, que se inserem na categoria trabalhadores por conta própria.

Tendo adotado uma categoria profissional que remonta, no Brasil, à história dos trabalhadores ex-escravizados e imigrantes, foi necessário então buscar categorias profissionais que me permitissem compreender como segmentos em tese economicamente mais privilegiados da classe trabalhadora vivenciavam o trabalho por conta própria. Enveredei-me, então, pelos estudos sobre os profissionais da área de Tecnologia da Informação, uma vez que, ao longo da graduação, tive a oportunidade de conviver com estudantes dos cursos de Sistemas de Informação e Ciências da Computação. Nos dias atuais, de trabalhos remotos prestados para empresas de outros países ou até a configuração de computadores pessoais, são inúmeras as possibilidades de trabalho por conta própria desenvolvidos por esses trabalhadores. Após algumas leituras, pude compreender que se trata de uma área na qual as diferentes formas de flexibilidade são uma constante e considerei que sua inclusão na pesquisa poderia ajudar na compreensão do fenômeno de interesse da pesquisa, bem como das possibilidades futuras da classe trabalhadora por, em grande medida, parecerem “laboratórios” de novas formas de trabalho, de modalidades de contratação e de organização do trabalho. Trata-se de uma área em que há, no plano das ideias, uma frequente promessa de mobilidade econômica e social.

Sendo assim, **explorando a heterogeneidade presente no trabalho por conta própria, o objetivo da presente pesquisa foi analisar similitudes e diferenças nas vivências do trabalho por conta própria, por meio da análise de relatos de carregadores de caminhão e de trabalhadores da área de Tecnologia da Informação.**

O delineamento inicial da pesquisa, brevemente relatado, aconteceu no ano de 2017, em um momento de uma intensa contraofensiva do capital contra os trabalhadores brasileiros: ano de enorme efervescência política no país, da aprovação da “Reforma” Trabalhista<sup>5</sup>, após o golpe que depôs a então presidenta Dilma Rousseff. A “Reforma” Trabalhista veio para alterar pontos importantes que garantiam alguma proteção social ao trabalhador, ampliar fortemente a flexibilização e precarização das relações de trabalho, bem como para intensificar a superexploração dos trabalhadores. Sendo assim, o imperativo da flexibilidade se mostrava, cada vez mais, como um provável novo paradigma do mercado de trabalho. O enfraquecimento dos sindicatos, das possibilidades de acionamento da Justiça do Trabalho por parte dos trabalhadores, a regulamentação da fragmentação da jornada de trabalho e do trabalho não-formal para um único empregador me mobilizaram a entender, na medida do possível, como essas questões poderiam consolidar novas configurações para a classe trabalhadora. Ainda, nesse mesmo ano, os indicadores de desigualdades no país demonstravam a crescente diferença entre os estratos da classe trabalhadora.

Se, em 2017, a ampliação da flexibilidade se fez presente, o que se apresenta no Brasil recente é uma ainda maior desregulamentação e desproteção dirigida aos trabalhadores. A extinção e posterior reestabelecimento do Ministério do Trabalho e Emprego<sup>6</sup> demonstra que a disputa presente em torno da questão do emprego, o qual significa cada vez menos àqueles que conduzem politicamente os rumos do país. Alterações nas normas regulamentadoras direcionadas à nova flexibilização nas fiscalizações e nas exigências relativas à saúde e segurança, bem como reduções de responsabilidades dos empregadores nessas questões apontam uma ampliação da insegurança dos trabalhadores. Mudanças na Previdência Social atingiram também a proteção outrora garantida pelo Estado após muitas lutas dos cidadãos

<sup>5</sup> O termo “Reforma” está escrito entre aspas no texto porque no discurso vigente, as reformas encaminhadas pelo governo sempre são veiculadas como instrumentos de modernização de uma legislação tida como arcaica. Entretanto, o que se pode ver é que, na prática, a dita modernização remete à presença mínima do Estado na proteção dos trabalhadores, característica de períodos anteriores à legislação trabalhista. Essa é uma das razões pela qual a “Reforma” Trabalhista é tratada por muitos especialistas como um retrocesso na garantia de direitos aos trabalhadores.

<sup>6</sup> Gestado desde 1912 e criado em 1930, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio sempre teve como foco principal políticas direcionadas à regulação das relações de trabalho e proteção ao trabalhador. O ministério, em seus 88 anos, passou por diversas fusões e conseqüentes alterações de nomenclatura, dentre as quais Ministério do Trabalho e Emprego. No primeiro dia do ano de 2019, logo após a posse como Presidente da República, Jair Bolsonaro assinou a medida provisória 870/2019, na qual extinguiu o Ministério do Trabalho e Previdência Social (Brasil, 2019), última nomenclatura da pasta vinculada ao tema Trabalho. As principais atividades foram distribuídas em quatro outros ministérios: Economia, Justiça e Segurança, Cidadania e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Já no ano de 2021, o ainda presidente Jair Bolsonaro recriou o ministério, sob o nome de Ministério do Trabalho e Previdência, o qual tem sob sua alçada questões ligadas a política de salários, geração de emprego e renda, a fiscalização do trabalho, dentre outras pautas sobre trabalho e previdência.



brasileiros. Os direitos retirados das pessoas empregadas, que em grande medida não fizeram parte da configuração do trabalho por conta própria no Brasil, agora também perdem força no horizonte possível a todos os cidadãos.

Intensificada a exploração do trabalhador, intensificado também o meu interesse em estudar essas formas de trabalho que, do meu ponto de vista de pesquisadora, me pareciam um retorno (que atualmente percebo como uma paradoxal permanência e transformação) às mais precárias condições de trabalho. Refletir sobre as trajetórias dos trabalhadores a partir de seus relatos, reflexão unida a uma perspectiva crítica aos modelos de trabalho cada vez mais desprotegidos pelo Estado, me conduziu à adoção da Psicologia Social do Trabalho enquanto uma perspectiva que permite analisar criticamente as situações e cenários que se impuseram à pesquisa.

Acerca da jornada desde as primeiras ideias da pesquisa até aqui, muitos movimentos ocorreram até chegar ao formato final desta tese, a qual é composta por dois capítulos introdutórios, nos quais apresento o trabalho por conta própria através de materiais publicizados por órgãos oficiais e de pesquisas sobre o tema, bem como delimito a inserção desta pesquisa no corpo de saberes e práticas da Psicologia Social do Trabalho. Após essas discussões introdutórias, trato da Fundamentação Metodológica que sustentou esta pesquisa, bem como detalho o percurso de sua realização. Na sequência, analiso, ao longo de sete capítulos, as informações coletadas nesta pesquisa, colocando-as em diálogo com outras pesquisas que permitem elucidar as situações vivenciadas pelas pessoas entrevistadas. Depois dessa jornada, pontuo, nas Considerações Finais, argumentos sobre o trabalho por conta própria, bem como contribuições e potenciais novos passos a serem dados a partir desta pesquisa.

# 1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA NO BRASIL

Neste capítulo há uma breve apresentação da presença do trabalho por conta própria no mercado de trabalho brasileiro, o que tem relações com a própria sua formação. Após breve explanação sobre o tema, discuto a categoria Trabalhador por Conta Própria a partir dos materiais produzidos por órgãos oficiais e informações trazidas por alguns pesquisadores que se debruçaram sobre as particularidades dessa modalidade de inserção no mercado de trabalho.

## 1.1 – Trabalho por conta própria: heterogeneidade e desigualdade

A formação do mercado de trabalho brasileiro teve como base de sustentação o trabalho escravo baseado na desumanização de negros e indígenas e de seus descendentes<sup>7</sup>. As consequências desse período histórico, e a forma pela qual o país conduziu a dissolução do trabalho escravo, vão desembocar em um mercado de trabalho estruturado de modo heterogêneo e desigual. Barbosa (2008, 2016) analisa o processo de formação do mercado de trabalho nacional, caracterizado como complexo, contraditório e díspar regionalmente. Sendo assunto de difícil sistematização, arrisco apresentar a seguir o esforço de uma brevíssima discussão sobre esse processo. Longe de esgotar o assunto, a intenção é localizar a heterogeneidade e acessos desiguais ao mercado de trabalho enquanto um fenômeno historicamente situado, discussão que se inicia no sistema colonial.

Em linhas gerais, Kowarick (1994) aponta que o projeto colonial português surgiu durante o capitalismo mercantil com o foco de alavancar a acumulação capitalista dos colonizadores a partir da exploração das colônias nas Américas. Tal exploração se deu por meio da concentração de recursos produtivos e suprimento de força de trabalho via escravização de povos indígenas e pessoas negras traficadas para esse fim.

Segundo Oliveira e Freire (2016), para a escravização das pessoas dos povos indígenas, os colonizadores construíram a categorização “aliados” ou “inimigos”, o que baseava a adoção de diferentes estratégias de controle e de uso da força de trabalho.

<sup>7</sup> Embora fuja do escopo desta tese, é necessário frisar que há diferenças relevantes em termos de gênero e sexo na escravidão, uma vez que o lugar e as situações enfrentadas pelas mulheres e homens trouxeram impactos distintos em suas histórias de vida. Para saber mais, recomendo a leitura de Machado (2018) e Miranda (2003).

Realdeamentos e catequização estavam entre as principais estratégias usadas para induzi-los a suprir a força de trabalho demandada pelos empreendimentos coloniais, as quais também serviam para “espoliá-los de grandes extensões de terras” (Oliveira & Freire, 2016, p. 74).

Em geral, os indígenas considerados aliados, também chamados de “mansos” ou “cristãos”, eram sujeitados a atuar na defesa da aldeia e povoado, a participar de incursões em novos territórios, trabalhar na construção de igrejas e novas vilas, acompanhar jesuítas em ações missionárias, além de produzir alimentos para servir à colônia, aos colonos e outros indígenas. Já os indígenas classificados como inimigos ou “índios bravos” eram ou mortos ou capturados para se tornarem escravos. No lugar de reconhecimento sobre a autonomia desses povos e de suas práticas culturais, os colonizadores criaram o mito de que esses trabalhadores seriam “preguiçosos” para o trabalho, ao passo que se valeram de seus saberes e conhecimentos acerca do território e do manejo da terra. Oliveira e Freire (2016) são veementes em afirmar que, mesmo com os conflitos, massacres e com o início do tráfico negreiro, a população indígena continuou sendo escravizada.

A escravização das pessoas negras, que foram retiradas sumariamente de seus territórios e lançadas a um novo continente sem qualquer escolha, tinha um duplo papel econômico para os colonizadores, conforme nos apontam Moura (1992) e Kowarick (1994). Essas pessoas eram tratadas como mercadorias<sup>8</sup> que participavam do processo produtivo como trabalhadoras, representavam baixo custo para aquisição e manutenção e, ao terem filhos, produziam novas mercadorias. Esse doloroso, repugnante e aviltante processo se sustentava também no fato de que a população negra era “considerada igual aos animais e assim tratada” (Moura, 1992, p. 13).

<sup>88</sup> Durante o período de doutorado-sanduiche, visitei o Museu Internacional da Escravidão na cidade inglesa de Liverpool, no Reino Unido, o qual é dedicado a a história e impactos da escravidão, o papel da Inglaterra no tráfico de pessoas a serem escravizadas, e a resistências dos povos negros escravizados. Dentre as inúmeras questões chocantes apresentadas no acervo, está a reprodução de um trecho de um livro de contabilidade de um navio de compra e venda de escravos em que é possível verificar que os compradores pagavam em média setenta libras por pessoa traficada (valor da época). As condições desumanas a que essas pessoas eram expostas durante a viagem, como falta de água, comida e as inúmeras mortes, a atribuição de uma doença mental chamada drapetomania às pessoas que tentavam fugir do trabalho escravo e as diversas formas de contenção, punição e tortura estão documentadas no museu. Entre muitas questões relativas ao Brasil, o país é lembrado pela enorme demanda de compra de escravos, por ter sido o último a abolir (ao menos oficialmente) a escravidão e pela resistência dos negros, em que Zumbi de Palmares tem especial destaque. Também o Museu Afro, localizado na cidade de São Paulo, detalha situações vividas pelas pessoas negras escravizadas em solo nacional, os principais trabalhos realizados e tecnologias empregadas nos processos produtivos que garantiam à Coroa Portuguesa a ampliação de sua riqueza através da degradação e exploração humana. Para saber mais, sugiro o acesso aos sites: <https://www.liverpoolmuseums.org.uk/international-slavery-museum?ref=albertdock> e <http://www.museuafrobrasil.org.br/o-museu/apresentacao>.

A essas pessoas cabia a execução dos trabalhos ordenados pelos senhores, eram continuamente vigiadas, controladas, e sofriam as mais violentas formas de punição em caso de recusa ou qualquer forma de resistência. Eram expostas a jornadas extenuantes de cerca de dezesseis horas de trabalhos forçados, uma das razões pelas quais seu tempo de vida produtiva era reduzido a aproximadamente quinze anos, na melhor das estimativas (Kowarick, 1994). Assim como no caso dos indígenas, Moura (1992) pontua que o conhecimento e cultura trazidos pelas pessoas negras escravizadas eram colocados a serviço dos interesses coloniais, uma vez que ensinavam novas técnicas de metalurgia, mineração, bem como aperfeiçoavam práticas de trabalho já desenvolvidas no país. O autor descreve que a maioria dos escravos trabalhavam nas atividades da agroindústria do açúcar, do café, bem como na mineração, todas elas com grau de diversificação interna acentuada. Em suas palavras: “o negro escravo atuava em todos os níveis da divisão do trabalho, não apenas plantando e/ou colhendo cana, mas participando das técnicas e profissões exigidas para a prosperidade e o dinamismo dos engenhos” (Moura, 1986, p. 20). Já os trabalhadores inseridos em serviços domésticos garantiam o funcionamento da casa dos senhores, bem como atuavam em atividades de transporte, construção e manutenção das fazendas de modo mais amplo. Ainda, tanto escravos indígenas quanto negros eram usados em diversos conflitos armados, como invasões de outros países no território nacional, nas revoltas internas e na Guerra do Paraguai (Moura, 1992; Oliveira e Freire, 2016).

Moura (1992) também ressalta que, ao mesmo tempo em que todo esse trabalho era desenvolvido pelos escravos, havia um grande número de pessoas que se beneficiavam de seu suplício. A esse respeito, Singer (1975) aponta que o aumento no número de pessoas escravizadas demandou também o aumento de homens livres a serviço da estabilidade do sistema escravista. Sendo assim, desde o início da colonização havia trabalhadores que atuavam nas esferas administrativas, comerciais, militares e religiosas para garantir a continuidade do projeto colonial. Além dessas pessoas, cabe ressaltar que o senhor dos escravos obtinha grande lucro das atividades dos escravos. São sujeitos que, na qualidade de exploradores, escravocratas e representantes dos interesses coloniais, eram reconhecidos como “homens brancos e brancos de qualidade, [que] não trabalhavam porque não precisavam... e não precisavam porque eram brancos, e brancos de qualidade” (Viana, 2013, p. 30). Senhores, seus descendentes, pessoas a ele associadas por parentesco ou não, eram livres e tiravam grande proveito do sistema colonial como constituído.

Além desses homens livres, mas em condição muitíssimo degradante, havia pessoas que, “sendo livres, não conseguem ser senhores” (Kowarick, 1994, p. 28). Também chamado

de “elemento nacional”, são homens brancos livres e pobres trazidos pelos colonizadores para o país, escravos negros e indígenas libertos por cartas de alforria ou livres pelas leis de desescravização, e pessoas miscigenadas (Kowarick, 1992; Kirdeikas, 2003). Tais trabalhadores não se enquadravam na estrutura escravista, razão pela qual tinham grande dificuldade de encontrar qualquer ocupação. Kowarick (1994) ressalta que esses sujeitos tiveram “participação acessória e intermitente no processo produtivo” (p. 13), tendo sido tratadas como “vadios, carga inútil, desclassificados para o trabalho” (p. 13). O autor ressalta que durante a vigência da escravidão enquanto política nacional, os trabalhadores livres e pobres faziam apenas os trabalhos que os escravos não poderiam realizar, ao passo que após a abolição da escravidão, tiveram acesso apenas a atividades de baixo retorno econômico e reconhecimento social, além de atividades em setores decadentes, quando não era possível contratar momentaneamente outros trabalhadores. Conforme afirma Kowarick (1994), o “elemento nacional” foi frequentemente transformado num itinerante que vagueia pelos campos e cidades, visto pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil e que prefere o ócio, a vagabundagem, o vício ou mesmo o crime à disciplina do trabalho nas fazendas” (p. 55).

O autor ressalta que, uma vez que o trabalho escravo era a forma central de desenvolvimento das atividades laborais, sabidamente baseado na sujeição completa e deterioração pela via da violência cotidiana, participar da esfera do trabalho também era obviamente tido como algo degradante para os trabalhadores livres. Como aponta Kowarick, uma das heranças da ordem escravocrata é que “qualquer trabalho manual passa a ser considerado coisa de escravo e, portanto, aviltante, repugnante” (1994, p. 43). Além do que, a experiência prática comprovava essa relação, uma vez que o autor aponta que mesmo quando esses trabalhadores eram internalizados pelo processo produtivo, o binômio senhor-escravo era mantido.

Como informam Moura e Pestana (1986), Kowarick (1994) e Oliveira (1998), a criação da lei da vadiagem se destinou ao disciplinamento e criminalização dessas pessoas. Desocupadas e sem possibilidades de conseguir trabalhos pela forma que eram socialmente excluídas, passaram a ser tratadas como marginais, perseguidas, perigosas, criminosas.

O contingente de pessoas que compunha esse grupo de trabalhadores livres e marginalizados engrossou durante as leis de desescravização e abolição da escravidão. A última delas, que decretou proibição da escravidão no país, tornou todos os trabalhadores livres, mas:

a liberdade não lhes garantia a vida (...) num país cheio de terras, ninguém se preocupou em fazer reforma agrária ou, pelo menos, lhes ofertar empregos decentes. Assim, por muito tempo ainda, uns continuaram nas fazendas, como se nada tivesse acontecido. Já outros andavam sem rumo, sem casa, sem terra e sem comida, e batiam à porta dos ricos, mendigando um trabalho qualquer (...) se alguns mendigavam trabalho, outros nem trabalho queriam. Queriam apenas ser gente – e o trabalho lembrava o tempo de escravidão, quando eram animais. Por isso vagavam à toa pelos campos, vilas e cidades, tanto quanto os brancos pobres, continuavam escravos da sorte (Viana, 2013, pp. 30-31, grifos do autor).

Uma vez que o tráfico negreiro havia sido proibido internacionalmente, o escravo negro já não era mercadoria barata, e seu preço aumentou vertiginosamente. A discriminação contra o trabalhador livre nacional e o fato de que não eram trabalhadores vistos como tão subordinados quanto o trabalho escravo (Kowarick, 1994) levaram à manutenção de sua exclusão. Sendo assim, as demandas de força de trabalho desse novo período foram atendidas por meio do subsídio para a vinda de imigrantes europeus que pudessem integrar a força de trabalho nacional.

Cord e Souza (2018) apontam que, nesse processo, é construída a ideia de que os imigrantes europeus possibilitariam a superação do que atribuíam aos trabalhadores livres e libertos, vistos como incapazes, preguiçosos e atrasados. Conforme nos indica Moura (1992), cria-se então “o mito da superioridade do trabalhador branco importado que traria consigo, os elementos culturais capazes de civilizar o Brasil” (p. 56). O autor afirma que havia também um ideal de “branqueamento” por parte das elites nacionais que foi atendido por meio desse incentivo à imigração europeia, estratégia que permitiu manter a mesma estrutura de propriedade privada do período escravocrata. Segundo Moura e Pestana (1986) “a ideologia do “branqueamento passa a ser um mecanismo de barragem contra milhares de trabalhadores negros ou mestiços de um modo geral” (p. 6).

O incentivo e subsídio da presença dos imigrantes europeus exigia, sem dúvida, um conjunto de sujeições às demandas dos contratantes, que adotavam diversas estratégias para que ficassem afixados nas fazendas por meio da contração de dívidas. Ianni (1977) descreve que, desde a sua chegada, a condição de subalternidade e espoliação são impostas e que, após acordar a sua ida para determinada fazenda, já se encontrava endividado. Os acordos de colonato passavam pelo empréstimo, por parte do fazendeiro, de um pedaço de terra para o cultivo de alimentos e criação de animais em contrapartida da garantia da oferta de força de trabalho.

No processo de industrialização nacional, que ganha seus contornos mais marcados na região Sudeste do país após a abolição da escravatura, são principalmente os imigrantes

européus que vão fazer parte do “proletariado que operava as máquinas da nascente e próspera indústria de São Paulo” (Kowarick, 1992, p. 14). Oliveira (1998) descreve que além do trabalho fabril, havia também uma ampla preferência do patronato das atividades de comércio por esses trabalhadores. Os imigrantes europeus, que representavam a força de trabalho a ser explorada de acordo com as necessidades e estratégias do contratante, viviam uma posição também desfavorável, mas de relativa vantagem frente aos que já eram parte da força de trabalho nacional e permaneceram, em sua maioria, excluídos ou ocupando posições de trabalho mais degradantes.

Segundo Prandi (1978), as primeiras feições do que conhecemos como trabalho por conta própria surgem no momento histórico em que o país passa do trabalho escravo para as formas capitalistas de gestão da força de trabalho, contexto de extrema precariedade do trabalho e de profunda exclusão dos trabalhadores nacionais. O autor aponta que são os ex-escravos e descendentes de escravos que representam de maneira significativa a emergência do trabalho por conta própria no Brasil ao longo do século XIX, os quais se tornam gradativamente parte do grupo de trabalhadores pobres, livres e libertos.

Prandi (1978) também afirma que apenas uma pequena parte desse contingente de trabalhadores teve acesso a formação escolar. Outros poucos alçaram o reconhecimento de habilidades específicas que lhes permitiriam inserção em atividades que, atualmente, conhecemos como realizadas por profissionais liberais. Na maioria desses casos, eram pessoas que receberam ajuda de pais brancos, parentes e amigos daqueles que comporiam posições mais privilegiadas na hierarquia social nacional. Esses trabalhadores passaram, pelo menos no nível da aparência, da condição de escravo para um ex-escravo agora reconhecido socialmente em suas habilidades como trabalhador especializado, com possibilidades de mobilidade social.

Além do destino desses trabalhadores, cabe também refletir que as pessoas herdeiras das posições vantajosas do período colonial, em grande medida, vão participar do mercado de trabalho em posições por conta própria que demandam formação profissional superior, mais amplamente disponível para parte da elite nacional, como é o caso dos profissionais de Medicina, Direito, Engenharias, entre outras.

Logo, o cenário até aqui apontado matizou a dinâmica de inserção no trabalho com tons de preconceito, discriminação, instabilidade e incerteza. Barbosa (2008) afirma que, após a abolição da escravidão, o mercado de trabalho brasileiro em formação se configurava por meio de uma disputa desigual entre ex-escravos, imigrantes, mulheres e crianças. Nas palavras de Cardoso (2019), alguns grupos sociais “carregavam consigo atributos,

pre disposições e origens que os diferenciavam” (p. 103), os quais participavam de um mercado de trabalho que era “de todos e de ninguém, porém mais de uns do que de outros” (p. 103). Em consequência, a inserção no trabalho por conta própria se deu também a partir de condições de diferenças que foram tratadas como justificativas para acessos desiguais. Dadas as considerações até aqui, cabe apontar algumas possibilidades: os que puderam estudar por estarem em posição de vantagem social e, com esse saber, ocupar posições valorizadas no país; os que receberam reconhecimento por fazer parte de uma rede de contatos vantajosa ou por serem reconhecidos como mais dignos de melhores condições de trabalho que outros; os que trabalhavam no campo das artes, em especial envolvidos em atividades artísticas reconhecidas no continente europeu como de qualidade e, por essa razão, experimentavam alguma possibilidade reconhecimento individual; os que, vistos como indignos, trabalhavam em situações das mais precárias; os que não puderam trabalhar por serem vistos como desqualificados para o trabalho. Logo, há no Brasil uma persistente parcela da população que se inseriu no trabalho por conta própria por não conseguir compradores para a sua força de trabalho pela via de assalariamento ou contrapartida.

Conforme observado por Oliveira (1998), mesmo com os diferentes ritmos de consolidação do mercado de trabalho no contexto nacional, seu processo de formação foi fragmentado e não homogêneo. A heterogeneidade - em termos das posições diferentes na classe trabalhadora, as quais são traduzidas em desigualdades marcantes no interior do mercado de trabalho - não foi superada com o fim da escravidão e não houve a construção de políticas que tivessem como alvo a redução da desigualdade em que se fundou o mercado de trabalho nacional. Cardoso (2019) aponta que as características presentes na formação do mercado de trabalho brasileiro são importantes marcadores do desenvolvimento posterior do país.

Tais considerações são relevantes para se ter em vista que falar do trabalho por conta própria e das vivências dessas pessoas não nos leva a falar de um fenômeno recente. Quintslr (2020) aponta que o termo trabalhador por conta própria faz parte dos parâmetros sobre emprego divulgados pela OIT desde 1938, ano de sua primeira publicação sobre posições no mercado de trabalho. Quase noventa anos depois, no Brasil, no longo caminho na direção de uma maior cesta de direitos trabalhistas e garantias sociais, celebrado na Constituição Brasileira e alvo de constantes lutas dos trabalhadores, poucas foram as conquistas para os trabalhadores por conta própria.

Considero que a forma com que o Estado brasileiro define e analisa o trabalho por conta própria pode ajudar a compreender algumas das razões para essa lacuna. Por esse



motivo, apresento a seguir uma breve análise de algumas publicações da OIT e do IBGE, as quais nos permitem compreender os parâmetros adotados no país para considerar quem é trabalhador por conta própria.

## **1.2 - O discurso oficial sobre o trabalho por conta própria no Brasil**

O IBGE, em seus levantamentos estatísticos acerca da inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, utiliza como referência as indicações dadas pela OIT. A última estabelece parâmetros para possibilitar comparações entre os mercados de trabalho de diversos países que, ao serem parte de suas comissões e signatários de suas convenções, sinalizam, em tese, o interesse em promover valores ligados à justiça social por meio do trabalho. Ao mesmo tempo, têm a possibilidade de pressionar para que ocorram decisões em favor de seus interesses mercantis e de exploração dos trabalhadores em níveis mundiais, visando a competitividade e lucratividade (Meleu & Massaro, 2017).

De acordo com Quintslr (2020), há duas classificações de referência publicadas pela OIT para fins de emprego e ocupação que são adotadas pelos órgãos oficiais brasileiros. A Classificação Internacional de Ocupações ISCO-08 é adotada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2002), responsável pela gestão da base de dados sobre as ocupações em âmbito nacional, conhecida como Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Já a Classificação Internacional de Posição na Ocupação – ICSE-93 (International Labour Organization, ILO, 1993) é a referência para os estudos estatísticos divulgados pelo IBGE por meio da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar Contínua – PNADC, entre outras pesquisas. Tal pesquisa indica, periodicamente, os movimentos do mercado de trabalho nacional e informa a demanda por políticas públicas nas áreas de emprego e renda, entre outras informações<sup>9</sup>.

Segundo a OIT (ILO, 1993), a posição na qual uma pessoa se encontra no mercado de trabalho é classificada de acordo com o tipo de contrato que ela estabelece com uma ou mais pessoas ou organizações, de maneira implícita ou explícita. A mesma organização estratifica as possibilidades de inserção no mercado de trabalho em grandes grupos e subgrupos, divisão baseada no: 1) risco econômico assumido pelo trabalhador em seu trabalho; 2) tipo de autoridade que ele possui, tanto sobre às decisões do negócio em que se insere, quanto em relação a outros trabalhadores vinculados a este.

<sup>9</sup> De acordo com a autora, a utilização de referenciais diferentes por parte do IBGE e MTE se deve a questões internas e dificuldades de desenvolvimento de trabalhos conjuntos entre esses dois órgãos à época da estruturação da PNADC.

São definidos pela OIT três grandes grupos para descrever as formas de participação em um mercado de trabalho: o emprego assalariado, o autoemprego e situações de trabalho não classificáveis<sup>10</sup>. De acordo com o documento analisado, “Os grupos na ICSE-93 são definidos com referência à distinção entre ‘emprego assalariado’ de um lado e ‘autoemprego’ de outro” (ILO, 1993, p. 2). É no grupo denominado autoemprego que os trabalhadores por conta própria estão inseridos. Para sustentar as discussões presentes neste capítulo, apresento a seguir características gerais desses grupos acordo com a OIT (ILO, 1993), as quais são endossadas pelo IBGE.

Na definição de **emprego assalariado** consta que se trata de uma relação em que se garante uma remuneração básica ao trabalhador, independentemente do lucro do negócio que o contrata. Para tanto, há o estabelecimento de contrato verbal ou escrito, implícito ou explícito, além da utilização, por parte do trabalhador, dos recursos fornecidos pelo empregador. O último também supervisiona as atividades do contratado de maneira direta, determinando regras que devem ser seguidas. No grupo emprego assalariado, estão incluídos os empregados regulares, os quais têm seus impostos relativos aos direitos trabalhistas pagos pelos contratantes, mas assume-se a possibilidade de empregos assalariados sem tal compromisso. Em outras palavras, é reconhecida a possibilidade de ser empregado sem formalização do emprego, o que representa o não acesso aos direitos formalmente vinculados a essa condição.

Acresce-se a informação de que os empregados assalariados são tipicamente pagos por meio de salários, mas que essas pessoas: “talvez sejam pagas por comissão de vendas, por peças, bônus ou pagamentos em espécie, como alimentação, moradia ou treinamento” (ILO, 1993, p. 2, tradução nossa), algo que, tendo em vista a proteção ao salário, poderia ser tido como adicional à remuneração, mas, no caso, não é a isso que se refere a afirmação. O reconhecimento da possibilidade de pagamento por meio de alimentação, moradia e treinamento, antes de mais nada, parece minimamente uma ofensa: se um trabalhador recebe a contrapartida de seu trabalho nessas modalidades, questiona-se como pode dar conta de todas as outras despesas relativas à própria sobrevivência. Questiona-se a subserviência e extrema dependência que tais formas de pagamento podem produzir, se assemelhando a tempos remotos de trabalho escravo ou ao trabalho análogo a escravidão dos tempos atuais. Permite também ponderar a posição contraditória da organização em produzir parâmetros sem que,

<sup>10</sup> Situações não classificáveis são aquelas sobre as quais se tem pouca informação disponível e/ou que não se inserem nas categorias anteriores (ILO, 1993).

com eles, sejam produzidas ações voltadas à transformação da realidade do trabalho, muito embora discussões como as realizadas em torno da noção de trabalho decente tenham papel orientativo aos países signatários.

Já o **autoemprego**<sup>11</sup> é definido como aquele no qual a remuneração da pessoa é diretamente dependente do ganho/lucro ou potencial de lucro advindo dos produtos ou serviços comercializados. Ainda, cabe às pessoas autoempregadas as decisões sobre o andamento do negócio em todos os seus aspectos. No grupo de autoempregados estão inseridos os trabalhadores por conta própria, além dos empregadores, membros de cooperativas e trabalhadores auxiliares familiares. Logo, dentro desse grande grupo já se pode notar também profundas diferenças em termos de possibilidades efetivas de condução do próprio destino a partir da lógica de se “autoempregar”: quais são as possibilidades reais de criar um emprego para si mesmo? Nesse ponto, a metáfora adotada por Pamplona (2001), “erguendo-se pelos próprios cabelos”<sup>12</sup> é bastante adequada. Ainda, entre aqueles que precisam salvar a si próprios, grandes são as diferenças entre um empregador, que amplia seus lucros a partir da exploração da força de trabalho de outros, das demais modalidades de trabalho incluídas nesse grupo.

Além dessas posições descritas pela OIT, há uma seção na qual são definidos 20 grupos especiais, que não são considerados essenciais para sua mensuração do mercado de trabalho. Dentre eles há os *Contractors* que, em tradução literal, significa *empreiteiros, prestadores, empresa contratada*, sendo os dois últimos termos traduções menos frequentes. São definidos como trabalhadores registrados junto aos órgãos competentes de cada país e configuram uma unidade de negócio responsável por seus próprios impostos e taxas, de modo que a empresa que os contrata não é responsável pelo pagamento de seus direitos sociais. A OIT (ILO, 1993) ainda delimita que a relação estabelecida na contratação desses trabalhadores não está submetida às leis trabalhistas, muito embora citem que possam ter contratos explícitos ou implícitos que correspondem ao emprego remunerado. Por fim, aponta que, a depender do país, é possível que a subcategoria em questão seja mais bem identificada entre os empregos assalariados ou entre os autoempregados, o que deve ser compatibilizado com a legislação nacional. No caso brasileiro, se assemelham àqueles contratados sob a figura de autônomos, profissionais liberais ou empresas de uma pessoa só.

<sup>11</sup> Tradução literal do termo *self-employment*, que também é referido em alguns países como trabalho independente (Pamplona, 2001).

<sup>12</sup> A adoção dessa expressão é uma referência ao livro de Pamplona (2001), citado ao longo deste capítulo – Erguendo-se pelos próprios cabelos: autoemprego e reestruturação produtiva no Brasil, sendo que o autor se refere a obra ‘As aventuras do Barão de Munchausen’.

Segundo a OIT (ILO, 1993), os trabalhadores por conta própria são definidos como aqueles que trabalham sozinhos ou com sócios, e que não contratam empregados de forma contínua, além de atenderem os critérios descritos no âmbito do autoemprego. Descreve-se ainda que são pessoas que trabalham predominantemente para o mercado, não estando subjugados às condições específicas de um cliente em especial, ou a imposições do contratante em relação a matéria-prima ou equipamentos. Isto porque eles são os responsáveis pelo aluguel ou propriedade dos recursos que utilizam, uma vez que são inteiramente responsáveis pelo negócio.

O IBGE (2014), em consonância com tais definições, afirma que os trabalhadores por conta própria são aqueles que atuam em seu próprio empreendimento, individualmente ou unidos a sócios, mas que não têm empregados, sendo que podem ou não contar com auxílio de trabalhador familiar não remunerado. No mesmo documento, é possível encontrar a definição de empreendimento, que é entendido como “a empresa, a instituição, a firma, o negócio etc., ou, ainda, o trabalho sem estabelecimento” (IBGE, 2014, p. 18). Sendo assim, temos como empreendimento desde locais físicos próprios no qual o trabalho é desenvolvido, quanto a possibilidade de a pessoa realizar o trabalho em outros espaços. Na nota técnica de 2021 sobre a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar Contínua (PNADC), o IBGE afirma que “Um empreendimento pode ser constituído por um ou mais estabelecimentos ou não ter estabelecimento” (IBGE, 2021, p. 39), e descreve a classificação do tipo de local em que as pessoas ocupadas em trabalho por conta própria atuam. São mencionados três grandes grupos para definição dos estabelecimentos: 1) lojas, escritórios, repartições públicas, além de fábricas, consultórios, templos religiosos, estabelecimentos de ensino, bancas de jornal, quiosques fixos, entre outros 2) Fazendas, sítios, granjas, chácaras, viveiros, haras, criadouros, entre outros e 3) sem estabelecimento, no caso de não se enquadrar em nenhuma das classificações anteriores.

Além disso, no mesmo documento, define-se o local de exercício do trabalho, que foi estratificado entre realizado em: 1) empreendimento próprio; 2) lugar diferente do qual é ocupada, em local determinado pelo contratante ou no local em que estão os clientes e fregueses, com exceção de áreas públicas; 3) na residência do contratante; 4) na própria residência, sem local específico para realização da atividade; 5) em veículo automotor; 6) em via ou área pública; e 7) em outro local, quando não compatível com nenhuma das possibilidades anteriores (IBGE, 2021).

Tanto na divulgação da OIT (ILO, 1993), quanto nos documentos sobre essa modalidade de trabalho divulgados pelo IBGE (2008, 2018, 2021), não há parâmetros

definidos sobre as formas de contratação, sobre o papel do contratante em relação ao pagamento de taxas destinadas a benefícios sociais direcionados para a proteção social – diferente das definições relativas ao emprego assalariado. Entretanto, de acordo com o IBGE (2021), o rendimento do trabalho por conta própria pode ser acessado através de “dinheiro, produtos ou mercadorias” (p. 44). Importante pontuar que, sem tais parametrizações, abre-se um leque infinito de possibilidades de combinar o uso do trabalho por conta própria para garantir a máxima ampliação de vantagens e lucro por parte do contratante, o que pode ser tanto mais delicado quanto maior as impossibilidades de negociar formas de recebimento e valores justos para cada transação. Amplia-se, assim, as chances de que os trabalhos recebam contrapartida bastante aquém das necessidades das pessoas que os executam, não tendo, portanto, a garantia do salário-mínimo do trabalhador assalariado ou de um valor que possa ser considerado razoável.

Segundo Quintslr (2020), os conceitos utilizados pela ICSE-93 não são mais suficientes para a compreensão dos mercados de trabalho brasileiro na atualidade, ressaltando a insuficiência para identificação de situações precárias e fora do padrão de trabalho regulado pela legislação trabalhista. Tal situação, também reconhecida pela OIT (ILO, 2015), conduziu à produção de um novo sistema de referências, o qual não tem previsão de ser adotado no Brasil (Quintslr, 2020). O novo sistema estruturado pela OIT (ILO, 2015) apresenta parâmetros altamente flexíveis, com diversos níveis, o que demarca a intenção de abarcar a intensificação da flexibilidade nos mercados de trabalho mundiais. Nesse novo sistema, também são incluídas posições como “trabalhadores independentes sem empregados” e “empreiteiros dependentes”, que poderiam ser chaves importantes para melhor compreensão da inserção de trabalhadores por conta própria no país. Entretanto, a estrutura ainda padece de uma não explicitação da economia informal, aspecto considerado chave para a compreensão do mercado de trabalho brasileiro de acordo com o IBGE (Quintslr, 2020). Outro ponto importante é que, apesar do reconhecimento da ampliação de ocupações mais inseguras e instáveis, não consta no documento da OIT (ILO, 2015) indicações para minimizar ou extirpar seus efeitos deletérios.

Com base no exposto, nota-se que o discurso oficial sobre o mercado de trabalho, de modo geral, serve para dar contorno e demarcar fronteiras às diferentes possibilidades de inserção da força de trabalho nacional e, ao fazê-lo, acaba por qualificar, atribuir qualidades, categorizar, adjetivar o emprego e o trabalho por conta própria. Logo, tendo descrito de modo geral o trabalho por conta própria de acordo com os parâmetros adotados pelo IBGE, os quais também são balizadores adotados para comparações sobre mercados de trabalho entre países,

apresento a seguir as diferentes formas de inserção no trabalho por conta própria no Brasil. Sem tentar esgotar a amplitude do assunto, a intenção é localizar nomes comumente usados no mercado de trabalho brasileiro que estão no caldeirão do trabalho por conta própria.

### **1.3 - O guarda-chuva do trabalho por conta própria no mercado de trabalho brasileiro**

Para possibilitar uma melhor compreensão do trabalho por conta própria na realidade nacional, considero importante pontuar que no guarda-chuva dessa modalidade estão incluídos 1) trabalhadores autônomos e 2) aqueles conhecidos como Pessoa Jurídica que atuam individualmente, sem empregados. Além disso, cabe ponderar quais são os encontros desses com fenômenos como a informalidade, a pejotização e a viração.

O termo *autônomo*, de acordo com o dicionário Michaelis (s.d.), possui oito significados, dentre os quais, “aquele que exerce atividade remunerada, em caráter não permanente, sem vínculo empregatício: trabalhador autônomo”. Segundo Andrade (2012), historicamente, a construção da figura do trabalhador autônomo foi realizada em contraposição ao trabalhador celetista – logo, todos aqueles trabalhadores que não estavam em um emprego formalizado, com carteira assinada e amparados pela legislação trabalhista nacional, eram popularmente tratados como autônomos. Estão também entre os autônomos os profissionais liberais, que têm como diferença a formação técnica ou superior e o fato de que suas atividades são legisladas e fiscalizadas pelo Estado (Confederação Nacional dos Profissionais Liberais, acessado em 2020)<sup>13</sup>.

Logo, os trabalhadores autônomos são aqueles que, como **peças físicas**<sup>14</sup>, exercem atividades por conta própria ou prestam serviços a empresas e outras pessoas físicas sem vínculo de emprego. As atividades desenvolvidas são fundamentalmente direcionadas ao atendimento de suas necessidades individuais e não voltados para a ampliação ilimitada de capital por meio da exploração da força de trabalho de outros. Por isso, são distintos dos empresários. São trabalhadores a quem é exigido legalmente ter cadastros nos órgãos competentes para regularizar suas atividades e que têm um conjunto de impostos associados a seu fazer e rendimentos.

<sup>13</sup> Acesso ao portal <https://www.cnpl.org.br/o-profissional-liberal/>, em 05/09/2020.

<sup>14</sup> A partir do Código Civil Brasileiro (Brasil, 2002) é possível afirmar que pessoa física ou pessoa natural designa todos os seres humanos em vida – desde o nascimento até a morte, uma vez que todas surgem de um “fato natural”, o nascimento, e todas possuem direitos e deveres delimitados no conjunto das leis nacionais. Tal termo é relevante para diferenciar a pessoa jurídica, a qual surge de modo artificial e se constitui a partir das leis constituídas em cada país.

Ebert (2017) afirma que a atividade dos autônomos é regida pelo Código Civil brasileiro, entre os artigos 593 a 629, os quais versam sobre a prestação de serviços e os contratos de empreitada. Logo no início da normativa encontra-se delimitado que os trabalhos que não estiverem submetidos às leis trabalhistas ou leis especiais, são regidos pelas regras ali estabelecidas. Além disso, informa-se que as atividades dos autônomos dizem respeito a “toda espécie de serviço ou trabalho lícito, material ou imaterial, [que] pode ser contratada mediante retribuição” (Brasil, 2002, artigo 593). Sendo assim, qualquer atividade que não esteja sob a égide das relações celetistas de trabalho pode ser realizada por meio do trabalho autônomo. Um trabalhador autônomo pode ter um contrato de prestação de serviços formalizado, com o que pode buscar os serviços de Justiça no caso de não cumprimento de qualquer uma de suas cláusulas. A relação que se estabelece entre contratante e contratado é pertinente à esfera comercial, e não trabalhista.

Na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, Brasil, 1943) há um artigo destinado à diferenciação do autônomo e do empregado em relação ao contratante: ao autônomo é garantida a recusa a qualquer atividade demandada, além do que não pode ser exigido, por parte do contratante, que atue com exclusividade. Süsskind (2009) também aponta que a diferenciação da relação de emprego se dá pelo fato de o trabalhador autônomo assumir todos os riscos inerentes à atividade e ao negócio: prejuízos, aumento de custos de matéria-prima, períodos sem contratação de suas atividades, entre outras questões.

Conforme frisado por Santiago e Vasconcelos (2017, 2017), às pessoas que trabalham como autônomos no Brasil cabe contribuir individual e mensalmente com a Previdência Social e, com isso, acessar um conjunto de benefícios previdenciários, tais como auxílio-doença, auxílio-acidente e aposentadoria. As possibilidades de manter a contribuição mensal precisam ser constantemente questionadas, uma vez que a renda advinda dessas atividades pode ser incerta ao ponto de constranger a manutenção das condições mínimas de vida e, por consequência, tal pagamento. As autoras argumentam que, uma vez que os trabalhadores por conta própria contribuam com o INSS, eles podem ser considerados de algum modo formalizados junto ao Estado.

Entretanto, os trabalhadores por conta própria que não têm CNPJ e não são contribuintes do INSS são considerados pelo IBGE como parte da informalidade brasileira. Embora não haja uma coleta de informações diretamente relacionada à informalidade no país, o quantitativo de trabalhadores nessa posição é obtido pelo IBGE por meio da soma de diferentes inserções no mercado de trabalho: “empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; trabalhadores por conta própria e empregadores que não

contribuem, ambos, para a previdência social; e trabalhadores familiares auxiliares” (IBGE, 2021d, p. 30). O instituto reconhece que tal condição “constitui importante fonte de desigualdade de rendimentos” (p. 30).

Acerca da informalidade, não há consenso na literatura sobre a definição do conceito, sendo um tema complexo e controverso entre seus diversos estudiosos. Apesar das inúmeras críticas às diversas acepções do fenômeno, cabe considerar que o termo informalidade se mostrou de grande importância para o desvelar do trabalho em suas mais variadas formas, iluminando seu caráter polimorfo, conforme destaca Sato (2015).

De acordo com a autora, o termo informalidade, ou ainda trabalho informal, é frequentemente adotado para designar trabalhos para os quais não há proteção social. Sato (2011) aponta que “talvez o melhor nome para o que se denomina de trabalho informal seja outro termo menos empregado que é a de trabalho ‘não-regulado’ pelo Estado” (p. 247. Na mesma direção, Antunes (2013a) comunica que:

Dado que a informalidade se verifica quando há ruptura com os laços formais de contratação e regulação da força de trabalho, pode-se acrescentar que a informalidade é a porta de entrada para a condição de maior precariedade, visto que em sua vigência ocorrem formas de trabalho frequentemente desprovidos ou burlados de seus direitos (p. 23, grifo do autor).

Também parte do trabalho por conta própria, mas não necessariamente nas mesmas condições de desproteção social, estão aqueles que registram suas atividades por meio do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Autorizados a contribuir com a Previdência Social, são trabalhadores-empresa que podem participar de licitações, emitir notas fiscais, acessar diferentes formas de crédito, e, por sua vez, também devem cumprir um conjunto de obrigações fiscais e jurídicas. Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas (IPEA, 2018), a empresa individual abre portas para a prestação de serviços diretamente a um ou mais contratantes, sem que se configure uma relação de emprego, já que, em tese, trata-se de uma atividade entre duas empresas.

As relações entre contratante e empresa contratada são regidas pelo Código Civil brasileiro e leis decorrentes deste, havendo um conjunto de regras especiais, direitos e deveres relacionados à atividade empresarial. Segundo o IBGE (2018), a **Pessoa Jurídica** que não tem empregados vinculados é considerada trabalhador por conta própria e, caso contrário, é tratado como empregador. Também, nas pesquisas mais recentes do instituto, foi construída uma separação entre trabalhadores por conta própria com e sem CNPJ, o que, segundo Mariano, Santos e Silva (2017) permite maior diferenciação sobre o quantitativo de pessoas que atuam em “empreendimentos regulares e atividades precárias” (p. 5).



No Brasil, a figura de Pessoa Jurídica tem sido cada vez mais incentivada por meio de políticas ligadas à facilitação de abertura de empresas individuais. Atualmente são, ao menos, quatro formas diferentes de se tornar uma empresa individual, considerando o ponto de vista jurídico e tributário: Empresa Individual (EI), Microempreendedor Individual (MEI), Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) e Sociedade Limitada Unipessoal (SLU). Em termos gerais, o que as diferencia é a intensidade do risco econômico assumido pelo responsável pela empresa e o investimento inicial necessário. Por outro lado, possuem similaridades do ponto de vista da demanda por pagamento de impostos e algum acesso à proteção social.

Outra questão importante quando se trata das diferentes modalidades de Pessoa Jurídica é que tanto a empresa individual (EI) quanto o MEI são classificadas como ilimitadas, o que significa que é a pessoa física que assume, por sua conta e risco, e com todo o seu patrimônio, os riscos econômicos da atividade empresarial. Inclusive o nome da empresa é seu próprio nome. Não há distinção entre patrimônio pessoal e patrimônio consolidado pelas atividades da empresa e, em caso de dívidas, prejuízos, processos judiciais, o patrimônio pessoal pode ser totalmente arrolado para sua quitação. O mesmo não ocorre em outras duas modalidades de empresa individual (EIRELI e SLU), nas quais há separação entre o patrimônio pessoal e o da empresa, considerados distintos. Entretanto, para as últimas, há outros critérios relativos a patrimônio para iniciar o negócio, o que representa um custo maior para a pessoa que busca abrir uma empresa individual.

Além do incentivo através das leis, a criação de empresas individuais tem sido relevante para que ocorram pressões para que os trabalhadores sutil ou abertamente se tornem Pessoa Jurídica (PJ) para desenvolver suas atividades a um único contratante. Tal prática, ilegal e em significativo crescimento desde a década de 1990, vem sendo chamada de pejetização nos estudos críticos do campo do trabalho (Silva, 2020; Welle, 2021). Ela pode ser direcionada à novas contratações que só acontecem se o trabalhador tiver uma empresa aberta através da qual possa ser contratado, ou através da demissão de empregados que são recontratados como PJs. Ao assumir essa figura jurídica, essa pessoa “passa emitir notas fiscais para o empregador (contratante), isentando-o de pagar diversos direitos e encargos trabalhistas tais como férias, horas extras, 13º salário e também das contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS [Fundo de Garantia por Tempo de Serviço]” (Silva, 2020, p. 3). Entretanto, como aponta Silva (2020), na Pejetização, o trabalhador mantém as mesmas obrigações e ritos do emprego.

Pamplona (2001) aponta situação semelhante à da pejotização, indicando a existência de uma zona cinzenta<sup>15</sup> entre o trabalho por conta própria e o emprego. O autor afirma que:

essas relações são chamadas ‘camufladas’, por se apresentarem aparentemente de uma forma, como autoemprego com autonomia, mas por detrás dessa fachada, ocultam-se características de outra relação de trabalho, o assalariamento, dado o alto grau de subordinação e dependência do trabalhador. Tais relações visam atenuar ou anular os efeitos das proteções legais dos trabalhadores através da distorção das formas comuns de contratação de trabalho, normalmente com a inclusão de uma terceira parte entre o empregador e o trabalhador, criando uma falsa situação de autoemprego (pp. 23-24).

Tais situações não se restringem ao trabalhador por conta própria com CNPJ, mas podem ser vividas por todos os que fazem parte desse grupo. Quando comprovadas, elas poderiam levar ao reconhecimento da condição de empregado sem carteira assinada – e, por isso, em condição ilegal - por meio da Justiça do Trabalho. Entretanto, essa diferenciação entre o trabalhador por conta própria e o empregado celetista se tornou ainda mais difícil após a “Reforma” Trabalhista de 2017, que passou a permitir que um trabalhador por conta própria atue apenas para um contratante. De acordo com a legislação, não se pode exigir que os trabalhadores sejam exclusivos, mas o fato de prestarem serviços continuamente a um único tomador deixou de configurar relação de emprego, como anteriormente era legislado. Assim, as situações de emprego disfarçado se tornaram mais complexas de serem identificadas e mitigadas.

Pode-se refletir a partir dessa discussão que tanto as situações de emprego disfarçadas sob a figura de autônomo quanto na pejotização, estão configuradas a um só tempo a ilegalidade e perdas consideráveis aos trabalhadores, o que permite elucidar a precariedade nessas relações de trabalho. Muito embora o trabalhador por conta própria possa acessar benefícios junto a Previdência Social, quando a cesta de direitos garantidos aos empregados celetistas é colocada em tela, é possível identificar que há ainda muito mais em jogo. Ao analisar as informações trazidas por Campos (2015) e Nascimento (2011), é possível indicar pelo menos dezesseis direitos individuais garantidos por meio do trabalho celetista que não são vinculados à proteção social oferecida pela Previdência Social aos trabalhadores por conta própria.

Nas mudanças introduzidas pela “Reforma” Trabalhista há um forte (re)posicionamento do país na direção de ampliar “a precarização das condições laborais e da

<sup>15</sup> Embora seja classificada como zona cinzenta, termo que pode dar a impressão de uma situação pouco conhecida, Pamplona (2001) e Gomes (2009) afirmam que se trata de circunstâncias conhecidas pelas organizações que tratam sobre mercado de trabalho mundialmente, apontadas em seus relatórios.

flexibilização da remuneração e da duração do trabalho” (Ebert, 2017, p. 166). Ainda, a contratação ampla e irrestrita de trabalhadores por conta própria não foi acompanhada da ampliação da proteção social e da possibilidade real de negociação das atividades. Passa-se, então, à legitimação da substituição das relações de emprego por relações comerciais, de pouca regulação e amplas possibilidades de realização.

A contínua criação de modalidades de empresas individuais parece servir para estimular que cada vez mais trabalhadores abram suas empresas e garantam sua renda por meio do trabalho desenvolvido como empresário individual. Do mesmo modo, frente ao desemprego estrutural e crescente no país, cada vez mais trabalhadores são impelidos a buscar trabalhos autônomos para garantir sua renda principal ou complementar. Mas, a quem serve esse estímulo? Todas essas estratégias têm clara relação com a possibilidade de ampliação de lucros por parte do contratante através do barateamento de custos com a força de trabalho e da transferência da responsabilidade do empregador e do Estado ao trabalhador. Essas só são possíveis por meio da flexibilização sem fronteiras e da intensificação da superexploração do trabalhador. Além disso, se sustentam através de diversos mediadores, alguns apontados brevemente a seguir.

Tendo em vista a ampliação da pejetização, nota-se a disseminação da noção de que há uma relação entre iguais – contratante e contratado – que pressupõe a inexistência de conflito de interesses. O trabalhador passaria a ganhar mais quando é contratado como trabalhador por conta própria, já que os impostos que seriam pagos pela empresa poderiam ser transferidos ao trabalhador em forma de pagamento e/ou outras formas de remuneração. Nessa situação, caberia ao trabalhador gerir todo o dinheiro relativo ao seu trabalho da maneira que entender importante, sem determinação prévia do Estado. Logo, uma relação positiva tanto para o empregador, que economizaria, quanto para o trabalhador, que teria a possibilidade de ampliar seus ganhos e geri-los como lhe convier, bem como trabalhar livremente para outros empregadores de acordo com sua disponibilidade e seu interesse.

Entretanto, essa “fórmula mágica” parece pouco disponível a todos os trabalhadores por conta própria, especialmente se considerarmos a infinidade de atividades que podem ser desenvolvidas, indo desde as menos valorizadas no mercado de trabalho até aquelas mais bem pagas, assim como nos mostra Santiago e Vasconcelos (2017).

O detalhamento desse abismo entre os trabalhadores por conta própria será desenvolvido ao longo desta pesquisa, mas vale ressaltar aqui o quanto essas situações vão, aos poucos, moldando novas formas de não acesso: à previdência, a condições dignas de moradia, alimentação, entre outros elementos. Ainda, fazem parte da normalização do

rebaixamento dos salários e dos desrespeitos à legislação trabalhista, do não recolhimento de impostos por parte do empregador e da figura do capitalista como aquele que não pode retribuir melhor seus trabalhadores porque pagaria impostos descabidos aos seus lucros.

Além disso, é possível conectar o incentivo ao trabalho por conta própria ao discurso ideológico do empreendedorismo que tem permeado a inserção de diversos trabalhadores no mercado de trabalho atual. À luz das discussões de Boltanski e Chiapello (2009), Holzmann (2013), Oliveira, Moita e Aquino (2016), Uchôa-de-Oliveira (2020), é possível identificar a propagação de uma falsa imagem de um trabalhador que é empresário, o qual possui características que o levarão ao sucesso por meio de sua criatividade, inovação e coragem para assumir riscos e novos desafios. Seria esse um trabalhador que goza de autonomia e liberdade para definir suas atividades, tempo de trabalho, e que por isso não só transita do lugar de vendedor da força de trabalho para o lugar do capitalista, mas alça certa liberdade. No alimentar do sonho de distanciar-se das condições desfavoráveis vividas como trabalhador e se aproximar das benesses da lucratividade de um empresário, encontra-se o espaço propício para a construção do discurso do empreendedor, sustentado na ideia de máxima da liberdade de empreender em um mercado disponível para todos. Sucesso e fracasso seriam decorrentes de uma questão individual, uma vez que todos partiriam de uma mesma condição inicial para a livre concorrência no mercado. Ainda, ao se verem continuamente forçados a gerir riscos do negócio, tempo, finanças, e estabelecerem metas para buscar alguma forma de estabilidade, podem estar muito mais propensos a identificação com aquilo que é propagado como mazelas vividas pelos empresários, tais como as falácias sobre excesso de direitos, excesso de intervenção do Estado na economia, excesso de regulamentações e restrições etc.

Holzmann (2013) aponta que, no discurso neoliberal, o trabalhador por conta própria seria um empreendedor, o qual, por sua habilidade individual, poderia unir liberdade e condições econômicas satisfatórias para garantir condições de vida adequadas às suas necessidades. Mas, ao olhar para os contrastes de tal discurso com a inserção econômica do trabalhador por conta própria, a autora frisa que, no contexto capitalista, ele “pode não ser o trabalhador autônomo e empreendedor do ideário neoliberal, mas um trabalhador submetido à lógica, ao controle e à exploração do capital sob a máscara enganadora da autonomia” (Holzmann, 2013, p. 122).

Oliveira, Moita e Aquino (2016), ao discutir a relação entre empreendedorismo e precarização, demonstram que, nas relações de trabalho permeadas pela precariedade, em uma sociedade em que há a escassez de empregos, o empreendedor, na verdade, é muito mais um trabalhador que busca sua sobrevivência por meio do trabalho, que se encontra desprotegido

de garantias, exposto ao risco, a insegurança e a contínua pressão. Ainda, a partir de Fontes (2017), é possível apreender que há um movimento do Estado e dos capitalistas na direção da consolidação de processos educativos que dão ao empreendedorismo a ideia de mobilidade social e, ao mesmo tempo, a normalização das situações de desemprego e precariedade.

A inserção no trabalho por conta própria também se sustenta pela necessidade do “se virar”, que pode produzir trajetórias instáveis e erráticas no trabalho, voltado de modo permanente para a manutenção das condições de sobrevivência. A viração, conforme afirma Abílio (2021), vai além dos bicos e outras formas de trabalhar que são mobilizados pelos trabalhadores em ordem de sobreviver às situações de precariedade. A autora descreve que, na vida desses trabalhadores, frente as possibilidades e impossibilidades identificadas pelos trabalhadores em seus horizontes de trabalho possível, a criatividade, a experiência e o conhecimento da realidade se tornam ferramentas para fazer de atividades instáveis e não duradouras a garantia de sobrevivência momentânea. É nesse contexto que são borradas as fronteiras entre aquilo que é visto como ilegal, ilícito, entre o trabalho formal e aquele sem formalização e com formas próprias, ao que acrescento as diversas formas possíveis de ser trabalhador por conta própria.

A ideia da ausência de desigualdade e conflito de interesses entre contratante e contratado, a imagem do trabalhador empreendedor de si, a disseminação do trabalho por conta própria como dotado de autonomia e liberdade, as demandas de ‘se virar’ – são todas questões que desembocam na consolidação do trabalhador *just-in-time*. Conforme indica Abílio (2020), de estratégia voltada para o controle de estoques e entregas para estratégia de administração da força de trabalho, o trabalhador dos tempos atuais é impelido a estar permanentemente disponível, à mercê das imediatezidades do contratante, sem qualquer garantia em termos de direitos trabalhistas, e que “passa a ter seu trabalho utilizado e remunerado na exata medida da demanda” (p. 116). Tal situação garante ao contratante o trabalho realizado ao menor custo de força de trabalho possível. Logo, é possível entender que a propagação da figura do trabalhador por conta própria como saída para perseverar no mercado de trabalho é adequada para que as demandas da classe dominante sejam endossadas por aqueles que, em verdade, seguem fazendo parte da classe trabalhadora, agora apartados da condição de assalariamento.

Com base no que foi discutido até o momento, sintetizo que o trabalhador por conta própria no Brasil é aquele que não é empregado, e que atua em seu empreendimento – que pode ser uma loja física ou virtual, um lugar na calçada no qual ele expõe seus produtos

durante um período e os retira em outro, uma base móvel para levar seus produtos em lugares de grande fluxo e estar disponível para a clientela, ou ainda a própria pessoa ser o seu empreendimento, carregando em seu corpo as ferramentas para a execução do trabalho. Ele pode trabalhar como pessoa física, como também pode ser empresa de uma pessoa só, sob a figura de Pessoa Jurídica, e suas atividades podem ser parte de categorias profissionais que possuem regulação por meio de conselhos, sendo nesse caso profissional liberal. Em seu cotidiano, ele atua sozinho ou com sócios, mas necessariamente sem trabalhadores subordinados, senão se torna empregador. Ele pode ou não ter contrato de prestação de serviços ou produção com o contratante. Ele pode ser contribuinte do INSS e acessar certo nível de proteção social, mas pode também não ser.

Face a essa miríade de possibilidades de ser por conta própria, pode-se ver que a vida não é tão estanque quanto os conceitos podem fazer parecer. Na vida de todo dia, os trabalhadores podem transitar entre atividades que lhes identifiquem como conta própria e combinar essas com empregos, com atividades realizadas sob a figura de PJ, com atividades não reguladas nas suas relações com o Estado. A gama de atividades que pode ser realizada como trabalhador por conta própria é tão extensa quanto o trabalho pode ser. O trabalho por conta própria pode ser realizado tanto pessoas que vivem em situações de precariedade em decorrência da pouca valorização do serviço que prestam, quanto aqueles poucos que conseguem garantir alta renda por meio de suas atividades.

Todo o exposto corrobora o que afirma o IBGE (2008): a categoria Trabalhador por Conta Própria é de tal modo ampla e heterogênea que, a cada pesquisador interessado em aprofundar as discussões a respeito de suas particulares, cabe o reconhecimento e problematização de tal condição. Tendo a heterogeneidade em vista, a decisão de estudar o trabalho por conta própria também conduziu à necessidade de fazer escolhas sobre como fazê-lo.

Esta pesquisa foi desenvolvida com trabalhadores por conta própria que realizam suas atividades por sua conta e risco, os quais vendem sua força de trabalho sem necessariamente ter amparo legal, sem sócios, sem trabalhadores vinculados e sem o objetivo de tornarem-se pequenos empregadores ou grandes capitalistas no futuro. Como já informado, a pesquisa focaliza duas categorias profissionais, os carregadores de caminhão e os trabalhadores da área de TI, sendo que suas peculiaridades serão detalhadas na análise desta tese.

## 2. AS LENTES DA PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO

Neste capítulo apresento um breve percurso histórico da Psicologia como Ciência e Profissão e da Psicologia Social, a fim de esclarecer o posicionamento da Psicologia Social do Trabalho nessa área do saber, perspectiva que sustenta as análises desenvolvidas nesta tese.

O interesse por compreender questões humanas, como aquilo que sustenta suas ações, emoções e sentimentos, aquilo que diferencia os seres humanos de outros seres e o que os coletiviza, faz parte de diversas formas de conhecimento. Os saberes populares, as explicações ligadas ao campo da espiritualidade e da religião, bem como dos costumes, são apenas alguns exemplos dessa afirmação.

Figueiredo e Santi (1997), em importante publicação sobre a história da Psicologia como Ciência e Profissão, indicam que diversas áreas do conhecimento científico também compartilham o interesse por questões humanas, e apontam peculiaridades históricas que demarcaram a consolidação da Psicologia como ciência independente. Os autores descrevem um longo período de transformações sociais e discursivas no Velho Mundo, sendo centrais as mudanças decorrentes da gradual transição do feudalismo ao capitalismo, acompanhadas *pari passu* pela emergência e consolidação da ideologia<sup>16</sup> liberal propagada pelas classes dominantes. Através de tal ideologia, foi disseminada de maneira contundente a falsa ideia de que todas as pessoas são iguais entre si, têm à sua disposição possibilidades iguais e é mérito individual as escolhas livremente realizadas nesse mundo de iguais. Logo, são sustentadas as falácias sobre liberdade individual, igualdade de oportunidades e responsabilidade individual pelo próprio destino.

De acordo com Figueiredo e Santi (1997), esse longo período de transformações construiu o cenário compatível com o surgimento da Psicologia como uma ciência independente da Filosofia no século XIX. Direcionada à sustentação científica da individualização dos sujeitos, surgiu como a possibilidade de estabelecimento de padrões para reações, emoções, motivações, desejos, entre outros temas, que permitissem a previsão e controle das ações humanas. Tal possibilidade se firmou por meio do estabelecimento da Psicologia nos marcos do positivismo, da noção de regularidade de todas as coisas e do homem visto como ser biológico, que obedece às leis de causa e efeito presentes na natureza - como aponta Guareschi (2012), caberia à Psicologia estudar suas leis implícitas de

<sup>16</sup> Utiliza-se nesta tese ideologia no sentido marxista do termo, conforme nos aponta Chauí (2003, p.7): “a ideologia é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, (...) é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política”.

funcionamento. Do ponto de vista da atuação prática, Figueiredo e Santi (1997) descrevem a demanda por uma psicologia que respondesse às questões ligadas à educação, à adaptação às não tão novas situações de trabalho no contexto das fábricas e à definição de padrões de normalidade. Na mesma direção, Beto (2017) afirma que a prática do psicólogo se associou então à “adaptação e colaboração à reprodução da dominação de classe” (p. 41). Os autores até aqui citados apontam que essa é a configuração de Psicologia como Ciência e Profissão que se espalhou nos mais diversos centros de pesquisa e formação, se tornando hegemônica mundialmente.

Na esteira de seu desenvolvimento, pautado no positivismo e produzido especialmente no contexto estadunidense, surge uma Psicologia Social de cunho individualista e experimental, chamada por autores como Farr (1999) de Psicologia Social Psicológica. Nela, foram e ainda são desenvolvidas inúmeras pesquisas dedicadas a explicar fenômenos sociais por meio de questões puramente individuais, em que a noção de social diz respeito a “uma soma de individuais” (Guareschi, 2012). Tratando do surgimento da Psicologia Social, Gonzalez-Rey (2012) indica que “o social não se diferenciava em sua especificidade constitutiva, e eram totalmente omitidos os processos de produção simbólica de caráter cultural, com o qual se reificava o status natural dos processos humanos, inclusive os psíquicos” (p. 11). Noções de atitudes, predisposições, tendências, probabilidades de ação e reação frente a objetos e situações sociais são algumas demonstrações de suas generalizações, desenvolvidas a partir de estudos experimentais realizados em situações controladas, com frequência em laboratórios de pesquisa. Sendo assim, seus estudos se desenvolvem por meio de análises das ações individuais, entendidas como estímulos para outras ações individuais.

Tal perspectiva permitiu assumir a dimensão ontológica da atividade humana enquanto um fenômeno psicossocial – em que se reconhece que há um elo que conecta o indivíduo a outros indivíduos e ao que lhe é externo à sua própria pele, elementos que ganham a qualidade de ‘social’ – e, mesmo assim, individualizar as questões sociais. Malvezzi (2017), ao qualificar o elemento transversal da relação eu-outro e a relação homem-trabalho e utilizar como referencial a Psicologia Social Psicológica, permite discutir tal questão. O autor sustenta que o indivíduo possui necessidade de buscar complementariedade e estabilidade social e afetiva, razão pela qual escolhe realizar atividades que atendam suas necessidades. Para tanto, os seres em interação mostram-se mutuamente em suas potencialidades e cabe ao indivíduo identificar as potencialidades disponíveis e articular-se a elas de modo que seus movimentos possam explorar e produzir cadeias de causas que levem aos efeitos previamente desejados.



Segundo o autor, ao interagir com o meio social, o indivíduo tem a possibilidade de apreender quais atividades são eficazes para seus objetivos, identificando fracassos e sucessos nas interações. Nesse processo cooperativo, as atividades são produtoras de interdependência entre o sujeito que age e o outro e o mundo, além de permitir aos indivíduos, a partir do reconhecimento de suas impossibilidades e possibilidades de ação, e de seu não equilíbrio, assumir o protagonismo de sua história, determinar seus propósitos e agir na direção de seus interesses individuais. A condição de ser social se apresenta por meio das possibilidades humanas de integrar “demandas, necessidades e reações entre o eu e o outro a partir da identificação de potencialidades para as transações entre eles” (Malvezzi, 2017, p. 248).

Por fim, segundo o autor, o trabalho tem sido reconhecido como espaço decisivo na integração do indivíduo com o mundo, uma vez que nessas atividades, releva-se a disponibilidade entre os seres de servirem-se mutuamente para a construção de relações de equilíbrio e reciprocidade e se torna possível ao indivíduo descobrir o papel de protagonista que ocupa nas ações, sendo impulsionado a agir na direção de construir-se e reconhecer-se como ser social. Sendo assim, para Malvezzi (2017), o trabalho permite aos indivíduos realizarem “atividades que transformam objetos, oferecem serviços e criam valores para sobreviver (função econômica do trabalho), realizar-se (função psicológica do trabalho) e cooperar na produção do bem viver de todos (função social do trabalho)” (p. 255). Em continuidade, o autor demonstra preocupação acerca das mudanças relacionadas à tecnologia, devido a essas serem vistas como ameaças ao reconhecimento, por parte do indivíduo, de sua condição enquanto sujeito que age e transforma a realidade. Frente a isso, sugere estratégias direcionadas para a harmonização dos interesses entre os diversos envolvidos no trabalho, com vistas a garantir a manutenção do papel do trabalho para os sujeitos.

Apesar da referida preocupação indicada por Malvezzi (2017), considero que, na acepção de atividade descrita pelo autor, não estão apresentadas as múltiplas determinações e impedimentos frente à ação livre e às escolhas do indivíduo, dando o tom de uma realidade que surge como neutra. Cabe a ele agir a partir de suas escolhas e potencialidades, aprender com os resultados de suas ações e desafiar-se no mundo para conquistar aquilo que traçou para si. O protagonismo individual, a livre possibilidade de traçar seu destino e determinar seus propósitos de vida são, portanto, o mote das atividades humanas, sendo o trabalho espaço crucial para a realização dessas atividades. A ampla cooperação parece levar todos a um bem de todos, e a liberdade individual mostra forte consonância com os princípios liberais nos quais a sua história pessoal está determinada pela sua própria capacidade ou incapacidade de adaptar-se ao mundo e desenvolver-se nele.

Embora a configuração de Psicologia, de Psicologia Social Psicológica e essa leitura do trabalho apresentada até aqui tenha se tornado hegemônica na produção científica e na prática cotidiana da profissão, outros desenhos de psicologia social se desenvolveram, dentro do corpo de conhecimento da Sociologia e da Psicologia, os quais também trouxeram outras formas de compreender o fenômeno trabalho.

Na Sociologia, surgiram as formas sociológicas de psicologia social<sup>17</sup> que, de acordo com Farr (1999), visavam a compreensão das relações entre indivíduo e sociedade. Gonzalez-Rey (2012) descreve que a Psicologia Social Sociológica buscou dirigir-se aos fatos e processos sociais pela valorização da comunicação, das relações estabelecidas nos espaços em que vivem os sujeitos no curso de suas ações no mundo. Coulon (1995) demonstra que a busca por um sujeito em contexto levou à adoção de outras estratégias metodológicas, que se distanciavam dos laboratórios e procuravam a compreensão dos fenômenos *in loco* e como apresentados pelas pessoas que os viviam.

Além disso, nos espaços de formação, pesquisa e atuação em Psicologia, também surgiram questionamentos em relação àquela hegemonicamente produzida, bem como à Psicologia Social Psicológica que se espalhou pelo mundo, movimento que levou ao desenvolvimento de outras psicologias sociais também na Psicologia e possibilitou maior integração entre elementos psicológicos e sociológicos.

Segundo Guareschi (2012) e Reboredo (2003), no contexto europeu, em especial em decorrência das questões relativas à guerra, surgiram indagações sobre as possibilidades da individualização em sua potência explicativa do social, frente ao que novos olhares para a realidade social vão se constituir, como o conceito de representações sociais desenvolvido por Moscovici pode exemplificar.

Na América Latina, região marcada pela colonização europeia que produziu um longo período de escravização, exploração, espoliação e capitalismo dependente e por suas consequências, profissionais da Psicologia passaram a questionar e denunciar a quem servia o conhecimento produzido pela Psicologia e Psicologia Social hegemônica. Lane (1982, 2000) critica que, de forma sistemática, o que se busca é um padrão de funcionamento individual

<sup>17</sup> Farr (1999) aponta que na Sociologia desenvolvida em solo estadunidense é que surge a Escola de Chicago, em que Mead tem papel central ao conduzir cursos de Psicologia Social. O autor, que foi aluno de Wundt e tradutor para o inglês de seis de suas obras de Psicologia Social, desenvolveu cursos de psicologia social, mas foi rejeitado pelos psicólogos estadunidenses da época por não ser behaviorista. Na Europa, a Escola de Sociologia de Frankfurt, baseada na psicanálise, teve importante papel nas aproximações entre psicanálise e marxismo, explicitando relações entre ideologia e personalidade, consumo, e indústria cultural, entre outros temas.

estabelecido a partir de critérios de normalidade – anormalidade, construindo explicações que servem muitas vezes para justificar situações socialmente produzidas. Nesse ínterim, diferenças são tratadas como anormalidades individuais que explicam desigualdades, desigualdades que se tornam justificações para a manutenção de exclusões de todo tipo. Ainda, a autora aponta que explicações individualizantes das questões sociais são por vezes apropriadas pelas pessoas que, ao se verem em situações de exclusão, endossam o discurso que as colocam como desajustadas, vendo-se como merecedoras de suas mazelas. Essa apropriação também produz servidão, uma vez que não há o que questionar e nem contra o que lutar.

Lane (2000) assevera que Psicologia, em seu percurso histórico, perdeu de vista o sujeito encarnado numa totalidade histórico-social, surgindo em seu lugar um homem abstrato. Na mesma direção, Bock (2000) enfatiza que a ciência psicológica, ao tratar de seus fenômenos, deixa de “falar de vida, das condições econômicas, sociais e culturais nas quais se inserem os homens. A Psicologia tem, ao contrário, contribuído significativamente para ocultar essas condições” (p. 26).

Diante disso, na Psicologia Social Latino-americana, a noção de social é assumida a partir do reconhecimento da luta de classes intrínseca ao modo de produção capitalista, em que as forças sociais produzidas pela classe dominante se mostram imperativas em suas determinações dos modos de viver e morrer. Autores como Martin-Baró (1989, 1996) e Lane (1982, 2000) permitem compreender que o social, produzido e reproduzido pelos homens em seu cotidiano, carrega consigo as marcas do modo de produção capitalista, no qual a dominação, a exploração e a exclusão são estruturantes e se sustentam em justificações que ocultam a degradação humana e a exploração do homem pelo homem. Entende-se que o modo de produção capitalista, ao cindir o homem de seu produto e os homens entre si, cria forças estranhas que alienam o ser social, o qual se vê não como produtor de sua história, mas como ser impulsionado por forças que lhe são alheias, vistas a partir da resignação e do fatalismo.

Esse novo olhar para as questões humanas e sociais propulsionou o desenvolvimento de uma Psicologia Social no interior da Psicologia que assumiu a demanda de

colocar o saber psicológico a serviço da construção de uma sociedade em que o bem-estar dos menos não se faça sobre o mal-estar dos mais, em que a realização de alguns não requereria a negação de outros, em que o interesse de poucos não exija a desumanização de todos (Martin-Baró, 1996, p. 23).

Assim, aqueles que se integraram a essa Psicologia Social passaram a assumir como relevantes as problematizações que levassem em conta as particularidades do contexto

histórico, econômico, social, questões éticas, morais e ideológicas que o permeiam, bem como a integração desses elementos como parte de um complexo cenário com o qual o sujeito se relaciona de maneira indissociável - no qual ele é, a um só tempo, produto e produtor de sua realidade. Assumiu-se também temas como a criatividade, emoções e potência dos sujeitos em transformar a realidade da qual fazem parte como elementos fundamentais para a compreensão das relações entre indivíduo e sociedade. Ao mesmo tempo, reconhece-se que é no espaço das contradições, que surgem as possibilidades de expressão da potência de criação e transformação social que são próprias dos seres sociais. Guareschi (2012) aponta que a noção de social que permeia o convite à uma Psicologia com compromisso social, que se pauta na premissa de pessoa, que vai além da ideia de indivíduo, sendo aquela que se constitui por meio das relações que estabelece com outras pessoas. Para o autor, cabe a compreensão do social como dialeticamente “constitutivo e constituinte da realidade, no caso, do ser humano e dos grupos. Social é relação” (p. 96).

É com esse olhar para os fenômenos psicossociais que constituem sujeito e sociedade, dialeticamente, que a Psicologia Social do Trabalho enfoca os processos que envolvem o fazer humano por meio do trabalho em suas pesquisas e intervenções. Ele é um dos elementos articuladores que permite a compreensão do hífen que conecta sujeito e sociedade. Como afirmam Bernardo, Oliveira, Souza e Sousa (2017), nessa perspectiva, o trabalho é tido como “um fenômeno psicossocial, encarado de modo crítico, complexo e determinado que configuram o contexto social mais amplo” (p. 21). Trata-se de uma perspectiva que se desenvolveu essencialmente no Brasil, que caminha na contramão dos saberes hegemônicos produzidos no campo da Psicologia, está alinhada aos questionamentos e compromissos das psicologias sociais sociológica e latino-americana e tem como objeto de estudo o trabalho em suas diferentes possibilidades e facetas.

Embora não se possa dizer que a Psicologia Social do Trabalho se constituiu de forma linear e previamente planejada, olhando de forma retrospectiva, foi a partir de problemas concretos que se apresentavam aos profissionais que se constituíram novas práticas e saberes hoje congregados sob o guarda-chuva da Psicologia Social do Trabalho (Sato, Coutinho & Bernardo, 2017). O início de sua história se desenrola em um momento de redemocratização do país, em que a Psicologia passou a fazer parte da busca de novas formas de compreender as questões que impactavam a vida das pessoas que trabalham.

O olhar para a vida de todo dia de inúmeros trabalhadores em empregos assalariados e outros tantos em trabalhos não-regulados levou profissionais e pesquisadores à busca por saberes e práticas que pudessem ir ao encontro das demandas daqueles com quem tinham

contato. A necessidade de compreender as situações que se apresentavam no cotidiano de trabalho de profissionais da Psicologia inseridos em diversos espaços era expressiva, bem como a atuação em locais como Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, sindicatos e universidades. Tais questões abriram portas para a utilização de bases teóricas, epistemológicas e metodológicas distintas daquelas desenvolvidas dentre os saberes e práticas hegemônicas na Psicologia em suas relações com o trabalho, individualizantes e consideradas alinhadas às necessidades das classes dominantes.

O trabalho é reconhecido na Psicologia Social do Trabalho como central na organização social no modo de produção capitalista. O emprego é, então, *uma* das formas pelas quais o trabalho acontece e abre-se as portas para estudos sobre outras formas de trabalho, como a informalidade, ruralidades, bem como pesquisas ligadas e situações vivenciadas em contextos específicos (Ribeiro, Oliveira, Bernardo & Navarro, 2017). Ainda, a pesquisa de Bastos e Oliveira (2019) indica que a Psicologia Social do Trabalho tem estudado ao longo de sua história temas como Economia solidária, autogestão e cooperativismo, desemprego, trabalho e gênero, Saúde do Trabalhador, os efeitos das mudanças na organização do modo de produção capitalista, e também questões ligadas a segmentos específicos de trabalhadores. Ao incluir em seu espectro os desempregados e todos aqueles que nunca vivenciaram uma relação de emprego, permite ampliar os saberes sobre o que é vivido nas relações com o trabalho em suas interdependências com outras esferas da vida. Há, também, o reconhecimento do impedimento ou dos espaços reduzidos para a realização do ser social por meio do trabalho, haja vista o reconhecimento da alienação produzida pelo modo de produção capitalista, bem como da mercantilização do homem e da exploração do homem pelo homem.

Ainda, o trabalho é assumido enquanto categoria fundamental para a compreensão dos seres sociais e considerado em sua dimensão ontológica, no qual estão implicadas as determinações sociais nas quais a atividade ocorre. Não são, portanto, indivíduos isolados que interagem em determinado momento, mas um conjunto amplo de elementos macrosociais que estão em contínua inter-relação com sujeitos concretos que agem a partir daquilo que é possível dentro dos marcos da sociedade. Ele diz respeito à possibilidade tipicamente humana de colocar-se em ação na direção de transformar os elementos da natureza em seu favor e, nesse processo, transformar-se. Trata-se de uma ação dirigida realizada pelo ser humano, o qual utiliza seu corpo e instrumentos para imprimir na realidade material o que idealmente já havia projetado, obtendo ao final desse processo um objeto adequado às suas necessidades. Ao usar a si mesmo e interagir com outros para realizar tais atividades, transforma-se, por

meio de sua ação no mundo. Nesse sentido, o homem é, a um só tempo, produto e produtor da sua história. As palavras de Sochaczewski contribuem para a compreensão dessa dimensão do trabalho:

O homem com seu trabalho produz bens, conhecimento, ideias, cultura, monumentos. Produz o humano. Inventar, pintar e bordar. Produz riqueza e miséria, alegria e sofrimento. O homem com seu trabalho constrói o mundo, produz a vida. Mas trabalhar não é apenas fazer. Trabalhar é fazer, é pensar, é representar, é sentir. O mundo e o trabalho que o constrói não surgem do nada, não se reproduzem no vazio. A vida se cria em circunstâncias determinadas, fruto de relações entre os homens. Relações sociais. Relações sociais de produção. Todos pertencemos à mesma espécie e, no entanto, a vida, entendida como um conjunto de fazeres, pensares, sentimentos e representações, tem muitas e variadas formas. Esses modos de ser diferem no tempo e no espaço porque são resultado de relações sociais e, com isso, da natureza e das formas que o fazer, o pensar, o representar e o sentir tomam em cada momento histórico. Essa diversidade não diz respeito a indivíduos, mas aos inúmeros modos de organizar a sociedade. O fazer é social, assim como o pensar, o representar e, até mesmo, o sentir (2017, p. 149)

É esse trabalho que produz o ser social e produz igualmente a sociedade. Considera-se que o trabalhar vai muito além da aplicação das habilidades humanas em favor de questões econômicas, dizendo respeito fundamentalmente a expressar-se e constituir-se em relações com outras pessoas e com a materialidade que nos cerca, participando de uma totalidade de sentidos e significados que transcendem a existência individual. Trabalhar é fazer parte da totalidade histórica e social concreta, as quais configuram as relações com os outros e consigo mesmo, com visões de si, do mundo, dos projetos de vida e das possibilidades de perseverar na existência. Conforme nos indica Martin-Baró (1996), “trabalhar é, antes e fundamentalmente, fazer-se a si mesmo, transformando a realidade, encontrando-se e alienando-se nesse que fazer sobre a rede de relações interpessoais e intergrupais” (p. 15).

A partir das discussões realizadas até aqui, considero que trabalhar é verbo, é ação no mundo, é o fazer de todo dia e é nesse caminhar que também são produzidas as condições de sobrevivência que, no modo de produção capitalista, são diferencialmente distribuídas, produzindo realidades diversas entre as pessoas que vivem do trabalho. É no espaço da vida de todo dia que as contradições do capital são vividas “na pele”, e é também nesse espaço que se pode encontrar a compreensão sobre as relações entre fenômenos sociais e constituição humana em suas mais diversas facetas. O trabalho é, portanto, algo que se vive desde o nascer, através do trabalhar daqueles que nos medeiam a realidade, nas maneiras pelas quais somos conduzidos no processo de escolarização, nas andanças pelo trabalho para garantir o sustento e em tantas outras relações que estabelecemos ao longo da vida. Trabalhar é parte da vida e da morte e pode inclusive demarcar as possibilidades de viver outras histórias ao

aposentar-se, que pode representar o encerramento da jornada da vida no trabalho ou de continuidade dele em outras configurações, isso quando é possível aposentar-se.

Logo, o posicionamento da Psicologia Social do Trabalho, como foi demonstrado ao longo deste capítulo, representa subverter um caminho secular trilhado pela Psicologia hegemônica na direção da individualização do homem, isolado de seu contexto social, que é histórico, e o reconhecimento da potencialidade humana de resistir, transformar, criar e fazer com que aquilo que é vivido não seja visto como algo produzido por Deus ou por uma dádiva natural. O homem é o ser criativo, que realiza e produz, há espaço de realização mesmo em situações profundamente adversas.

Ao dedicar-se aos estudos sobre o trabalho, com base na perspectiva aqui apresentada, cabe reconhecer as especificidades da configuração do modo de produção capitalista em sua multideterminação do trabalho, sendo esse trabalho vivido por pessoas que se relacionam consigo, umas com as outras e com a vida concreta como se apresenta. Mantém-se a contínua preocupação em focar aspectos macrossociais e microssociais que, em indissociável relação, produzem vivências, sentidos e identidades laborais ímpares. Assim, a Psicologia Social do Trabalho se posiciona ao lado dos trabalhadores e visa o compromisso social com a transformação social em favor desses, característica das psicologias sociais de perspectiva crítica.

### 3. MÉTODO E PERCURSO DESTA PESQUISA

A adoção da Psicologia Social do Trabalho como perspectiva endereça o uso de métodos de pesquisa que estejam alinhados a seus compromissos, visão de mundo e de ser social. Martin-Baró (2010) ressalta a importância de se perguntar nas investigações qual a finalidade e a quais interesses esse trabalho atende, frisando que “os valores e interesses envolvidos no processo de conhecer em cada situação não podem ser ignorados” (p. 99). Logo, cabe reconhecer que a dimensão política é necessariamente presente e indissociável das práticas científicas e, desse modo, toda investigação demanda um claro posicionamento ético-político e um enfrentamento à falsa lógica de neutralidade científica que pautou parte da produção em Psicologia historicamente. Ornellas, D’Avila e Coutinho (2022) afirmam que teoria e método em Psicologia Social do Trabalho precisam “subsidiar o diálogo entre pesquisadores/as e trabalhadores/as numa tentativa de produção de conhecimento que transforme a sociedade em que vivemos, especialmente, em seus aspectos mais desiguais, excludentes, violentos e adoecedores” (p. 2). Diante dessas questões, cabe dizer que, no lugar de uma falsa neutralidade, esta pesquisa está alinhada às problemáticas e dilemas enfrentados pela classe trabalhadora, uma vez que assim como Martin-Baró, nesse enfoque considera-se que não é possível “compreender os sujeitos e os processos de subjetivação que os constituem sem analisar seus modos de trabalhar” (Coutinho, 2015, p. 4).

Tendo em vista o interesse pela compreensão das situações de trabalho tal como vividas pelas pessoas que trabalham e o reconhecimento da potência desses sujeitos para a transformação dessas situações (Ribeiro, Oliveira, Bernardo & Navarro, 2017), pesquisar a partir da Psicologia Social do Trabalho significa privilegiar o olhar dos trabalhadores para suas próprias experiências, sendo estes considerados os atores principais do mundo do trabalho. São eles que, a partir de suas vivências, nos permitem tomar conhecimento das tramas da sociedade tecidas em situações cotidianas. A expressão das questões sociais mais amplas, encarnadas no trabalho de todo dia e relatadas pelas pessoas que trabalham, encaminha o olhar para o encontro homem-sociedade que interessa compreender. São essas pessoas, portanto, que permitem que o conhecimento sobre suas ocupações seja produzido e que também contribuem para que as críticas às situações vividas sejam desenroladas, contextualizadas, conceituadas.

Logo, os estudos sobre o trabalho pela perspectiva da PST podem contribuir para a ampliação dos saberes, em minúcias, sobre as situações com que se deparam as pessoas que trabalham em seu dia, sobre dilemas, imposições, e opressões que expressam, de forma



singular, fenômenos sociais produzidos pela vida na sociedade capitalista. Através desses estudos, pode-se conhecer a potência criadora e transformadora das pessoas que trabalham, as quais se colocam em movimento no processo de interação com as atividades que realizam. Conhecer aquilo que está presente em seu cotidiano permite iluminar, a partir de suas vivências, situações degradantes a serem denunciadas, servindo de acúmulo de informações para novos passos em direção à justiça social. Nesse sentido, as pesquisas em Psicologia Social do Trabalho se alinham aos apontamentos de Burawoy (2010) de que o conhecimento sociológico precisa “defender os interesses da humanidade” (p. 42), ressaltando a importância de pesquisas com engajamento social, que iluminem debates entre as teorias desenvolvidas no meio acadêmico e as práticas políticas extra-acadêmicas (Burawoy, 2010). O autor destaca, ainda, a relevância de “tornar visível o que é invisível e validar essas conexões como parte de nossas vidas sociológicas” (Burawoy, 2006, p. 15).

É costumeiro o uso de métodos qualitativos de pesquisa nas que adotam a Psicologia Social do Trabalho. Ribeiro, Oliveira, Bernardo e Navarro (2017) descrevem que observação participante, etnografia, conversas informais, entrevistas não diretivas individuais e coletivas, fotografias têm sido utilizadas nas pesquisas nesse enfoque, além da netnografia, adotada frente a crescente presença da tecnologia na vida social. Bastos e Oliveira (2019) contribuem com essa discussão ao identificar que entrevistas e observação estão entre as estratégias metodológicas mais utilizadas nas pesquisas que se baseiam nesta perspectiva.

A presença nos lugares em que o trabalho acontece propicia contemplar elementos do contexto no qual as pessoas que trabalham se inserem, bem como para buscar captar aquilo que não é necessariamente narrado e que pode ser fruto de novos diálogos, o que se assemelha às práticas de observação. Conforme nos aponta Minayo (2010), a observação propicia o olhar para práticas sociais como rituais, costumes e expressões de sentimentos no momento que se expressam. Uma questão que se apresenta às atividades de observação é a necessidade de acesso ao lugar em que o trabalho é realizado, e mesmo informações preliminares que permitam algum nível de compreensão do que é observado. Por vezes, a leitura de pesquisas anteriores, conversas com pessoas da área que se pretende investigar e aquelas que conhecem membros dos grupos de interesse são caminhos possíveis para iniciar a investigação. Em alguma medida, as pessoas acessadas são informantes que, de acordo com Cavalcante e Azevedo (2014), mesmo não sendo participantes diretamente das pesquisas, podem contribuir com informações a respeito de atividades do grupo pesquisado, por outras perspectivas. Assim, esses informantes contribuem para o acesso tanto ao campo simbólico quanto aos locais físicos e virtuais de trabalho. Becker (1999), ao tratar da observação social ligada a

estudos de caso, descreve que observar permite acessar um grande conjunto de informações, imprevistas ou não, as quais frequentemente se mostram complementares a outros procedimentos metodológicos, tais como entrevistas.

Ao discutir métodos qualitativos para o estudo no campo do trabalho, Santos, Osterne e Almeida (2014) descrevem que a entrevista é, em grande medida, semelhante a uma conversa, mas com uma finalidade específica alinhada aos objetivos de cada investigação, ponto que se assemelha ao posicionamento de Uchôa-de-Oliveira (2020), que nomeia suas entrevistas de conversas. Trata-se de uma interação entre pesquisador e pesquisado dotada de fluidez, negociação de sentidos e trocas a respeito dos temas que emergem durante a conversação, não sendo portanto um processo que se limita à rígida coleta de informações. Mello (1988) exprime também que outros aspectos presentes nas conversas com as pessoas partícipes das pesquisas são relevantes, descrevendo um compartilhar que vai além das palavras ditas - também está presente na gestualidade, nos movimentos, nas entonações, na velocidade e em tantos outros elementos presentes no momento em que a história é contada. A partir das considerações da autora, cabe considerar que a riqueza do momento da entrevista é sempre parcialmente traduzida nas linhas de um texto - esforço que se realiza através dos processos escuta das gravações (se realizadas) e de sua transcrição, das anotações nos diários de campo, e do processo de escrita.

Logo, o registro das atividades de observação e entrevista são relevantes para o trabalho de pesquisa, uma vez que a sistematização das informações coletadas é indispensável para o trabalho analítico. Nesse sentido, conforme indicam Cavalcante e Azevedo (2014), a adoção de um diário de campo permite a construção e reconstrução contínua da compreensão do pesquisador a respeito das informações que acessa, de modo que a elaboração cronológica deste caderno de registros pode provocar, no próprio pesquisador, reflexões sobre os caminhos trilhados e novas questões a seguir no horizonte da pesquisa.

As reflexões acerca do curso da pesquisa estão presentes não só na construção do diário de campo, mas em todo o processo de análise das informações acessadas, assim como discutido por Braun e Clarke (2019), quando tratam da Análise Temática Reflexiva. Trata-se de um método de análise que procura se pautar de modo decisivo no paradigma qualitativo de pesquisa, e não demanda a adoção de pressupostos teóricos externos aos já assumidos na investigação, como indicam que é o caso de outras formas de análise como Análise de Discurso, Análise de Conteúdo, Grounded Theory (Braun & Clarke, 2006). As autoras indicam que são os norteadores do paradigma qualitativo e dos referenciais da própria pesquisa que devem determinar os limites e possibilidades de análises.

As autoras indicam que o olhar para aquilo que foi acessado na pesquisa e para as questões que pautam a investigação demanda um posicionamento ativo, reflexivo e interpretativo por parte de quem pesquisa. Braun e Clarke (2006) afirmam que a análise em uma pesquisa pode compreender a dimensão explícita das informações acessadas, que identifica o que a pessoa expressou semanticamente e/ou a dimensão latente do material produzido, ou seja, aquilo que está presente nas entrelinhas, as informações contextuais e subjacentes ao texto principal. Ainda, Braun, Clarke e Hayfield (2019) afirmam a possibilidade de que ambos os níveis de análise sejam utilizados, a depender dos interesses ou daquilo que está presente nas informações. Nesse sentido, Braun e Clarke (2019) afirmam que o processo analítico na Análise Temática Reflexiva compreende a subjetividade como recurso essencial, assim como os pressupostos teórico-práticos que sustentam e norteiam a pesquisa.

Os momentos de análise das informações, para as autoras (Braun & Clarke, 2019), passam pela identificação, organização e construção de temas que permitem responder as perguntas de pesquisa e, embora sugiram etapas para esse a realização desse processo, afirmam que não é necessário que se siga uma sequência de passos rígidos, mas que as decisões tomadas para a construção dos temas sejam descritas. É a partir desse processo que as autoras argumentam a análise como o contar uma história, em que se constrói uma argumentação e uma análise interpretativa a partir e com a qual se discute o campo científico no qual a pesquisa se filia. Logo, “a análise final é o produto de imersão prolongada e profunda nos dados, de ponderação e reflexão, algo que é ativo e criativo” (Braun & Clarke, 2019, p. 591).

Considero que esta perspectiva se alinha aos pressupostos da Psicologia Social do Trabalho, uma vez que faz parte de seu horizonte a assunção do processo de pesquisa enquanto posicionado e interpretativo, contextualizado quanto aos aspectos sociais e históricos partícipes da vida das pessoas que trabalham, sendo, portanto, pesquisador e participantes, sujeitos situados.

Tendo como base a fundamentação metodológica aqui apresentada, desenvolvi diversos caminhos para que a presente pesquisa ganhasse forma. Os descrevo a seguir, visando contar a quem lê brevemente os trajetos, contatos e aproximações desenvolvidas com as pessoas que participaram desta pesquisa. Estar presente no processo de pesquisa, usar da criatividade para entender os passos a serem dados e da atitude reflexiva para ancorar-se no conhecimento já produzido apresentou-se como um agradável desafio do pesquisar. Nesse sentido, Pais (2013), apoiado em Mills, problematiza o pesquisar como uma prática artesanal, descrevendo que o uso da criatividade em tal prática caminha lado a lado com o rigor

metodológico, uma vez que o conhecimento produzido é resultado do questionamento, dos inúmeros retornos às teorias, do processo reflexivo que este tipo de atividade demanda. Nesta pesquisa, foram necessários diferentes trajetos para que o contato com o campo acontecesse e os encontros com as pessoas que viriam a participar da pesquisa se tornassem realidade. As decisões sobre em quais locais buscar contato foram realizadas ao longo do percurso, de modo a lidar com os obstáculos encontrados.

### **3.1 - Percurso da pesquisa**

Tratar do percurso da pesquisa demanda levar em consideração que se faz pesquisa desde os momentos iniciais da construção do projeto, desde as primeiras reflexões, incômodos, questionamentos. Como foi indicado na apresentação deste texto, e que também se reflete na construção de seus capítulos, todo esse processo foi permeado por leituras, conversas, escritas e reescritas. Ainda, o desenrolar dos contatos com as pessoas que compartilharam suas histórias e permitiram que este estudo ganhasse vida, os caminhos percorridos na análise dos relatos acessados, as novas reflexões, são todos pontos altos da pesquisa, os quais esclareço a seguir.

As pessoas que participaram desta pesquisa foram escolhidas por trabalhar por conta própria há mais de seis meses, em atividades da categoria profissional estudada, que trabalhavam individualmente, sem sócios e/ou trabalhadores associados, e consolidavam sua renda-trabalho por meio de suas atividades, sendo ou não contribuintes do INSS, tendo ou não CNPJ. Aquelas que concordaram em participar expressaram seu consentimento através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou outras formas de registro de consentimento em participar, assim como autorizado pela Resolução 510 de sete de abril de 2016, do Ministério da Saúde.

Os nomes das pessoas entrevistadas foram substituídos por outros, fictícios, o que visa manter suas identidades em sigilo, sendo que os nomes foram atribuídos com base na sequência de entrevista e nomes mais frequentes no Brasil por década de nascimento, lista divulgada pelo IBGE (2016). A ideia é representar a população brasileira que, conforme já discutido, tem cada vez mais se inserido em trabalhos por conta própria<sup>18</sup>.

A realização desta pesquisa foi possível, antes de mais nada, pela disponibilidade de pessoas que trabalham na área de TI e como carregadores de caminhão, às quais tive acesso

<sup>18</sup> Foram excluídos quatro nomes – Carlos, João, Antônio, Maria, por já terem sido utilizados em pesquisa anterior (Silva, 2018)

por meio de pessoas da minha rede de contato profissional e pessoal, profissionais da área da saúde e pesquisadores com quem conversei, bem como pessoas que se disponibilizaram a participar após um primeiro contato de apresentação dos interesses desta pesquisa.

Os contatos com pessoas das duas categorias profissionais aconteceram de forma concomitante, ou seja, procurei participantes de ambas ao mesmo tempo e, conforme as possibilidades de entrevista surgiam, dávamos andamento ao agendamento e sua realização, sem que o foco recaísse em um momento nos carregadores e em outro em profissionais da área de TI. Dada a disponibilidade, a sequência das entrevistas acabou por acontecer com a maioria de profissionais da área de TI e, em seguida, com os carregadores de caminhão, no mesmo período da pesquisa.

De início, a pesquisa seria realizada com trabalhadores “chapas”, subcategoria singular dentre os carregadores de caminhão que congrega aqueles que desenvolvem suas atividades à beira de estradas, em um local chamado ponto de chapas. Entretanto, dadas as dificuldades para iniciar a pesquisa diretamente com esses trabalhadores, fiz contato com o sindicato dos carregadores de um entreposto de mercadorias e seu líder me apresentou o local e outros trabalhadores, dentre os quais um intermediou meu contato com os chapas. Ainda, frente às atividades de trabalho e histórias pessoais que pude conhecer nesse processo, refleti que essas seriam profícuas para os objetivos da pesquisa, razão pela qual esses outros trabalhadores, carregadores de caminhão do entreposto, que inicialmente seriam intermediadores do contato com os chapas, se tornaram também participantes<sup>19</sup>.

Ao longo da pesquisa, no ano de 2019 realizei oito visitas ao entreposto de mercadorias, nas quais fiz entrevistas com dois trabalhadores, com quem também conversei em momentos subsequentes, em outras visitas ao local. No mesmo ano, visitei o ponto de chapas cinco vezes e fiz entrevistas com dois trabalhadores, sendo que, com um deles, mantive contato e tivemos também novas conversas. Cabe aqui frisar que as visitas ao entreposto e aos pontos dos chapas aconteceram de acordo com a disponibilidade das pessoas envolvidas, e foram essenciais para que o vínculo com esses trabalhadores fosse estabelecido. Além disso, realizar observações das atividades e do movimento dos locais visitados, especialmente na companhia de trabalhadores, foram momentos fundamentais para conhecer a dinâmica do local, os termos utilizados por eles em seus relatos e especificidades do trabalho.

Durante o período da pandemia, no ano de 2021, tentei me comunicar com os trabalhadores entrevistados e obtive retorno de dois deles, com quem mantive contato até o

<sup>19</sup> As especificidades dos locais pesquisados serão discutidas ao longo da análise das informações acessadas.

momento da escrita desta tese, e fiz mais uma visita em cada local no período. Nessa mesma fase, consegui contatar um chapa que havia sido indicado por uma profissional de saúde no início da pesquisa, com quem fiz uma breve entrevista por telefone.

Quando se tratou da procura por profissionais de TI que pudessem participar da pesquisa, a busca se realizou também no ano de 2019, e se tornou facilitada devido a conversas com pessoas da rede de contatos pessoais. Essas me levaram a indicação de um trabalhador que poderia contribuir com a pesquisa, que entrevistei por meio de chamada de vídeo. Na procura por mais pessoas para entrevistar, adotei outras estratégias que privilegiaram o uso da internet: compartilhei com pessoas das minhas redes de contato e nas redes sociais um formulário eletrônico com uma breve apresentação da pesquisa e espaço para disponibilização de e-mail para contato em caso de interesse em participar. Como fruto dessa estratégia, uma trabalhadora foi entrevistada por chamada de vídeo. Além disso, realizei buscas ativas nas redes sociais – mais especificamente em redes sociais pessoais e profissionais, por meio das quais enviei uma mensagem sobre a minha pesquisa, junto a um convite para conceder uma entrevista. Esse contato foi feito com pessoas que haviam divulgado explicitamente em suas redes que atuavam na área de TI e que desenvolviam suas atividades por conta própria. Desse processo, duas pessoas que se disponibilizaram a participar da pesquisa foram entrevistadas em 2019 – uma presencialmente, outra via chamada de vídeo. No período da pandemia, mais uma pessoa foi entrevistada por chamada de vídeo, a qual também foi contatada inicialmente por meio de rede social profissional, no ano de 2021.

Das quatro pessoas que atuam em TI inicialmente entrevistadas, apenas duas retornaram meu contato durante a pandemia, com quem conversei sobre o tema via aplicativo de mensagens eletrônicas. Também acompanhei de forma sistemática de páginas de internet destinadas a esses profissionais, em que pude observar as interações e relações que se estabelecem entre as pessoas que trabalham na área de TI, suas formas de expressão, termos específicos da área e relatos do trabalho. Tais atividades, somadas a conversas com informantes, foram de grande importância para compreender as peculiaridades e a complexidade presentes nas atividades dessa categoria profissional.

As atividades de observação e entrevistas foram realizadas tendo como norteador a trajetória laboral e temas relativos ao trabalho (Anexo I), os quais foram mantidos nos contatos com ambas as categorias profissionais. Ao longo dos contatos com as pessoas que participaram da pesquisa, foram privilegiados os caminhos adotados por eles para falar de seu trabalho e de sua história de vida em suas relações com o trabalho. Como já argumentado em

pesquisa anterior (Silva, 2018), a investigação acerca do tema trabalho também produz relatos acerca de outras dimensões da vida, que não são desconectados uns dos outros na biografia de cada sujeito. Conforme cada entrevista se desenrolava, com frequência, questões pessoais, familiares e políticas emergiam e foram também alvo de aprofundamentos quando pertinente, visando compreender as conexões entre os temas surgidos, suas perspectivas e histórias singulares.

Como anteriormente mencionado, os temas apontados no Anexo I foram norteadores do curso das entrevistas, e a forma de iniciá-las se deveu, em grande medida, ao contexto de entrevista e o correr das conversas realizadas. Com as pessoas que trabalhavam na área de TI, com quem eu já havia partilhado uma breve apresentação escrita da pesquisa, foi possível iniciar a conversa tratando das informações da investigação, seguida de um questionamento sobre a história de vida profissional. Com os carregadores de caminhão, iniciar a conversa com uma apresentação pontual da pesquisa, seguida de uma pergunta sobre seu trabalho, se mostrou a forma cabível de me aproximar das situações vividas pelos trabalhadores. Sendo assim, alguns iniciaram contando sobre o tempo que atuavam naquela atividade profissional, outros sobre suas características, cabendo outras perguntas para compreender os temas de interesse deste estudo. Cabe frisar que, quando algum dos temas constantes no Anexo I não era mencionado pelas pessoas entrevistadas, ele se tornava alvo de pergunta direta. Entretanto, caso a pessoa não desse continuidade no tema, mesmo quando questionada, ele não voltava a ser indagado, de modo a preservar, em alguma medida, o curso da entrevista indicado pelo(a) entrevistado(a).

O registro das entrevistas foi feito por meio de anotações e/ou gravações, a depender do contexto em que ocorreram, e as situações ocorridas nas visitas e nas páginas de internet foram alvo de relatos gravados em áudio ou anotados após o encerramento das atividades de observação. Como um segundo passo, as informações foram organizadas em um diário de campo e foram utilizadas como material primário para o desenvolvimento das análises desta pesquisa.

A análise das informações acessadas se iniciou nos momentos de encontro com a literatura acerca do tema, com pessoas entrevistadas e informantes, se desenrolou nas fases de registro e transcrição de entrevistas, e se intensificou nas leituras do material produzido, não sendo algo que aconteceu exclusivamente na fase de análise para a produção desta tese. Para a construção da análise descrita nos capítulos a seguir, utilizei como referência central as entrevistas e, de forma complementar, os elementos surgidos nas atividades de observação e diversas conversas ocorridas ao longo da pesquisa.

Quando se tornou necessário sistematizar as informações coletadas para a construção dos capítulos de análise, estratégias adotadas em pesquisa anterior (Silva, 2018) e as indicações de Braun e Clarke (2006) foram de grande valia para refletir sobre o caminho a ser percorrido, embora as autoras direcionem suas estratégias de análise para a busca por significados compartilhados. Sendo assim, diversas leituras do diário de campo foram feitas para imersão no material produzido, o que permitiu a identificação de trechos que chamavam a atenção pela sua presença nas histórias relatadas e sua pertinência ao que se entendia enquanto objetivos do estudo. Nesse momento, em alguma medida, as perguntas norteadoras eram “do que a pessoa está falando? O que ela quis dizer com o que está falando?” o que permitiu construir sínteses como, por exemplo, “instabilidade de renda”.

Após essa fase extensiva de contato com o material, dei um novo passo na direção da sistematização desses marcadores, quando organizei essas informações em guarda-chuvas que demonstravam repetições, padrões ou diferenças significativas nos relatos das pessoas entrevistadas. Seguindo o exemplo, as estratégias entre os trabalhadores para lidar com a instabilidade na renda e as consequências eram similares entre alguns, distintas entre outros, razão pela qual renda se tornou um tema inicial que, de antemão, seria trabalhado pela sua importância nas histórias dos trabalhadores e para as perguntas de pesquisa.

Por fim, de posse de diversos temas iniciais, caminhei pelo processo de construção dos temas e subtemas, olhando para a articulação entre os temas iniciais, momento em que minha pergunta para o trabalho desenvolvido até o momento era “Sobre o que eu posso falar a partir do que as pessoas e situações ‘me falaram’?”. Assim, por exemplo, como nos relatos a questão da renda se articulava com outros pontos como direitos sociais, esses dois elementos foram analisados em seu conjunto, o que direcionou a construção de um capítulo dedicado ao assunto. Esse processo de construção se deu, por vezes, ao longo da própria fase de escrita do texto, sendo por diversas vezes repensado a fim de dar coerência interna aos argumentos e sequência de capítulos. Após essas etapas é que se intensificou a discussão com a literatura já produzida acerca do trabalho por conta própria.

A construção dos capítulos de análise demandou diversas idas e vindas, em movimentos de escrita, reescrita, exclusões e inclusões de modo a tornar possível a consolidação desse processo. Logo, faço coro ao frisado por Mello (1988) em sua pesquisa com mulheres empregadas domésticas, que afirma que “quando se trata de vidas humanas, a pesquisa é um recorte penoso na matéria viva, porque a vida das mulheres não está contida nas fitas do gravador, nem aprisionada nas palavras escuras e secas que compõe o livro” (p. 24). A escolha dos autores com quem dialogo ao longo dos capítulos a seguir se deveu, em



grande medida, ao compartilhar de objetos de estudo, referenciais e/ou compromissos ético-políticos semelhantes àqueles em que esta pesquisa repousa. Ainda, quando pertinente, foram utilizadas informações de pesquisas e/ou outros materiais que abrissem espaço para diálogo, crítico e/ou questionamento.

Frente à necessidade de fazer escolhas nas inúmeras incursões nas informações acessadas, friso que a análise dessas é apenas um começo de conversa, que se inicia pela apresentação das pessoas entrevistadas, através do que evidencio os primeiros aspectos a serem analisados enquanto expressões da heterogeneidade no trabalho por conta própria, presente nos e entre os grupos entrevistados.

#### 4. APRESENTAÇÃO DAS PESSOAS ENTREVISTADAS

Pesquisas a respeito da heterogeneidade presente no trabalho por conta própria se valem de alguns eixos centrais para proceder suas análises, as quais são desenvolvidas, predominantemente, com dados quantitativos, sistematizados a partir dos levantamentos sobre o mercado de trabalho produzidos pelo IBGE (Prandi, 1978; Galeazzi, 1994; Kon, 2004; Pamplona, 2001; Gomes, 2009, Holzmann, 2013; Santiago & Vasconcellos, 2014, 2017, Mick & Nogueira, 2021). Entretanto, nesta pesquisa, de natureza qualitativa, desenvolvida prioritariamente com entrevistas que se aproximam de uma conversa, no lugar de uma padronização, há informações que podem não se repetir em todos os relatos, e também estão omitidas informações que possibilitem a identificação das pessoas entrevistadas.

Apresento a seguir as pessoas que foram entrevistadas nesta pesquisa, reunindo as informações que me pareceram importantes para um olhar inicial para a heterogeneidade com que tive contato ao longo deste estudo. Incluo informações como nome, idade, profissão dos pais/cuidadores, estado civil e constituição familiar, escolaridade, além de ter incluído pontualmente trabalhos anteriores e ingresso no trabalho por conta própria. Início a apresentação por aquelas que atuam na área de TI apenas pelo fato de que a primeira pessoa entrevistada foi Rafael, parte de tal categoria profissional. Conforme indicado no capítulo anterior, os contatos com as pessoas ocorreram de acordo com a identificação da disponibilidade para participar e não pelas categorias profissionais, razão pela qual identifiquei numericamente ao final de cada apresentação a posição desta pessoa na sequência de entrevistas. Como será possível notar durante a leitura desta tese, há momentos em que Paulo e Carlos relataram juntos algumas histórias, assim como aconteceu nos relatos de Francisco e Luiz.

Há também alguns aspectos compartilhados entre as pessoas entrevistadas que são passíveis de síntese: todas as que faziam parte da área de TI eram solteiras e sem filhos à época da primeira entrevista. Já entre os carregadores de caminhão, a situação é oposta, embora todos(as) os/as filhos(as) dos participantes já sejam adultos(as) trabalhadores(as). Outro elemento comum é que a maioria das pessoas entrevistadas nasceram e residiam no estado de São Paulo, razão pela qual apenas exceções serão indicadas na apresentação pessoal a seguir. Por fim, embora a significativa importância da questão racial entremeada à participação no mercado de trabalho, e sua relevância histórica no fenômeno do trabalho por conta própria, indicado na introdução desta pesquisa, essa questão não foi indagada diretamente às pessoas entrevistadas, razão pela qual não faz parte da apresentação a seguir, e

não será abordada nos capítulos subsequentes, por limitações relativas às informações coletadas.

Rafael tinha 30 anos, não mencionou a profissão dos pais. Sua relação com a área de TI se iniciou na adolescência, quando fez um curso de informática em um sindicato e foi convidado para dar aulas no local. Fez diversos cursos técnicos e ensino superior em Análise e Processamento de Dados em uma universidade privada. Trabalhou como celetista em uma loja de informática e como estagiário em Análise de Processos antes de ingressar o trabalho por conta própria na mesma posição, o que aconteceu por ter ficado desempregado e pelo interesse no trabalho oferecido a ele na época. Em sua história, momentos de trabalho com carteira assinada se intercalam com trabalho por conta própria na área de TI e no campo das artes cênicas (1°).

Rodrigo, 27 anos, contou que sua mãe era Assistente Social, que teve contato com a área de TI no colégio de aplicação no ensino médio, e cursou graduação em Ciência da Computação em uma universidade pública federal. Durante a graduação, deu aulas de inglês em uma escola de idiomas, sendo esse seu primeiro trabalho celetista. Na mesma época, fazia estágio em uma grande empresa, na qual foi efetivado como Desenvolvedor de Software posteriormente. Saiu desse emprego para trabalhar por conta própria, atraído por se ver livre das imposições da empresa, pela ideia de um melhor manejo de seu tempo e por querer trabalhar a partir de casa (2°).

Ana, 27 anos, é filha de um advogado e uma pedagoga, e contou que, durante a adolescência, teve amplo contato com softwares. Nessa fase, pediu a um conhecido da família, proprietário de uma gráfica, para conhecer o trabalho desenvolvido no local e aprendeu as atividades dos *designers* gráficos. No mesmo período, também trabalhou em uma ONG para “ajudar” e “ter um dinheirinho”. Prestou vestibular para diversas áreas, e ingressou na graduação em Ciência da Computação em uma universidade pública federal, tendo feito um período de graduação-sanduíche na Espanha. Trabalhou como celetista em uma *startup*<sup>20</sup> e

<sup>20</sup> De acordo com o Portal Sebrae ([www.sebrae.com.br/startup](http://www.sebrae.com.br/startup)), *startup* é uma empresa considerada 'jovem', ou seja, ainda está em fase de constituição ou início de suas atividades, que desenvolve ou planeja realizar atividades consideradas inovadoras e que prometem garantir alta rentabilidade no futuro e risco presente por não estar estabelecida no mercado. É comum que esse tipo de empresa receba valores de grandes investidores, que esperam lucrar no futuro com suas operações.

em uma *fintech*<sup>21</sup> antes de ingressar no trabalho por conta própria, movimento que ocorreu por ter se interessado pelas vagas oferecidas a ela na época (3ª).

Lucas, 34 anos, residia no estado da Bahia. Filho de um operário de usinagem e de uma dona de casa, fez curso técnico em mecatrônica e abriu um estúdio musical antes de ingressar na área de TI. Disse que, quando decidiu “*trabalhar mesmo*”, iniciou a graduação em Sistemas de Informação e começou a atuar em um projeto voltado ao desenvolvimento de software do tipo *Android*. Após o término desse projeto, mudou-se de estado para ingressar em um novo emprego na área, do qual pediu demissão por estar insatisfeito com diversas situações vividas no trabalho e na cidade em que passou a morar. Decidiu retornar à sua cidade de origem e os trabalhos disponíveis que encontrou eram remotos e por conta própria (4º).

Sandra, 47 anos, que cresceu no interior do estado do Ceará, contou ser filha de um professor e uma comerciante, e disse que, desde a adolescência, “*ajudava*” no comércio da família. Iniciou o curso de Economia em uma universidade pública, mas por motivos pessoais o abandonou e mudou-se com a família para o estado de São Paulo. Durante essa graduação, foi digitadora em um banco e teve, já em São Paulo, diversos trabalhos celetistas, inclusive na área de TI. Seu último contrato CLT foi firmado com a empresa em que trabalhava por conta própria no momento da entrevista, mudança solicitada por ela para poder trabalhar à distância e realizar viagens ao exterior de acordo com seus interesses. Quando aconteceu a entrevista, ela estava cursando ensino superior tecnólogo em Sistemas para Internet, em uma universidade privada (10ª).

Paulo, 58 anos, é separado e pai de uma filha, filho de feirantes. Disse não ter concluído os estudos, sem mencionar até que série estudou. Desde jovem, trabalhou eventualmente como carregador no entreposto de alimentos para conseguir contribuir com a sobrevivência da família, além de sido *office boy*, empregado como cobrador de ônibus e como atendente de loja. Depois de ficar desempregado, passou a trabalhar continuamente por conta própria como carregador no mesmo entreposto em que iniciou sua jornada no mundo do trabalho (5º).

Carlos, 60 anos, é casado, tem dois filhos e uma filha. É filho de um pintor e de uma dona de casa. Cursou ensino médio completo, e trabalhou com carteira assinada como

<sup>21</sup> De acordo com a mesma fonte ([www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/fintechs](http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/fintechs)), *fintech* é uma empresa que atua no mercado financeiro adotando em suas atividades grandes inovações no ramo do mercado financeiro, como bancos digitais, aplicativos de seguros, entre outros

operador de máquinas em indústrias e como ajudante de caminhão de entrega de bebidas. Após ter sido demitido por participar de greves, começou a trabalhar por conta própria como carregador no entreposto de alimentos, atraído pela proximidade entre o local e sua casa. Tentou voltar a trabalhar como celetista durante uma fase de sua história no trabalho por conta própria e, frente a dificuldades vividas nesse período, retornou às atividades anteriores como carregador (6°).

Francisco, de 61 anos, é casado, tem duas filhas e um filho já falecido. É filho de trabalhadores rurais. Estudou até a quarta série do ensino fundamental, tendo deixado a escola por ter que trabalhar na lavoura para ajudar no sustento da família. Já na vida adulta, empregou-se como operador de máquinas pesadas (retroescavadeiras, por exemplo) e como motorista. Foi demitido da empresa em que trabalhava e migrou para o trabalho por conta própria, mudança que atribuiu à insatisfação com os horários que tinha que trabalhar na empresa, ao fato de ser demitido, e por considerar que o salário que receberia seria muito baixo em uma nova empresa (7°).

Luiz, 57 anos, é separado, tem um filho, e é o irmão mais novo de Francisco. Começou a trabalhar na lavoura também na infância, atividade interrompida quando a família se mudou para a zona urbana da cidade em que moravam. Completou o ensino médio e ingressou no primeiro trabalho celetista como pedreiro em uma usina hidroelétrica. Depois de ter sido demitido, começou a trabalhar por conta própria como chapa com o irmão, tendo tido alguns empregos pontuais na construção civil durante sua trajetória de trabalho (8°).

Raimundo, 53 anos, é casado e tem um filho, não mencionou escolaridade, cidade de nascimento e profissão dos familiares. Trabalhou com carteira assinada como carregador de caminhão em uma transportadora, e saiu do emprego após ter passado por um assalto durante o expediente, razão pela qual migrou para o trabalho por conta própria. O ingresso na atividade de chapa de caminhão se deu na cidade em que residia à época, por ter pessoas conhecidas que lhe recomendaram o trabalho (9°).

Visando facilitar a leitura dos capítulos subsequentes, a tabela a seguir foi organizada como síntese das informações de apresentação, introduz o ano em que a entrevista principal foi realizada, e a área de atuação em que as pessoas entrevistadas se inseriam no momento da entrevista.

**Tabela 1:** Síntese de informações de apresentação das pessoas entrevistadas

<b>Categoria profissional</b>	<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Ano da primeira entrevista</b>
Trabalhadores(as) da área de TI	Rafael	30 anos	Ensino Superior Completo	2019
	Rodrigo	27 anos	Ensino Superior Completo	2019
	Ana	27 anos	Ensino Superior Completo	2019
	Lucas	34 anos	Ensino Superior Incompleto	2019
	Sandra	47 anos	Cursando Ensino Superior	2021
Carregadores de Caminhão	Paulo	58 anos	Não concluiu os estudos e não mencionou até que série estudou	2019
	Carlos	60 anos	Ensino Médio Completo	2019
	Francisco	61 anos	Ensino Fundamental Incompleto	2019
	Luiz	57 anos	Ensino Médio Completo	2019
	Raimundo	53 anos	Não mencionada	2021

**Fonte:** elaboração própria.

\* \* \* \* \*

A presente apresentação permite que sejam ponderados alguns contrastes entre as situações vividas pelos trabalhadores, bem como certas similaridades. A começar pela situação social e econômica das famílias de origem e suas relações com o trabalho das pessoas entrevistadas. É possível notar diferenças pelo fato de que alguns carregadores indicaram, indiretamente, que suas famílias tinham dificuldades de dar conta da sobrevivência sem envolver os filhos em atividades laborais, o que não aparece nos relatos das pessoas que atuam na área de TI<sup>22</sup>. Entre as últimas, há participantes com pais que tinham formação técnica e superior, o que poderia conferir algum tipo de inserção profissional que desse conta das demandas familiares. Tal questão ressoa nos achados de pesquisa de Coelho-Lima (2016), em que o contexto familiar de pobreza se mostrou um marcador importante para o ingresso no mundo do trabalho de forma precoce, assim como é visto entre os carregadores.

O último ponto indica a presença de trabalho infantil, definido por lei nacional como aquele desenvolvido por crianças e adolescentes menores de dezesseis anos, com exceção de jovens aprendizes, que podem trabalhar a partir dos catorze anos (Brasil, 1990). No caso desta

<sup>22</sup> Ao longo do texto, me refiro às ‘pessoas’ que atuam na área de TI de modo evitar o uso do gênero masculino na escrita de modo indiferenciado.

pesquisa, entre os carregadores há aqueles que trabalharam na infância e adolescência para contribuir com o sustento da família. No grupo da área de TI, há a presença de trabalho na adolescência, situação que não foi reportada como motivada pela necessidade de contribuir com a família. Cabe ainda frisar que os carregadores ingressaram no mundo do trabalho em posições precárias em termos de organização e condições de trabalho, bem como de baixo rendimento, o que também aparece como fator importante nas trajetórias dos trabalhadores por conta própria que participaram da pesquisa de Coelho-Lima (2016).

Entre as pessoas entrevistadas, também é possível identificar importantes diferenças em relação ao ensino formal e oportunidades de estudo. É expressiva a disparidade entre as situações relatadas por Ana, que teve acesso ao mundo digital e ao trabalho com informática desde jovem, cursou ensino superior de ponta, e Francisco, que abandonou os estudos ainda criança por precisar trabalhar para contribuir com o sustento da família. A trabalhadora, inclusive, frisou essa questão durante a entrevista, tendo mencionado que seus pais, devido às suas profissões, sempre incentivaram sua curiosidade e os estudos. Não considero que seja possível afirmar que a família de Francisco também não o fez, mas as demandas familiares de sobrevivência, a questão da pobreza e o trabalho infantil parecem fatores relevantes para a evasão escolar, além do que contribuem para a manutenção do ciclo de pobreza de forma intergeracional. Tais elementos corroboram o sustentado pelos estudos sobre trabalho infantil e processo de escolarização (Ferreira, 2001).

Ainda acerca da escolarização, outra questão a ser discutida é que, entre os trabalhadores de TI, todos alçaram algum nível de formação de ensino superior, ao passo que os carregadores cursaram ao máximo ensino médio completo – diferença que costuma ser indicada como significativa quando da competição por uma vaga de trabalho. Cabe ter em conta que, conforme indicam Balassiano, Seabra e Lemos (2005), a teoria do capital humano, em que escolaridade e empregabilidade estão conectadas, deve ser vista com grandes ressalvas. Entre elas, estão a necessidade de olhar para elementos transversais que participam desse elo, a individualização de questões sociais, como o não acesso à educação e trabalho, bem como a transferência dos problemas do mercado de trabalho exclusivamente à noção de trabalhadores despreparados para ele. Na mesma direção, Borges (2006) indica a importância de ter em vista as condições adversas e os movimentos do capital expressos no mercado de trabalho para tal discussão. Tais elementos demonstram que não se pode colocar como de antemão vantajosa a posição das pessoas com maior nível de educação formal. Ao mesmo tempo, vale dizer que os resultados de pesquisa de Balassiano, Seabra e Lemos (2005) apontam maior rendimento decorrente do trabalho para aqueles com maior escolaridade, algo

também indicado por Galeazzi (2007) a respeito dos trabalhadores por conta própria. Ainda, a autora indica que o ingresso no autoemprego, guarda-chuva em que o trabalho por conta própria está inserido, pode dizer respeito a uma alternativa frente as barreiras do mercado de trabalho formal às pessoas de menor escolarização com condições de escolaridade mais precária. Sendo assim, trata-se de uma diferença significativa entre os grupos estudados, que merece ser notada.

A essa altura, cabe ponderar que as diferenças apontadas até aqui não são exclusividade das histórias das pessoas que trabalham por conta própria, se ampliarmos o olhar para a composição da classe trabalhadora. Entretanto, ressaltar essas diferenças permite frisar que não há, entre os grupos entrevistados e, em alguma medida, intragrupos, um compartilhamento de posições sociais semelhantes, seja em relação ao contexto familiar de origem, ao início da história de trabalho, ou às questões ligadas à escolaridade. Logo, já de saída, tinham condições díspares que, em seu conjunto, configuram horizontes e mecanismos diferentes para o ingresso no trabalho por conta própria.

Tendo tal consideração em vista, é interessante demarcar que as pessoas entrevistadas se valeram, em maior ou menor medida, dos trabalhos presentes em suas histórias no momento de migrar para o trabalho por conta própria. Entre os(as) trabalhadores(as) de TI, esse movimento se deu especialmente a partir da formação universitária ou inserção na área profissional. Já na outra categoria profissional, os trabalhos anteriormente desenvolvidos propiciavam em alguma medida experiências e saberes sobre a atividade dos carregadores, quais sejam o contato com as estradas, a exigência de força física, e/ou o contato com a própria atividade como celetista.

O fato de todas as pessoas entrevistadas terem sido celetistas também chama a atenção e, se a pesquisa fosse baseada em um questionário, talvez as razões para a ida para o trabalho por conta própria não pudessem ser captadas. Com base nas entrevistas, é possível identificar três marcadores comuns para tal movimento: situações de desemprego, interesse pelo conteúdo da atividade a ser realizada na nova inserção profissional e o desgosto com situações vividas no contexto do emprego. Diferente do que vão pautar as teorias a respeito do ingresso no trabalho por conta própria por escolha ou necessidade – teorias *push* e *pull*, descritas criticamente por Gomes (2009) -, esses dois pontos nem sempre são excludentes – ou escolha, ou necessidade. Para seis das pessoas entrevistadas, o desemprego foi um elemento importante para o movimento de ingresso no trabalho por conta própria, uma vez que as demandas financeiras e, por vezes, de sobrevivência, se faziam imperativas.



Entretanto, ao menos para os trabalhadores Francisco e Raimundo, tal cenário não se deu sem que também houvesse uma importante insatisfação com as situações vividas no trabalho – organização e condições de trabalho somadas à demissão e um assalto, respectivamente, além das perspectivas de baixo rendimento em um novo emprego, apontadas por Francisco. Mesmo nas histórias de Lucas, que saiu do emprego e passou a procurar outras oportunidades na região em que residia anteriormente, as insatisfações com o cotidiano na empresa foram decisivas para esse passo. Tal situação se repete, em alguma medida, com Rodrigo e Sandra, que buscaram uma nova configuração contratual que lhes conferia a possibilidade de trabalhar à distância, o que viam como inviável nos contratos celetistas que se inseriam. Logo, os achados corroboram o que foi indicado por Galeazzi (2007), quando afirma “a fuga à submissão frente às regras e hábitos requeridos para um emprego formal” como um dos elementos que leva ao trabalho por conta própria, além de parecer uma resposta aos baixos salários vislumbrados. Na mesma direção, Coelho-Lima (2016) indica que o trabalho assalariado representa “um espaço de profunda precarização de suas vidas” (p. 218), sendo que o trabalho por conta própria, mais do que uma escolha ou necessidade de forma isolada, se configura como uma possibilidade de “conseguir um melhor padrão de vida” (Coelho-Lima, 2016, p. 221).

Além disso, cabe considerar que, para duas das pessoas entrevistadas da área de TI, também o conteúdo da atividade a ser desenvolvida pesou a favor da migração para o trabalho por conta própria. Aqui, vale frisar que essa possibilidade de levar em conta o que efetivamente trabalhariam para decidir por assumir um novo trabalho é algo que não aparece entre os carregadores de caminhão, e é relevante pensar que não se trata de uma possibilidade disponível para todas as pessoas, como bem discute Ribeiro (2020). O autor questiona, a partir do contexto de pandemia, os limites do escolher uma trajetória profissional tendo em vista os interesses pessoais, que são socialmente produzidos, e também restringidos, por múltiplos elementos históricos e sociais. Ainda, conforme indica Coelho-Lima (2016), a presença do conteúdo da atividade como elemento que participa das decisões sobre trabalhar por conta própria, subverte a redução do trabalho aos moldes capitalistas, e indica o trabalho como algo que também produz autorrealização e se faz relevante social e individualmente.

Embora o debate sobre trabalho por conta própria por escolha ou necessidade seja visto como superado por alguns, como indicado na apresentação desta tese, ainda cabe a afirmação de que o movimento na direção dessa modalidade de inserção no mercado de trabalho decorre de diversas situações. Isso é, em grande medida, contrário ao que se busca ideologicamente divulgar, de que se trata de uma escolha livre de trabalhadores(as) no país.

Tal movimento parece ter a ver com a margem de escolhas possíveis frente ao mercado de trabalho que se encontra com as histórias prévias dos sujeitos, com a situação socioeconômica do país e do microcontexto em que as pessoas que trabalham se inserem, bem como com as chances disponíveis em um dado momento da história singular dos participantes. Logo, considero que esse movimento também integra a heterogeneidade do trabalho por conta própria estudado.

Saindo das questões relativas às histórias prévias das pessoas entrevistadas, outro ponto que salta aos olhos é a faixa etária em que se encontram, que guarda expressiva diferença – o grupo de TI está predominantemente na faixa dos vinte e cinco aos trinta e cinco anos, ao passo que, entre os carregadores, a idade varia de cinquenta a sessenta e cinco anos. Isso se soma ao fato de que a trabalhadora mais velha que integra o primeiro grupo é cinco anos mais jovem que o mais novo dos carregadores de caminhão.

Tal elemento tem relação importante com momentos diferentes de carreira, sendo que os mais velhos têm um maior percurso temporal no mercado de trabalho. Ainda, se encontram (pelo menos idealmente) nas proximidades da aposentadoria, tendo em vista que a idade mínima para aposentar no país atualmente é de sessenta e cinco anos para homens e sessenta e dois anos para as mulheres. Tais dados se referem ao caso de contribuintes para o INSS não ligados à esfera pública, conforme lei nacional que rege aposentadorias (Brasil, 1991), constantemente alterada em desfavor das pessoas que trabalham. Do mesmo modo, pode-se considerar que aqueles mais jovens, que estão no trabalho em TI, ainda têm um horizonte de carreira alargado e de potencial permanência no mercado de trabalho por tempo maior que os mais velhos. Tais elementos podem configurar posições diferentes em relação ao próprio futuro profissional.

Além disso, são pessoas que se encontram em diferentes momentos no ciclo de vida, tendo em vista que, entre os carregadores de caminhão, todos tiveram filhos, três deles ainda são casados, ao passo que o outro grupo é composto por pessoas que são solteiras e sem filhos. Embora essa não seja uma questão diretamente ligada ao trabalho por conta própria, a indissociabilidade das esferas da vida permite considerar que, entre os carregadores, a demanda pela criação dos filhos e de contribuir para o sustento da família teve papel importante relacionado à renda do trabalho. Frases sobre o trabalho como carregador, como “*criei meus filhos aqui*”, dita por Carlos, e de Francisco, que falou que “*As minhas meninas são estudadas, e tudo foi daqui que tirei*”, contribuem com essa compreensão.

As questões discutidas até aqui permitem compreender que há significativas diferenças nas trajetórias de vida, em que se inclui o trabalho, que são elementos que participam do

ingresso e permanência no trabalho por conta própria. A heterogeneidade nessa modalidade de inserção no mercado de trabalho, nesse sentido, não diz respeito apenas às atividades que podem ser desenvolvidas, mas às histórias singulares das pessoas que o tornam realidade na vida de todo dia. Mesmo ao olhar para as pessoas que representam nesta pesquisa uma ou outra categoria profissional, embora haja proximidade, não é possível falar sobre homogeneidade.

Sendo assim, também se torna difícil aceitar que o trabalho por conta própria seja igualmente positivo para todas as pessoas e como uma saída para as questões presentes no mercado de trabalho, como se tem sido propagado em alguns meios, mencionados na apresentação desta tese. De início, já é possível identificar a diversidade de elementos singulares presentes nas vidas das pessoas entrevistadas que, no seu conjunto, participam de suas trajetórias de trabalho, o que permite questionar essa ideológica indicação de uma modalidade de trabalho como saída universal para todas as pessoas, como se todas partissem das mesmas posições sociais, com igualdade de acessos e oportunidades.

Tendo essas questões em vista, cabe agora tratar das atividades realizadas pelas pessoas entrevistadas em cada uma das categorias profissionais, de modo a ampliar o olhar para o fazer e para outras questões que o envolvem.

## 5. AS ATIVIDADES DE TRABALHO

No capítulo anterior, as histórias das pessoas entrevistadas nesta pesquisa clarificaram a diversidade que participa do ingresso e permanência no mercado de trabalho através desta modalidade de inserção profissional. Neste capítulo, dou mais um passo na direção da exploração da heterogeneidade presente no trabalho por conta própria, através da apresentação das atividades realizadas, bem como dos instrumentos e formação envolvidos no processo de trabalho, o que está contemplado no primeiro item. Após tal apresentação, disponibilizei algumas imagens ilustrativas do trabalho realizado pelas categorias profissionais em tela. No item seguinte, exponho que, apesar das diferenças significativas entre as categorias profissionais aqui descritas, há em ambas o compartilhar do gênero profissional e estilo de ação. Na sequência, retomo a discussão pontuando aspectos que revelam a heterogeneidade, além do apontar a repercussão do fazer de uma categoria profissional sobre a outra, e a importância da análise do gênero profissional e estilo da ação para o questionamento da suposta cisão entre trabalho manual e intelectual aventada como um dos marcos centrais na diferenciação no mercado de trabalho.

### 5.1 – Caracterização das atividades realizadas

Embora a complexidade das atividades desenvolvidas pelas pessoas entrevistadas seja certamente maior que o relatado a seguir, descrevo neste subitem, pontualmente, o momento histórico de surgimento das categorias profissionais em estudo, apresento aspectos gerais das atividades segundo emergiram nas entrevistas, bem como instrumentos e formação demandados em seu exercício profissional.

#### 5.1.1 – *Trabalhadores(as) da área de TI*

A área de Tecnologia da Informação tem em sua história o desenvolvimento de diversos esforços voltados para a facilitação do manuseio de informações. Marçula e Benini Filho (2019) apresentam um interessante trocadilho a respeito da palavra informática, por meio da junção de duas palavras de origem francesa: **informação automática**, e frisam que o computador é a ferramenta pela qual essa automatização foi possível. Para o funcionamento do computador, foi necessário o desenvolvimento de uma interface que permitisse a utilização de códigos numéricos para o processamento de informações eletrônicas, a qual atualmente é conhecida como software. O último é definido por Marçula e Benini Filho (2019) como um

conjunto de instruções, organizado em um formato de programa que, ao ser executado, permite que informações sejam manipuladas de acordo com a necessidade de quem o utiliza, tratando-se, portanto, de um processo lógico realizado por meio de comandos preestabelecidos. Outro importante propulsor do desenvolvimento dessa área foi, como aponta Vieira (2003), a criação da internet e da rede mundial de computadores, que trouxeram a possibilidade de conectar pessoas nos mais remotos locais. Tais processos produziram transformações a nível mundial, tanto em termos de produção, quanto em relação à divisão social do trabalho e da riqueza (Lima & Bridi, 2018).

A área de Tecnologia da Informação (TI), segundo Marçula e Benini Filho (2019), se constitui por meio de diferentes dispositivos que visam facilitar atividades “potencialmente úteis”<sup>23</sup> aos seres humanos. Castro (2013) aponta que a expressão “Tecnologia da Informação” vem sendo usada como “uma espécie de guarda-chuva de práticas, ofícios e de uma indústria específica de produção de softwares e oferta de serviços: aquela que se especializou no desenvolvimento de soluções informáticas para os mais diversos fins” (p. 9).

O setor de TI brasileiro integra, segundo a Classificação Brasileira de Atividades Econômicas (CNAE), a área de Tecnologia de Informação e Comunicação, bastante ampla e complexa do ponto de vista das atividades, produtos e serviços que englobam (Lima & Bridi, 2018). Segundo os autores, dentro desse grande setor, há três principais subsetores: telecomunicação, produção de hardware e desenvolvimento de software. Já a Associação para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex, 2019) frisa que nesses setores há grandes áreas ligadas ao suporte técnico, manutenção de hardware e software, entre outras, além de haver profissionais de TI inseridos em departamentos de empresas de diversos ramos de atividade nas quais o negócio principal não é propriamente da área de TI.

De acordo com Miguez (2018), o trabalho da área de TI, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de softwares, se desenrola a partir de projetos, os quais são orientados de acordo com as solicitações dos clientes. O autor aponta que, no processo de produção de softwares, um projeto segue, em alguma medida, as seguintes etapas: “1) Levantamento das necessidades do cliente; 2) Análise; 3) Desenho; 4) Desenvolvimento; 5) Implementação; 6) Testes; 7) Manutenção”.

É na etapa de levantamento de necessidades do cliente que atua Sandra, em uma empresa que oferta soluções informatizadas para área de vendas de outras empresas, visando

<sup>23</sup> Ressalto que utilizei as aspas em “potencialmente úteis” visa demarcar a contínua indução de necessidades, criadas muito mais com o interesse em produzir consumo do que produzir o que é necessariamente útil à humanidade.

“transformar isso que o cliente precisa (...) em um sistema que possa fazer esse processamento eletronicamente”. Em seu cotidiano, a trabalhadora realiza reuniões com a empresa-cliente para entender suas demandas e, de posse dessas informações, conversa com a equipe de desenvolvedores de softwares para juntos analisarem o que é possível ser feito, em quanto tempo, e quais serão os pormenores do trabalho a ser entregue. Nesse processo, Sandra contou que a tradução das informações de uma ponta a outra é um importante complicador, o que se une à dificuldade de transformar o que o cliente precisa em um produto passível de desenvolvimento.

Lucas, entrevistado nesta pesquisa, é um desenvolvedor de software que poderia fazer parte da equipe que Sandra falou a respeito e, como tal, tem como atividade principal o desenvolvimento de códigos numéricos combinados, em linguagem de programação específica, os quais, em seu conjunto, fazem com que o que foi solicitado pelo cliente se torne um produto. O trabalhador descreveu que atua na subárea de desenvolvimento de softwares voltada para aplicativos para *smartphones* do tipo Android, o que faz do seu trabalho algo muito específico em termos de conhecimento, experiência, linguagem de programação e tipos de códigos a serem desenvolvidos. Disse que se trata de um trabalho complexo, que demanda mudanças constantes por atualizações ou pelo interesse do cliente em adicionar novas funcionalidades a seu produto, complexidade que não é aparente, segundo o participante, dada a facilidade que o usuário encontra ao usar as ferramentas que desenvolve.

Rodrigo, que é desenvolvedor de softwares em outra área, a de banco de dados, indicou também a complexidade presente em suas atividades. O trabalhador atua principalmente na modernização de sistemas informatizados antigos, chamados na área de legados, algo descrito pelo trabalhador como algo “*muito complicado, muito complicado. É... código antigo, código malfeito, porque a tecnologia não suportava várias coisas, então para fazer uma coisa simples hoje, que sei lá, três linhas de código, antes você levava 45 mil artigos sabe?*”. Nesses sistemas, além de atualizar os códigos de forma a simplificá-los, Rodrigo tem o papel de corrigir erros, adicionar novas funcionalidades e/ou características nos sistemas. Sendo assim, cabe a ele reescrever os códigos dos sistemas de modo a manter os comandos já presentes, tornar os códigos mais enxutos, compreensíveis e pautados no que há de mais recente na área.

Tanto Lucas quanto Rodrigo contaram que suas atividades de trabalho passam por momentos em que outras pessoas verificam os códigos produzidos, de modo que sejam possíveis correções, mudanças ou indicações de melhorias no que desenvolveram. Ana, em um dos projetos que atua, faz algo semelhante às pessoas mencionadas pelos trabalhadores.

Ela atua em dois projetos para companhias distintas: em um trabalha como pesquisadora na área de TI, e no outro trabalha na área diretamente responsável pela análise da qualidade de sistemas e softwares produzidos na empresa. Na última, ela disse que seu papel é fazer a análise dos códigos escritos pelos desenvolvedores antes que o produto seja compartilhado com o cliente, de modo que possa garantir que o produto está coerente com os resultados esperados.

Se, até o momento, o trabalho das pessoas entrevistadas fazia parte do processo de desenvolvimento de softwares, Rafael atua em outro momento de sua existência, o de aplicação dessas tecnologias em empresas, na posição de Analista de Processos. Ele desenvolve seu trabalho em empresas em pleno funcionamento, que têm o interesse de mapear gargalos em suas atividades para reduzir custos e/ou ampliar a lucratividade. Rafael atua na análise de processos já implementados por meio de minuciosas entrevistas e acompanhamento do cotidiano de trabalho de pessoas que trabalham em diversos departamentos. Com base nas informações levantadas, o entrevistado sugere atividades que podem ser eliminadas, reduzidas ou alteradas de modo a diminuir o tempo gasto para sua realização, e quais softwares poderiam ser alterados ou adotados para aumentar a agilidade nos processos de trabalho. Depois desse momento, mediante aprovação da contratante, Rafael cota novas soluções informáticas ou mudanças naquelas já utilizadas, e constrói um manual com o passo a passo das atividades a serem feitas pelos trabalhadores da empresa, indicando mudanças na distribuição das atividades.

As atividades desenvolvidas pelas pessoas entrevistadas têm como principal instrumento de trabalho computadores conectados à internet, como é de se imaginar. É responsabilidade das pessoas entrevistadas providenciar computador e internet compatíveis com as demandas de trabalho, de modo que não haja problemas de conexão que afetem suas atividades diárias. Em geral, também faz parte do dia a dia o uso de aplicativos que servem como ferramentas para divisão das tarefas entre os trabalhadores, bem como controle das atividades realizadas.

A necessidade de formação para atuar em TI não foi igualmente remetida pelas pessoas entrevistadas. Sandra, cursando ensino superior na área, relatou a importância da formação para que pudesse se aprofundar e melhorar sua comunicação com a equipe de desenvolvedores. Rafael, com ensino superior completo na área, indicou que muito do que aprendeu foi no cotidiano de trabalho e, em alguma medida, considera que a formação não é essencial, mas sim certificações que garantam visibilidade e especialização. Lucas, por sua vez, afirmou que o ensino superior na área de TI é de tal maneira defasado em face às

exigências e velocidade de mudanças no mercado que iniciou um curso superior e desistiu. Entretanto, ressaltou a importância de se manter atualizado por meio de cursos e estudos autodidatas. Rodrigo e Ana, que concluíram o ensino superior na área em universidades públicas, ressaltaram a importância desse momento para a construção de seus saberes globais em TI.

As fotos a seguir foram tiradas por pessoas da minha rede de contatos profissional que atuam na área de TI, após um pedido motivado por uma apresentação que eu realizaria durante o período de estadia na Universidade do Porto.

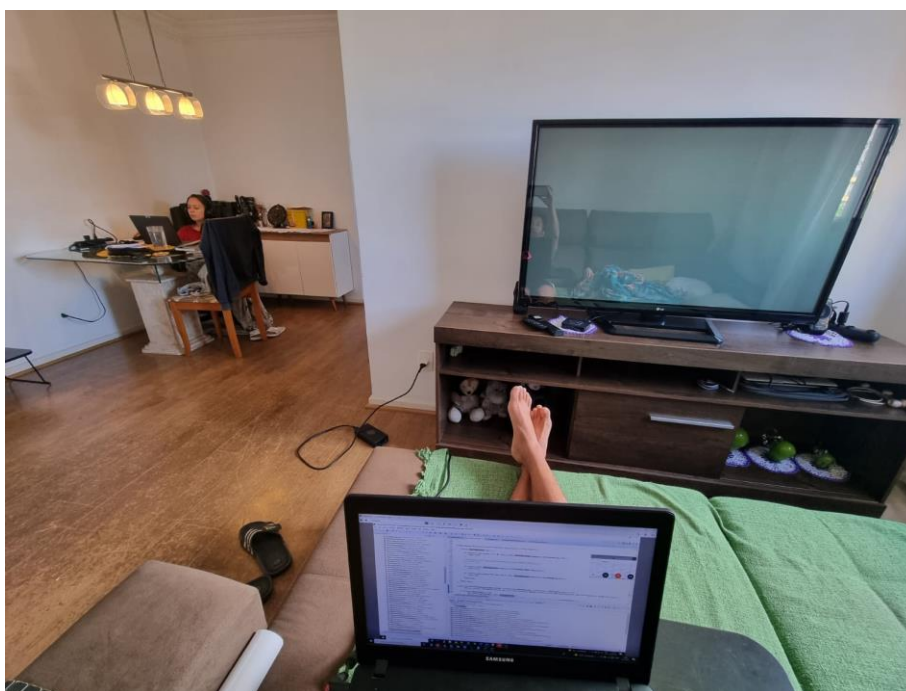


Imagem 1: trabalhadora de TI sentada à mesa, e trabalhador de TI sentado no sofá, ambos durante o expediente de trabalho. Fonte: acervo da pesquisa.





Imagem 2: trabalhador de TI durante o expediente de trabalho, usando, simultaneamente, três telas de computador diferentes. Fonte: acervo da pesquisa.

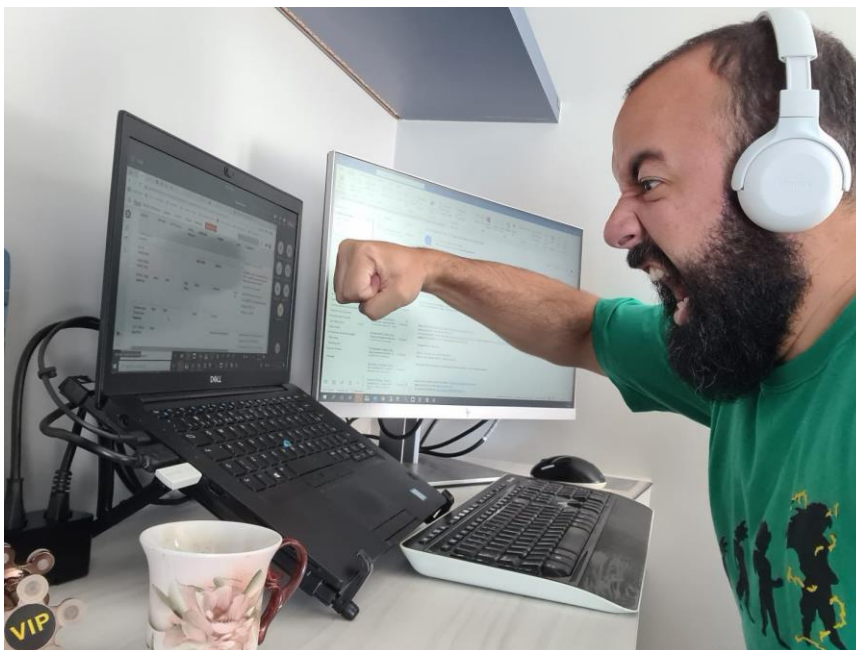


Imagem 3: trabalhador de TI simulando um momento de tensão no desenvolvimento de sua atividade. Fonte: acervo da pesquisa.

### 5.1.2 – Carregadores de caminhão

No Brasil, segundo Alencar (2017), a movimentação de materiais, como atualmente conhecida, tem relação com a necessidade de carga e descarga de produtos dos navios para os

portos - uma das principais formas de comércio das grandes navegações. A expansão da atividade para contextos não portuários se consolidou com a necessidade de enviar produtos para o interior do país. Terra (2007a) frisa que, antes da abolição da escravidão, tais atividades eram realizadas principalmente por trabalhadores escravizados e libertos, sendo historicamente desenvolvida pelas camadas mais empobrecidas da população.

Com o desenvolvimento de outras formas de produção e de transporte no país, decorrente de mudanças relativas aos processos de migração, industrialização e intensificação da distribuição de materiais via rodovias, o trabalho dos carregadores passou a ser realizado em outros espaços. De acordo com Mezgravis (2006), os carregadores terem passado a trabalhar com os caminhoneiros foi uma consequência da ampliação do sistema rodoviário no país durante o processo de industrialização, o que ocorreu gradativamente após o declínio do café e da ferrovia. Com tal mudança, as mercadorias movimentadas também se diversificaram significativamente.

Francisco, ao contar sobre seu trabalho, disse que carrega “*tudo o que se transporta em um caminhão*”, sintetizando a atividade central dos carregadores em geral – quer na beira das estradas, quer no entreposto de mercadorias, esses trabalhadores têm o papel central de carregar e descarregar manualmente dos caminhões os mais diversos produtos.

A especificidade do trabalho de Francisco, Luiz e Raimundo como carregadores de caminhão tem relação com o fato de que são chapas de caminhão e, como tal, tentam vender sua força de trabalho em um local denominado ponto de chapas, que fica à beira das estradas. Seus contratantes, na maioria das vezes, são os caminhoneiros que precisam carregar ou descarregar produtos em seu destino, além de empresas públicas e privadas que precisam pontualmente de seus trabalhos. Francisco relatou diversos tipos de produtos movimentados por ele, tais como baterias, alimentos frescos e congelados, pneus, carteiras escolares, entre outros. A depender da situação, Francisco contou que pode precisar manusear notas fiscais dos materiais entregues, quando deve aguardar a conferência por parte de quem recebe, coletar a assinatura do documento e devolvê-lo ao motorista.

Além dos trabalhos com carga e descarga, há também a atividade de chapa-guia, que consiste em orientar o caminho para motoristas que não conhecem as estradas e cidades as quais precisam atravessar e/ou em que vão descarregar produtos, orientação que evita a ocorrência de acidentes com o caminhão, e também que sejam multados por transitar e/ou estacionar em locais proibidos. A atividade como chapa-guia demanda um conhecimento importante sobre os lugares que irão percorrer, o que, segundo Mezgravis (2006) se

desenvolve por meio da experiência e do contato com outros trabalhadores e caminhoneiros que circulam pelos trechos.

As atividades de carga, descarga e manuseio de notas fiscais, descritas pelos chapas, tem similaridades àquelas contadas pelos carregadores de caminhão que trabalham no entreposto público<sup>24</sup>, em que há a comercialização de hortaliças, frutas, legumes, flores, entre outros. São produtos comprados de produtores rurais e vendidos por intermediadores, chamados permissionários, para empresas privadas ou públicas, tais como mercados, quitandas, escolas, penitenciárias, entre outras. No local, há vários galpões, nos quais há boxes – espaços semelhantes à pequenas lojas - em que os produtos são dispostos e negociados com essas empresas, representadas por seus funcionários no dia a dia do local, os quais são chamados de compradores ou clientes. Nos galpões, há estreitos corredores de trânsito de pessoas e carrinhos com produtos, e para sair dos galpões e chegar até os veículos nos quais geralmente se faz o carregamento e/ou descarregamento de produtos, há rampas íngremes nas quais é preciso passar com os carrinhos.

É no processo de movimentação dessas mercadorias no interior do entreposto que os carregadores atuam, realizando o que chamam de “*carrinhadas*”, que são contratadas por compradores que vão ao local ou por permissionários. Quando contratado pelos primeiros, Carlos contou que seu trabalho consiste, basicamente, em movimentar os alimentos do local em que estão armazenados – no caminhão do produtor ou no box – até o veículo do comprador dos alimentos. Quando são contratados pelos permissionários, para além da movimentação, precisam lidar com as notas fiscais, o que demanda fazer a contagem e a conferência dos produtos recebidos, informar qualquer divergência ao permissionário e movimentar a carga. Em ambos os casos, os trabalhadores devem acondicionar os produtos e, se necessário, fazer amarrações com cordas, para evitar que se movimentem no trajeto com o carrinho ou nos veículos dos compradores. Isso porque, caso a carga fique mal acondicionada e os produtos se movimentem, há o risco de que fiquem batidos, estragados ou sem condições de venda e consumo, além de poder gerar custo ao trabalhador.

As carrinhadas são realizadas com um carrinho de propulsão humana que representa, além do corpo dos trabalhadores, o principal instrumento para a carga e descarga de produtos. Ele é composto de duas rodas de ferro e duas hastes para apoiar no chão, uma base e um apoio horizontal, como ‘costas’ do carrinho, de ripas de madeira. O carregador puxa o carrinho com suas mãos, e o posiciona em suas costas, de modo que possa caminhar olhando para a frente

<sup>24</sup> As particularidades do entreposto em questão serão debatidas ainda nesta tese.

durante a movimentação, e não tem nenhum tipo de proteção lateral ou separação entre a carga e o corpo do trabalhador<sup>25</sup>. Segundo Carlos, um carrinho em bom estado de conservação como o dele custa em média mil e oitocentos reais, sendo que a compra, manutenção e guarda do equipamento é de responsabilidade do trabalhador. O equipamento suporta até setecentos quilos de produtos, embora a recomendação seja que os trabalhadores movimentem, no máximo, quinhentos quilos por carrinhada.

Do mesmo modo que os carregadores do entreposto, Francisco e Luiz, chapas de caminhão, relataram que utilizam instrumentos que são essenciais para a realização de suas atividades, a começar com uma mochila com roupas para uso durante a atividade de carga e descarga. Carregam também itens de higiene pessoal, para o caso de precisarem dormir fora de casa por conta do trabalho, e um chapéu, usado para o descarregamento de cargas pesadas.

Outro instrumento indicado pelos chapas é o celular, que serve para que possam ser contatados pelos caminhoneiros para combinar antecipadamente a contratação de seus serviços. Para além desse uso, no celular há o sistema de localização geográfica e mapeamento, comumente conhecido como GPS, que foi mencionado por Francisco e Luiz como uma ferramenta útil para o trabalho, especialmente como chapa-guia. Às vezes, de acordo com Francisco, o uso do GPS se associa a sua astúcia e lhe permite conseguir o trabalho mesmo sem conhecimento do local de destino. Ele contou que: “*Nós pegamos leva [chapa-guia] aqui, e às vezes nem sabe onde que é. Aí eles perguntam "o senhor sabe?" e eu digo, "sei sei", coloco no GPS e vamos embora! (risos), só pegar a rota e vamos. O motorista de fora não conhece nada*”. Mesmo usando o GPS, o conhecimento dos locais em que transitam é essencial para a realização do trabalho de forma adequada. Contudo, Luiz afirmou durante a entrevista que o fato de os caminhoneiros também utilizarem o *GPS* trouxe importante queda na contratação desse tipo de serviço, já que com ele não precisam mais de um chapa para guiar os caminhos.

De modo análogo ao GPS, a máquina empilhadeira, equipamento por vezes utilizado para movimentação de produtos paletizados em empresas, se mostra contraditório no dia a dia dos chapas. Por um lado, Francisco relatou que é um instrumento que facilita a carga e descarga quando são contratados mas, por outro, Luiz contou que há empresas que deixaram de contratar chapas por passar a utilizar empilhadeiras no processo de movimentação de mercadorias, substituindo em alguma medida o trabalho dos chapas.

<sup>25</sup> A forma de movimentar o carrinho se assemelha ao realizado pelos trabalhadores catadores de materiais recicláveis.

O efeito do uso da tecnologia na quantidade de trabalhos disponíveis também é citado por Paulo com relação ao entreposto. Isso porque os compradores fazem contato direto via redes sociais com os grandes permissionários que têm caminhões e, na ocasião, combinam valores e entrega. Com isso, o permissionário faz a entrega diretamente ao comprador, sem utilizar o serviço dos carregadores. Paulo frisou que: “*A partir do momento que tem computador você sabe que isso daí rola. Se existe isso no hospital, no comércio também é trabalhado*”, ressaltando que se trata de uma situação em que “*o serviço nosso eles estão tomando*”. A fala de Paulo demonstra o quanto o avanço da tecnologia interpela, de forma para ele incontável, sua atividade de trabalho.

Acerca da escolaridade formal, os trabalhadores não mencionaram a necessidade de nenhum nível de formação para a realização de suas atividades, embora o manuseio de notas fiscais indique a necessidade de conhecimento numérico e algum nível de alfabetização.

As fotos a seguir ilustram o trabalho dos carregadores de caminhão, sendo que a três primeiras foram tiradas após a sugestão do entrevistado Carlos, que está nas fotos. A quarta, retirada de um portal de notícias, é de um chapa de caminhão, e a última é fruto da pesquisa de Mezgravis (2006).



Imagem 4: Carlos no galpão do entreposto com seu carrinho e uniforme devidamente numerado. Fonte: acervo da pesquisa.



Imagem 5: Carlos movimentando o carrinho com sacos de limão, os quais foram carregados manualmente momentos antes. Fonte: acervo da pesquisa.



Imagem 6: Carlos posicionando sacos de limão no caminhão do cliente. Fonte: acervo da pesquisa.



Imagem 7: trabalhador chapa acenando aos caminhões na estrada. Fonte: Portal G1.



Imagem 8: ponto dos chapas na junção da Av. Bandeirantes com a SP-291 “Mario Donega”. Foto: Pedro Mezgravis, janeiro/2006. Fonte: Mezgravis (2006).

## 5.2 - Gênero e estilo profissional: o olhar para as categorias estudadas

A partir do relato das pessoas entrevistadas, é possível afirmar que o compartilhar de atividades profissionais entre pessoas da mesma categoria profissional permite a leitura sobre

o gênero profissional e estilo da ação, conforme desenvolvido por Yves Clot e seus continuadores. Logo, considero que mesmo guardadas as diferenças entre as atividades aqui expostas, trabalhar torna inescapável participar daquilo que é acumulado e compartilhado pela experiência humana no trabalho, bem como é também inerente às demandas de inventividade para lidar com os desafios do real.

As atividades desenvolvidas pelas pessoas entrevistadas, expostas anteriormente, permitiram esclarecer que ambas as categorias profissionais enfrentam situações das mais variadas em seu cotidiano. Conforme será possível notar a seguir, o que fazem passa, constantemente, por um processo de reelaboração do saber que já possuem sobre seu trabalho, o que ocorre enquanto agem na execução de suas atividades para que possam atingir o resultado necessário. Ainda, o que fazem e o que aprendem no fazer do trabalho têm como interlocutores outros trabalhadores que ocupam posições semelhantes. Trata-se do gênero profissional conceituado por Yves Clot, que diz respeito à “parte subentendida da atividade, aquilo que os trabalhadores de um dado meio conhecem e veem, esperam e reconhecem, apreciam ou temem, o que lhes é comum e o que os reúne sob as condições reais da vida” (Lima, 2007, p. 36).

Sandra, quando contou sobre o contato com os trabalhadores da equipe de desenvolvimento de software, explicou que se trata de “*uma coisa artesanal (...) sensacional*”, que a seu ver permite a adoção de diversos caminhos para a concretização do produto do cliente. Ela descreveu que “*não é fácil fazer essa sopinha de letras sabe, é um negócio... tem que ter concentração, tem que ter boa vontade, tem que... tem que estudar, que tá... E eles estão sempre criando outras coisas*”, o que, a um só tempo, se dá no encontro entre criatividade, imaginação e conhecimento, circunscrito pelos limites dos interesses do produto previamente definido pelo cliente. O “*estudar*”, mencionado por Sandra, se refere ao uso de diferentes estratégias para que se possa resolver a demanda do cliente, o que passa por estudar o que outros trabalhadores fizeram em soluções informáticas semelhantes. Por vezes, outros desenvolvedores indicam um caminho a ser seguido, uma linguagem específica de programação a ser utilizada, ou deixam códigos abertos disponíveis em bases de dados compartilhados para que outros trabalhadores possam utilizar.

Embora essa ajuda possa visar demonstrar conhecimento e abrir portas para indicações e contratações, vale também apontar o entusiasmo com o qual Sandra contou da “*comunidade*” virtual, não no sentido de que as pessoas se conhecem e estabelecem vínculos de proximidade, mas se referindo a pessoas que atuam na área de TI e que partilham do



conhecimento que já possuem para indicar formas de realizar determinados trabalhos. A impessoalidade do gênero profissional aqui, como indicado por Clot e Faïta (2016), permite que não seja necessário reinventar a roda, como se diz na expressão popular: “se fosse preciso criar cada vez na ação cada uma de nossas atividades, o trabalho seria impossível. O gênero da atividade repousa então em um princípio de economia da ação” (p. 36). E o que diferenciaria esse estudo, citado pela trabalhadora, de outros realizados nas mais diversas profissões? Nesse caso, a cada solução informática a ser produzida pode ser necessário a realização desse movimento, embora a experiência na atividade permita menor dependência desse processo.

Segundo o relato de Lucas, a troca de saberes entre os trabalhadores da área também acontece por meio de comunidades virtuais que não são espontâneas, mas organizadas por plataformas que vendem cursos e/ou divulgam vagas de trabalho em projetos da área. Nesses espaços, diversas pessoas procuram ajuda para solucionar problemas relativos ao desenvolvimento de sistemas de TI de modo que possam ser orientados por outras mais experientes ou com maior conhecimento na área.

Assim como informado por Sandra e Lucas, Martins (2016) descreve que o autodidatismo se faz presente no cotidiano da área, uma vez que são demandados a buscar soluções de forma independente para os problemas que aparecem no cotidiano. A autora aponta que a atualização entre esses profissionais, portanto, não ocorre somente através de cursos formais, mas também por meio de “fóruns e grupos de discussão virtuais, *blogs*, espaços informais de discussão e trocas de informação entre profissionais” (p. 70). Há ainda sites especializados e comunidades virtuais que lucram com esse processo e necessidade de trocas, o que faz também que essa necessidade seja monetizada.

Sobre os códigos produzidos, Lucas também indicou que, quando as pessoas com quem trabalha são experientes, não há necessidade de relatar por escrito as informações referentes ao código, evitando o chamado processo de documentação, que, em tese, é uma prática frequente nessa área, a qual desagrade muitos profissionais. Em consonância com Clot e Faïta (2016), quando dizem que o gênero profissional descreve uma espécie de “senha” conhecida apenas por aqueles que pertencem ao mesmo ambiente social e profissional” (p. 36), Lucas contou que “*o código tem que ser autoexplicativo*”, de modo que qualquer pessoa da área possa entender o que foi escrito. Segundo o participante, caso o código não esteja compreensível a esse ponto, é muito provável que algo esteja errado no trabalho desenvolvido.

Na mesma direção, Rodrigo afirmou saber que: “*Tem pessoas te julgando, tem o [gestor] te julgando, e se alguma pessoa vê aquele código... tem um pouco de ego envolvido, sabe? Tipo, ‘nossa, que código bonito’. Então você tenta dar seu melhor o tempo todo, sabe?’*”. Essa fala permite refletir o quanto há um saber interno sobre a atividade, partilhado entre os profissionais da mesma área, para quem há uma noção de beleza que exemplifica a ideia de trabalho bem-feito (Clot, 2013), sendo algo que também se relaciona com a valorização e reconhecimento pessoal. Além disso, Rodrigo disse que “*são raros os momentos que eu pego um ticket, faço o código que acho bonito e fico orgulhoso de mim. É bem raro, acho que esse ano aconteceu duas vezes*”. Essas avaliações o fizeram desenvolver certa tentativa de antecipar o que dirão sobre os resultados de seu trabalho, embora não tenha descrito alguma medida específica para que saiba se está sendo bem avaliado ou não. O trabalhador apenas apontou que “*é um feeling, se [o gestor] vai ver o meu trabalho e vai ficar feliz com ele ou não. É um medidor mental*”, algo que, ao que parece, só pode ser compreendido no encontro entre saberes das pessoas envolvidas em um mesmo campo profissional.

De modo semelhante, entre os carregadores de caminhão, presenciei situações que só puderam ser adequadamente compreendidas após seus relatos. Durante a minha primeira visita no entreposto na madrugada, momento em que a compra e venda de produtos acontece, o fluxo de pessoas nos corredores dos galpões era imenso, e havia pessoas frenéticas andando tão depressa que a todo momento pareciam que iam se chocar. Por vezes, carregadores que estavam sentados em seus carrinhos posicionados próximos às rampas levantavam rapidamente, seguravam a parte traseira de carrinhos que estavam passando carregados de produtos, e gritavam “*descendo, descendo*” ou assobiavam de um jeito específico. Além desses assobios, eu ouvia outros, mais distantes, que vinham dos corredores. Foi durante a entrevista que Carlos contou que, com frequência, carregadores mais novos no entreposto assobiam enquanto atravessam o corredor como uma forma de pedir passagem, o que é visto como desrespeitoso por muitos trabalhadores. Carlos frisou que “*ninguém é cachorro*” para responder a assobio, e que a passagem deveria ser solicitada com educação e respeito, o que mostra, inclusive, que os trabalhadores mais antigos na categoria profissional incorporaram ‘códigos’ do gênero que os mais novos ainda não se apropriaram. Por outro lado, segundo o entrevistado, os gritos “*descendo, descendo*” associados ao gesto de segurar o carrinho pelas costas, tem a função de evitar colisões com outros trabalhadores que possam estar em trânsito em algum lugar que seja ‘ponto cego’ do galpão. Carlos também contou que isso é feito apenas quando a carga do carrinho que está descendo é de produtos pesados, pois se alguém

atravessar a frente do carregador, ele pode não conseguir parar e acontecer algum tipo de acidente grave.

Para além desses momentos identificados por meio da observação, Carlos e Paulo contaram sobre macetes necessários para o trabalho, descrevendo muito animados que:

*Carlos: Que nem puxar carrinho, os cara fala 'nossa', é pesado? É claro que é, mas na mainha você vai só (assobia) e leva! Cansa? Cansa, mas aprende a trabalhar.*

*Paulo: Aprende a trabalhar só na respiração.*

*Juliana: Como assim só na respiração?*

*Paulo: Você tem que ter o pulmão vazio depois que ergue e vai puxando*

*Carlos: é, porque daí você trabalha só no embalo do carrinho, tem um esqueminha que o carrinho vai, faz um pouco de força, faz, e depois ele vai como se fosse sozinho, mas você tá controlando ele. Tem que ter macete, se não tiver o macete o cara não vai. Às vezes, passa uns caras e a gente grita 'ergue o corpo maluco, ergue o carrinho!', porque o cara tá assim agachado, sabe? Acaba com a coluna! Oxe...*

*Paulo: é que se colocar muito peso na frente, quem sente a tortura é a coluna da gente, por causa do peso. Então, tem que ser o controle do peso lá no eixo (do carrinho), tem o manuseio dele aqui (mostra a mão na posição da pegada do carrinho) para você respirar e caminhar.*

*Carlos: é, senão não vai.*

Interessante notar que os trabalhadores se complementavam durante a conversa, descrevendo juntos algo que partilham a respeito do trabalho como carregador e que é peculiar à atividade no local, pertinente ao carrinho que utilizam. A interação com o instrumento de trabalho, que a princípio poderia ser considerada algo que cada um manejaria de forma particular, encontra o corpo do trabalhador através do partilhar também do gênero profissional.

Carlos comentou, inclusive, sobre a transmissão desse saber sobre o trabalho, quando mencionou que “*Tem uma molecada nova que chega aí, é duro! A gente dá umas ideinha 'oh, faz isso, faz aquilo', mas não tem muito o que ensinar, é só na prática mesmo para você falar 'pô, agora eu aprendi'*”. Com essa fala, Carlos acabou por ressaltar que “*existe entre a organização do trabalho e o próprio sujeito um trabalho de reorganização da tarefa pelos coletivos profissionais*” (Clot & Faïta, 2016, p. 35) e esse processo de reorganização acontece também no encontro entre sujeito e atividade que transforma o fazer, a um só tempo, em algo singular e coletivo.

A respeito da dimensão singular presente na realização da atividade de trabalho, os autores pontuam que se trata do estilo da ação, que tem o papel de transmutar o gênero profissional de modo a dar conta daquilo que se apresenta no momento em que a atividade é realizada. Francisco, carregador de caminhão, representou esse movimento quando contava sobre o descarregamento de carteiras escolares, em uma escola de ensino fundamental de uma

zona rural, a qual tem como principal fonte de renda o cultivo de alimentos. Ele deixou claro o quanto esse dia representou algo muito inusitado, pois quando ele e o caminhoneiro chegaram para descarregar, a coordenadora da escola pediu que as crianças ajudassem. Frente a essa situação, Francisco contou que *“aí vai lá eu, me virei pra ensinar as criançadinha como que faz sem machucar, pedi pra carregar em duas. Aquelas mãozinha pequena que só vendo! Foi bonitinho!”*. E, entre uma conversa e outra com as crianças, *“uma menininha contou que ajuda o pai a colocar moranguinhos na caixa. Ela arruma, tampa e fecha. Ou seja, já sabe o que é trabalhar, (risos)!”*. Para compreender o vivenciado pelo trabalhador, cabe olhar para a afirmação de Clot (2014) a respeito do gênero profissional, que:

Fixa os precedentes que servem de referência para casos similares que possam apresentar-se na atividade com seus imprevistos. Condensa os resumos coletivos do trabalho como outros tantos esquemas sociais “pré-trabalhados” que podem – mesmo no desconhecimento dos operadores – ser ativados ou desativados de acordo com as condições singulares da ação.

Ao que parece, foi necessário readequar as palavras, os movimentos, a quantidade de pessoas e seu agir de modo a garantir que o trabalho fosse concluído em um contexto diferente do usual, com crianças – peculiaridade que não havia sido vivida pelo trabalhador até então e que permite clarificar a indissociabilidade entre gênero e estilo. Clot (2014, p. 2), ainda afirma que *“O estilo é a liberdade que se pode tomar com o gênero”* e, no relato de Francisco, é possível compreender que o saber sobre o descarregamento partilhado através do gênero precisou passar por reordenações e recriações de modo a dar conta do pedido da empresa-cliente.

Francisco e Luiz também descreveram a criação de um instrumento de trabalho utilizado para dar conta da movimentação de materiais, assim como o fazem os catadores de recicláveis acompanhados por Galon (2015). Os chapas, quando falavam sobre os itens que carregam em suas mochilas, mostraram uma espécie de chapéu de coco, feito de papéis amassados e isopor unidos por uma fita adesiva, que serve para facilitar a movimentação de cargas pesadas. Em suas palavras:

*Francisco: é isso aqui, aí põe na cabeça, e põe a caixa em cima da cabeça.*

*Juliana: entendi! E quem fez?*

*Francisco: é nós mesmos que fazemos.*

*Luiz: usa assim óh (simula o uso).*

*Francisco: vou botar o tijolo, pensou! (risos)*

*Luiz: Tá doido! Pensou? (risos). A gente carrega uma carga inteira, as vezes cada caixa tem 80, 90 quilos. E agora tem não muita carga, mas já teve época de vir todo dia, aí cansava.*

A singeleza do artefato produzido demonstra a riqueza dos saberes desses trabalhadores acerca da atividade realizada, de modo a facilitar o pesado trabalho que lhes cabe por meio de uma invenção – e tecnologia - produzida por suas próprias mãos. Parte das adequações necessárias para dar conta da atividade, o artefato chapéu “ascende ao estatuto de instrumento durante a ação. Um artefato passa de seu uso efetivo pela mediação de uma criação instrumental, ela mesma dependente da atividade do sujeito” (Clot, 2007, p. 120). E também evidencia a precariedade que se estabelece nas demandas de trabalho, haja visto que o trabalhador fala de descarregar um caminhão com cargas de oitenta a noventa quilos, cargas que são apoiadas na cabeça para serem movimentadas. A inventividade se encontra, portanto, com as tentativas de enfrentar a precariedade presente nas condições de trabalho. É na dimensão do gênero profissional que se torna possível ancorar o estilo da ação e adotar saídas para realizar a atividade que são, por vezes, pouco convencionais e demonstram as possibilidades tipicamente humanas de criar e recriar para enfrentar a realidade.

Há também relatos de Lucas que expressam o estilo da ação, especialmente quando diz que o trabalho do desenvolvedor, muitas vezes, é visto como algo “*muito de exatas*”, mas que na prática há diferentes formas de solucionar uma demanda que surge no projeto. Sendo assim, considera que se trata de um trabalho criativo, no qual podem ser adotadas: “*umas dez maneiras diferentes e você tem que escolher qual é a melhor maneira, e as vezes você começa a fazer e não sabe como vai terminar (...) no meio do caminho você vai planejando, vai mudando coisa*”. Embora o uso da criatividade se dê dentro dos limites das demandas dos clientes, nessa fala, o trabalhador aponta que há dez possibilidades, mas que é no fazer que o curso da ação se define, é o processo que se vê que estilo e gênero se entremeiam, sendo que “aqueles que trabalham agem através do gênero enquanto respondem às exigências da ação” (Clot & Faïta, 2016, p. 35),

Os autores afirmam que “O sujeito também é sempre ‘premeditado’ por seus próprios *scripts* (...) Está aí sua experiência. Ele procura jogar com ela. No contato com o real, os esquemas dessa experiência interferem entre si, convocando o novo ou repetindo o antigo” (p. 41). Essa questão também foi indicada por Lucas quando referiu que pelo “*tempo de trabalho, quase dez anos programando, então você já tem até mais ou menos um planejamento quando começa o trabalho*”, ao passo que Carlos, carregador do entreposto, apontou que o manuseio adequado do carrinho demanda “*macete que a gente vai adquirindo com o tempo*”.

\* \* \* \* \*

O exposto até aqui demonstra que há diferenças significativas em relação ao momento histórico em que as categorias profissionais surgem, às atividades desenvolvidas, aos instrumentos e conhecimento demandados para essas. Ainda é possível identificar que a tecnologia está presente no fazer de ambas as categorias profissionais, mas cumpre papel distinto no presente e para o futuro de cada uma delas. Por fim, os relatos guardam similitudes pela presença da dimensão coletiva e pessoal no fazer cotidiano, o que se revela por meio da análise do gênero e estilo profissional, ponto que indica a inseparabilidade do trabalho dito manual daquele intelectual. Aprofundo tal discussão a seguir.

Ao tratar sobre a heterogeneidade presente no trabalho por conta própria, a diversidade de atividades que cabem nesse universo é tão grande quanto as possibilidades do fazer no mundo do trabalho e, nesse ponto, não se distingue da heterogeneidade também presente no trabalho formal. Dentre as muitas categorias profissionais que poderiam ser alvo deste estudo, e que trouxessem tal variabilidade à tona, a escolha dessas categorias se deveu, em grande medida, a seu aparente contraste, como indicado no início desta tese. De fato, olhando para o passado, são atividades que passam a ser demandadas em diferentes momentos históricos como parte dos arranjos do capital para garantir seu processo de valorização do valor. Elas surgem notadamente em diferentes tempos históricos e já em posições distintas - enquanto os carregadores emergem como parte dos trabalhos subalternos, que deviam ser feitos por aqueles escravizados, ex-escravizados e pessoas sobrantes no mercado de trabalho, os quais foram historicamente excluídos, os trabalhadores de TI surgem como aqueles que, com acesso a conhecimentos e possibilidades de colocá-los em movimento na direção de produzir produtos informatizados, propiciam meios ditos inovadores de organizar a vida em sociedade. São diferentes momentos históricos, distintas razões para o surgimento das atividades, e cabe ter em conta que são trabalhos que, até os tempos atuais, guardam entre si diferentes espaços de valorização e reconhecimento social.

Ainda, a exposição das atividades desenvolvidas pelas pessoas entrevistadas deixa explícita a expressiva heterogeneidade presente entre os grupos estudados, se levadas em consideração o que realizam no cotidiano, os diferentes objetivos envolvidos, e os níveis de formação que são necessários. É, inclusive, relevante assinalar que a escolaridade não é sequer é uma questão entre os carregadores, e é ponto de controvérsia entre as pessoas que atuam na área de TI. Ao que parece, para os primeiros, não é algo visto como diferencial para suas possibilidades de trabalho, ao passo que, para os segundos, a formação e/ou o autodidatismo tem relação direta com seu fazer.

Entre as categorias profissionais, outro ponto de distanciamento se evidencia quando refletidos os diferentes usos da tecnologia – para aqueles(as) da área de TI, trata-se de instrumento, processo, produto e finalidade do trabalho, ao passo que para os carregadores, diz respeito a um instrumento dilemático que, a um só tempo, traz facilidades e interfere nas possibilidades de trabalhar. Essas situações, em alguma medida, expressam o apontado por Moita (2020, p. 17) sobre os trabalhadores em TI da área de desenvolvimento de software, os quais “produzem as ferramentas que ‘digitalizam’ a produção, a circulação e o consumo de mercadorias (materiais ou não materiais), que servem à flexibilização da atividade de outros trabalhadores”. Na mesma direção, Kon (2001) destaca que a área de TI acaba por redefinir “processos de trabalho, o nível de emprego e a estrutura ocupacional” (p. 19) no mercado de trabalho, o que interfere significativamente no trabalho presente e futuro dos carregadores de caminhão.

Tal redefinição dos processos de trabalho, indicada pelos autores, permite considerar que as mudanças produzidas pela tecnologia são parte de um processo histórico que independe da vontade dos trabalhadores que são por elas afetados. Tais mudanças também indicam sinais de alerta sobre a extinção de profissões ou o fato de estarem em vias de desaparecimento o que, segundo Aued (1997), diz respeito a um processo de longo prazo que envolve a redução de oportunidades de trabalho em determinadas ocupações de tal maneira que não seja possível delas sobreviver.

Entretanto, o olhar para o movimento de surgimento e derrocada de atividades profissionais permite perguntar se, de fato, a atividade dos carregadores de caminhão pode ser substituída, extinta, ou mesmo porque isso não aconteceu até o momento, ao que apresento duas hipóteses. A primeira é que há elementos presentes nessa atividade que não são de simples substituição, tais como as especificidades de organização de cada um dos produtos, o cuidado com os mesmos para evitar avarias e os ajustes necessários para que a movimentação dos materiais aconteça do modo esperado. Ao que parece, é necessária a presença das mãos humanas para que as mercadorias movimentadas sejam manejadas com o devido ‘carinho’. A segunda hipótese é que a adoção de tecnologia que substitua essa força de trabalho demandaria investimentos por parte das empresas públicas e privadas que representariam um custo talvez mais elevado do que manter esse força de trabalho eventual, como atualmente é contratada. Tais reflexões se ancoram, especialmente, no indicado por Aued (1997, p. 20), quando diz que é necessária “muita cautela”, uma vez que “Nem tudo é informática; nem toda informática dispensa o conhecimento”. Suas afirmações também permitem analisar os movimentos de extinção das profissões face às “contradições da dinâmica da sociedade

capitalista, que ora cria e ora extingue profissões, atividades produtivas e frações da classe trabalhadora, em razão dos interesses econômicos e políticos do processo civilizatório da modernidade e do capitalismo industrial e globalizado” (Trindade & Nosella, 2010, p. 91).

Corroborando esses pontos a dimensão do gênero profissional e estilo da ação, através da qual é possível considerar que a atividade realizada demanda constantes movimentos por parte das pessoas para que cada tarefa seja efetivada. Frente ao analisado, há que se considerar que, em ambas as categorias profissionais, o encontro das pessoas com a realidade do trabalho demanda muito mais do que um saber fazer protocolar.

A discussão sobre gênero profissional e estilo da ação, permite, ainda, confrontar a falaciosa separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, noção que conduz ao reconhecimento de um trabalho puramente manual e, por isso, de baixo retorno financeiro, e um outro, apenas intelectual que, por demandar refinamento e conhecimento, deve ser de alto valor. Torna-se possível discutir que, em ambas as categorias profissionais, saberes partilhados por meio do gênero profissional se expressam no estilo e mostram a riqueza por meio da qual a atividade é desenvolvida. Revelam a singularidade dos sujeitos e o papel mediador da atividade, a qual é executada pelo sujeito não cindido entre intelecto e corpo. É quem trabalha que, com todo seu ser, atua no curso de cada ação na direção de realizar um dado objetivo.

Sendo assim, fica óbvia a indissociabilidade do trabalho manual e intelectual. Enquanto o trabalho dos carregadores tem como primazia a exigência da força física e um corpo físico em movimento para a consecução das atividades, em medida alguma se pode ignorar a relevância dos saberes específicos desenvolvidos por esses corpos para o manejo correto dos produtos que movimentam, além da construção de estratégias específicas para garantir a integridade do produto. Cada tipo de produto demanda um saber específico no seu acondicionamento e manuseio, atividade que explicita o uso integral da dimensão corpórea e intelectual a um só tempo no processo de trabalho. Ainda, para além de saberes específicos que poderiam ser pautados pelos conhecimentos formais como o manuseio de notas fiscais, que envolve operações matemáticas simples, tem-se o manejo das situações que requisitam a astúcia para a execução da tarefa. Por sua vez, entre os trabalhadores(as) de TI, as atividades pautadas no conhecimento lógico-formal não suplantam o fato de que nenhuma atividade se desenvolve sem requisitar em alguma medida todo o ser em ação na direção de sua realização, o que envolve necessariamente sua dimensão corpórea. Adicionalmente, as adaptações necessárias para cada tipo de trabalho indicam que cada produto pode demandar um outro saber, um outro planejar e realizar. Tal análise acaba por contribuir com a crítica àquelas



posições homogeneizantes e que visam produzir desigualdades a partir de diferenças entre as atividades de trabalho, indicando que, cada um a seu modo é atado à atividade, e usa de todo o seu ser para realizar aquilo que é demandado em seu fazer.

Por fim, tendo em vista o gênero profissional, é relevante afirmar que o trabalho por conta própria desenvolvido pelas pessoas entrevistadas parece estar longe de ser ‘solo’, mas conta com o compartilhar, trocar, depender e se relacionar com diversos atores do cotidiano que, partícipes da mesma categoria profissional, contribuem, através do partilhar do gênero profissional, para o desenvolvimento do estilo da ação, e, ao mesmo tempo, repõem e modificam o gênero profissional.

## 6. OS CONTEXTOS NOS QUAIS AS ATIVIDADES ACONTECEM

Até este ponto da tese, demonstrei a heterogeneidade presente no trabalho por conta própria indicando que tanto as pessoas quanto as atividades que realizam nessa modalidade de inserção no mercado de trabalho são diversas, mas guardam proximidade em alguns pontos. Neste capítulo, avanço na análise da heterogeneidade através da apresentação dos lugares em que as pessoas entrevistadas realizam seu trabalho, o que consta no primeiro item. Em seguida, no segundo item, exploro como esse elemento desemboca em certa ocultação da sujeição dos horários de trabalho aos contextos, e debato a relação entre lugares e relações interpessoais estabelecidas durante o trabalho. No fechamento do capítulo, discuto que os pontos apresentados permitem colocar em xeque a noção de liberdade e autonomia que permeia o trabalho por conta própria, bem como contribuem para o debate sobre a fragmentação da classe trabalhadora.

### 6.1 – Lugares em que as atividades acontecem

Dos relatos trazidos pelas pessoas entrevistadas sobre suas atividades, foi possível depreender uma gama de lugares nos quais as desenvolvem, algo que tem relação com as possibilidades e impossibilidades que a atividade circunscreve. Logo, neste item, apresento brevemente, por categoria profissional, informações para caracterizar tais lugares.

#### 6.1.1 – Trabalhadores(as) da área de TI

Dentre as pessoas entrevistadas da área de TI, quatro trabalham remotamente - Lucas, Ana, Rodrigo e Sandra - o que significa que o fazem a partir de uma cisão entre local físico em que realizam a atividade de trabalho e local em que está a empresa contratante, a qual pode, inclusive, ser uma empresa sem local físico de existência.

Acerca do trabalho remoto, Lucas descreveu elementos que são representativos da posição dos demais trabalhadores. Ele trabalha remotamente a partir de sua casa, o que vê como muito positivo e insuperável, a ponto de dizer que “*quando uma pessoa começa a trabalhar remoto, a pessoa não volta atrás*”. O trabalhador exaltou vantagens por ele identificadas nesse contexto, que vão da ideia de escolher onde quer morar até a chance de evitar problemas ligados ao trabalho na presencialidade, tais como ter que se deslocar, ter que conviver com pessoas indesejadas e ter de lidar com interrupções no trabalho. Assim como Lucas, Rodrigo e Ana trabalham prioritariamente a partir de casa e, embora o trabalho no

contexto doméstico possa apresentar diversas complicações pelo borramento das fronteiras antes estavam estabelecidas entre esse espaço e o de trabalho (Araújo & Lua, 2021), essas pessoas entrevistadas não remeteram questões significativas a esse respeito. No máximo, necessidades de ajustes na rotina doméstica, mas nada que suplantasse o que viam como benesses relacionadas ao trabalho remoto.

Trabalhar remotamente também permitiu que Lucas, Ana e Rodrigo atuassem em empresas de diversas partes do Brasil e do mundo. Lucas, quando contava sobre seu trabalho, exemplifica tal questão: “*esse [projeto] que tô agora é local, local que falo, no Brasil, né*”, além de ter dito que já havia se candidatado para vagas de empresas de diferentes localidades, tais como: “*Um em Maringá, outro em São Paulo*”. Apontar a localização das empresas parece indicar que ele não trabalharia fisicamente em nenhuma daquelas cidades e que desenvolveria seu trabalho em outro lugar - naquele momento, a partir de sua casa. Quando realizamos sua entrevista, Lucas trabalhava diretamente para uma empresa nacional e Rodrigo para uma empresa estadunidense. Ana, que tinha dois trabalhos, atuava em um instituto nacional e para uma empresa dos Estados Unidos da América.

Sandra, que trabalhava para uma empresa nacional, buscou atuar remotamente pelo interesse de poder viajar pelo mundo, e tão logo lhe foi possível, se tornou nômade digital, termo que, segundo Muller (2016), designa a situação de pessoas que se engajam propositalmente em viagens para exploração de novos lugares. A partir da fala da trabalhadora, é possível afirmar que as experiências como nômade digital participavam do sentido que atribuía a seu trabalho, algo que foi historicamente um problema em sua vida. Ela se organizou para que pudesse viajar constantemente, o que a levou a não ter uma casa fixa e ter bens que cabiam em “*uma mala e uma mochila*”, de modo que possam ser facilmente transportados. Sandra relatou que, em suas viagens, se hospeda em *hostels*, sendo este um dos lugares a partir dos quais ela trabalha, além de cafés, lanchonetes e restaurantes. Com interesse semelhante ao de Sandra, no momento da entrevista, Rodrigo estava vivendo sua primeira experiência como nômade digital, e estava trabalhando a partir de um quarto alugado no México. Lucas, que também viveu experiências como nômade digital em países da Europa e em diferentes estados brasileiros, disse que já tinha “*fixado*” em sua casa no momento da entrevista.

Esses contextos de trabalho contrastam com o vivido por Rafael, que descreveu trabalhar “*alocado no cliente*” - jargão da área de TI que significa que suas atividades serão desenvolvidas no espaço físico do contratante. Como Analista de Processos, permaneceu por

sete meses frequentando diariamente os diversos setores da indústria para a qual o seu serviço tinha sido contratado.

### 6.1.2 – Carregadores de caminhão

Também contrastante com os contextos descritos até aqui são aqueles nos quais os carregadores de caminhão atuam, tendo em conta os relatos sobre o entreposto público de alimentos e às margens das rodovias.

O entreposto em que Carlos e Paulo trabalhavam está situado em um terreno de mais de cento e oitenta e oito mil metros quadrados, com mais de doze mil metros quadrados de área construída<sup>26</sup>, no qual há diversos galpões voltados para as atividades necessárias para o funcionamento do local. Nos galpões, boxes para venda, circulação de inúmeros compradores, carregadores e permissionários, são parte do cenário, que se soma aos espaços externos dos estacionamentos, lanchonetes privadas, um espaço arborizado com bancos de praça ao lado da portaria do entreposto, um espaço para eventos como feiras noturnas, e um corredor central em um dos galpões no qual ocorrem reuniões, espaço que é tido como o principal ponto de encontro dos carregadores.

O entreposto fica localizado a cerca de um quilômetro do ponto de chapas em que Francisco e Luiz trabalhavam, local que só se identifica quando estão presentes, pois não há nenhuma sinalização ou estrutura física que o indique. O chapa Raimundo descreveu como é um ponto, leitura que parece também adequada à situação de Francisco e Luiz. Ele disse que:

*é uma vida muito sofrida, chega lá todo dia às cinco da manhã, quatro horas da manhã, sem nenhum real no bolso, é sol, é chuva, toma água quente porque não tem água gelada, porque em volta dos pontos não tem nada por perto, precisa ir no banheiro no mato porque não tem banheiro, é muito complicado.*

(...)

*Não podia o prefeito fazer uma casinha melhor pra gente lá? Que a gente não é cachorro na beira da pista, a gente é gente, a gente é ser humano, então não podia alguém ir lá ajudar a gente? Mas não, esses caras, é capaz de se a gente pedir ajuda [e] ainda apanhar, tomar na cara.*

A fala de Raimundo indica a precariedade do lugar em que os chapas, em geral, aguardam por trabalho. Trata-se de um lugar improvisado, no qual estão continuamente expostos às mais diversas intempéries da natureza, que não é devidamente construído pensando em condições adequadas para o trabalho. Entre as questões que explicam essa situação está a legislação que, salvo exceções, não permite a construção de qualquer tipo de

<sup>26</sup> Fonte de informação ocultada para preservar a identidade dos participantes

estrutura à beira das rodovias<sup>27</sup>. A escolha do local onde estabelecer um ponto tem a ver com o fluxo de caminhões e carros que podem se tornar seus contratantes. Assim como indica Mezgravis (2006), a possibilidade de mover-se pelas estradas é algo importante para a sua contratação, e o local do ponto precisa facilitar que o chapa seja visto por caminhoneiros que trafegam na via, e que também o local seja de fácil acesso a diferentes rotas.

O ponto dos chapas representa tanto o local de espera quanto de início do trabalho, uma vez que é nesse espaço que a negociação sobre a atividade a ser realizada e a contratação acontecem. Para além desse local, os chapas também realizam suas atividades a bordo dos caminhões, nas estradas e nas empresas em que descarregam produtos.

## **6.2 – Conexões entre lugares, horários e relações interpessoais no trabalho**

A variedade em relação aos lugares que essas pessoas trabalham revela, para além de mais um ponto da heterogeneidade presente no trabalho por conta própria, aspectos ligados aos horários de trabalho e às pessoas com quem compartilham o cotidiano. Tais questões serão debatidas a seguir, e do texto foram excluídas as pessoas que representam atravessamentos às chances de conseguir trabalho, que serão alvo de discussão posterior.

### *6.2.1 - Os horários submetidos às demandas do trabalho*

Um dos aspectos propagados como presentes no trabalho por conta própria é a possibilidade de autonomia na gestão da jornada de trabalho, o que seria uma de suas vantagens em relação ao emprego. Entretanto, nos relatos das pessoas entrevistadas, é possível identificar que a organização de seus horários de trabalho parte das demandas ligadas ao contexto de atuação, o que permite questionar sua real autonomia nesse aspecto.

Relacionado ao fato de trabalhar remotamente para empresas localizadas em outros países, Rodrigo, trabalhador da área de TI, relatou a demanda por adaptar-se ao “*horário deles*”, ou seja, da empresa estadunidense para a qual trabalha. Por exemplo, no momento da

<sup>27</sup> Há iniciativas pontuais de prefeituras que buscam apoiar os pontos, como é o caso da cidade de Passo Fundo, no estado do Rio Grande do Sul e de Canaã dos Carajás, no Pará em que foram construídas estruturas para que os chapas aguardem por trabalho, também precárias. Entretanto, além de serem iniciativas localizadas, não há nenhum apontamento nas notícias a respeito sobre enfrentar os outros níveis de precariedade da atividade profissional. A esse respeito, consultar: <https://rduirapuru.com.br/prefeitura-instala-novo-abrigo-para-os-chapas-do-boqueirao/> e <https://www.canaadoscarajas.pa.gov.br/novo/prefeitura-entrega-novo-ponto-de-chapas/>

entrevista, o trabalhador estava viajando como nômade digital e, com isso, havia três horários em jogo – o de Rodrigo, que estava no México; o da empresa, e o horário do Brasil, a partir de onde eu o entrevistava. Sandra, na mesma direção, esclareceu que durante suas viagens como nômade digital, organiza sua rotina de modo a estar disponível para o trabalho durante as oito horas diárias, seguindo seu contrato independentemente da relação entre o fuso horário do país em que está e o horário do Brasil. Tal ponto já a levou a trabalhar em jornadas estendidas até as onze da noite e a iniciar suas atividades durante a madrugada. Rodrigo também contou que a diferença de fuso horário faz com que comece a receber notificações do trabalho nas primeiras horas da manhã, mesmo que não esteja em horário de trabalho, pois é o momento em que a pessoa que revisa os códigos que produz inicia seu dia de trabalho: “*sete horas da manhã quando eu tô aí, ele já tá lá frenético resolvendo os tickets que precisa*”. Além disso, tanto Rodrigo quanto Ana indicaram realizar ajustes nos horários de trabalho para atender a reuniões e/ou outras atividades que demandem concomitância em relação aos horários de trabalho de outras pessoas que compõem às equipes dos projetos em que atuam.

Ainda, relativa a trabalhar remotamente na área de TI, está a possibilidade de carregar o computador para praticamente qualquer lugar, bem como o celular, o que faz com que as pessoas que atuam na área possam ter que trabalhar em horários extraordinários. Rodrigo contou que, frequentemente, quando sai à noite, leva consigo um computador mais antigo, com o qual consegue acessar o sistema da empresa e realizar quaisquer tarefas necessárias e atender a chamados urgentes. Ana relatou que “*já aconteceu disso, no meio do restaurante eu abrir o notebook e terminar as minhas coisas do trabalho, fechar e aí me desligar e voltar pra minha rotina*”.

Usar tanto o celular como meio de comunicação com as pessoas do trabalho quanto para realizar algumas de suas atividades também revela outro ponto: o estar permanentemente à disposição. Rodrigo contou que “*a gente tá basicamente o tempo todo online, está no grupo de Skype, então se acontecer alguma coisa a gente tem que responder. Em teoria [a jornada de trabalho] é das nove às seis da tarde, em teoria (risos)*”. Ana, trabalhadora de TI, informou que “*às vezes a gente perde essa noção, então fica trabalhando o tempo inteiro, responde Whats, responde e-mail tudo e se perde né*”. Ela disse que tenta estabelecer regras bastante específicas para si mesma e para as pessoas com quem trabalha, de modo a organizar “*o que vai ser meu horário de vida pessoal*”. Ao que parece, o estabelecimento dessas regras tem a função de evitar que o trabalho esteja permanentemente presente na vida pessoal.

Também representativa é uma situação relatada por Rodrigo, que precisou se dedicar à resolução de um problema da empresa enquanto estava em uma festa de Ano Novo. Em suas palavras:

*Eu estava curtindo a festa do Ano Novo, e tava mexendo no Skype, tentando ajudar em alguma coisa, porque eu tava longe de casa. Deu duas horas da manhã eu tive que voltar para casa para tentar ajudar em alguma coisa, sabe? Porque foi complicado. Parece bug do milênio, sabe? Um negócio muito louco assim (Risos). Mas é, foi tenso, a gente demorou umas duas semanas para conseguir recuperar tudo.*

Logo, tanto para Rodrigo quanto para Ana, atuar remotamente também representa que o trabalho participará de momentos da vida de uma forma que, no passado, sem a tecnologia, estaria fora do horizonte. Esses casos, em seu conjunto, evidenciam que, nas relações de trabalho que estabelecem na área de TI, são os contratantes que definem jornadas e tempos de trabalho, estabelecendo que quem deve se ajustar são as pessoas contratadas.

A falta de controle dos horários de trabalho, presente entre as pessoas da área de TI entrevistadas, também aparece entre os carregadores de caminhão, para quem o trabalho nas madrugadas é um ponto em comum. Sobre o entreposto, suas operações são iniciadas às duas e meia da manhã e tem fluxo intenso desse horário até as sete horas da manhã, sendo esse o período em que os carregadores trabalham. Carlos disse que “*se tornou um vício na minha vida, eu não uso despertador, eu não uso celular, dez pras duas, duas horas, duas e cinco, eu já tô acordado*”. Os horários do entreposto são estabelecidos a partir das necessidades dos compradores que, interessados em atender os clientes finais com produtos frescos e de aparência que instigue o consumo, priorizam as compras na madrugada, o que sujeita todos os que estão inseridos nesse circuito a se adequarem a esse horário.

Os chapas, por sua vez, relataram que é a partir das quatro horas da manhã que os caminhões que podem necessitar de seus serviços circulam na rodovia. Francisco contou que todos os dias, de segunda a sexta, chega no ponto aproximadamente cinco horas da manhã, tendo dito em um dos dias que conversávamos: “*cheguei tarde*”, quando havia chegado ao local às seis horas da manhã.

Luiz também chamou a atenção para as viagens que fazem por conta do trabalho, nas quais nem sempre sabem o horário que vão voltar para casa ou para o ponto, quanto tempo ficarão fora de casa ou mesmo se precisarão dormir fora de casa. São trabalhadores que podem, ainda, assumir trabalhos que demandarão vários dias em trânsito, contratações essas mais raras. Em todas essas situações, o que se tem é um baixo ou nulo controle das horas que estarão dedicados ao trabalho. Logo, são os horários dos caminhoneiros que transitam nas

rodovias que determinam o período de maior fluxo, e suas demandas que são ponto central na definição dos horários em que os chapas vão trabalhar.

A espera por contatos de contratantes por meio do celular também é um ponto trazido pelos trabalhadores como algo que não está presente apenas nos momentos em que estão nas margens da rodovia. Francisco contou que, por vezes, recebe ligações após as dez da noite, para combinar descarregamentos no dia seguinte pela manhã: “*Agora eu fico esperto com isso aqui (mostra o celular), se toca eu já sei que é serviço. Tem gente que liga, dez, onze da noite para combinar que vai passar no ponto bem cedinho*”. Essa situação é descrita como algo positivo, sendo que ele disse que “*já vou dormir feliz!*”, o que indica que essa presença do trabalho nos momentos de descanso é vista por ele como a garantia de trabalho, o que não descaracteriza que uma fração do seu fazer está presente em sua casa, indicando certo borramento das fronteiras entre tempos de trabalho e não trabalho.

Por fim, há ainda o horário do funcionamento das empresas que, para os chapas e para Rafael, Analista de Processos da área de TI, são os elementos que delimitam seus horários de trabalho. Rafael, durante a entrevista, contou cenas ocorridas na área de produção, na área administrativa, na sala da diretoria e no espaço para o café. Ao estar *in loco*, embora trabalhador por conta própria, estava sujeito a horários, ritos, regras e outras questões que incidiam sobre seu trabalho, conforme apontado pelo trabalhador. Do mesmo modo, Francisco descreveu situações em que os horários da área de logística das empresas em que ia carregar e/ou descarregar produtos eram determinantes para que realizasse sua atividade.

### 6.2.2 – As pessoas no trabalho

Outro elemento pertinente aos lugares em que o trabalho acontece são as pessoas com quem os (as) trabalhadores (as) entrevistados (as) convivem e se relacionam nesses espaços. Neste item, estão descritas as relações que estabelecem com diversos atores presentes no cotidiano de trabalho, com exceção dos contratantes e dos pares de trabalho que representam ameaça às chances de conseguir trabalho, os quais serão tomados em suas relações com as formas de contratação apontadas pelas pessoas entrevistadas. A ampla diversidade de pessoas com as quais se convive tanto presencialmente quanto à distância durante o trabalho possibilita uma reflexão sobre seus efeitos em relação à fragmentação da classe trabalhadora.

Entre as pessoas que trabalham na área de TI remotamente, a intensificação do relacionamento com pessoas do convívio pessoal se mostrou um ponto de convergência nas



histórias de Lucas e Ana, sendo que o primeiro vive com seus pais e irmã, e a segunda com colegas. Apenas Ana indicou a necessidade de estabelecer limites em relação a sua presença em casa e horários de trabalho, pois as pessoas com quem residia passaram a solicitar que assumisse responsabilidades domésticas, as quais, anteriormente, eram feitas em momentos de não-trabalho. Embora Ana tenha relatado que tal questão foi de fácil manejo, a necessidade de negociar o sentido de sua presença na casa indica o borramento das fronteiras entre trabalho e não trabalho, o que foi apontado por Araújo e Lua (2021) como um dos efeitos negativos dessa situação de trabalho.

Além disso, Ana, assim como os demais que trabalham em TI de maneira remota, apontam a convivência na virtualidade com pessoas do Brasil e de outras nacionalidades no cotidiano de trabalho. A trabalhadora contou com entusiasmo sobre suas relações com colegas brasileiros(as), tendo descrito que:

*Tem algumas coisas que acaba virando tradição, então quando a gente tem uma entrega muito grande, todo mundo abre um call, abre uma cerveja e a gente vai conversar uma hora, e fica todo mundo junto. Então a gente tenta diminuir essas distâncias né. (...) acaba tendo isso. Então é isso assim, essa parte de cultura assim de estar junto.*

Em certa medida, o que Ana descreveu remete à possibilidade de construção de formas de convivência, mesmo estando fisicamente distante das pessoas com quem trabalha. Ela também descreveu situações em que as pessoas envolvidas em um mesmo projeto se reorganizam para que seja possível dar conta de questões da vida pessoal, algo que remonta explicitamente a organização do trabalho toyotista, em que a divisão das tarefas em equipes e o autogerenciamento são exigências para que se dê conta do trabalho. Nessas situações, o que se vê é a convivência que permite algum nível de solidariedade, mas que é também organizada a partir das demandas do trabalho a ser realizado.

Na mesma direção de Ana, Sandra descreveu que acaba por assumir, sem que seja algo solicitado pela empresa, um papel de orientação dos desenvolvedores de software, além de se valer de sua experiência para “*defender a menina*” dos momentos complicados com o cliente. Em contrapartida dessa transmissão de saberes tácitos sobre o atendimento ao cliente, os desenvolvedores a ajudam com questões difíceis para ela, tais como seu desconforto por saber menos do que gostaria sobre programação. Segundo a trabalhadora, a convivência através das telas, em seus aproximados sete anos na empresa, garantiu a ela espaço para que construísse laços de ajuda mútua e apoio no enfrentamento de dificuldades relacionadas ao trabalho. Além disso, a trabalhadora aponta que em suas viagens, enquanto trabalha, acaba

por conhecer pessoas de diversas nacionalidades, com quem conversa e mantém contato posterior.

Já Rodrigo e Lucas descreveram que os contatos com as pessoas com quem trabalham, respectivamente estadunidenses e alemães, são mantidos prioritariamente na esfera profissional. Ao que parece, a convivência com pessoas de outras nacionalidades produz para eles um certo choque cultural no que diz respeito às formas de se relacionar no trabalho. A pouca proximidade é apontada como satisfatória por Lucas, ao passo que, para Rodrigo, é algo que parece incomodar. O trabalhador, inclusive, apontou se sentir chateado por não poder participar de eventos presenciais que são realizados pela empresa durante o verão estadunidense. Ao que parece, tais momentos contribuiriam para a construção de relações menos distanciadas, algo visto como positivo pelo trabalhador.

O distanciamento indicado por Lucas e Rodrigo se radicaliza nas situações vividas por Rafael, trabalhador de TI que estava convivendo cotidianamente e presencialmente com as pessoas que trabalhavam na empresa na qual ele atuava como Analista de Processos. Tendo permanecido no local pelo mínimo tempo necessário para o desenvolvimento de suas atividades, afirmou que era visto como alguém de fora daquele ambiente, gerando rejeições por parte das pessoas que ali trabalhavam. Em suas palavras, era visto como *“um terceirizado. É pior ainda. Por você não ser da empresa, as pessoas meio que dizem 'quem é você? Você nem é daqui, o que você tá querendo aqui?’”*. Distante de uma convivência harmoniosa, ele disse ter criado *“inimigos”*, o que parece ser consequência das mudanças que indicou nos processos de trabalho, as quais afetaram o cotidiano e colocaram em risco o emprego de alguns trabalhadores. Logo, a relação com os demais pode ter sido tomada pelos efeitos do projeto que visava o aumento da produtividade.

Já decorrente de estar no ponto dos chapas, Francisco contou diversas situações que evidenciaram o contato pontual com transeuntes, ao passo que Luiz frisou que serem vistos com frequência no mesmo ponto inspira confiança e abre portas para serem contratados. Os trabalhadores contaram algumas vezes que foram contratados pela unidade da Polícia Federal que fica ao lado do ponto de chapas em que trabalham, evidenciando com essas histórias a relação entre presença no ponto, confiança e contratação. Nas ocasiões relatadas, eles descarregaram substâncias psicoativas ilegais apreendidas, e disseram que foram chamados para esse serviço porque *“já confiam”* neles, já que os funcionários da Polícia Federal *“passam aqui direto, toda hora, então eles já conhecem a gente. E se acontece alguma coisa já sabe onde achar a gente (risos)!”*. Por outro lado, mesmo tendo indicado que há outros chapas que trabalham na mesma rodovia, e um local próximo ao ponto, não contaram nenhum

tipo de contato profissional, mas apenas foi mencionado por Francisco que são “*todos amigos, mas bebem demais*”.

Já Carlos e Paulo descreveram as relações no entreposto enquanto marcadas pelo tempo de convivência no lugar. Carlos afirmou que, nos quase quarenta anos de trabalho no local, viu filhos de permissionários crescerem e assumirem o negócio dos pais, além de ter testemunhado a trajetória de pessoas que chegaram com condições de vida muito empobrecidas e melhoraram sua situação após trabalharem no local. Contou também que, ao longo dos anos de trabalho no local, houve momentos de convivência amistosa com outros carregadores. Em suas palavras: “*Antigamente era gostoso por que terminava o serviço, tinha uma amiga nossa que tinha uma lanchonete, churrasquinho, pagava as brejas, tinha coletividade mesmo, ficava 30, 40, 50 carregador ali trocando ideia*”. Em outro momento, lembrou-se de uma visita que fez à casa de carregador que havia passado por uma amputação devido a diabetes. Seu papel era levar alimentos arrecadados por vários colegas no entreposto, e, na esteira dessa situação, contou que “*como a gente tem coletividade já há muitos anos, 40 anos você constrói altos amigos também né*”. E ainda afirmou que “*O gostoso disso aqui é isso daí, amiga, é a coletividade que ainda existe, impera, sabe? Tem alguns amigos... assim, amigo você sabe, né? É tchau tchau e já era também, mas que a gente se respeita ainda*”.

A partir desses relatos, é possível indicar a internet como um lugar em que a convivência mediada pelas telas que se torna, então, a convivência e o compartilhamento da forma possível e do culturalmente aceitável pelas partes, mesmo à distância. De forma mais marcada, o trabalho na presença de outros trabalhadores, vista no entreposto, parece relacionada com a possibilidade de construção de laços de solidariedade, de noção de um coletivo de trabalhadores que vivencia situações de trabalho semelhantes. Por outro lado, a não convivência, somada ao não reconhecimento de situações partilhadas de trabalho e elos relativos à vida pessoal, parecem indicar maior distanciamento entre as pessoas que trabalham. Por fim, no relato de algumas das pessoas que atuam em TI, se intensificam os contatos pulverizados com pessoas que não tem relação com o trabalho, bem como é ampliada a convivência com aquelas do círculo pessoal.

\* \* \* \* \*

As discussões trazidas neste capítulo permitem identificar que o trabalho por conta própria está presente nos mais diversos lugares, sendo, de modo geral, significativa a diferença nos contextos de trabalho em que atuam os representantes das categorias

profissionais estudadas. Embora semelhantes quanto à impossibilidade de determinar os horários em que trabalham, são distintas as relações estabelecidas com pares de trabalho, indicando a potencial contribuição do trabalho por conta própria na fragmentação da classe trabalhadora. Esses elementos são analisados a seguir.

É possível reconhecer que o trabalho por conta própria não é apenas heterogêneo em relação às atividades que podem ser desenvolvidas nessa modalidade, mas também em relação aos lugares em que tais atividades acontecem: ao que indicam as entrevistas, ele pode estar em toda parte. Ele pode acontecer nas ruas, especificamente às margens de rodovias, nas empresas de forma pontual ou contínua, nas casas, em moradias provisórias como quartos alugados e *hostels*, em restaurantes e cafés. Tais elementos, em seu conjunto, evidenciam a capilaridade do trabalho por conta própria.

Embora esse aspecto, isoladamente, não necessariamente guarde diferenças em relação ao emprego, as histórias trazidas também são marcantes em relação às fronteiras que se alteram, se pensados os modelos tradicionais de trabalho realizado em fábricas e escritórios, por exemplo. Algo nada inovador quando se tem em vista os trabalhos historicamente realizados nas casas e nas ruas, mas que agora ganha outros tons pelo uso da tecnologia.

É graças à possibilidade de trafegar dados através dos computadores, redes e softwares, que muitas das situações apontadas se realizam, ou seja, o tráfego de informações através da internet é um movimento que permite outros movimentos, como o de o trabalhador desenvolver seu trabalho e fazer mover seus resultados por meio das redes, ao mesmo tempo em que trabalha de algum ponto fixo no globo. A tecnologia, então, favorece a produção de fronteiras móveis num trabalho que atravessa tempos de não trabalho e permeia a vida pessoal de forma significativa entre a maioria das pessoas entrevistadas da área de TI. Sobre esse ponto, Oliveira, Pires e Martins (2017) esclarecem a expressiva sujeição aos interesses do capital presente nesse rompimento das fronteiras entre trabalho e não trabalho, esclarecendo que, por parte das empresas, “é esperada a articulação entre vida profissional e vida pessoal, fazendo com que os trabalhadores, mesmo fora do escritório ou com o computador desligado, estejam produzindo” (p. 173). Embora entre as pessoas da área de TI se possa ter a impressão de controle sobre essa dimensão, conseguir desenvolver suas atividades de qualquer lugar parece os tornar, em alguma medida, reféns de um trabalho que pode ser exigido em qualquer uma das vinte quatro horas de um dia. Já entre os carregadores, tal elemento é menos expressivo, mas também comparece no uso dos celulares, entre os carregadores de caminhão,

como contado pelo chapa Francisco. O controle sobre o tempo de trabalho e não trabalho, portanto, aparece de formas distintas entre as categorias profissionais.

Entremeada a essas questões está a impossibilidade de determinar os horários de trabalho a partir de seus interesses, que surge nos relatos das pessoas entrevistadas, de formas diferentes. As situações de trabalho remoto têm como determinante o alinhamento a diferentes fusos horários e demandas dos contratantes, mesmo que esses atravessem momentos de lazer. Já os carregadores têm certo contorno dos horários de trabalho, mas dependem dos horários de funcionamento do entreposto e do fluxo dos compradores. Entre os chapas, além daqueles horários de maior demanda dos caminhoneiros, ao acordar a realização de um trabalho, se deparam também com significativa impossibilidade de controle do fim da jornada de trabalho, o que pode facilmente invadir os horários que seriam dedicados à vida pessoal.

Logo, os relatos até aqui apontam que, em maior ou menor medida, suas jornadas de trabalho não são propriamente determinadas por eles, mas estão diretamente conectadas com as atividades e lugares nos quais elas acontecem, sendo uma sobredeterminação que atinge em cheio a noção de autonomia e liberdade que se diz presente no trabalho por conta própria. Dada a imperativa necessidade de trabalhar, a submissão aos horários estabelecidos é que vai garantir, em grande medida, a chance de que realizem suas atividades.

Esses elementos também trazem à tona a relação entre a submissão aos horários de trabalho e a mobilidade do trabalho. A última, aventada como vantagem competitiva para o trabalhador e partícipe de uma reconfiguração dos tempos de trabalho submetidos à lógica do capital (Kaufmann, 2012), pode ser vista como um elemento contraditório nas experiências relatadas, uma vez que sim, há mobilidade, que pode ser experienciada com um 'quê' de liberdade, mas tal ponto não afasta em nenhuma medida a submissão às exigências do capital. Assim, conforme indica Felix (2016),

A classe trabalhadora não apenas circula mais, mas também trabalha mais, de forma mais intensa e prolongada, quando vende sua força de trabalho, e recebe menos, e fica mais tempo circulando de forma não remunerada. O que na aparência significa a simples desregulamentação ou o aumento da jornada de trabalho, tal como se tem verificado no mundo em geral, na verdade se traduz em formas comerciais extremamente eficazes de extração de maisvalor que não são voltadas para o avanço das forças produtivas do trabalho, mas sim, principalmente, e fundamentalmente, para a dilapidação da força de trabalho (p. 304).

À semelhança do autor, considero que as situações apresentadas neste item expressam uma forma de o capital se valer da mobilidade do trabalho, a qual contribui, ainda, com a ocultação da submissão do trabalhador aos horários estabelecidos pelo contratante. Ao contar com a mobilidade aqui descrita, os contratantes conseguem manter esses trabalhadores

atuando exatamente de acordo com a demanda e, por serem por conta própria, transferem custos e riscos presentes no mover-se aos trabalhadores, com o que se isentam de qualquer responsabilidade associada à questão. Trata-se, assim, da presença do trabalhador *just-in-time*, conforme descrito por Abílio (2020, 2021). Há, ainda, a centralização do controle do trabalhador que, embora por conta própria, não toma conta sozinho de sua jornada de trabalho. Trata-se de uma centralização que, segundo Abílio (2021) deve ser “compreendida em sua relação com a perda de formas estáveis, reguladas, reconhecíveis, das determinações sobre distribuição, tempo de trabalho e remuneração, entre outros elementos” (p. 936).

Mesmo no caso dos nômades digitais, em que há uma decisão deliberada por viajar enquanto trabalham, há outras questões de sujeição ao capital que se expressam nessa forma de mover-se. Em síntese, cabe olhar: a inviabilidade de engajar-se em passeios sem trabalhar, decorrente da necessidade de manter a renda; a impossibilidade de tirar um tempo para viver outras experiências sem ter que pensar em trabalho; e, por fim, o fato de tornarem-se consumidores de outras mercadorias em outros lugares (como nos cafés e hospedagens). São trabalhadores que têm, em tese, a possibilidade de organizar-se financeiramente para ficar sem trabalhar por um período e engajar-se em viagens sem que trabalhem, mas a ideia do nomadismo digital não é essa – trata-se da tentativa de desvincular do modo de vida organizado a partir do trabalho, o que aqui parece, em alguma medida, insuperável. Isso porque o trabalho ainda se mantém presente na organização do dia das pessoas que são nômades digitais, e a mobilidade não impede que a exploração do trabalhador seja mantida.

Esses aspectos revelam também o autogerenciamento subordinado, conforme descrito por Abílio (2021), em que o gerenciamento de si vem acompanhado por pouca ou nenhuma garantia na relação de trabalho, ao mesmo tempo em que tal relação é atada às exigências e demandas do trabalho. A autora enfatiza que a necessidade de gerenciamento de si diante de trabalhos incertos e desprotegidos sempre esteve presente no mundo do trabalho nas periferias. No entanto, nos tempos atuais, em que a uberização do trabalho se torna tendência, essa situação se expande para uma variedade de contextos.

A partir das análises tecidas até aqui, considero que a ideia de que a subordinação associada ao assalariamento seria substituída pela liberdade e autonomia no trabalho por conta própria não se realiza de forma plena. Como se pode ver, a submissão ao controle, às demandas e à lógica do capital não são necessariamente desfeitas na inserção no trabalho por conta própria. A esse respeito, Abílio (2021) afirma que “longe de ser um exercício de liberdade, a aparente autonomia de fato se realiza por meio de decisões do próprio trabalhador, que, no entanto, estão subordinadas às regras sobre as quais individualmente ele

não tem qualquer poder de determinação” (p. 941). Na mesma direção, Coelho-Lima e Bendassolli (2018) afirmam que, apesar do grau de autonomia e liberdade reportado por trabalhadores por conta própria, há que se considerar que a organização do trabalho realizada a partir das demandas dos clientes e do movimento do comércio são expressões de que “o que se opera não é uma completa liberdade de escolha, por parte do trabalhador, de todos os seus processos e determinações do trabalho, mas sim a internalização desse controle externo, algo semelhante ao que ocorre nas fábricas toyotizadas” (p. 267).

Adicionalmente, o que parece também haver em comum nas situações vividas pelos chapas e trabalhadores(as) de TI nômades digitais é a deslocalização do trabalho, característica dos tempos de flexibilização por vezes associada ao uso de tecnologia como meio e fim do trabalho. Segundo Oliveira, Pires e Martins (2017), deslocalização e tecnologia traduzem em indistinções nas fronteiras entre tempo de trabalho e de não trabalho, ponto que surge em histórias vividas por parte das pessoas entrevistadas nas duas categorias profissionais, com diferentes expressões. Entretanto, as categorias profissionais, não apenas a tecnologia se faz presente, mas a deslocalização se encontra com a mobilidade do trabalho. Cabe frisar que a fluidez presente no nomadismo digital se contrapõe àquela vivida pelos trabalhadores carregadores, que têm na fluidez a única possibilidade de realização de suas atividades.

A deslocalização do trabalho também vai participar do surgimento das mais variadas relações interpessoais que se estabelecem por meio do trabalho e durante a sua realização, o que permite pincelar algumas considerações sobre os efeitos desses elementos para o reconhecimento dos sujeitos enquanto membros da classe trabalhadora, submetidos a um conjunto de situações semelhantes (e não idênticas) por partilharem de uma mesma categoria profissional.

Para tal debate, cabe ter em vista os relatos sobre as relações com pessoas de seu vínculo pessoal por trabalhar a partir de casa, com transeuntes às margens da rodovia, com pessoas com quem se tem contato pontual nos cafés e hostels, em que a partilha do dia de trabalho não se dá através dos referenciais vividos em uma mesma realidade de trabalho. Há ainda as relações que indicam a manutenção de um certo grau de distanciamento ou oposição, ou mesmo evidenciam que não há nenhuma intenção de trocas relativas a questões que permeiam as categorias profissionais. Será que nesses olhares existe o reconhecimento de que a convivência com pares profissionais poderia ser frutífera no enfrentamento coletivo das situações de trabalho cotidianas? Granovetter (1973) e Sennett (2006) afirmam que a força dos laços entre as pessoas demanda a noção de grupo, que por sua vez está conectada a uma

partilha de tempo de convivência, emoções e intimidade, e reciprocidade frente às demandas da vida. Logo, como ter em vista a construção de relações com laços fortes ou fracos no trabalho sem que se tenha o compartilhar do cotidiano de trabalho com pessoas a ele relacionados?

Esses elementos podem ser analisados à luz das considerações sobre a intensificação da fragmentação da classe trabalhadora que, como aponta Aguiar (2009), não é dado novo, mas ganha novos contornos nos tempos atuais. Trata-se de algo decorrente das mudanças na organização do capital, que, ao demandar a flexibilização do trabalho visando a sua continuada e ilimitada expansão, produz efeitos nas relações estabelecidas entre as pessoas que trabalham. Dentre eles, uma maior dispersão na exploração da força de trabalho e a construção de uma menor possibilidade de reconhecimento das situações degradantes às quais os trabalhadores estão expostos, o que se deve à exploração do trabalho pelo capital. Pensar os relatos aqui expostos permite considerar que são poucas as oportunidades de convivência, integração e reconhecimento entre as pessoas que trabalham em atividades semelhantes. Ainda, tendo em vista que a heterogeneidade destacada nesta pesquisa, somada ao pouco compartilhar dos lugares em que o trabalho acontece, pode contribuir para um não reconhecimento, por parte das pessoas que trabalham, de que partilham entre si o trabalho por conta própria enquanto inserção no mercado de trabalho.

Por outro lado, o compartilhamento de lugares físicos e virtuais de trabalho parece contribuir para a aproximação dessas pessoas e, quando tal aproximação acontece, parece surgir espaço para o mútuo reconhecimento da condição de partícipes dos jogos do capital, mas em situação de desvantagem, sendo que algumas das dificuldades cotidianas passam a ser enfrentadas de forma não mais isolada. Questão a ser frisada, tendo em vista que, a partir de Granovetter (1973), é possível afirmar que são esses laços que vão impactar na construção de redes de organização entre trabalhadores, no compartilhar de influências e informação, no apoio em oportunidades de mobilidade social, entre outros pontos.

Adicionalmente, cabe perguntar uma outra faceta dessa história: se há condições sociais suficientes para que a referida fragmentação seja efetiva, o que abre espaço para que se reconheçam enquanto membros de uma mesma categoria profissional? Pondero que a dimensão do gênero profissional pode ser um ponto de análise relevante, uma vez que Clot (2010) coloca o gênero profissional entre “restrição e recurso” (p. 124) que define “não só a maneira como os membros do coletivo devem comportar-se nas relações sociais, mas também maneiras de trabalhar aceitáveis” (p. 124). Sendo assim, o gênero é um elemento que presentifica o partilhar dessas atividades pertinentes às categorias profissionais, ainda que



haja, entre aqueles que a elas pertencem, distanciamentos e limitações na construção de laços profissionais.

Por fim, desafia esse caminho de discussão sobre a fragmentação da classe trabalhadora as mobilizações como o Breque dos Apps<sup>28</sup>, organizado pelos entregadores em escala nacional, e o Movimento de trabalhadores sem direitos<sup>29</sup>, que une diversas categorias profissionais que são prioritariamente informais, entre outras iniciativas que vem surgindo frente a intensificação da precarização da classe trabalhadora. Em comum, os movimentos são compostos por pessoas que se reconhecem como: as que compartilham da mesma ausência de direitos trabalhistas e proteção social; que não são empreendedoras, mas trabalhadoras sujeitas a exploração do capital; e que falta empenho das instâncias políticas para gerar algum nível de garantias a essa parcela da classe trabalhadora. Como indica Grohmann (2021), novas formas de organizar o trabalho também abrem espaço para novas resistências, uma vez que “não existe trabalhador inorganizável” (p. 19). A experiência desses movimentos indica o que Martin-Baró (2017) já aventava: “a semente da rebeldia, da recusa de um destino injusto, não necessita ser semeada; encontra-se no espírito do colonizado e demanda apenas encontrar uma circunstância propícia para brotar” (p. 174). Apesar dessas possibilidades, entre as pessoas entrevistadas, essa semente ainda não parecia próxima de germinar.

<sup>28</sup> A esse respeito, ver: entrevista com Paulo Galo, liderança do movimento Entregadores Antifacistas e figura central na organização da paralisação, disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-28/galo-lanca-a-revolucao-dos-entregadores-de-aplicativo-essenciais-na-pandemia-invisiveis-na-vida-real.html>; o texto produzido pela socióloga Luci Praun sobre o evento disponível em <https://www.esquerdadiario.com.br/Breque-dos-Apps-a-ocupacao-das-ruas-reinventando-o-sentido-de-coletividade>.

<sup>29</sup> Para saber mais, sugiro ver entrevista com a liderança do movimento, disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/619177-o-movimento-dos-sem-direitos>

## 7. FORMAS DE CONTRATAÇÃO

Quando iniciei esta pesquisa, havia um ponto deveras nebuloso, que analiso neste capítulo: as diferentes formas pelas quais quem trabalha por conta própria pode ser contratado(a). Tais diferenças culminam em distintas estratégias de controle e exigências por partes dos contratantes, bem como em expressiva competição. Esses pontos são apresentados no primeiro item, a partir das categorias profissionais. Após essa apresentação, argumento que as variadas formas de contratação produzem maior ou menor segurança dentro da insegurança presente nos contratos de trabalho por conta própria, clarificam pormenores da pejetização, do assalariamento disfarçado, da uberização, e da informalidade, bem como favorecem a exploração da força de trabalho a nível mundial.

### 7.1 – As distintas formas de contratação

De contratos formalmente assinados sob regras diferentes dos empregos celetistas àqueles feitos através de acordos verbais, diferentes formas de contratação surgem entre os relatos das pessoas entrevistadas, como pode ser visto a seguir.

#### 7.1.1 – Trabalhadores(as) da área de TI

Quatro das pessoas entrevistadas dessa categoria profissional contaram que têm contratos assinados com empresas para o desenvolvimento de um ou mais projetos, sem que tenham qualificado os contratos como de trabalho ou de prestação de serviços. Na entrevista, apenas frisaram que são contratos que se diferenciam daqueles baseados na CLT e não necessariamente têm prazo de encerramento.

Sandra é contratada como PJ em uma mesma empresa brasileira por aproximadamente sete anos, para quem emite uma nota fiscal mensalmente, a partir da qual a empresa a paga por seus serviços. Seu trabalho não se encerra ao fim de um determinado projeto: ela atua de forma contínua para a organização, em um mesmo conjunto de atividades. A trabalhadora contou ter lembrado dias antes da entrevista que seu contrato estava vencido há dois anos, e que também estava sem “*reposição salarial*”, o que seria alvo de uma conversa com a proprietária da empresa. Disse que discutir esse ponto é comum em sua relação com a empresa, afirmando dizer abertamente que “*eu acho que tá na hora de rever o salário e tal*”.

À semelhança de Sandra, Lucas trabalhava para uma empresa nacional como PJ no momento da entrevista, tendo sido contratado para atuar em um projeto do tipo aberto – ou seja, não há prazo para finalização, mas grandes entregas programadas que compõem o todo do projeto. Ele contou que o cliente final do projeto é uma empresa alemã, que contratou uma empresa de desenvolvimento de sistemas de TI também alemã, a qual, por sua vez, subcontratou uma empresa brasileira para o desenvolvimento do projeto, que subcontratou Lucas e outros desenvolvedores para a realização de partes do projeto principal. Trata-se do deslocamento do trabalho possibilitado pela atividade remota, utilizado pela empresa como uma estratégia de externalização em cascata do processo produtivo, conforme esclarecido por Aquino e Moita (2018). Nessa estratégia, a transferência do processo produtivo não se limita à primeira contratação de uma outra empresa, mas há espaço para que novas empresas ou pessoas sejam envolvidas nas atividades, por meio da subcontratação para parte ou o todo do trabalho a ser desenvolvido. Segundo os autores, tal procedimento tem como efeitos “uma fragmentação crescente do processo produtivo” (p. 325) e gera “forte sujeição do trabalhador” (p. 325). Tal situação é vivida por Lucas sem questionamentos, tendo sido descrita por ele como “*o trabalho do trabalho (risos). Não sei, uma quarteirização aí (risos)*”. Embora nessas situações haja um risco potencial de que, em qualquer mudança, as subcontratadas sejam dispensadas, o trabalhador parece lidar certa naturalidade com o tema, o que pode estar sustentado pelo fato de o trabalhador ver sua atividade como específica e valiosa no projeto em que atua.

Acerca dos detalhes de seu contrato, Lucas afirmou que há uma quantidade mínima de horas de dedicação de “*quatro horas por dia, como se fosse [um contrato] mensal*”, ainda que tenha relatado trabalhar por oito horas diárias. Ou seja, formalmente trabalharia quatro horas, mas cumpre o dobro das horas no dia a dia, ao que parece, para realizar as tarefas necessárias para os projetos, sem que tenha esclarecido se o faz por uma exigência da empresa ou se tem a ver com a demanda. Ele apenas frisou que esse tipo de contrato tem muito mais a ver com uma questão burocrática: “*é como se fosse um contrato normal mesmo, normalmente colocam pra avisar com um mês antes se for sair do projeto. Algumas regrinhas assim, mas é pouca coisa*”. Uma dessas “poucas coisas” é o acordo de que sua renda é diretamente dependente das horas trabalhadas por mês, mas que a quantidade de entregas não é considerada como parte do cálculo de seu valor mensal a ser recebido. Em suas palavras: “*o PJ ganha por hora, então a hora que trabalha tá ganhando, se não trabalha não ganha*”. Apesar disso, frisou que, de seu ponto de vista “*Aí eu prefiro trabalhar com fixo, fixo lhe dá a garantia*”, o que revela que ele se vê em um trabalho fixo não celetista por ter um contrato assinado.

Ana e Rodrigo também tem contratos assinados para a atuação em projetos, com algumas especificidades. Ana, que trabalha para uma empresa estadunidense e para um instituto nacional, descreveu que, com a primeira, o contrato firmado era baseado nas leis dos Estados Unidos da América, ao que não esclareceu se o contrato se baseava nas regras voltadas para pessoa física ou jurídica do país mencionado, ou mesmo se essa distinção é apropriada para aquele contexto. Ela mencionou que recebia seu “*pagamento convertido em real, numa conta pessoal mesmo*”, e descreveu que a estratégia de cálculo de sua renda era feita da seguinte forma: no início de cada mês, a trabalhadora era informada sobre quais partes do projeto em que estava envolvida deveriam ser entregues pela equipe. A partir dessa informação, ela se responsabilizava por uma certa quantidade de entregas. Ao final do mês, o contratante fazia um fechamento das entregas realizadas *versus* combinadas e calculava o valor a ser pago, que corresponderia ao percentual que Ana cumpriu do que havia se comprometido. Já no instituto, o requisito para contratação era que tivesse uma MEI, configurando então o trabalho como PJ, sobre o qual não apresentou outros detalhes.

Já Rodrigo, no momento da entrevista, estava contratado de forma semelhante à de Ana, sendo que, em seu caso, tinha um contrato regido pela legislação estadunidense através do qual acordou receber um valor mensal fixo, em dólar, como pessoa física. Antes dessa empresa, trabalhou através de uma plataforma digital de intermediação da relação entre trabalhadores e contratantes. A referida plataforma tem abrangência mundial e divulga-se como extremamente criteriosa na formação de seu banco de profissionais, já que diz que apenas três por cento dos candidatos são capazes de passar por seus filtros de seleção. Tal dificuldade é frisada por Rodrigo, que descreveu ter passado por três etapas de testes de crescente dificuldade para então conseguir a aprovação. Sobre sua contratação, havia regras: só podia ser contratado após a aprovação; caso algum cliente tivesse interesse em seu trabalho, o contrato seria firmado entre Rodrigo e a plataforma, sem envolvimento, portanto, do cliente final; ele não podia repassar projetos assumidos para outra pessoa. Três meses depois de ser aceito na plataforma, Rodrigo conseguiu um projeto que duraria um mês e decidiu sair do trabalho celetista em que estava para apostar nessa nova forma de trabalho. Depois de atuar em alguns projetos de curta duração, o trabalhador incomodou-se com a instabilidade nas contratações e decidiu procurar trabalhos remotos em projetos de longa duração, o que culminou na sua contratação pela empresa em que trabalhava no momento da entrevista.

Diferente da situação das pessoas que atuam em TI mencionadas até aqui, Rafael relatou que foi contratado como *freelancer* na posição de Analista de Processos por um amigo

que trabalhava como PJ para a empresa-cliente. As atividades a serem desenvolvidas foram genericamente acordadas com esse amigo antes do início das atividades no cliente e, ao longo do desenvolvimento do projeto, o trabalhador apenas reportava pontualmente o que vinha fazendo na empresa. Rafael era pago mensalmente, mas não havia nenhum tipo de documento ou contrato que informasse a quantidade de horas de dedicação nas atividades nem o valor a ser pago. A duração do projeto também não tinha sido rigidamente definida, mas era esperado que sua finalização ocorresse em cerca de seis meses, o que foi realizado pelo trabalhador, que deixou o último mês para acompanhamento da implementação. Ao que parece, a relação de amizade garantiu que desenvolvesse seu trabalho com base na confiança, em substituição a um contrato formalizado da prestação de serviços que realizaria.

Em suma, em relação às horas trabalhadas, nenhuma das pessoas entrevistadas da área de TI descreveu que os contratantes adotavam estratégias minuciosas de controle de horas de trabalho, que se assemelhem em alguma medida ao controle de horas (registro de ponto) presente em algumas das relações de trabalho celetistas. Sandra, Rodrigo e Rafael descreveram recebimento mensal, frente ao que cumpriam sua jornada de trabalho previamente acordada; Lucas trabalha por oito horas diárias e recebe mensalmente por hora trabalhada; Ana, na empresa recebe mensalmente por entregas com as quais se comprometeu, e não esclareceu como essa dimensão é negociada no instituto. Logo, embora o controle de horas não seja minucioso, é essencial frisar que conectar atividades, entregas e/ou horas trabalhadas à renda mensal é uma forma de controlar o trabalho. Ainda, cabe ressaltar que, enquanto envolvidos(as) nos projetos, essas pessoas têm a garantia de que venderão suas horas de trabalho a esses contratantes, dimensão que atribui algum nível de previsão em relação à renda mensal.

As contratações até aqui mencionadas são organizadas a partir de projetos, o que coloca o cliente como figura central desde o pontapé inicial dos trabalhos, assim como evidenciam diversos estudos da área de TI (Castro, 2013; Moita, 2020) e sobre o capitalismo flexível (Sennett, 2006). Coincidem com os relatos dessas formas de contratação a presença de pessoas que tem o papel de administrar as demandas associadas aos projetos, que também controlam o trabalho a ser realizado no cotidiano e buscam garantir o atendimento das demandas dos clientes.

Ana contou que, em seu dia a dia, há um coordenador “*que é o gestor, ele tá nas reuniões diárias para, às vezes, falar ‘gente, a prioridade para hoje é essa’*”. Essa pessoa é a responsável pela organização e distribuição das tarefas entre todas as pessoas envolvidas no projeto. A trabalhadora considera que esse direcionamento e controle do trabalho tem papel

relevante para que todos os resultados a serem atingidos estejam alinhados. Em sua visão, “o gestor acaba ajustando os pontos que precisa ajustar de acordo com o que precisa [ser entregue], que vem da parte de cima, dos gestores”. Lucas, que relatou situações semelhantes, deixou clara essa relação de definição das atividades quando fala que “*Eles sempre colocam minhas atividades que tem que ser feita nas tarefas, normalmente é funcionalidade nova que tem que fazer. Aí organiza as funcionalidades do que tem que ser feito*”.

A distribuição dessas atividades é realizada a partir do uso do que se chama na área de Metodologias Ágeis. A esse respeito, Ana detalhou que a divisão das tarefas do projeto é determinada por pessoas que têm acesso ao projeto completo, as quais estabelecem pacotes de entrega menores, que devem ser concluídos em quinze dias, que são disseminados por reuniões chamadas *Sprint*. Ao longo desses quinze dias, cada pessoa envolvida no projeto tem ciência de suas entregas, e participa de reuniões diárias, chamadas *daily*s, para informar o andamento das atividades. Se houver algo atrasado ou pendente, é nesse espaço que os membros da equipe vão dialogar para acordar prazos de entrega, uma vez que cada atividade é definida em cascata – quando uma pessoa conclui a sua atividade é que outra pode começar a sua etapa. A meta, diariamente, é que não haja atrasos que gerem impacto no prazo final acordado com o cliente, e que todas as pessoas envolvidas cumpram as tarefas de acordo com o combinado. Entretanto, esse processo de cobrança, às vezes sutil, às vezes aberto, é realizado diretamente pelos membros da equipe, além da ação do gestor de projetos.

As informações sobre a realização das atividades também são incluídas em softwares que permitem a visualização detalhada da distribuição realizada para cada pessoa e o status da atividade segundo o prazo acordado. Embora haja particularidades nos softwares descritos pelas pessoas entrevistadas, o que há em comum nessas ferramentas é uma lista de atividades informadas em colunas, as quais são nomeadas como ‘não iniciado’, ‘em andamento’, ‘pendente’, ‘em atraso’, ‘concluído’, de modo a divulgar, em tempo real, o status da atividade. Essa lista de atividades está usualmente associada ao nome e/ou foto de cada membro da equipe, de modo a expor quem está responsável pela atividade e, conseqüentemente, seu status. É também com base nessa visão do projeto que as cobranças nas reuniões citadas acima são realizadas.

Além desses controles, há a já citada avaliação das entregas, que, segundo Rodrigo, geram preocupações, pois na empresa em que trabalha, há um “líder técnico” que é quem decide “*se aquele código tá bom ou não. E senão tiver bom, ele fala o que tá ruim e volta pra você*”, situação em que é necessário explicar o raciocínio adotado naquela atividade e

negociar se o trabalho deve ser feito ou não. Rodrigo chamou a atenção para uma intensa preocupação pelo fato de que *“literalmente só ele vê o nosso resultado de código”*, frente ao que busca constantemente *“dar o seu melhor”*, preocupação que o impacta em termos de sua autoimagem profissional, e também produz o temor de ser dispensado. Ana, em posição semelhante ao do líder técnico apontado por Rodrigo, descreveu um tenso jogo de forças entre desenvolvedores e responsável pela análise, devido à possibilidade de gerar novas demandas de trabalho para reescrita de códigos e impactar o tempo de entrega e metas dos desenvolvedores.

Por fim, embora Ana, Rodrigo e Lucas não tenham descrito ter contato diretamente com o cliente final dos projetos que atuam, usaram o termo ‘cliente’ em diversos momentos da entrevista, frisando o quanto é a demanda dessa figura central que determina passos importantes de suas atividades diárias.

### 7.1.2 – Carregadores de caminhão

Os acordos verbais e contratações voltadas a realização de tarefas pontuais estão presentes no relato dos carregadores de caminhão, entre os quais não há uma variedade nas formas de contratação como vista na área de TI.

Francisco e Luiz, chapas de caminhão, descreveram que são contratados, na maior parte das vezes, pelo caminhoneiro que está em trânsito na rodovia e para no ponto para solicitar seus serviços. Luiz descreveu o trabalho do chapa como *“avulso”* e um *“serviço informal”*, em que, a cada atividade a ser realizada, o valor a ser pago é negociado e acordado diretamente com o contratante. Ele é categórico ao falar sobre as contratações no ponto, ao dizer que *“nós, a cada dia, podemos ter um padrão diferente, que são os caminhoneiro que, às vezes, a gente não vê nunca mais”*. Segundo o trabalhador, são pessoas que podem se tornar *“conhecidos”*, e que *“se você faz a descarga pra ela, ela gostou do seu serviço, da próxima, vai ligar”*. Apesar da possibilidade de nunca mais passarem por aquela rota ou região, Francisco contou que a chance de recontração faz com que adotem estratégias para manter uma relação agradável com os caminhoneiros. Buscar realizar um trabalho considerado adequado, *“passar confiança”*, mediar conflitos entre motorista e empresa, ajudar em pequenas ações no trajeto, são algumas formas relatadas por Francisco. Por outro lado, ele também contou sobre situações de conflito que desembocaram em atrasos, discussões, desentendimentos sobre pagamentos, xingamentos sobre o trabalho por ele desenvolvido, as

quais afetam contratações futuras, que podem não acontecer com aquele motorista e com outros que souberem das desavenças.

Sobre os valores cobrados, o trabalhador disse que “*aqui nós fechamos o preço no particular, então cada um é um preço*”, deixando explícito o impacto das negociações cotidianas. Francisco também contou que “*o nosso preço depende do serviço, se for carga pesada, um preço, mais leve, outro, e tem o chapa-leva também, que é só pra levar*”. Tais relatos permitem compreender que os valores não são estabelecidos de maneira descontextualizada da atividade a ser realizada, e pode-se dizer que se baseiam nas exigências do trabalho a ser realizado e na dependência do contratante para chegar ao destino. Após essa negociação verbal inicial, mudanças em relação à execução do trabalho não se desdobram necessariamente em alterações do valor a ser pago pelo contratante. Se há mais produtos a serem movimentados, ou se é preciso mais tempo do que o previsto para realizar o trabalho, não há pagamento adicional ao chapa. Por outro lado, pode ser que haja menos produtos que o previsto para movimentar e, caso o acordo seja de pagamento por item movimentado, o chapa acabará por ganhar menos.

As contratações no entreposto também ocorrem através de acordos verbais, mas a possibilidade de ser contratado é afetada por regulamentos do local, os quais indicam que a movimentação de produtos só pode ser realizada por trabalhadores autônomos credenciados ou por pessoas empregadas diretamente nos boxes. O cadastramento e controle desses trabalhadores é de responsabilidade da administração de cada unidade que, em tese, exige uma série de documentos de identificação, incluindo o pagamento do INSS e/ou registro como MEI, além de atestado de antecedentes criminais e pagamento de uma taxa anual equivalente a cerca de duzentos reais, tendo como referência o ano de 2022. Apesar do cadastro, não há garantia de contratação ou organização da distribuição do trabalho disponível no local por parte da administração do entreposto. Segundo Paulo e Carlos, assim como os chapas, os carregadores são contratados de forma pontual, para realizar tarefas de acordo com as necessidades do contratante, mediante negociação e acordo verbal sobre a quantidade e tipos de produtos a serem movimentados. O pagamento é feito em dinheiro quando acabam a(s) carrinhada(s) contratada(s).

Tanto Carlos quanto Paulo contaram sobre a importância de ter carga que chamaram de “*fixa*”, em que os compradores que vão ao entreposto com frequência deixam combinado previamente que um carregador em específico fará as carrinhadas com seus produtos. Apesar desse tipo de acordo, em um dos dias de visita ao entreposto, presenciei um momento em que um desses compradores, que tinha carga fixa com Paulo, deixou de contratá-lo. Ele não disse



nada a respeito, apesar de ter aparentado certo desânimo. Carlos também mencionou que conseguiu uma carga fixa porque estava substituindo um colega que está internado em uma clínica de reabilitação. Ambas as situações demonstram que não é fácil ter e manter as cargas fixas no entreposto.

Os carregadores são também contratados pelos permissionários – referidos como “*patrão*” por Carlos – os quais os chamam para realizar atividades pontuais em seus boxes. Para além da contratação, são figuras importantes por atraírem compradores com os produtos que ofertam, e por terem força junto à diretoria nacional do entreposto para produzir mudanças. Segundo Carlos, as mudanças mais recentes foram feitas a favor dos próprios permissionários e, dentre elas, a que mais gerou impacto na contratação dos carregadores foi a possibilidade de empregar carregadores diretamente no box. Tal ponto era ilegal no passado e foi incluída no procedimento por pressão por parte dos permissionários, que veem nisso uma chance de reduzir custos com a força de trabalho.

Segundo Carlos, gradativamente, essa alteração tem feito com que os carregadores autônomos sejam substituídos por contratados nos boxes, mudança que também abriu espaço para que trabalhadores que não são nem autônomos, nem celetistas sejam contratados. Chamados de “*clandestinos*” por Carlos e Paulo, são pessoas que aceitam valores e condições de trabalho significativamente inferiores ao que é costumeiro entre os carregadores autônomos. Carlos parece assumir uma posição dilemática em relação a eles, já que afirmou que “*são seres humanos e precisam pagar conta, precisam comer*”, mas disse que gostaria de “*trazer mais emprego pra nós*”, tendo colocado esses trabalhadores como empecilho para realizar tal intento.

As mudanças nas contratações, somadas à intensificação do uso de tecnologia para combinar cargas externamente, afetam diretamente a quantidade de trabalhos disponíveis aos carregadores autônomos. A partir disso, é possível ter em vista que os permissionários são bastante relevantes no dia a dia dos carregadores, a ponto de Carlos ter dito que “*quem manda é o permissionário, o gerente é mera figura ilustrativa*”.

Nesse ínterim, também fica clara a importância dos compradores que circulam no entreposto para as chances de contratação dos carregadores, o que parece fazer com que os trabalhadores adotem estratégias específicas para atraí-los. Entre elas, identificá-los a partir de suas ações, como foi contado por um informante, se faz muito importante: “*tá vendo aquele com roupa limpa e uma folha na mão? Pode reparar que ele é comprador, ele vai nos lugares e fica olhando, coisas que carregador e quem não vai comprar não faz*”. Ainda, muitos carregadores ficam sentados em seus carrinhos de modo a poder conversar sem perder de

vista o movimento dos compradores, ficando atentos às oportunidades de oferecer uma carrinhada. A esse respeito, Carlos afirmou que *“vou lá pra rampa lá onde você me viu, aí 'oh, vamos carregar?’, 'oh parceirão, vamos carregar?’, desculpa a expressão, a gente parece prostituta, sabe? 'oh, vamos carregar, vamos?’, é pra descontrair um pouco, mas é realidade mesmo!”*. É também para agradar os compradores que os carregadores transportam o máximo possível de produtos em cada carrinhada, ultrapassando o limite indicado de quinhentos quilos e movimentando cerca de setecentos quilos por viagem. Isso serve para evitar que algum carrinho fique menos cheio que o esperado e crie desconfortos com o contratante, ou para evitar que outro trabalhador, que aceite carregar mais produtos, seja contratado no futuro.

A competitividade aqui expressa está relacionada, portanto, ao fato de serem contratados pontualmente por tarefas, o que é afetado por interesses diversos que participam da dinâmica de contratações. Ainda, todos esses pontos escapam ao controle dos trabalhadores, que têm, como principal saída, a busca contínua por novas contratações.

Tal competitividade também apareceu entre os chapas, uma vez que Luiz afirmou que *“como tá fraco a rodovia, quem vier, se quiser formar uma dupla, eles que procurem outro ponto. A estrada é livre pra todo mundo, mas não ficam aqui não”*. Sua fala deixa clara a relação entre a quantidade de trabalhos disponíveis e a impossibilidade de dividir o ponto com outros trabalhadores que poderiam assumir os poucos trabalhos que aparecem no local.

\* \* \* \* \*

Tendo em vista os apontamentos trazidos até aqui, é possível indicar que, de forma geral, há diferenças significativas entre as categorias profissionais entrevistadas no que diz respeito às formas de contratação e, de forma pontual, dentro da mesma categoria, como é o caso de Rafael em relação às demais pessoas da área de TI. Entre as últimas, as quais estão envolvidas em projetos relacionados ao desenvolvimento de softwares, é possível identificar a pejetização, o assalariamento disfarçado, e o trabalho por plataformas. Ainda, em grande medida, muitas das pessoas entrevistadas têm como ponto comum a informalidade. Para ambas as categorias profissionais, há algum nível de incerteza, que parece se intensificar quanto mais distante a garantia de vender sua força de trabalho. Por fim, as contratações estrangeiras revelam que o trabalho por conta própria serve como estratégia de flexibilização das relações de trabalho que favorece o uso da força de trabalho brasileira a nível mundial.

As informações trazidas neste capítulo permitem compreender certa gradação entre as formas de contratação e seus efeitos. As atividades que as pessoas entrevistadas realizam se encontram com demandas que variam entre projetos de longa duração a tarefas pontuais, diferenças que merecem atenção por suas repercussões.

As atividades que são contratadas oficialmente, ainda que sem as proteções conferidas pela CLT, oferecem algum nível de previsibilidade. Tal ponto se expressa pelos acordos relativos à contratação dos(as) trabalhadores(as) para projetos que, com prazo para encerramento ou não, envolvem renda mensal e estratégias de pagamento previamente estabelecidas. Mesmo aquelas contratações que não são formalizadas se baseiam em um acordo de que haverá um pagamento mensal enquanto o projeto durar.

Mais frágeis são os encontros entre contratação verbalmente acordada e tarefas pontuais, aquelas em que *uma* ou *algumas* carrinhadas são demandadas para os carregadores, ou que *um* descarregamento ou *um* trabalho como chapa-guia aparece para os chapas. São trabalhos que podem ser realizados em poucos minutos, horas ou, com muita sorte, durante um dia ou mais. Nesses casos, assim que concluído o trabalho contratado e recebido o pagamento correspondente, se extingue a relação de compra e venda da força de trabalho, cabendo ao trabalhador reiniciar sua busca por uma nova oportunidade de contratação. Nesse cenário, ter cargas fixas e clientes cativos se torna de grande relevância, para que tal busca se torne menos laboriosa, frente ao que é preciso agradar os clientes, construir estratégias de aproximação a eles e de negociação. Também é necessário evitar conflitos, o que pode ser bastante problemático e intensificar a sujeição dos trabalhadores aos contratantes.

Frente a essa análise, é possível dizer que as diferentes formas de contratação, em seu encontro com as atividades realizadas e com o lugar do contratante no trabalho por conta própria, são elementos que, em seu conjunto vão se traduzir, na vida das pessoas que trabalham, em diferentes níveis de incerteza em relação a trabalho e a renda. Do pagamento mensal ao pagamento por tarefa, há um fosso de distância entre as pessoas entrevistadas.

Para além disso, há tramas nas contratações relatadas que evidenciam a subordinação de algumas das pessoas entrevistadas aos contratantes que, por sua vez, permitem reconhecer a presença do assalariamento disfarçado, da pejetização e do trabalho por plataformas, o qual se mostra a faceta mais expressiva da uberização do trabalho (Abílio, 2021).

A subordinação, um dos elementos centrais para definir se há ou não uma relação de emprego estabelecida com o contratante, é um elemento de linha tênue no trabalho por conta própria realizado para um único empregador (CESIT, 2017). Welle (2022) esclarece que a subordinação “ocorre quando falta autoridade para o trabalhador definir várias facetas do

próprio trabalho, por exemplo, receber diretivas ou supervisão de como executar seu trabalho, ou ter definido por outro sua jornada, horário e local de trabalho” (p. 24). Entre os relatos das pessoas que tem contratos assinados, a forma que o dia a dia acontece evidencia tal subordinação, uma vez que há a organização minuciosa das atividades de trabalho por parte de um gestor que representa o cliente, o qual define metas, prazos, e adota métodos ágeis de controle das entregas. Adicionalmente, cabe lembrar que há demandas dos projetos que impõem o ajuste dos horários de trabalho àqueles de necessidade do contratante. Sendo assim, ao que parece, há questões que se assemelham à subordinação a um processo produtivo clássico, em que “exige-se a subordinação e integração do trabalhador à disciplina do processo produtivo engendrado pelo capitalista” (Welle, 2022, p. 24).

Interessante notar sinais de que a forma que as pessoas entrevistadas são tratadas por parte dos contratantes não se diferencia das relações costumeiramente estabelecidas com empregados, o que pode ser indicado pelos termos que utilizaram nas entrevistas, tais como salário, líder, gestor. São termos que se adequariam perfeitamente a uma conversa sobre o trabalho celetista, mas que causam estranheza ao pensar em uma relação de trabalho por conta própria.

Logo, é possível identificar, entre as pessoas entrevistadas, a presença de relações de emprego disfarçadas ou assalariamento disfarçado, assim como indicado por pesquisadores que estudam o autoemprego, do qual o trabalho por conta própria é parte (Pamplona, 2001; Gomes, 2009; CESIT, 2017, Welle, 2022). Ainda entre esse extrato das pessoas entrevistadas, é possível compreender o fenômeno da pejetização, uma vez que esses atuam de forma contínua para as empresas, que os contratam como empresa individual ou microempreendedor individual – modalidades de Pessoa Jurídica. Vale lembrar que assalariamento disfarçado e pejetização, por vezes, são fenômenos sobrepostos, mas não são exatamente a mesma coisa, uma vez que, segundo as entrevistas, há trabalhadores contratados como pessoas físicas, e não jurídicas.

A situação dessa parcela das pessoas entrevistadas pode ser vista também como exemplar de trabalhadores autônomos economicamente dependentes (taed), modalidade de trabalho reconhecida como parte das formas de trabalho flexíveis pela OIT (ILO, 2015)<sup>30</sup>, as quais são realidade em contratações em diversos países europeus. Mondon-Navazo (2014) estudou essa modalidade de contratação entre trabalhadores da área de TI, e indica que ela se

<sup>30</sup> A categoria taed faz parte do debate da OIT sobre uma nova parametrização do mercado de trabalho, indicado na introdução desta tese, e ainda não foi adotada no Brasil.

expressa pela dependência econômica de quem contrata, que provê a maior parte da renda da pessoa que trabalha. Ao que parece, no Brasil, tal modalidade se encontra entre o trabalho formal e o trabalho autônomo clássico. Dos achados da autora, se trata de uma situação em que há “a substituição de contratos de trabalho por contratos de prestação de serviços, um processo referido como ‘pejotização’” (p. 308)<sup>31</sup>. Ou seja, embora essa categoria ainda não esteja presente na mensuração do mercado de trabalho nacional, ela talvez pudesse trazer contornos mais claros à atual presença da pejotização no país.

Voltando à dimensão da subordinação, ela também aparece de forma tênue na contratação através da plataforma digital, relatada por um dos entrevistados, a qual presentifica mais uma vez o autogerenciamento subordinado, a figura do trabalhador *just-in-time* e a centralização do controle do trabalho. A última se manifesta no fato de que a plataforma foi intermediadora do acesso ao contratante, que administrava suas atividades de forma indireta, através de uma pessoa que fazia a ponte entre o trabalhador e as demandas do contratante, diariamente. Abílio (2021) afirma que a subordinação do trabalho através das plataformas digitais é a faceta mais expressiva da uberização do trabalho, que torna tal fenômeno de contornos mais visíveis.

A partir de leituras dos materiais do IBGE e conversa com um dos trabalhadores do órgão, me questionei se as histórias aqui identificadas como trabalho por conta própria poderiam ser entendidas nas pesquisas do instituto como parte das pessoas incluídas na categoria ‘empregados sem carteira assinada’, dada a expressiva relação estabelecida com o contratante. Entretanto, os relatos não permitiriam que os visse dessa forma, uma vez que as pessoas entrevistadas não se identificaram como quem deveria ser celetista, vivenciando um contrato irregular e, na contramão disso, reafirmaram um lugar diferente do emprego. Logo, considero que assim como aconteceu nesta pesquisa, se fossem indagados em uma pesquisa sobre sua situação de trabalho e as possibilidades de resposta fossem ‘empregado sem carteira assinada’ ou ‘trabalhador por conta própria’, a segunda seria a escolha que mais provável, não pelo seu status do ponto de vista legal, mas pela forma que se compreendem enquanto trabalhadores(as).

Adicionalmente, nos relatos das pessoas entrevistadas, para além do assalariamento disfarçado, da pejotização e da uberização do trabalho, em diversos aspectos há a presença da informalidade do trabalho. Ela aparece, entre as pessoas que atuam na área de TI quando se olha para a questionável validade dos contratos assinados sob regras de outros países, e na sua

<sup>31</sup> A autora esclarece que tal mecanismo foi favorecido pela criação da Lei do Bem, em 2005.

completa ausência, e está também presente nas situações vividas pelos carregadores de caminhão.

O fato de algumas das pessoas entrevistadas serem contratadas sob as leis do país de origem da empresa põem em dúvida se, na prática, seriam protegidas por meio desses documentos. Nesse cenário, uma confusa relação se estabelece, que poderia ser descrita como a seguir: sou contratado em um país no qual não tenho direitos legais, e tenho direitos legais no país em que não trabalho; não sou protegido por nenhuma legislação trabalhista porque oficialmente não é um trabalho, mas sou contratado como um trabalhador ou enquanto empresa de uma pessoa só. Sou em alguma medida subordinado, o que poderia ser visto como uma relação de emprego no Brasil, que deveria ser provida de direitos, mas não necessariamente no país em que meu contrato é registrado. Nessa seara, é possível dizer que, do ponto de vista do território nacional, são trabalhadores que estão sob contratações não-reguladas, em alguma medida semelhantes às situações presentes na informalidade.

De forma mais explícita, a informalidade é vivida por um dos trabalhadores de TI que é contratado informalmente por outro profissional PJ, que, por sua vez, é contratado por projetos para a empresa-cliente. Tal situação revela um curioso afastamento, à nível de contratação, das relações de trabalho com a empresa que efetivamente o recebe todos os dias para o desenvolvimento de seu trabalho. Interessante também que a história deste trabalhador indica que, embora a contratação documentada na área de TI seja predominante entre as pessoas entrevistadas, há espaço para informalidade na área, assim como identificado por Castro (2013). Esse entrecruzamento de formas precárias de contratação demonstra a expressiva fragmentação e miscelânea de arranjos contratuais possíveis na área de TI, como apontado pela autora e por Moita (2020). Tal ponto possibilita demarcar que se trata de uma área que também propicia incertezas aos trabalhadores, diferente do que frequentemente se propaga a seu respeito<sup>32</sup>.

Contratos por projetos que se apresentam, também, como informais, se aproximam das situações enfrentadas pelos carregadores de caminhão, os quais desenvolvem suas atividades sem contrato formalizado. Entretanto, sua situação difere substancialmente quando se olha para a dimensão da renda, a qual, para o trabalhador de TI, ainda é ‘garantida’ mensalmente, o que não é a realidade de nenhum dos carregadores. Os primeiros também não vivenciam,

<sup>32</sup> No momento da escrita da versão final deste texto, tem acontecido demissões em massa em grandes empresas da área de tecnologia, o que também evidencia tal questão. Para saber mais, sugiro acessar: [layoffsbrasil.com](http://layoffsbrasil.com)

necessariamente, a relação à roda viva em busca por novos trabalhos a que os carregadores estão expostos.

Tais elementos indicam a intensificação da incerteza e precariedade a que estão sujeitos os carregadores de caminhão. Contratá-los de forma pontual garante aos contratantes que quaisquer demandas relativas a seu trabalho e às suas condições de vida não sejam de sua responsabilidade, o que se dissipa ainda mais diante da significativa variedade de pessoas para quem trabalham. São trabalhadores expostos a um conjunto de exigências em relação aos horários em que estão à disposição dos clientes, e a queda na quantidade de trabalhos disponíveis, fruto de decisões que lhes escapam das mãos, intensifica ainda mais o cenário de incertezas a que são expostos. A expectativa por cargas fixas e pelo contato futuro dos contratantes já atendidos faz com que intensifiquem suas habilidades de relacionamento para conquistar o cliente, colocando os trabalhadores em posição de competição, de dedicação e de sujeição, de modo que ultrapassem limites significativos na movimentação de materiais. A dependência de contratações e a maior incerteza em relação à renda marca as experiências desses trabalhadores que são contratados pontualmente por acordos verbais e os deixa mais expostos a dificuldades para ter acesso à renda, o que se materializa na vida cotidiana de alguns, como poderá ser visto ainda nesta tese.

Por fim, as situações vividas pela maioria das pessoas entrevistadas da área de TI expressam uma estratégia já indicada por estudos sobre a contratação de trabalhadores na era da flexibilidade: o uso da força de trabalho a nível mundial por parte de empresas globais, que se valem principalmente da tecnologia, da fragmentação da classe trabalhadora e da desregulamentação de que o trabalho por conta própria é representativo, para contratar pessoas de seu interesse, em geral altamente qualificadas ao redor do mundo, a quem não teria acesso pelo mesmo custo se não houvesse tais questões de fundo. Huws (2008), desde a década de 1980, denunciava o uso da tecnologia para a ampliação da exploração do trabalho a nível internacional por empresas de países como os Estados Unidos da América. Nesse processo, a autora indica que eram relegados a países como Brasil, trabalhos para os quais fosse possível pagar salários menores do que nos territórios de origem dessas empresas, ao mesmo tempo em que ofereciam condições que mereciam a denominação de “fábricas eletrônicas de suor” (p. 42). Nos tempos atuais, praticamente não há mais fronteiras que impeçam a exploração de trabalhadores de diferentes países, coexistindo, eventualmente em um mesmo processo produtivo, trabalhadores alocados fisicamente em países diferentes. Estão configuradas as possibilidades de as empresas escaparem das exigências trabalhistas dos países em que contratam, ignorarem as conquistas em favor dos trabalhadores de seu

próprio país, ao mesmo tempo em que podem se beneficiar da disponibilidade de força de trabalho e precariedade vivida pelos trabalhadores de qualquer parte do mundo.

Logo, é possível afirmar que o trabalho por conta própria aqui estudado, em suas variadas formas de contratação, favorece a exploração das pessoas que trabalham tanto de forma localizada, quanto de forma global. Grande parte das formas de contratação descritas neste capítulo se mostram consonantes à uberização do trabalho, degradante tendência de mercado de trabalho apontada por Abílio (2020, 2021). Ainda, a diversidade de contratos aqui apresentada tem um ponto de unicidade: afirmar o trabalho por conta própria como um catalisador de formas precárias de trabalho, as quais têm sido indicadas na literatura como uma tendência do mercado global, com maior expressividade e historicamente presente no Sul global.



## **8. RENDA-TRABALHO E SEUS IMPACTOS**

As formas de contratação e atividades desenvolvidas pelas pessoas entrevistadas estão conectadas ao acesso a renda que, sendo um fator importante para alçar bens e serviços, tem impacto significativo na vida cotidiana. Exploro no primeiro item a dimensão da renda conforme presente nas entrevistas e, em seguida, trago uma breve discussão sobre as disparidades identificadas. Nos itens subsequentes, aponto como a renda repercute no acesso diferencial a condições mínimas de existência - expressas no acesso a alimentação e moradia, aos direitos trabalhistas e previdenciários, bem como torna o ‘se virar’ uma necessidade para alguns dos entrevistados. Diferente dos capítulos anteriores, as informações não foram organizadas a partir das categorias profissionais, de modo a facilitar as comparações necessárias para a argumentação deste capítulo.

### **8.1- Renda-trabalho: entre relatos e indicadores**

Prandi (1978), ao discutir as questões relativas ao trabalhador por conta própria, se refere a seu rendimento como renda-trabalho, de modo a colocar em relevo, entre outros pontos, que se trata de algo dependente do uso direto da força de trabalho e de seus meios próprios de produção. O autor aponta que “componente da realidade do cotidiano, medida de oportunidades, indicador de desigualdades sociais, o rendimento do trabalho (renda-trabalho ou salário) é a expressão mais direta, mais facilmente observável e ineludivelmente a face mais exposta, mais aparente, das condições materiais de vida” (Prandi, 1978, p. 76). Isso porque o dinheiro é o principal mediador de outras mercadorias necessárias ou desejadas para a sobrevivência, e sua análise permite desvelar outra faceta das diferenças presentes entre grupos estudados.

Ao longo das entrevistas com os trabalhadores, nem todos apontaram um valor fixo de renda-trabalho ou trouxeram informações a esse respeito. Entretanto, algumas falas indicavam valores recebidos, ou mesmo expectativas de rendimento atual e/ou futuro a partir de seus trabalhos. Para fins de comparação, a tabela abaixo foi construída com as informações daqueles que falaram sobre a renda-trabalho obtida ou estimada para um mês e/ou semana de trabalho. Cabe ressaltar que converti os valores citados em outras moedas para reais, levando em consideração o valor médio da cotação no período indicado pelos trabalhadores. Também projetei valores citados como expectativa de ganhos semanais em um valor mensal.

**Tabela 2:** Renda estimada dos entrevistados

Participante	Posição	Valor estimado (em reais)
Francisco	Chapa / Chapa-guia	R\$ 1.600,00
Carlos	Carregador de caminhão no entreposto	R\$ 1.870,00
Rafael	Analista de processos (interior do estado de São Paulo)	R\$ 2.000,00
Rafael	Analista de processos (cidade de São Paulo)	R\$ 6.000,00
Lucas	Desenvolvedor de software	R\$ 6.152,44
Rodrigo	Desenvolvedor de software	R\$ 20.000,00

**Fonte:** elaboração própria.

De modo geral, as informações pertinentes à renda permitem inferir que a participação desses trabalhadores no processo de valorização do valor de seus contratantes pode ser um indicativo para a renda maior ou menor. Tal gradação pode ser vista da seguinte forma: os carregadores participam da esfera de circulação dos produtos, em que o valor agregado pode ser visto como relativamente menor se comparado às demais atividades; em seguida, podem ser consideradas as atividades de redução de tempo e custos nos indústrias - trabalho principal do Analista de Processos; e, no mais alto dos valores indicados está a atuação diretamente no processo produtivo, como é o caso dos desenvolvedores de software incluídos nesta análise. Se não há salário justo pelo trabalho realizado sob o modo de produção capitalista, não se pode deixar de considerar que é também seu modelo de exploração que parece operar na contrapartida financeira presente no trabalho por conta própria. Ao que se vê, decorrente dessa possibilidade de participação na valorização do valor há atividades mais ou menos social e financeiramente reconhecidas, dentro dos devidos limites do trabalho por conta própria e da maior exploração possível por parte do contratante.

Ainda, como é possível notar, tendo em vista a situação apontada pelos trabalhadores de TI, há disparidades internas à categoria, e certa proximidade entre a menor renda indicada por Rafael, e aquelas apontadas pelos carregadores de caminhão. O último afirmou que, se trabalhasse no interior na posição citada, receberia esse valor mensalmente, o que seria alvo de acordo prévio, além de ressaltar que receberia três vezes mais se o mesmo trabalho fosse desenvolvido na cidade de São Paulo. O trabalhador justificou tal questão dizendo que o trabalho que realiza é mais valorizado na capital do estado em que reside, bem como o custo de vida na região é significativamente mais alto do que onde vive.

Enquanto a renda indicada pelos trabalhadores de TI é, em alguma medida, mais previsível por ser pautada em contratações mensais, entre os carregadores, a incerteza aparece de forma significativa em suas falas, o que deve ser frisado em relação à tabela. Os valores

mencionados pelos entrevistados são referentes a expectativas de recebimento semanal, mas não há garantias que conseguirão receber o mesmo valor todas as semanas. Francisco, com renda estimada de dois mil reais, apresentou expressivas preocupações em relação à incerteza sobre a renda como chapa: “*Tem dia que ganha 50, tem dia que ganha 300, é assim, é um dia pelo outro. Tem dia que você vem aqui e não tem nada, passa o dia todinho aqui e não pega nada*”. Em outro momento da entrevista, quando comparava os tempos atuais aos idos dos anos dois mil, contou que “*Agora aqui tá pior. Pra nós aqui, você vê, se der trabalho deu, se não der... fazer o quê? (risos). A gente passa fome!*”.

O comentário feito pelo trabalhador leva a refletir sobre a distância entre o quanto alguns desses trabalhadores recebem e o salário-mínimo necessário (SMN)<sup>33</sup>, calculado pelo DIEESE com o objetivo de identificar a renda essencial que uma pessoa que trabalha e sua família<sup>34</sup> devem receber para garantir as necessidades vitais básicas, conforme estabelecidas na Constituição Federal do Brasil (DIEESE, 2020, 2023). Utilizei como referência o valor de dezembro de 2019, ano em que as primeiras entrevistas com esses trabalhadores foram realizadas, quando o valor indicado pelo DIEESE era de quatro mil, trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta e sete centavos. Embora não se possa falar de um salário no caso dos trabalhadores por conta própria, o valor indicado pelo órgão permite compreender a posição dos trabalhadores em relação àquilo que é considerado mínimo necessário para a sobrevivência.

**Tabela 3:** Renda estimada *versus* salário-mínimo necessário

Participante	Posição	Valor estimado (em reais)	Diferença
Francisco	Chapa / Chapa-guia	R\$ 1.600,00	-R\$ 2.742,57
Carlos	Carregador de caminhão no entreposto	R\$ 1.870,00	-R\$ 2.472,57
Rafael	Analista de processos (interior do estado de São Paulo)	R\$ 2.000,00	-R\$ 2.342,57
Rafael	Analista de processos (cidade de São Paulo)	R\$ 6.000,00	R\$ 1.657,43
Lucas	Desenvolvedor de software	R\$ 6.152,44	R\$ 1.809,87
Rodrigo	Desenvolvedor de software	R\$ 20.000,00	R\$ 15.657,43

**Fonte:** elaboração própria.

<sup>33</sup> Para acessar os valores divulgados pelo DIEESE, consulte: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>

<sup>34</sup> Família parametrizada com quatro membros, dois adultos e duas crianças.

Frente a tais números, a situação relatada por Francisco se torna ainda mais clara, já que ele tem acesso a um valor quase três vezes menor para garantia de suas condições de vida e de sua família – ele é casado e pai de duas filhas, sendo que uma delas é adulta, trabalhadora, mas ainda reside com ele. Do mesmo modo, Carlos e Rafael também têm em conta um valor abaixo do SMN, sendo que, apenas na capital, o valor indicado por Rafael estaria acima do referencial do DIEESE, o que também torna apropriado ponderar a diferença de custo de vida na capital, considerada uma das cidades mais caras para se viver da América Latina. Com acesso à maior renda estimada está Rodrigo, trabalhador de TI que previa receber quase quatro vezes mais do que o valor de referência citado, sendo ele solteiro e sem filhos.

Tais disparidades, associadas às incertezas mais ou menos presentes em relação às formas de contratação, parecem participar das diferenças em termos do acesso à alimentação e moradia, o que será explorado no item a seguir.

## **8.2 - Alimentação e moradia**

Dado o risco de não ter renda suficiente para garantir sua sobrevivência através do trabalho, Francisco descreveu uma das estratégias que adota para, em certa medida, driblar a insegurança alimentar decorrente da potencial escassez de trabalho e da instabilidade de renda: fazer uma espécie de estoque de alimentos não perecíveis. Em suas palavras:

*eu quando faço uma compra lá em casa, eu faço compra pra dois, três meses. Já abasteço a casa de tudo aí fica só comprar verdura, mistura, agora as coisas necessárias mesmo eu já compro bastante. Eu já comprei até catorze pacotes de arroz (risos). Aí eu falo pra mulher 'Se eu trabalhar, trabalhei, se não trabalhar, comer nós vamos'. Óleo eu compro de caixa fechada, vem vinte litros de óleo dentro da caixa e eu compro de caixa fechada. Eu compro óleo duas vezes por ano. Eu fiz uma compra faz mais de quarenta dias, tá tudo lá ainda.*

Além disso, descreveu uma conversa com o chapa Luiz, que havia questionado por telefone se valeria a pena ir para o ponto naquele dia, já que o movimento de caminhões no período estava bastante fraco. Francisco frisou que estava “*no toco*”, expressão que significa que estava parado esperando algum trabalho, razão pela qual Luiz mencionou que não iria ao ponto. Em resposta, Francisco disse: “*melhor coisa que você faz. Passa a mão na vara e vai pro açude pescar que você ganha mais. Não trabalha, mas pelo menos garante a mistura (risos). Corre lá, garante o seu e traz pra nós!*”.

Na mesma direção, Carlos contou que uma das estratégias que usa para economizar na compra de alimentos mensal é o que chama de “*fazer a caixa de feira*”, o que consiste em

recolher frutas, legumes e verduras em diversos boxes do entreposto sem que precise pagar, situação que foi qualificada pelo trabalhador com a expressão de que o lugar “*é uma mãe*”. Falando sobre os alimentos, disse que “*eu não compro essas coisas na minha casa, graças a deus, eu levo tudo daqui (...) E ajuda, amiga. Põe na ponta do lápis, vai no mercado fazer uma feirinha com cinquenta reais? Vai ver o que vai conseguir trazer*”.

As formas de enfrentamento da instabilidade e não acesso à renda descritas pelos trabalhadores indicam as dificuldades e dependência das contratações para que possam dar conta das condições mínimas para sobreviver. Um elemento que pode agravar essa situação foi indicado por Carlos, que descreveu a perda do poder de compra que tem identificado em seu cotidiano. O entrevistado frisou que “*o dinheiro tá valendo menos, se eu gastava mil numa compra, hoje gasto mil e duzentos, mil e trezentos*”, e acrescentou que “*Dizem que a cesta básica baixou, mas é só na conta dos caras, porque no dia a dia, para quem sente o beliscão, não é nada disso não*”. Além disso, ele descreveu que a renda advinda do trabalho tem sido suficiente para, no máximo, pagar as contas mensais e alimentação, não podendo contar com nenhuma sobra que permita poupar ou comprar itens não essenciais.

Questões que indicam especificamente insegurança alimentar não foram apontadas pelos trabalhadores da área de TI durante as primeiras entrevistas, o que não significa, porém, que a incerteza em relação à renda não traga efeitos em suas vidas.

Rodrigo, quando relatava as situações enfrentadas no momento em que trabalhava em projetos de curta duração via plataforma digital, destacou que “*estava ficando um mês trabalhando, dois, três meses sem, e o melhor que eu já peguei foram seis meses direto, aí foi uma época boa. Mas essa inconsistência tava me incomodando*”. Detalhou esse incômodo dizendo que o fato de não ter estabilidade nos recebimentos fazia com que sua vida financeira se desorganizasse. Segundo ele,

*aí ficava essa bola de neve (...) então ficava essa instabilidade, quando você tem que pagar aluguel, por exemplo, e pagar carro, e sair porque eu gosto de sair, fica complicado (silêncio). Infelizmente, segurança ainda é importante. O que mais me incomodava mesmo era não saber se eu ia conseguir para o aluguel. Quando acabasse toda a minha reserva, se eu não conseguisse (silêncio). Era uma situação tensa.*

A preocupação com a da moradia como uma questão central foi descrita também por Luiz, que contou que a gradativa queda no número de cargas realizadas por semana levou a considerável instabilidade e diminuição de sua renda. Por essa razão, passou a recorrer a parentes, vizinhos e amigos na tentativa de conseguir ajuda para pagar contas e, especialmente, o aluguel, sua maior despesa. O trabalhador contou que a situação foi ficando

insustentável com o passar do tempo, levando-o a buscar estratégias para não mais assumir o aluguel com uma despesa mensal.

Já na vida de Paulo, a queda nos trabalhos disponíveis no entreposto, somada a separação conjugal, tornaram a moradia uma questão. Ele relatou que tinha um apartamento em um conjunto habitacional, no qual morava com sua esposa e filha, mas que, com a separação, decidiu deixar o apartamento para elas. Ao sair de casa, viu-se com a necessidade de alugar um lugar para viver, mas a dúvida se teria condições de pagar um aluguel se tornou uma importante barreira para ele.

Nos três casos, quando surgiu a incerteza em relação ao acesso à renda, a moradia se tornou uma questão relevante em suas vidas, sendo uma das grandes preocupações dos participantes. Apesar de essa situação estar presente entre entrevistados de ambas as categorias profissionais, os caminhos encontrados para enfrentar tal situação foram muito diferentes.

Rodrigo contou que, quando começou a se sentir em contínua tensão por conta das incertezas financeiras geradas pela imprevisibilidade nos rendimentos, passou a procurar “*trabalhos remotos com um pouco mais de segurança*”, candidatando-se a diversos projetos de longa duração, com vagas divulgadas em sites nacionais e estrangeiros. Depois de alguns meses procurando um novo trabalho, conseguiu encontrar a vaga para trabalhar de maneira remota na empresa estadunidense em que atuava no momento da entrevista. Com certa estabilidade, garantiu que pudesse pagar seu aluguel e outras despesas sem grandes preocupações, além de ter a possibilidade de construir uma reserva financeira.

Luiz, por sua vez, decidiu sair da casa que alugava, sendo que ele e mais quatro colegas que estavam em situação semelhante passaram a morar em uma creche da prefeitura que estava abandonada. Em suas palavras: “*arrumamos aqui atrás nessa creche, entramos nuns quatro, cinco, arrumamos a luz, lavamos, pintamos uns pedaços, estamos lá dentro. Lá eu não pago aluguel, não pago água, agora tô tranquilo*”. Logo, o trabalhador recorreu a uma moradia irregular, que pode trazer a ele problemas futuros como remoções (Mallak, 2022).

Assim como Luiz, Paulo relatou que não tinha condições de manter um aluguel, mas apenas depois de diversos momentos de conversa informal após a entrevista que realizamos é que contou que estava em situação de rua, demonstrando um misto de constrangimento e alívio por relatar a situação. Ele afirmou que não encontrou uma forma confortável para contar que estava há mais de um ano passando as noites “*em uma avenida grande que dá uma hora andando daqui, lá tenho meus colegas e vamos vivendo*”. Tal situação ressoou no dia que o encontrei no entreposto para realizar a entrevista desta pesquisa, quando ele chegou

com uma camisa recém lavada nos braços, ainda molhada, e disse que tinha tomado banho no local para se preparar para a ocasião. Durante nossa conversa, me contou que grande parte dos alimentos que consumia eram doações dos permissionários, além de ter relatado que:

*Eu tenho conhecido, inclusive, ali era o quiosque (aponta para um dos galpões), era o quiosque da mãe dele, ela chegou a falecer. E os bens, né? Ele tem um restaurante aqui, e aí eu pego comida lá, porque aí é só três horas da tarde também. Aí eu pego comida pra comer e pra me manter no dia seguinte, porque o café da manhã é algo sustentável pra que a gente não fique... fraco.*

Esses pontos indicam que a falta de moradia o faz utilizar a estrutura do entreposto para realizar algumas das atividades que ficariam restritas à casa, como tomar banho, lavar roupas. Também fica explícito que é por meio das relações estabelecidas no trabalho que tem conseguido garantir refeições diariamente, dado que não possui um local no qual possa cozinhar e/ou armazenar alimentos.

Logo, a permanência do viver em condições precárias, como passar a habitar uma moradia irregular ou estar em situação de rua, está presente nas histórias dos carregadores Luiz e Paulo, o que difere fortemente do enfreto realizado por Rodrigo frente à instabilidade na renda. Além disso, os recursos disponíveis aos carregadores Luiz e Paulo podem colocá-los frente a outros problemas sociais, uma vez que, impossibilitados de garantir suas condições de moradia, se colocaram em situações de risco de despejo, de violência física e simbólica por estar em situação de rua, exposição às condições naturais adversas como frio, chuva, sol intenso, entre outros, além de significar tantos outros não acessos.

As características do trabalho desenvolvido por Rodrigo, o fato de que seu trabalho pode ser realizado à distância, o acesso às plataformas digitais de busca de vagas internacionais, a possibilidade de desenvolver atividades imerso em equipes que falam outros idiomas, são elementos que, no seu conjunto, criam condições para que tenha o trabalho para o exterior como uma alternativa. Por sua vez, as situações enfrentadas pelos carregadores em relação à moradia apontam a importância das redes de contatos pessoais e da dependência dos vínculos de solidariedade para garantir o dia a dia.

Por fim, cabe frisar que, em grande medida, o ciclo de pobreza se mantém, uma vez que os trabalhadores Paulo e Luiz podem enfrentar cada vez mais dificuldades para alcançar patamares minimamente adequados de vida. É possível notar que aqueles que alçam posições de maior reconhecimento e melhores oportunidades têm recursos que permitem manter-se em tal posição, ou mesmo alcançar novos patamares de mobilidade. Por esse prisma, vemos a manutenção, quiçá uma ampliação, na desigualdade entre os grupos, quando intensificada as incertezas em relação à renda.

Frente às disparidades significativas nas condições de vida apresentadas entre os participantes a partir do rendimento do trabalho, cabe discutir como esses trabalhadores têm lidado com as diferenças em relação ao emprego e trabalho por conta própria quando se olha para o papel dos direitos trabalhistas e previdenciários.

### **8.3 - Direitos trabalhistas e previdenciários**

A incerteza em relação ao rendimento mensal, apontada especialmente entre aqueles que trabalham sem contratos, se relaciona com outra dimensão: a incerteza de que os contratantes realizarão o pagamento pelo trabalho realizado. Essa garantia, que faz parte dos direitos trabalhistas no caso de empregados (CLT, 1943; Campos, 2015), está, ao menos, prevista nos contratos firmados de Ana, Rodrigo, Lucas e Sandra, e está tacitamente presente nos acordos verbais. Em nenhum dos casos há garantias de pagamento, nem mesmo nos contratos formais, mas essas diferenças mudam a representatividade do compromisso assumido entre as partes.

O chapa Francisco relatou ter passado por situações em que os caminhoneiros não queriam pagar pelo trabalho após esse já ter sido concluído, o que o levou a ameaçar chamar a polícia para mediar a situação. Entretanto, antes que a polícia chegasse, o contratante aceitou fazer o pagamento conforme previamente combinado. Ao que parece, situações como essa são raras, mas, quando ocorrem, os chapas costumam explicar para a polícia o acontecido, que os apoia e pressiona os caminhoneiros para proceder o pagamento. Carlos também contou dilemas em relação ao pagamento de seu trabalho quando alguns poucos compradores com cargas fixas não o pagam no término de uma carrinhada, mas na contratação seguinte. Em suas palavras:

*é que ele é assim, ele fala que gosta de deixar rabo pra trás. Ele dá um pouco, fica um pouco. Mas é bom que a gente vai controlando, 'viu, tô precisando de um dinheiro hoje', 'oh, o que eu tenho na carteira é tanto'. Ele me devia 180 reais, ontem, ele me deu 40 conto, então, me deve 140. Então amanhã eu dou mais umas carrinhadas pra ele, ele me dá os 140 e fica devendo o trabalho de amanhã. Ele sempre vai jogando pra frente.*

No caso de Carlos, os clientes com carga fixa são conhecidos por ele, além do que estão frequentemente no entreposto, o que facilita que essa postergação do pagamento seja mantida na base da relação de confiança.

Entre parte das pessoas entrevistadas da área de TI, a situação se desenha de outra forma. Tendo o pagamento mensal previsto em contrato, Ana apenas relatou que, assim que o recebe, precisa separar o que representa seu “salário mensal” de suas despesas, indicando a



necessidade de organização financeira para lidar com os valores recebidos no cotidiano, sem indicar qualquer problema relativo ao pagamento, nem preocupações se vai recebê-lo ou não.

Além desse direito ao pagamento pelo trabalho, que se torna mais frágil entre os carregadores do que entre as pessoas da área de TI participantes da pesquisa, há outros direitos associados à relação de emprego que resultaram das lutas históricas da classe trabalhadora, os quais também merecem atenção. A esse respeito, apenas Sandra relatou que, em seu contrato, há a previsão de férias de trinta dias e décimo terceiro salário, situação que a aproxima ainda mais de um contrato celetista.

Ana, por sua vez, apontou que ao trabalhar por conta própria, *“você perde aquelas coisas que são básicas como um vale transporte, vale alimentação, transporte não precisa porque você tá na sua casa, refeição, um plano de saúde”*. Indicado como perda por Ana, o não acesso a direitos trabalhistas e previdenciários através do contrato de trabalho, e como um dever da empresa, é algo visto como benéfico por parte de Lucas. O trabalhador afirmou *“Você não tem nenhum benefício, você tem que fazer seus próprios benefícios. Então eu tenho o meu próprio FGTS, eu faço minha poupança pra seguro-desemprego, tudo é eu que me pago, que faço. Eu prefiro assim”*. Com essas palavras, esclarece que vê como favorável a transferência para o trabalhador da gestão daquilo que é voltado para garantir sua sobrevivência em caso de não-trabalho. O mesmo trabalhador também frisou que:

*pensa numa pessoa que trabalha numa empresa, essa pessoa trabalha numa empresa e ganha o salário dele, daí ele nossa, tem um monte de benefício, tem o 13º salário, tem a alimentação, tem FGTS, tem um monte de coisa, mas é uma certa mentira, né? Na prática, ele tá deixando de ganhar aquele dinheiro, a empresa tem um custo fixo por funcionário. Ou ele paga a própria pessoa ou paga para as burocracias, impostos e tudo mais.*

Logo, o trabalhador se posicionou de forma contrária à garantia de acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários como uma responsabilidade das empresas contratantes, o que indica o endosso, de sua parte, do discurso que propaga que direitos trabalhistas são custosos para a empresa, o que faz com que a empresa tenha que escolher entre pagar o trabalhador ou pagar por esses direitos para que possa consumir a força de trabalho pelo tempo contratado. Em seu relato, a empresa não parece o explorar, mas é vista quase como uma parceira que, numa relação entre iguais, está sendo lesada pelo Estado, e ao não o empregar, evita que ambos tenham prejuízos com essa relação. Sendo assim, o que se vê a responsabilização de si mesmo pela sua reprodução social, e que o trabalhador assume a figura de empreendedor de si, legitimando o que poderia ser visto como injusto como uma estratégia que preserva sua liberdade e suas escolhas. Sendo assim, *“mantém-se então a subordinação e o uso do*

trabalhador como força de trabalho, mas Estado e capital não comparecem quando se trata de garantir sua reprodução social” (Abílio, 2021, p. 939).

A autora, contudo, chama a atenção de que a propagação da ideia de autonomia, bem como o bombardeio contra o que envolve o emprego, são pontos que fazem parte das estratégias de gestão das empresas, a que as pessoas que trabalham são constantemente expostas. Ademais, afirma que não necessariamente uma posição favorável a essas formas de exploração representam autoengano, mas podem ser compreendidas a partir das situações opressoras que se encarnam no emprego. Ao que parece, ao considerar que está “*deixando de ganhar*” o dinheiro que o empregador custeava os direitos trabalhistas, Lucas também aponta que se vê na posição de quem é capaz de administrar com maestria os valores que recebe e ganhar mais nessa relação. Transparece a ideia de que tem vantagens em ganhos imediatos em comparação ao que receberia como salário se fosse empregado, o que, como bem demonstra Castro (2013), não é necessariamente verdadeiro.

Essas diferentes posições dos trabalhadores frente aos direitos e benefícios, bem como sua consonância sobre a necessidade de reconfigurar individualmente aquilo que não acessam através da relação de trabalho, podem ser compreendidas à luz de suas trajetórias e posições relativas no mercado de trabalho. São trabalhadores que descreveram as especificidades do trabalho que realizam como uma espécie de vantagem competitiva, a qual abre portas para algum nível de negociação em termos de valores a serem recebidos, os quais, por sua vez, que permitem repor individualmente, em alguma medida, o que teriam acesso como direitos trabalhistas. Assim como apontado por Castel (2005), por meio da propriedade privada, que se expressa no valor que recebem, conseguem garantir a si mesmo alguns desses direitos que não são iguais aos trabalhistas, mas cumprem função semelhante. Além disso, são trabalhadores que têm contrato assinado, o que permite que o rendimento mensal seja planejado de forma mais próxima do que efetivamente receberão. Tal ponto, unido a uma renda mais alta que as demandas da vida cotidiana, permite que parte do valor recebido seja dedicado ao planejamento do futuro, como feito pelos trabalhadores.

Interessante dizer que, entre os carregadores de caminhão, apenas os direitos previdenciários aparecem em seus horizontes, os quais dependem de contribuição mensal ao INSS. Francisco contou que, desde o início do trabalho como chapa, contribui mensalmente com o INSS, afirmando que “*aqui, pagando o INSS, tá tudo certinho (...) agora, se não pagar, o negócio fica complicado*”. O participante frisou a importância do INSS para casos de acidentes, e para que possa um dia ter a renda mensal vinda da aposentadoria. Carlos corroborou a fala de Francisco, mas descreveu a dificuldade que encontrou muitas vezes de

ter dinheiro suficiente ou mesmo de separar um montante para o pagamento da contribuição mensal para o órgão como autônomo. Ele disse que, “às vezes, passa o dia de pagar e se você fica sem pagar, aquele mês já foi. Eu fiz muito isso! Atrasei uns oito anos, parece que não, mas afeta”.

Carlos adiciona a dúvida se valor a ser recebido será suficiente para as despesas mínimas de seu cotidiano quando aposentar. Ele afirmou que “*aí a gente pensa em aposentar, mas fico pensando que vou receber pouco. E aí fica daquele jeito ‘pô, mas eu paguei tanto tempo e só veio isso?’*”. Complicado”. Na mesma direção, Luiz disse que imagina que o INSS pagará uma “*merreca*” quando de sua aposentadoria, e descreveu mudanças recentes no cálculo do benefício que intensificaram essa perspectiva. O entrevistado disse que:

*agora mudou, né? Se a pessoa aposenta, ela aposenta com as três últimas parcelas. Se o cara ganhava bem, ele ganha uma graninha boa. Se o cara ganhava mal, aí ele tem que buscar outro jeito. Agora ficou muito pior. Esse presidente Bolsonaro aí, ele tirou muito benefício da gente. Tem mudado muita coisa. Depois dessa reforma da previdência aí, tá feio o negócio.*

Diante da possível queda nos valores a serem recebidos na aposentadoria, Luiz indicou que precisará “*fazer uma aposentadoria*”, exemplificando que “*Você consegue um terreninho, faz ali umas três ou quatro casas de aluguel, aluga. Aí você fez*”. A perspectiva de futuro do trabalhador, sendo assim, é de viver de possíveis aluguéis de casas por ele construídas, situação que pode ser facilitada por seu conhecimento na área de construção civil, mas dificultada pela impossibilidade atual de poupar valor suficiente para o investimento em um projeto como esse.

Entre esse futuro longínquo e o momento da entrevista, Luiz apontou que tem tentado continuamente trabalhar com carteira assinada, o que é visto por ele como uma forma de poder garantir um salário mensal mais estável, ter a contribuição com o INSS já descontada diretamente de seu salário, sendo que ressaltou a importância do FGTS e do seguro-desemprego para sua vida. Ele também frisou, com certa tristeza, que “*A hora que aparecer [um emprego] eu vou. Xé, eu tô aqui como provisório, quer dizer... é uma chuva que eu espero cessar, mas não cessa. Que ela vai cessar no dia que aparecer, né? Mas a gente fica aqui por enquanto*”.

Ao passo que Luiz indicou a espera por um emprego e o vislumbre de construir sua própria aposentadoria, Francisco e Carlos ressaltaram que pretendem continuar trabalhando depois de aposentados, o que servirá para manterem-se ativos e, principalmente, para complementar a renda mensal. Francisco contou que pretende vender coco na praia e já comprou até uma caminhonete para isso, embora tenha dito que gostaria mesmo de pescar

todo dia quando aposentasse. Carlos falou que estava construindo um espaço em frente à sua casa para abrir um negócio, provavelmente um bar. Seja qual for o projeto, são trabalhadores que precisarão esperar até os sessenta e cinco anos para poder acessar alguma estabilidade através do recebimento da aposentadoria. Nesse cenário, cabe questionar quais condições terão de continuar trabalhando nesse tipo de atividade, que demanda significativo esforço físico, frente ao avançar da idade.

Já Rodrigo, falando sobre como imaginava seu futuro, contou que, na sua área, as pessoas falam com frequência sobre manter investimentos de modo que possam ter “*uma reserva grande de dinheiro*” para “*fazer essa reserva trabalhar por você*”. A esse vislumbre, frisou que deixa seu dinheiro em uma poupança, e que levará muito tempo para ter essa possibilidade de retorno financeiro. Ele descreveu que “*pelos minhas contas, eu não vou conseguir nem um milhão antes dos 40, sabe?*”, algo que está completamente fora da visão de futuro dos carregadores entrevistados.

Logo, enquanto para os trabalhadores de TI, é possível garantir um planejamento de vida atual e futuro através da renda-trabalho, para os carregadores, essa impossibilidade amplia a dependência das políticas públicas ligadas à proteção social. Se entre os trabalhadores de TI com contratos há uma previsão de reconfiguração desses, entre os que não tem nenhuma forma de contrato há uma valorização do acesso ao emprego e da proteção social garantida pelo Estado. Além disso, é possível considerar que, diferentemente de Lucas, esses trabalhadores não parecem ser atingidos pelo discurso neoliberal do empreendedorismo, e a ideia de criar negócios para sobreviver no futuro ou poupar um grande valor que permita viver de sua renda representa apenas uma opção para a falta ou insuficiência do direito previdenciário, pois o parâmetro que está na base de suas falas ainda é o da seguridade social. Tendo em vista a área de TI, é preciso somar a esse cenário o fato de que não há garantias que suas posições no mercado de trabalho levarão sempre patamares elevados de renda e continuidade em projetos, como mostra a realidade de Rafael e os *layoffs* recentes na área.

A presente discussão abre portas para uma última análise: mesmo que seja possível garantir, para alguns trabalhadores por conta própria, certa reconfiguração de direitos trabalhistas e previdenciários, essa reconfiguração é parcial, tendo em vista que a cesta conquistada historicamente pelos trabalhadores vai muito além do que foi mencionado pelas pessoas entrevistadas. Tais garantias passam pela dimensão dos salários – igualdade, garantia de pagamento, possibilidade de piso, por exemplo -, da regulação do descanso, pagamento de horas extraordinárias, proteção em caso de demissão e afastamentos, direito à sindicalização e greve, entre outros. Logo, mesmo que do ponto de vista das ideias essa reconfiguração seja

vista como possível e satisfatória, o que se vê é um conjunto de perdas e desmontes da legislação trabalhista, o que pesa de diferentes maneiras entre as categorias profissionais estudadas.

Ao passo que entre algumas das pessoas entrevistadas é possível, através da renda-trabalho, poupar valores para o futuro, bem como acessar de forma privada o que deveria ser garantido nas relações de emprego, há outras que precisam se valer de outros trabalhos para atingir sua expectativa de renda mensal.

#### **8.4 – Outros arranjos de trabalho**

As formas de contratação do trabalho por conta própria e a dimensão da renda desembocam em outro elemento interessante para os objetivos desta pesquisa: as diferentes estratégias que alguns dos entrevistados indicaram para ‘criar trabalho’, se envolvendo em atividades direta ou indiretamente ligadas à categoria profissional em que atuam, de forma prolongada ou não. A presença dos chamados “bicos”, de forma eventual ou não, parece desempenhar papel importante na renda dos trabalhadores e, assim como indicado por Sato (2017), pode ser combinado com o emprego e/ou com mais de um tipo de trabalho. No relato de parte das pessoas entrevistadas que compartilham a necessidade de realizar bicos para sobreviver, o que é mais estável em suas trajetórias é o trabalho por conta própria e não o emprego, além da combinação de diversos trabalhos para garantir a sobrevivência. Para conseguir os bicos, parece relevante a experiência, as relações interpessoais estabelecidas e a expertise construída através do trabalho nas categorias profissionais aqui estudadas.

Entre os carregadores de caminhão, Carlos afirmou que, no passado, se valeu de seu saber a respeito dos alimentos do entreposto para trabalhar como vendedor de frutas, legumes e verduras, o que fazia percorrendo com um carro diversos bairros da cidade em que reside e um megafone que usava para divulgar seus produtos. Nesse trabalho, que desenvolveu por alguns anos, disse que fazia a caixa de feira para vender e, após o trabalho nas madrugadas no entreposto, escolhia os melhores alimentos possíveis e saía vendendo pelas ruas da cidade. O trabalhador falou com alegria que, com o passar do tempo, conquistou uma significativa freguesia, especialmente idosos, que contavam com o seu trabalho para evitar locomover-se até a feira ou supermercado. Entre a renda no trabalho como carregador e como vendedor, Carlos contou que chegou a ganhar quatro mil e duzentos reais por mês, e que a maior parte desse valor era decorrente do trabalho nas ruas.

Carlos encerrou a atividade como vendedor por conta de um convite para trabalhar como motorista de caminhão com carteira assinada para um dos permissionários que era também seu amigo, sendo que as relações estabelecidas no entreposto e o conhecimento dos alimentos que transportaria foram pontos importantes para tal convite. Atraído pela possibilidade de ter renda estável e acesso à direitos, aceitou a proposta e deixou o trabalho como carregador pela impossibilidade de compatibilizar os horários entre as duas atividades. Entretanto, as promessas em relação à estabilidade não se cumpriram, já que passou por atrasos nos pagamentos, problemas na manutenção do caminhão que utilizava nas viagens, sendo que o último ponto que trazia preocupações com a responsabilidade como motorista. Depois de um grande desentendimento, desistiu do trabalho, voltou a ser carregador de caminhão e iniciou um processo trabalhista contra o permissionário.

No momento da entrevista, Carlos estava trabalhando eventualmente em um bar no bairro em que reside, atividade combinada com o trabalho como carregador. Além disso, estava procurando outros bicos ou trabalhos de longa duração, para os quais vinha distribuindo currículos e conversando com conhecidos. No entreposto, Carlos estava pensando em tentar trabalhar diretamente nos boxes, levando em consideração que talvez pudesse realizar atividades de menor intensidade, devido a sua idade. Com foco em trabalhos fora do entreposto, contou que mandou: *“uns currículos pra fora aí, se me chamarem, você pensa que eu não vou? Pra vir de madrugada aqui, [esses trabalhos] que entra oito horas, trabalhinho em marcenaria, em oficina, entendeu, em outros trabalhos”*.

Adicionalmente, o trabalhador frisou que estava construindo um salão no fundo de sua casa para montar algum negócio com a esposa e a enteada, ambas com experiência como cabelereira, manicure e maquiadora. Esse ponto remete à questão apontada por Sato (2017), que indica a presença de atividades de venda de produtos e serviços no interior das casas de uma favela da cidade de São Paulo. Aqui, espaço de trabalho e espaço doméstico se combinam e se integram, dada a urgência de garantir fonte de renda e, como Carlos esclarece, pensa em dividir o espaço ao meio, deixar uma parte para um salão de beleza e outra parte para abrir um bar.

A combinação de diferentes atividades para ampliar a renda mensal também foi apontada por Rafael, que no momento da entrevista não estava trabalhando em projetos na área de TI por dificuldades em encontrar trabalhos como Analista de Processos. Ele descreveu que, através *“do boca-a-boca”* e de sua busca ativa nas redes sociais, tem realizado atividades que nomeou como *“freelancer”*. Nelas, trabalha com montagem, formatação e conserto de computadores e celulares para o público em geral, manutenção de redes de computadores em

lojas, além de implementação de softwares ou atualização desses para empresas de pequeno porte. Rafael também contou que sua grande paixão não está no trabalho em TI, mas no trabalho como ator e, como tal, realiza peças de teatro e personagens em festas e eventos. Ainda, atua em um shopping na cidade em que reside em ações promocionais e propagandas de lojas que são veiculadas nos canais oficiais do estabelecimento. Essas atividades são possíveis a ele por sua longa história como membro de um renomado grupo de teatro da cidade, que lhe proporcionou experiência, capacitação e conhecidos que, em rede, trocam informações e indicações de novos trabalhos. Além disso, o trabalhador tem se dedicado a construir um canal no Youtube de histórias de vida, poemas e poesias, no qual também pode veicular as propagandas em que atuou. Rafael diz que gostaria de se dedicar integralmente ao trabalho de ator se esse o garantisse condições adequadas de vida, mas que, na prática, se trata de um trabalho incerto, de baixa renda e pouca valorização.

A respeito de sua condição de vida atual em suas relações com o trabalho, Rafael afirmou que “*se eu falar que eu sobrevivo de freelancer de TI atualmente, não, sem chance. Sem chance*”. Diferente dos outros trabalhadores de TI que são contratados por meio de projetos, as atividades como ator e como *freelancer* são realizadas a partir de demandas pontuais e são mais corriqueiras na vida desse trabalhador do que a atuação como Analista de Processos e, como ele disse, são “*extremamente informais (...) Sem nenhum tipo de vínculo, sem nenhum tipo de contrato, sem nenhum tipo de nada*”.

Ao falar sobre as incertezas envolvidas nessa contratação para atividades pontuais, relatou também períodos em que conseguiu trabalhos celetistas em lojas de informática, nos quais atuava como atendente ou vendedor. Entretanto, a baixa remuneração, a longa jornada de trabalho e outras imposições das contratantes sempre foram desafios, os quais se via na iminência de precisar se submeter novamente. Disse pretender retornar ao trabalho formal pela possibilidade de planejamento financeiro, mas que não deixaria de lado os trabalhos *freelancer* em TI e sua vida como ator. Ainda, no momento da entrevista, estava concorrendo a uma vaga de trabalho em um cruzeiro, que parecia sustentar certa esperança de trabalhar entre dez e treze horas diárias por nove meses e conseguir uma renda que fosse suficiente para sonhar com o futuro.

As histórias trazidas por Carlos e Rafael evidenciam que criar diferentes alternativas de trabalho não se configura como algo pontual em suas histórias. Esses pontos remetem à viração, em que os bicos ganham um papel central e permanente em suas histórias, vividos como o enfrentamento possível da imprevisibilidade de trabalho e renda, que podem afetar suas condições mínimas de sobrevivência. Assim como indica Abílio (2021), são

trabalhadores que não podem desfrutar de estabilidade nem no emprego, nem fora dele, o que indica que “os arranjos cotidianos podem ser compreendidos como estratégias de sobrevivência que são tipos informalizados de enfrentamento das injustiças, desigualdades, inseguranças e precariedade” (p. 943). Também é possível notar que esses trabalhadores vivenciam a viração quando se valem de suas redes de contato para aproveitar oportunidades que surgem, garantindo ou não com esse movimento algum nível de segurança. Como indica Abílio (2021), a viração acaba por estruturar parte significativa dos arranjos que esses trabalhadores utilizam para sobreviver, “de forma dispersa e permanente” (p. 943).

As tentativas de trabalhar com carteira assinada surgem como promessas não cumpridas no caso de Carlos, e como lugar de insatisfação diante das imposições vividas nessa modalidade de trabalho, na história de Rafael, o que conduz a um retorno contínuo ao trabalho por conta própria, que se torna central em suas histórias. Entre esses trabalhadores se repete o que indica Sato (2017): “as condições de trabalho nesses empregos não lhes são suportáveis, tanto pela submissão a uma disciplina de fábrica quanto pelo fato de serem humilhados e, ainda, pelos baixos salários” (p. 166).

De modo menos frequente do que Carlos e Rafael, trabalhos eventuais também fazem parte das histórias de alguns dos chapas entrevistados. Luiz relatou que, após sofrer um acidente automobilístico no qual fraturou o braço, não estava conseguindo trabalhar como chapa adequadamente. Por não poder se afastar do trabalho como, em tese, seria possível a um trabalhador celetista, aproveitou um convite que ele e o irmão Francisco receberam para trabalhar como diaristas<sup>35</sup> em uma indústria de bebidas para virar garrafas abertas que acumularam água da chuva, convite que surgiu de um contratante que já conhecia o ponto dos chapas por sua localização. Durante mais de um mês nesse trabalho, Luiz e Francisco tentaram disfarçar a lesão de Luiz, mas foi ele dispensado assim que um encarregado da empresa descobriu sua situação, o que foi justificado aos trabalhadores como uma preocupação com seu quadro de saúde, e visto por eles como medo por parte do contratante de ser responsabilizado se a lesão se agravasse. Sem outra saída em vista, Luiz disse ter ficado no ponto continuamente aguardando por trabalhos mais leves que pudesse executar, além de contar com o irmão para lhe ajudar em relação à alimentação e moradia.

Assim como aponta Sato (2017), “as redes de sociabilidade dão sustentação à criação e manutenção de trabalho não protegido” (p. 166), o que pode ser visto nas histórias dos três

<sup>35</sup> A contratação como diarista é comum em fábricas, nas quais há tarefas pontuais a serem realizadas que podem ser parcelizadas por dia. Nesses casos, a contratação pode ser realizada por meio de uma empresa terceirizada ou diretamente pela empresa, sendo que no último caso os trabalhadores frequentemente são contratados informalmente.



trabalhadores – Carlos, Rafael e Luiz. De forma sutil, as redes de apoio dos entrevistados cumprem a função de ajudar em alguma medida o acesso e permanência nos trabalhos que fazem para compor suas rendas, seja através da doação de alimentos apontada por Carlos, das indicações informais relatadas por Rafael e, no caso de Luiz, do apoio de seu irmão com o básico para a sobrevivência.

Interessante colocar em relevo que assumir outros trabalhos de forma frequente ou eventual foi relatada por trabalhadores que são contratados por tarefas – Carlos e Luiz -, e em projetos de curta duração de maneira informal, situação vivida por Rafael. Logo, o único trabalhador da área de TI entrevistado que não era contratado para projetos de longa duração, que também ganhava menos que os demais, foi também o único que relatou fazer diversos trabalhos para garantir sua renda mensal, o que se deve a um misto de necessidade e interesse.

De maneira distinta, Lucas contou que, apesar de ter pessoas interessadas em contratá-lo para projetos de curta duração e/ou atividades pontuais como *freelancer*, evita esse tipo de contratação. O trabalhador alegou que há situações em que os contratantes têm ideias de projetos que não são compatíveis com os recursos necessários e com o custo real para seu desenvolvimento, devido à falta de conhecimento acerca da área de tecnologia. Disse que, em situações como essas, os contratantes querem algo “*muito rápido, muito barato, tudo mais, aí eu não me adapto nesse quesito, porque, às vezes, você quer trabalhar, sabe o que tem que ser feito pra ficar com qualidade, e eles não vão ter recurso pra qualidade ou tempo*”. Ao que parece, evitar esse tipo de contratação é uma forma de proteger-se do desgaste que poderia surgir da incompatibilidade entre sua visão de um trabalho bem-feito e o que pode ser oferecido por esses contratantes, além de evitar as pressões que poderiam decorrer dessas relações. Ainda, a recusa desses trabalhos não foi indicada como algo que traria problemas a ele em relação à sua renda mensal.

\* \* \* \* \*

A partir dos pontos trazidos neste capítulo é possível considerar que as significativas diferenças entre as situações vividas pelas pessoas entrevistadas exemplificam a heterogeneidade em termos de renda presente no trabalho por conta própria, as quais desembocam nas distintas possibilidades de viver em condições consonantes à dignidade humana e revelam a manutenção da desigualdade de que o trabalho por conta própria participa.

São expressivas as diferenças discutidas neste capítulo, que passam pela questão da renda, das (im)possibilidades de acesso aos direitos, da dependência ou não deles. Ainda, é significativa a presença do ‘se virar’ como uma necessidade ou algo a ser evitado. São distintas as posições no mercado de trabalho entre esses grupos, e aqui é possível ver que a precariedade e informalidade que atravessa a história da categoria profissionais dos carregadores de caminhão, a primeira também presente em suas histórias de vida de forma prolongada, provoca efeitos perversos em relação à vida atual e futura.

A crescente desregulamentação dos mercados de trabalho mundiais, que guarda especificidades em solo nacional, e a deterioração das garantias trabalhistas e previdenciárias, não incidem igualmente nas categorias profissionais estudadas. Entretanto, são fenômenos que se espalham, gradativamente, entre aqueles que poderiam ser vistos como ocupantes de posições protegidas no mercado de trabalho por ser partícipe de uma categoria profissional de alto valor, como pode ser visto neste capítulo. Ainda, as questões ligadas à incerteza de acesso à renda e seus impactos não são vividas de forma semelhante entre as pessoas entrevistadas, sendo inclusive vista por uma delas como uma vantagem frente a contratos celetistas. Esse discurso não se presentifica de forma unânime, mas é endossado por quem é capaz de prover, individualmente, algum nível de proteção a si a partir da propriedade privada, o que reverbera nas discussões realizadas por Castel (2000, 2005).

Castel (2005) ressalta que a vida é repleta de situações que podem conduzir os indivíduos à degradação. Dando como exemplos “a doença, o acidente, a velhice sem recursos, as circunstâncias imprevisíveis da vida que podem culminar, em casos extremos, na decadência social” (Castel, 2005, p.7), o autor defende que, na ausência de proteção contra essas situações, faz-se presente a incontabilidade em relação ao presente e ao futuro. Há uma impossibilidade de projetar-se, o que mantém os indivíduos em constante condição de insegurança social. De acordo com o autor, “o sentimento de insegurança é a consciência de estar à mercê dessas eventualidades” (Castel, 2005, p. 27). Ele acrescenta que esse quadro “faz da vida um combate pela sobrevivência dia após dia, cuja saída é cada vez mais incerta” (p. 31). O autor descreve um longo caminho de avanços em relação à construção de alternativas para gerar segurança social, em que o Estado assumiu o papel de reduzir os riscos através a garantia de proteção aos trabalhadores e a construção da propriedade social<sup>36</sup>. Entretanto, o autor (Castel, 2000) aponta que, com os movimentos do capital que forçam a

<sup>36</sup> O autor, que se refere ao contexto europeu, frisa a importância de particularizar essas situações quando se pensa na América Latina, tendo em vista as diferenças em termos do grau de sistematização e efetivo acesso a segurança social (Castel, 2000).

reconfiguração da classe trabalhadora, fica explícito um processo de desmonte dos sistemas de proteções e garantias, o que vai ser vivido de diferentes formas pelas pessoas que trabalham. Segundo o autor (p. 251-252),

não é todo mundo que perde nesse jogo, mas é preciso acrescentar também que aqueles que se "viram" nessa nova situação são os que podem mobilizar recursos, capitais, que têm melhor formação e que podem se sair melhor, e algumas vezes muito bem, nessa situação cada vez mais competitiva. Mas outros, e temo que sejam os mais numerosos, encontram-se perdidos, quer dizer, desmembrados dos conjuntos coletivos, das regulações coletivas de proteção e de direito do trabalho. Passam, então, a ser indivíduos isolados de seus antigos pertencimentos coletivos, livres sim, mas sem vínculos, sem socorro, um pouco como os proletários do início da industrialização, que eram "livres", ou seja podiam estabelecer livremente seus contratos de trabalho, mas que, no entanto, pagaram muito caro por essa liberdade.

Embora essa divisão seja significativa para compreender que nem todas as pessoas estão nas mesmas condições, aponto que a fragilidade dos contratos e sua repercussão na renda, nas condições de vida atual e futura, demonstram outros mediadores que podem ampliar tal análise. Adicionalmente, cabe frisar que histórias como a de Rafael indicam que esses grupos não são estanque. Trata-se de um trabalhador que é parte de uma categoria profissional vista como de fácil empregabilidade, que tem experiência e formação no ensino superior. Experienciou um contrato por projetos como trabalhador informal que poderia lhe conferir melhores condições de vida, mas que, ao ser encerrado, o colocou em um lugar de significativa precariedade, a ponto de precisar combinar diversos trabalhos para sobreviver. Sua movimentação demonstra que, mesmo quando se há a impressão de alguma garantia decorrente de sua posição no mercado de trabalho, nessa configuração social, se pode passar do grupo que "pode se sair melhor" para ser parte daquele em que seus membros estão "sem vínculos" e "sem socorro" de maneira repentina. Olhando para a história de longo tempo de precariedade presente na vida dos carregadores, é possível considerar que o movimento contrário, de sair de um grupo "sem vínculos" e "sem socorro" para aquele que pode "se sair melhor" pode ser bastante dificultado.

Logo, embora haja diferenças entre os grupos, considero que, em alguma medida, as pessoas que trabalham por conta própria estão expostas à precariedade de modo mais ou menos sutil. Além disso, é marcante a questão de que os trabalhadores que estão, historicamente, em condições mais empobrecidas, sejam expostos de maneira contínua a incertezas de renda que impactam suas possibilidades de vida de modo tão aviltante.

Mediante tal cenário e assim como visto até aqui, o trabalho por conta própria coloca as pessoas que trabalham em algum nível de incerteza, reconhecida ou não por quem a vive, e que pesa mais sob aqueles que têm maior dependência da renda imediata para sobrevivência,

por não ter outros suportes sociais ou privados. De modo geral, é possível dizer que, em grande medida, não há possibilidade de planejamento da vida a longo prazo, pois não há garantias sobre a manutenção das relações de trabalho e da renda. Ainda assim, eles procuram de alguma forma vislumbrar um futuro em que possam garantir sua sobrevivência. Seus sonhos são, entretanto, bastante diferentes entre si e, focando no trabalho e renda, há um abismo entre considerar a possibilidade de ter um milhão de reais a render, à seu dispor, aos quarenta anos que estão num futuro longínquo, em contraposição a, aos mais de sessenta anos atuais, considerar que se deve trabalhar na aposentadoria para conseguir viver.

As diferentes posições no interior da classe trabalhadora só têm existência real em uma sociedade que se estrutura com base na diferença, na competitividade, na culpabilização e exclusão/inclusão perversa (Sawaia, 1999) daqueles que alçam posições tratadas como inferiores (Guareschi, 1999). Sawaia e Figueiredo (2019, p. 666) apontam que “é necessário ainda desvelar os efeitos do capitalismo sobre a organização e reprodução da vida, em suas diversas roupagens e tempos históricos” e, nesta pesquisa, a desigualdade no mercado de trabalho parece ter papel fundamental nas possibilidades de existir das pessoas entrevistadas, especialmente tendo em vista aquelas em condições mais empobrecidas.

As autoras ainda afirmam a desigualdade como um fenômeno histórico, que tem variações em suas formas de expressão no tempo, a respeito do que é importante dizer que:

a desigualdade, de maneira ampla, pode ser entendida a partir de observações quanto ao tratamento dado por uma sociedade aos diversos grupos que a compõem. Quanto maior a diferença entre os que têm mais – poder, dinheiro, privilégios, acesso a serviços e a direitos básicos, proteção do Estado, etc – e os que têm menos, maior a desigualdade. Ela então não é uma característica de um indivíduo ou de um domicílio específico, mas é avaliada a partir da maneira pela qual se distribuem recursos, reconhecimento, oportunidades ou bem-estar entre os membros de uma sociedade (Observatório de Desigualdades, 2018, p. 3).

Trata-se de um fenômeno multidimensional que, na sociedade brasileira, tem caráter durável (Souza, 2018) e estruturante das relações sociais. Sánchez-Ancochea (2020), ao estudar a desigualdade na América Latina, aborda a reprodução histórica desse fenômeno como um ciclo vicioso. O autor aponta como diversas disparidades entre grupos sociais são consequências da persistente desigualdade que marca a região e são retroalimentadas pelas escolhas políticas e econômicas de cada período histórico<sup>37</sup>. O autor discute, ainda, como a desigualdade de renda e de distribuição de riquezas traz consequências que vão muito além de

<sup>37</sup> Para o autor, a desigualdade também está diretamente relacionada à falta de interesse político e econômico de produzir mudanças que permitam enfrentar a desigualdade, o que se expressa na estrutura produtiva de cada país que, de forma decisiva, mantém as disparidades como naturalizadas e impossíveis de serem superadas.

questões financeiras, mas vão desembocar no que chama de custos econômicos, políticos e sociais. São tratados como efeitos da desigualdade as disparidades no acesso à educação, saúde e moradia de qualidade, a violência, direito à cidade e segregação urbana, falta de coesão social, diferenças na expectativa de vida, entre outras questões, os quais também sustentam e são motores desse ciclo vicioso.

Sendo assim, indicar as expressões da desigualdade e suas consequências na singularidade das experiências cotidianas permite desvelar que a desigualdade “mata, deprime, impõe sofrimento (ético-político), fecha o futuro e impede a abertura de horizontes, o acesso à educação e à saúde, fomenta injustiças, reforça o individualismo e a banalização dos males provocados aos homens, a natureza e culpabiliza as pessoas e grupos pelo seu próprio infortúnio” (Sawaia & Figueiredo, 2019, p. 666).

## **9. TRABALHO E SAÚDE**

O trabalho como esfera da vida que participa da saúde tem sido tema presente em estudos de diversas áreas do conhecimento, cada qual com seu foco específico e, no enfoque da Psicologia Social do Trabalho, aparece desde os primeiros momentos de conformação do campo. Com vistas a compreender o fenômeno a partir dos trabalhadores, tal enfoque buscou historicamente novas veredas para construir teorias e práticas de intervenção no processo saúde-doença. A utilização da categoria cargas de trabalho, conforme desenvolvida por Laurell e Noriega (1989), e da abordagem do desgaste mental, produzida por Seligmann-Silva (2011), são alguns dos caminhos encontrados para debater as relações entre processo saúde-doença e trabalho.

Neste capítulo, no primeiro item, me utilizo dessas leituras para analisar pontos relatados pelas pessoas entrevistadas que podem ser consideradas cargas de trabalho, as quais estão presentes de formas diferentes entre as categorias estudadas. Em seguida, apresento relatos de desgastes à saúde surgidos nas entrevistas e as estratégias de cuidado apontadas, nas quais há também disparidades. No fechamento deste capítulo friso que, embora cargas, desgastes e acesso a cuidados à saúde guardem diferenças entre as categorias profissionais, há o compartilhar da responsabilização dos indivíduos pelos processos saúde-doença e trabalho, bem como da demanda por trabalhar em condições de saúde desfavoráveis.

Assim como no capítulo anterior, as situações desveladas nas entrevistas serão apresentadas não por categoria profissional, mas com base nos conceitos que sustentam o capítulo, a fim de facilitar as comparações e discussões pertinentes.

### **9.1 – As cargas de trabalho**

De modo geral, os autores Laurell e Noriega (1989) compreendem como sociais e históricos os processos saúde-doença em suas relações com o trabalho, e indicam como essencial analisar o processo de trabalho em sua concretude, em suas vertentes técnicas e sociais para a compreensão da saúde das pessoas que trabalham. Os autores indicam as cargas de trabalho como elementos que interagem entre si e com o corpo do trabalhador durante a atividade de trabalho e descrevem seis cargas de trabalho, cada qual com sua especificidade em relação à sua materialidade. Há aquelas que são passíveis de quantificação e reconhecimento por sua materialidade externa, tais como as cargas físicas, químicas, biológicas e mecânicas e, por outro lado, há cargas que só ganham materialidade no encontro

com o corpo da pessoa que trabalha, como as cargas fisiológicas e psíquicas. A partir dos autores, Galon (2015, p. 77) descreve que as cargas de trabalho podem ser caracterizadas por

- Cargas físicas: ruído, vibrações, temperatura, iluminação, ventilação, umidade, resultantes de características peculiares do processo de trabalho;
- Cargas químicas: substâncias químicas em formas de poeira, pó, gases, fumaça, vapores, líquidos, entre outras;
- Cargas biológicas: parasitas, bactérias, vírus, fungos, entre outras, advindas do contato com organismos animais ou vegetais;
- Cargas mecânicas: contusões, fraturas, feridas e outras lesões relacionadas ao objeto de trabalho, às tecnologias utilizadas e às condições ambientais e materiais;
- Cargas fisiológicas: esforço físico e visual, movimentos, deslocamentos e posturas adotadas no trabalho, turnos noturnos e rotativos, horas prolongadas de trabalho e intensificação do ritmo de trabalho;
- Cargas psíquicas: estresse oriundo dos efeitos do processo de trabalho. São determinantes presentes no ritmo e na intensidade do trabalho, no controle, na atenção e responsabilidade frente ao trabalho, no relacionamento interpessoal, na atividade supervisionada, no medo do desemprego, entre outras.

Dentre as cargas apresentadas, foi possível identificar nas falas dos carregadores, pelo menos, cinco delas: físicas, químicas, mecânicas, fisiológicas e psíquicas, ao passo que entre as pessoas que atuam na área de TI surgiram as cargas fisiológicas e psíquicas. Cabe frisar desde já que essas cargas foram identificadas a partir dos relatos e indicações relativas aos lugares de trabalho que permitem ponderações, o que não significa que não haja a presença de outras que não tenham sido mencionadas. Um exemplo disso são as cargas biológicas, que não aparecem nos relatos das pessoas entrevistadas, mas poderiam, em tese, estar presentes no trabalho dos carregadores, a depender dos produtos a serem movimentados e/ou das condições de deterioração desses.

### *9.1.1 – Cargas de trabalho físicas, químicas e mecânicas*

Tendo em vista o lugar de trabalho dos carregadores, tanto no entreposto quanto à beira das estradas, há em menor ou maior grau exposição a cargas físicas, tais como ruídos, temperatura alta ou baixa e outras provenientes de intempéries da natureza.

O ruído, decorrente dos caminhões em trânsito ou parados nas proximidades dos locais de trabalho dos carregadores, faz parte do cotidiano e também participou dos momentos de entrevista. Nas ocasiões, por vezes, foi necessário pausar a fala até que fosse possível usar a voz sem concorrer com o alto ruído presente, ou mesmo aumentar o esforço vocal para manter a comunicação em curso. Tal situação acontece de forma corriqueira no dia a dia desses trabalhadores, quando caminhões entram, saem ou param no entreposto, quando passam pela

rodovia ou param no acostamento para resolver alguma questão e mesmo quando vão contratar os chapas, já que muitas vezes eles não desligam seus motores para conversar.

O ruído, por si, é indicado por Laurell e Noriega (1989) como produtor de transformações relativas à função auditiva, o que tem relação com o quão frequente o sujeito está exposto a esse elemento, bem como sua intensidade, transformações que, se gerarem desgaste, serão melhor identificadas depois longos anos de exposição. Os autores também indicam efeitos em outros sistemas corpóreos tais como o digestivo, cardiovascular e nervoso, que são marcadores de tensão, além de apontar a concorrência dos ruídos com a voz, interferindo na comunicação verbal. Logo, a carga física ruído também se expressa enquanto carga fisiológica e psíquica. A esse cenário, acrescento que o uso da voz em ambientes ruidosos também se torna carga fisiológica, demandando uma modulação vocal específica para dar conta da comunicação nesses ambientes.

Ainda no quadro das cargas físicas estão aquelas apontadas por Raimundo sobre o ponto de chapas: “*é sol, é chuva...*”, ao que acrescento também o vento, o frio, o calor. Isso porque esse local é um lugar aberto e exposto às intempéries da natureza, além do que não se tem controle sobre o local de descarregamento a ser realizado em cada contratação. Já o entreposto tem galpões cobertos e abertos na lateral, além de que parte das operações de movimentação acontecem nos locais em que os veículos estão estacionados, que ficam em áreas abertas. A partir de Laurel e Noriega (1989), é possível afirmar que esses elementos afetam hormônios e mecanismos de termorregulação corporal, alterando, portanto, processos fisiológicos de modo temporário ou não.

Em todos os ambientes de trabalho dos carregadores, há poeira e fumaça, cargas químicas que são provenientes do movimento dos veículos, trazidas pelos ventos ou mesmo presentes no ambiente por conta do solo: o ponto dos chapas não pode ser instalado na parte do acostamento que é asfaltado, mas apenas nas faixas sem asfalto, as quais são parte de terra, parte com mato crescido e, no entreposto, há pontos não asfaltados ou cimentados. Adicionalmente, Carlos contou sobre a exposição constante a agentes químicos, especialmente, agrotóxicos, presentes nos produtos que movimenta no entreposto. Em suas palavras: “*Minha esposa vai lavar meu jaleco e fala “meu bem, que água suja!”, é produto que veio da roça e tá impregnado na caixa, no saco, passa tudo pra mão*”. Ele também referiu que há produtos que são usados para acelerar o amadurecimento dos alimentos que são aplicados tanto pelo produtor quanto pelos intermediadores da carga, os quais estão nos produtos e no chão. Ainda, lembrou-se dos alimentos que caem no chão e, quando não recolhidos, vão se deteriorando e “*vão se tornando tóxico (...) Esse chão é o pior lixo que tem,*



*é tóxico*”. Os diferentes tipos de carga química podem ter impactos específicos que não podem ser descritos aqui, mas cabe ao menos ressaltar que, segundo Laurell e Noriega (1989), há a possibilidade de afetar pele e sistema respiratório dos trabalhadores, bem como provocar o desenvolvimento de processos degenerativos do organismo, alergias de pele, entre outras questões.

As cargas mecânicas, apontadas por Laurell e Noriega (1989) como aquelas que “se convertem numa ruptura de continuidade instantânea do corpo” (p. 111), ficam evidentes na atividade dos carregadores. No entreposto, Carlos e Paulo se queixaram das ruas esburacadas e com asfalto em péssimas condições as quais são utilizadas para transitar com o carrinho. Carlos descreveu que a inclinação das rampas se torna algo “*agressivo*” para seu corpo, já que o controle do peso, tração do carrinho e as manobras necessárias para curvas, desviar das pessoas e produtos dispostos nos galpões são feitas com o corpo. Fora isso, frisou que precisam subir e descer de caminhões muitas vezes ao longo de um dia de trabalho, o que é bastante “*puxado*” a seu ver. Tal quadro ainda se agrava em dias de muito movimento, em que há muitas pessoas transitando no local e, por vezes, parando no meio do corredor de movimentação dos carregadores, que atrapalham a passagem e derrubam produtos no chão, sendo ambos obstáculos para o trabalhador. A configuração do carrinho também pode se traduzir em carga mecânica, uma vez que é feito de ferro e madeira que, por si, são pesados. Segundo Paulo, há também risco de queda dos produtos no chão e no corpo do carregador durante a movimentação, já que o carrinho é aberto nas laterais e costas do trabalhador. Por fim, os trabalhadores comentaram que os dias de chuva são de difícil enfrentamento, já que há poças de água que se formam nos buracos no chão do entreposto e que, por formar espelhos d’água, os trabalhadores não conseguem enxergar e desviar, além de terem ressaltado que os carrinhos no entreposto e os veículos que transitam tanto no local quanto nas rodovias representam perigo de colisão.

Esses elementos abrem portas para quedas, fraturas, lesões, contusões, atropelamentos, e outras situações que podem ocasionar acidentes de trabalho e, mesmo nos momentos em que os trabalhadores não estão em lugares com buracos, alimentos no chão ou passando pelas rampas, eles relataram uma preocupação constante pelo risco de acidentes. Carlos disse que, “*Do nada, você se machuca, então a atenção tem que ser redobrada*”, o que denota que essa carga mecânica também se apresenta enquanto uma carga psíquica. Como apontado por Laurell e Noriega (1989), trata-se de uma situação em que surge “uma das múltiplas cargas psíquicas, pois não se refere ao acidente, efetivamente consumado, mas à consciência dos riscos, baseada na experiência e inerente ao trabalho realizado. Seu efeito principal é que gera

um estado de tensão prolongada” (p. 208). Além disso, a movimentação de produtos em tais locais demanda esforço físico intensificado para que se possa manter o trajeto ou manobrar o carrinho para evitar os obstáculos, podendo também ser parte do quadro de cargas fisiológicas. Cabe frisar que esses elementos, embora não reportados entre os chapas, podem estar presentes em seu cotidiano, a depender dos lugares em que vão trabalhar a pedido dos contratantes.

Como é possível notar, os relatos até aqui dizem respeito aos carregadores. Isso porque as pessoas entrevistadas da área de TI não relataram elementos presentes em seu cotidiano que se configurassem como cargas físicas, químicas e mecânicas. Em contrapartida, no quadro de cargas fisiológicas, ambas as categorias profissionais trouxeram relatos representativos, mas com diferentes pesos.

#### *9.1.2 – Cargas de trabalho fisiológicas*

Partícipe do trabalho realizado pelos carregadores está a questão da postura corporal necessária para a realização das atividades, elemento que foi diretamente relacionado pelos entrevistados como algo relevante para que consigam realizar o trabalho com menor esforço físico, bem como para não se lesionar. Entre as pessoas da área de TI, esse também foi um ponto presente, uma vez que trabalham longos períodos sentados, o que pode provocar problemas osteomusculares, como indicado por Rodrigo, abre espaço para o sedentarismo. Apenas esse trabalhador descreveu que tenta organizar-se para levantar-se de tempos em tempos para colocar-se em movimento, mas que nem sempre se lembra ou é possível interromper o trabalho para tanto.

Já entre os carregadores de caminhão, a presença de cargas de trabalho fisiológicas aparece com significativa frequência. Os carregadores do entreposto relataram a movimentação de cargas consideradas por eles leves, com cerca de vinte quilos por unidade movimentada até aquelas pesadas, de noventa quilos ou mais. Aprofundar a compreensão dessas cargas demanda estratificar as atividades realizadas: um carregador do entreposto, para concluir uma carrinhada, precisa 1) carregar os produtos para seu carrinho – que podem estar em caminhões, carros, ou no próprio box; 2) acondicioná-los adequadamente; 3) puxar o carrinho com seu próprio corpo para chegar ao local de descarregamento; 4) descarregar seu carrinho, e 5) organizar os produtos no veículo do comprador. Os setecentos quilos com que quase sempre são carregados os carrinhos são manuseados item a item pelo trabalhador, que pega o produto do local armazenado, o organiza no carrinho e, como mencionado no item

anterior, é com seu que movimenta o carrinho cheio de um ponto a outro do entreposto. São trabalhadores que fazem diversas carrinhadas por dia e esperam fazer o maior número possível delas, já que recebem por carrinhada.

Além disso, há peculiaridades ligadas ao lugar em que coletam os produtos escolhidos pelo comprador. Durante uma das minhas visitas ao entreposto, acompanhei o trabalho de Carlos e, em uma das carrinhadas para um cliente, ele precisou buscar limões no caminhão de um produtor. Carlos posicionou seu carrinho ao lado do caminhão, subiu nele e logo outro carregador que estava em cima do caminhão começou a entregar-lhe os sacos de limão, que tinham aproximadamente vinte quilos cada um. Depois de alguns sacos colocados no carrinho, um quase caiu, o que demandou do trabalhador rapidez e destreza corporal para não deixar isso acontecer e também não derrubar os outros que estavam no carrinho e não cair. Depois desse momento tenso, outros se seguiram por conta dos buracos no caminho até o caminhão do cliente, no qual o trabalhador subiu e desceu várias vezes para poder organizar os sacos de limão adequadamente. Condiz com esse cenário o apontamento de Carlos, que frisou que “*o trabalho em si do carregador é pesado. Ele é muito pesado*”.

No trabalho dos chapas, é possível observar situações semelhantes em relação aos pesos que precisam movimentar, e é interessante a forma que ponderam sobre esses produtos. Francisco contou, por exemplo, que o produto que considera mais difícil de trabalhar é o papel higiênico, “*porque ele é “maneirinho”, e quem pede pra descarregar manda colocar lá em cima. Aí a gente tira da carreta, desce da carreta, anda, sobre na escada e coloca lá em cima nas prateleiras. É a pior carga que tem*”. Isso porque, se com outros produtos ele apenas tem que descarregar o caminhão, com o papel higiênico, tem que adicionar novas etapas em sua atividade, o que amplia seu esforço físico. Por outro lado, o mesmo carregador contou que um dos descarregamentos que mais gosta de fazer é o de móveis, alegando que, por ser um produto muito pesado, demanda intervalos prolongados entre um descarregamento e outro. Cabe lembrar que, quando o trabalhador realiza esse tipo de entrega, a extensão da jornada faz com que ganhe por dois dias, o que pode contribuir para que veja essa carga como favorável, apesar de desgastante, como será comentado adiante.

A partir dos achados de Laurell e Noriega (1989), é possível afirmar que as questões relativas ao trabalho pesado e de postura demandam do corpo das pessoas que trabalham um gasto energético significativo e reorganizações de posturas e movimentos das mais diversas para garantir a consecução das tarefas.

No relato de Francisco é possível observar outra faceta das cargas fisiológicas, quando relatou que, por vezes, é necessário dormir dentro do caminhão estacionado em um posto de

combustíveis para continuar o descarregamento no dia seguinte, o que permite questionar as condições em que o sono se desenrola. A esse respeito, o trabalhador contou que há caminhões que oferecem muito conforto e outros que, por estarem sujos, com mau cheiro, bagunçados e por falta de estrutura interna, se tornam desagradáveis para a permanência. Ainda sobre o tema, a rotina de viagens pode produzir horários incertos de repouso.

Além disso, são trabalhadores que atuam nas madrugadas, o que interfere na rotina de sono, como respondeu Carlos a uma pessoa que o perguntou sobre seus horários de trabalho: *“e esse horário louco?”*, ao que respondeu *“horário de louco, véio. Porque a gente perde a melhor parte do nosso sono”*. Esse mesmo trabalhador descreveu que dorme cerca de seis horas por noite, tendo dias que chega a dormir de duas a três horas para que consiga trabalhar os horários do entreposto. A questão dos horários de trabalho também aparece no relato das pessoas entrevistadas da área de TI tanto em relação aos ajustes aos horários demandados pelos contratantes, quanto no atendimento de demandas urgentes de trabalho, quer inesperadas, quer pelo iminente encerramento de projetos. Ana, a esse respeito, frisou que *“quando é entrega, que a gente tem que subir as coisas no ar, então às vezes a sexta feira acaba emendando no sábado, então tem muito disso (...), tem essas variações muito grandes de horário”*.

Laurell e Noriega (1989) afirmam que aspectos relativos aos horários de trabalho repousam no fato de que sua alteração propicia rompimentos e quebras nos ritmos fisiológicos, provocando “disfunção de uma série de processos biológicos” (p. 209). Os autores indicam essas quebras em relação “a temperatura, a pressão arterial, o tipo de atividade cerebral, a quantidade variável de uma série de hormônios, etc.” (p. 208), além de pontuarem a “redistribuição de sangue, gasto e hipertrofia de tecidos” (p. 112). Acerca do trabalho em turnos fixos na madrugada, Lima, Assunção e Francisco (2001) são contundentes ao demonstrar efeitos degradantes que potencialmente causam aos sujeitos que, para além dos efeitos biológicos mencionados, há efeitos sociais decorrentes do trabalho noturno, se configurando também uma carga psíquica. As mudanças nos horários de trabalho afetam a vida social e podem trazer impactos significativos nas atividades de lazer, familiares, de convivência com colegas e de execução de tarefas da vida pessoal que são organizadas a partir dos horários de trabalho administrativos, como compras, cuidados com a saúde, por exemplo.

### 9.1.3 – Cargas de trabalho psíquicas

Até aqui, descrevi a presença de cargas físicas, químicas, mecânicas e fisiológicas, a partir dos estudos de Laurell e Noriega (1989). Discutir as cargas psíquicas, entretanto, também permite valer-se dos conceitos desenvolvidos por Seligmann-Silva (2011), a qual aponta que os primeiros autores não aprofundaram seus estudos sobre esse ponto. Em sua formulação acerca do desgaste mental relacionado ao trabalho, indica a importância de considerar na análise do processo saúde-doença as relações entre trabalho, corpo e potenciais psíquicos – que envolve elementos como a inteligência e os sentimentos. Nessa mesma direção, destaca a necessidade de compreender elementos ambientais e psicossociais que envolvem o trabalho, os processos de subjetivação, de identidade, aqueles que afetam o sentido do trabalho, entre outros.

Neste item, aponto elementos que podem se caracterizar como cargas psíquicas, sendo que, nos itens anteriores, já aponte algumas cargas que tinham também papel importante enquanto cargas psíquicas, especialmente ligadas à sobrecarga decorrentes de tensões e preocupações. Além dessas, outras surgiram nos relatos, relacionadas às atividades desenvolvidas e à possibilidade de não conseguir novos trabalhos.

Entre os carregadores do entreposto, Carlos relatou as exigências dos permissionários quando é chamado para conferir os produtos entregues nos boxes em relação às quantidades mencionadas nas notas fiscais: *“é um vai pra lá, vai pra cá, a cabeça começa... o patrão começa 'viu, pegou nota do fulano? Viu, tem que pegar nota lá! Veio tudo? Vamos conferir o que veio?’”*, acrescentado que precisar ser minucioso em cada conferência, porque *“se você não tiver ciente do que você vai falar, então nem comece, porque vai haver cobrança”*. Sobre essa cobrança, ela pode ser tanto relacionada ser questionado sobre os resultados, quanto ser financeiramente cobrado por diferenças – se houver menos produtos e o carregador não notar, ele assume o custo dessa diferença. Logo, essa preocupação é tanto social quanto econômica, gerando pressões que representam sobrecarga psíquica.

Da parte dos chapas, uma questão central está no roubo de cargas, como apontado por Luiz:

*Esse serviço nosso aqui, é tipo assim, nós corremos perigo. Muitos caras por aí tem carga valiosa e o ladrão, o bandido, eles já ficam de olho na reação, dependendo da reação do motorista, ele tá com a arma em punho, ele vai dar um tiro, três. Vai saber, a bala pode pegar em qualquer um. Vai roubar uma coisa que nem é da gente, nós estamos ali apenas pra ganhar o pão. E o ladrão, o bandido, não quer saber disso. E a insegurança dessa carga... às vezes tem alguma que é monitorada, anda com escolta, mas a carga, a pessoa que tá trabalhando não. Isso é complicado! (...) E é o que o Brasil mais passa hoje, é muita carga roubada. O Brasil hoje 3,5%, 3,0% têm carga roubada.*

Essa situação é frequente no dia a dia dos chapas, dado o desconhecimento da carga, do destino e das pessoas envolvidas com a movimentação desses materiais nas estradas. Também tem em sua trama a exposição aos riscos e falta de segurança nas estradas, e ao aumento da insegurança e violência no cotidiano. De acordo com a fala desse trabalhador, trata-se de algo que pode gerar constante preocupação, tensão e manutenção de estado de alerta durante a contratação e a execução dos trabalhos – mais uma vez, a consciência dos riscos (Laurell & Noriega, 1989).

Outra preocupação que se apresenta aos carregadores de caminhão de modo unânime é relativa à queda na quantidade de trabalhos disponíveis, já abordada por diversos ângulos nesta tese, mas que aqui ganha espaço pelo fato de representar uma preocupação constante que está na base da aceitação de situações degradantes à saúde, como a sujeição à horários, necessidades e demandas daqueles que contratam seus serviços, além de representar sobrecarga psíquica. Ao que parece, a consciência da iminência de estar sem trabalho está presente em todos os momentos, suplantando os relatos sobre as cargas aqui mencionadas, afirmação que sustento no fato de que, em todos os contatos com os carregadores, esse foi um tema presente. Por outro lado, entre os trabalhadores de TI, apenas Rafael apresentou essa preocupação, o que se soma a seus movimentos em busca de diferentes trabalhos para compor sua renda.

Entre os trabalhadores de TI, embora não tenham sido reportadas como cargas, situações ligadas a pressões por prazos e pela qualidade das entregas podem ter efeitos significativos enquanto potencialmente produtoras de desgaste. Entre levantamento de pesquisas sobre a área de TI e seus próprios achados, Moita (2020) informa elementos que apontam o potencial desgaste biopsíquico em pessoas que atuam na área. O autor menciona: ritmo de trabalho acelerado, tarefas que envolvem continuamente raciocínio lógico, analítico, concentração, resolução de problemas, bem como as pressões por prazos e entregas, entre outros. Esses elementos se envolvem na trama das exigências do trabalho dominado que podem se expressar na vivência das pessoas que trabalham em TI, e podem contribuir com a presença de distintas formas de adoecer, sofrer, culminando no abandono da profissão.

Tendo em vista os pontos levantados até aqui, é possível identificar que há cargas de trabalho presentes em ambas as categorias profissionais, mas de formas diferentes, uma vez que entre os carregadores de caminhão há cargas físicas, químicas e mecânicas presentes, ao passo que em ambas há a presença de cargas fisiológicas e psíquicas. Tal disparidade também

se apresenta quando são focados os desgastes à saúde relatados, especialmente os que podem ser conectados com as atividades de trabalho, o que está descrito no item a seguir.

## 9.2 - Os desgastes à saúde

Segundo Laurell e Noriega (1989), as cargas de trabalho, ao interagirem com o corpo do trabalhador, provocam alterações e demandam uma adaptação forçada por parte do sujeito. Tal adaptação pode se refletir em desgaste, entendido como a “perda da capacidade potencial e/ou efetiva corporal e psíquica” (p. 110), o que pode afetar os potenciais biopsíquicos da pessoa que trabalha. Dentre as pessoas entrevistadas, relatos de aspectos que podem ser identificados como desgastes foram trazidos mais diretamente por Francisco, Carlos, Rodrigo e Raimundo.

O relato de Francisco sobre os móveis pesados que descarrega também indica a presença de desgaste, uma vez que ele afirma que *“faz duas, três entregas e cansa, né? Aí a gente tem que parar pra descansar, não pode trabalhar direto, as firma não permite da gente trabalhar direto, é muito pesado”*. Como não podem trabalhar continuamente, ele disse que *“a gente faz três entrega, aí a gente já procura o posto pra dormir”*. O relato de Francisco revela os efeitos imediatos da carga mecânica que também fisiológica, os quais são inclusive reconhecidos pelos contratantes dos serviços, não são enfrentados de modo a proteger o trabalhador de um possível adoecimento: uma pausa prolongada e a retomada do trabalho servem para garantir serviço concluído e afastar a responsabilidade pela saúde do trabalhador, já que não providencia outras formas de evitar o desgaste. Entretanto, é necessário questionar se uma pausa seria suficiente para a recuperação.

Também ligados às atividades de trabalho com pesos e movimentação, estão alguns dos relatos de Carlos, que contou que, após mais de vinte anos de uma cirurgia no joelho decorrente de um acidente pessoal, voltou a sentir fortes dores na região. Ele atribui essas dores à idade e ao trabalho, tendo em conta as cargas mecânicas e fisiológicas a ele associadas. O trabalhador afirmou que *“não tô conseguindo trabalhar, sabe, porque realmente se eu não tomar cuidado, ele dói, depende do quanto mexe. Eu ando pra caramba! Você vê, hoje mesmo eu andei, eu corro, então é uma coisa que eu dependo para poder trabalhar”*. O trabalhador frisou que, nas madrugadas de frio, as dores se intensificam e, dada a sua jornada de trabalho, sente algum nível de dor constantemente. Frente a esse cenário, procurou o SUS e, para o caso, foi indicada cirurgia, que não será a única, já que tem sofrido com dificuldades para respirar durante o sono, além de que seu nariz tem sangrado com

frequência. Para essa situação também foi recomendada cirurgia que, apesar de não ter sido relacionada por Carlos ao trabalho, é adequado lembrar que foi ele quem indicou a presença de cargas químicas e físicas às quais está exposto com frequência no entreposto.

Tendo ciência dos períodos de recuperação e necessidade de repouso, disse que “*O duro é que vou ter que ficar afastado daqui, vai diminuir o dinheiro e já viu*”, preocupação que não se dissipou quando comentou que solicitará afastamento pelo INSS, pois disse que o valor será suficiente apenas para as contas essenciais da casa. Em outros momentos, essa preocupação também integrou situações em que o trabalhador vivenciou dores abdominais que não puderam ser explicadas pelos menos por meio dos exames tradicionais. Ele contou que: “*Era uma dor que eu urrava que nem elefante, cara*” e que, após ter feito vários exames em diversos setores de referência do SUS, disse que “*não deu nada. Sistema nervoso [faz gesto com a mão apontando o galpão central do entreposto]*”. Quando perguntei o que achava que estava acontecendo, ele disse que:

*ah, foi acúmulo, amiga. Eu falei 'olha, eu vou operar a perna, vou operar o nariz', aí se torna psicológico um pouco também. Poxa vida, aí eu comecei a passar mal, porque eu não consigo respirar direito. Às vezes, tá também. Tem que usar direto uma merda de um remédio de doze em doze horas (...) senão tranca tudo. Dá um desespero você não poder respirar, minha amiga do céu! Aí o trabalho desse jeito que você tá vendo, as contas chegando, sempre sobre e de repente passou a não sobrar mais. Aí você fala 'p\*\*\*, c\*\*\*', trabalhando igual, trabalhando a mesma coisa! Só que financeiramente não tava sobrando nenhum. Aí o que acaba acontecendo? Sistema nervoso!*

Seligmann-Silva (2011), ao focalizar a dimensão do desgaste mental, expressa a necessidade de ter em conta sentimentos, pensamentos, cognição, para além das questões ligadas à estrutura e funcionamento do sistema nervoso, de modo a superar o olhar biologizante que se pode dedicar a tais situações. Na história de Carlos, a apreensão em relação às cirurgias, bem como insatisfações com o trabalho no entreposto tanto pelas mudanças que prejudicam o dia a dia dos carregadores quanto por não estar mais conseguindo atingir níveis anteriores de renda, mesmo estando igualmente disponível para o trabalho, se mostraram situações produtoras de desgaste à saúde global do trabalhador. Logo, uma complexa interação entre cargas de trabalho, em que cargas físicas, químicas, mecânicas, fisiológicas e psíquicas presentes ao longo do tempo na vida do trabalhador produziram desgastes que se expressam em dores físicas e emocionais. Dale e Dias (2017) apontam que tanto a necessidade de sobrevivência quanto àquela ligada à noção de sentir-se “útil, realizado e valorizado pelo que faz” (p. 268) são fatores que sustentam a presença em trabalhos que são desgastantes, o que parece se fazer presente para esse trabalhador, especialmente se a faceta de sua permanência for discutida a partir do vínculo prolongado com o trabalho e com o local.



Além de Carlos, Rodrigo também apontou um cenário em que a dinâmica do trabalho se encontra com a sua saúde de modo decisivo e produtor de desgaste. O trabalhador contou que é possível “*ficar bem mal da saúde física*”, descrevendo que ganhou peso de forma rápida e significativa por conta de trabalhar longas horas sentado e de não precisar sair de casa. Ao que parece, para lidar com as demandas e urgências do trabalho, nessa configuração do trabalho home office, pedia suas refeições – almoço e jantar - através de aplicativo, e que “*na primeira semana já dá pra sentir que o corpo já dá uma baqueada sabe?*”. Esse cenário levou o trabalhador a pesar quase cem quilos, algo visto por ele como acima do que considera razoável para si, frente ao que afirmou: “*fiquei horrorizado quando eu vi isso na balança sabe?*”. A situação relatada por Rodrigo demonstra que uma carga inicialmente fisiológica produziu, em sua vida, consequências tanto fisiológicas quanto psíquicas, as quais, segundo o trabalhador, levaram a questões ligadas à imagem corporal e autoestima.

Para além das situações de desgaste mencionadas até aqui, os carregadores de caminhão relataram cargas mecânicas que se traduziram por acidentes de trabalho vividos por eles próprios e por colegas, elemento que não surgiu entre as pessoas entrevistadas da área de TI.

A começar pelo entreposto, a inclinação das rampas, o peso e acondicionamento dos produtos nos carrinhos, os buracos e produtos caídos no chão abrem espaço para “*empinar o carrinho pra trás*”, quando por alguma desestabilização do movimento ocorre “*um solavanco*” e o “*o carrinho, ele vira pra trás*”, como explicado por Carlos. O trabalhador contou que já passou por dias em que essa situação aconteceu três vezes, ao passo que Paulo descreveu que dias antes tinha escorregado em uma folha de acelga caída no chão, situação que quase provou um tombo, evitado porque conseguiu se segurar no carrinho, mas que lhe gerou dores nos ombros e punho. A essa altura, os trabalhadores mais uma vez frisaram a importância da experiência prática no trabalho, além de dizer que “*se o cara tá ligeiro, larga e sai correndo*”.

Já o chapa Raimundo descreveu que estava voltando para a cidade em que residia com o caminhoneiro, após ter realizado um descarregamento, quando o caminhão tombou em uma curva muito fechada. Por conta do acidente, não conseguia respirar adequadamente devido a inúmeros ferimentos, tendo dito que ficou “*tudo roxo*”, e que teve “*sorte*” por não ter tido nenhuma fratura. Apesar disso, ficou:

*três meses sem trabalhar, de cama, e tomando um monte de remédio. Perdi Natal, perdi Ano Novo, fiquei sem serviço. Tive que negociar aluguel, falei pro dono da casa 'olha, sofri*

*um acidente, o senhor sabe que eu trabalho por conta, não pago INSS, minha mulher também tá desempregada...’, foi um período muito duro.*

Em estudo anterior (Silva, 2018), analisei os efeitos dos acidentes de trabalho que estão muito além dos agravos físicos. Na vida das pessoas que os enfrentam, as repercussões passam pelas dificuldades de acessar direitos que deveriam estar prontamente disponíveis, mudanças na relação com as atividades desenvolvidas, enfrentamento de situações de violência, em especial assédio moral, além de vivências de ressentimento, exclusão, humilhação, desprezo, desenvolvimento de transtornos mentais, entre outras repercussões. Considero que, na fala de Raimundo, alguns desses pontos podem ser identificados, tendo em vista que a necessidade de contar com a compreensão do proprietário para que aguardassem pelo pagamento do aluguel pode produzir vivências de humilhação e ressentimento. Além disso, um período “duro”, de difícil enfrentamento, diz respeito tanto às limitações físicas quanto sociais a que esteve exposto, indicando exclusão do trabalho e das restrições às quais ficou sujeito. Ainda, a pesquisa de Mezgravis (2006) com chapas revela que, após os cuidados iniciais prestados pelo SUS, “se tiver que ficar em tratamento, sem trabalhar, aí o chapa passa dificuldade. Se tiver que comprar remédio fica difícil, e a família passa necessidade” (p. 136), o que faz jus também à situação vivida pelo entrevistado.

A essa difícil situação enfrentada por Raimundo, se soma um acidente com morte de um colega de trabalho. Na ocasião, seu colega precisava atravessar a rodovia para chegar no ponto dos chapas, observou os veículos à distância e achou que teria tempo de fazê-lo, mas foi atropelado por um carro e, na sequência, por dois caminhões. Ele contou que os restos mortais foram recolhidos com uma pá, e que só foi possível reconhecer quem era por causa da mochila e do tênis. Eu perguntei se ele estava no ponto no momento do acidente e ele disse que sim e que “foi uma situação bem difícil, uma das mais difícil nessa vida”.

Sobre essa grave e triste situação vivida, é importante indicar o quanto presenciar acidentes com morte de colegas de trabalho pode ser um elemento que participa do sofrimento e desgaste mental relacionados ao trabalho, já que representam situações de perda que podem abrir espaço para vivência de processos de luto e, ao mesmo tempo, expõe aos trabalhadores que se trata de um perigo iminente também para a sua própria sobrevivência. Lima e Junior (2006) afirmam que os acidentes fatais produziram, entre os trabalhadores que entrevistaram e que tinham sobrevivido a um acidente de trabalho com morte de um colega, nervosismo, insegurança, quadros de depressão, transtorno de estresse pós-traumático, bem como um “sentimento onipresente de ameaça” (p. 15). Sendo assim, nesse complexo cenário, algo que,

à primeira vista, seria apenas um risco relacionado à movimentação nas estradas pode ganhar novas proporções se analisadas as cargas de trabalho e desgaste. Uma carga mecânica que provoca acidente e morte pode se traduzir em cargas psíquicas e produzir novos desgastes.

Lacerda, Fernandes, Nobre e Pena (2014) indicam que a situação relatada por Raimundo revela a precariedade presente nesse trabalho, evidenciada através da dimensão de que era “realizado em condições nas quais a morte representou evento previsível” (p. 129), o que é possível considerar tendo em vista a localização, exposição e falta de estrutura adequada para a realização do trabalho no ponto dos chapas.

### 9.2.1 – As estratégias de cuidado com a saúde

Da distinta presença de cargas de trabalho e desgastes à saúde entre os carregadores e também da diferença em termos da dependência do trabalho para a sobrevivência imediata, depreende-se outros importantes pontos de análise, ligados às possibilidades de afastar-se do trabalho para cuidar da saúde e aos próprios cuidados que podem alcançar. Isso porque pessoas entrevistadas das duas categorias profissionais apontaram diferentes formas de recuperar sua saúde.

Carlos, quando contou sobre as cirurgias, afirmou que gostaria de estar no entreposto no dia seguinte, além de ter contado que, mesmo em situações de dores musculares por conta das operações, costuma ir trabalhar e, para tanto, recorre à automedicação. Sobre às dores abdominais que estava sofrendo, às quais associou às preocupações diversas com o trabalho no entreposto, contou que foi para a praia com alguns amigos e sua esposa, sendo essa a forma que encontrou para cuidar-se: *“Você esquece disso daqui, eu tava precisando (...) é terapia, é o que a gente precisa, descansar”*. Já quando estava refletindo sobre a queda de sua renda e sua situação de saúde, frisou que disse a si mesmo *“sabe de uma coisa? Do jeito que a vida vier eu vou levar ela agora”*, e argumentou *“O arroz e o feijão graças a deus nunca faltou, a gente correu atrás. Se não tem uma carne, mas tem ovinho, é mistura do mesmo jeito... (...) e assim vamos levando”*, fala que expressa certa resignação frente ao destino que lhe parece incontrolável.

O mesmo trabalhador também se vale de ironia para comentar as (im)possibilidades de cuidar-se frente às demandas de trabalho. Em suas palavras: *“o preparo para o trabalho aqui é puxar carrinho logo cedo, tem trinta sacos de batata pra pegar, você vai esquentando na caminhadinha (...) O alongamento nosso aqui é puxar carrinho, se você não puxa, outro vai lá e puxa”*, ironizando empresas que ouviu dizer que oferecem ginástica laboral para os

funcionários antes do início da jornada de trabalho, esclarecendo que no trabalho como carregador, esse cuidado com a saúde não tem vez – há outras preocupações em jogo.

Por outro lado, Rodrigo, frente ao ganho de peso que revelou, procurou inicialmente realizar exercícios por conta própria na academia do prédio em que residia, entretanto, ficou preocupado de se lesionar e também desmotivado com a rotina. Depois de pensar em contratar um profissional especializado para orientar seus treinos na academia, decidiu passar a fazer natação em uma academia privada, esporte que fez por alguns meses e relatou que lhe fez bem, deixando-o mais energizado para o trabalho. Apesar disso, também o deixou, e já tinha atingido seus objetivos de emagrecimento com o exercício. Assim como Rodrigo procurou ajuda especializada para enfrentar suas questões relativas à saúde, Ana, que adoeceu psicologicamente em decorrência de um emprego celetista que teve anteriormente, frisou que desenvolveu em psicoterapia estratégias para não permitir que o trabalho lhe cause novos quadros de adoecimento. Ela disse ter aprendido a se posicionar frente às demandas dos contratantes pois *“eu sei que o dia que eu me desorganizo, eu sei que isso afeta minha ansiedade, então eu prefiro manter a minha organização, porque eu sei que não vai afetar (...) foi um aprendizado tipo de uns meses, muito na terapia”*.

Logo, ao passo que Carlos recorre a estratégias pessoais paliativas, tais como automedicação e passeio para descansar, e ao conformismo para dar conta das situações vividas enquanto desgastes, entre os trabalhadores de TI, as possibilidades de cuidado passam pela contratação de serviços e profissionais que, tecnicamente, tem saberes que podem contribuir com os quadros de recuperação ou preservação da saúde.

A essa altura, cabe evidenciar que entre os relatos dos trabalhadores das duas categorias profissionais, o desgaste apresentado por Rodrigo não afetou, pelo menos de forma imediata e direta, suas possibilidades de continuar trabalhando. Mas, nem por isso, a manutenção do dia a dia sentado por conta do trabalho deixa de representar desgaste à sua saúde. Por outro lado, os desgastes sofridos pelos carregadores afetaram, em maior ou menor medida, questões das quais dependem diretamente suas atividades, o que pode agravar suas condições de saúde.

Interessante dizer que tal cenário demonstra que, nas duas categorias profissionais, quem trabalha continua desenvolvendo suas atividades, mesmo nos casos de desgaste à saúde. Paulo esclarece esse ponto quando afirma que *“Aqui, com dor ou sem dor, a gente vem trabalhar, porque sem nenhuma moedinha, eu mesmo não suporto. Mesmo doente, eu venho trabalhar”*. Rodrigo enfatiza que, em caso de doença, pode deixar de trabalhar, mas terá que descontar de seus dez dias de folgas acordados em contrato, o que é evitado ao máximo por

sua parte. Ele frisa que “*não tem atestado médico (risos) por ser realmente freelance, né? mas assim, você só não trabalha se você, literalmente, não conseguir sair da cama. Se você tá com muita dor, alguma coisa assim*”.

Carlos também contou que trabalhar mesmo sem condições de saúde para tanto é algo conhecido pela administração e sindicato, uma vez que, na renovação anual da autorização para trabalhar, é realizado um exame médico, visto por ele como bastante limitado. O trabalhador descreveu: “*O exame médico é feito é assim: você tem dor de barriga? Tá doendo a cabeça? Você enxerga bem? Você já teve catapora? Isso não é exame médico. Se fosse feito mesmo avaliação médica, os carregadores não seriam aprovados*”. Ou seja, o procedimento não tem papel, de fato, de atuar na identificação de processos de desgaste, em visa a prevenção, promoção ou recuperação da saúde dos carregadores analisados. Curioso também que essa avaliação médica se assemelha em grande medida aos exames médicos periódicos realizados por empresas, os quais muitas vezes passam ao largo das questões de saúde produzidas no próprio trabalho e que se apresentam entre os trabalhadores como desgaste.

Esses elementos em seu conjunto indicam a demanda por trabalhar, mesmo quando doente, o que está em consonância com a ideia de presenteísmo que é caracterizado pela “*permanência do trabalhador adoecido em suas atividades de trabalho*” (Dale e Dias, 2017, p. 265), fenômeno frequentemente estudado entre trabalhadores celetistas. Se, no caso dos celetistas, o presenteísmo está associado ao medo de perder o emprego, no caso dos por conta própria, pode dizer respeito ao ganho imediato, a necessidade de manter as relações de trabalho em boa conta, entre outros pontos.

\* \* \* \* \*

Apresentadas e discutidas as cargas de trabalho, o desgaste à saúde, as estratégias e acesso a cuidados presentes nas histórias das pessoas entrevistadas, cabe refletir a respeito da afirmação de Laurel e Noriega (1989) de que “*Se bem o ruído seja ruído, e como tal origina transformações nos processos biopsíquicos, não é irrelevante perguntar porque se mantém num determinado nível*” (p.113). Os autores afirmam a importância de refletir sobre as “*particularidades das cargas entendidas na estratégia de valorização do capital*” (p. 214) e, embora se refiram a operários fabris, convidam a analisar também nesta pesquisa tais questões.

A partir das situações enfrentadas pelas pessoas entrevistadas, é possível ponderar que o não reconhecimento de suas atividades como parte de uma cadeia de produção e circulação

de mercadorias, que é vantajosa para a acumulação capitalista, reflete nas condições a que são expostos. Ainda, por se tratar do trabalho por conta própria, a ausência de leis que regulamentem o trabalho abre espaço para que as situações de trabalho não sejam alvo de preocupação por parte de quem contrata.

Se nos contratos celetistas há, em tese, a empresa que deve se responsabilizar e que deve ser cobrada quando o nexos entre quadros de adoecimento e trabalho fica estabelecido, no trabalho por conta própria tal questão se mostra difusa. Mesmo a ginástica laboral, ironizada por Carlos ao falar de sua realidade de trabalho, é uma estratégia adotada por algumas empresas para dar a entender que se preocupam com as condições de saúde dos trabalhadores, ao passo que poucas mudanças estruturais são realizadas no processo de trabalho de modo a evitar que cargas de trabalho incidam sobre quem trabalha. Se isso é distante para os trabalhadores sob quem os empregadores têm responsabilidade pelos quadros de saúde em relação ao trabalho, qual espaço há para essas possibilidades entre os trabalhadores por conta própria?

Como analisado neste capítulo, os trabalhadores estão expostos a contínua ameaça de acidentes, desgastes, adoecimentos, mas não há a quem recorrer em caso de acidente para pleitear direitos que, ao menos, sirvam de reparação a eles mesmos, bem como àqueles de vínculo pessoal e dependência em caso de impossibilidade de trabalho e morte. Em sendo um trabalhador por conta própria, é possível que nenhuma forma de reparação seja alçada, diferente do que ocorre com os trabalhadores celetistas, que podem, em tese, receber apoios nesses casos.

Como já indicado ao longo desta tese, faz parte da estratégia do capital contratar o trabalhador ao menor custo e, para isso, as responsabilidades em relação à saúde é uma das grandes questões que se transfere quando do contrato por conta própria. Mesmo nos casos em que se trabalha contratado para um único projeto, esse é um ponto que, ao que parece, passa ao largo das questões contratuais. Logo, uma vez que não se trata, oficialmente, de uma relação de trabalho, cabe à pessoa que trabalha por conta própria administrar seus quadros de saúde, estando à mercê do trabalho e à deriva nos cuidados a saúde. Tal situação pode, inclusive, se sustentar na ideia de que o trabalho por conta própria decorre de uma escolha clara e deliberada por parte das pessoas que nele se inserem, que sujeitam a tais situações porque querem. Entretanto, ao longo deste texto foram apresentados argumentos que, ao menos, confrontam essa ideia.

Tais elementos evidenciam que trabalhar por conta própria representa o lado mais exposto do jogo do capital, uma vez que as pessoas que trabalham participam de situações que

podem gerar impactos em relação ao processo saúde-doença, e se tornam únicos responsáveis por suas condições de saúde, ainda que não possam se furtar do trabalho quando precisam de cuidados. A demanda de manter-se trabalhando, tanto por questões financeiras quanto sociais, está presente em ambas as categorias profissionais, e se expressa no encontro entre as exigências por vezes difusas dos contratantes, mas nem por isso menos impositivas.

Se já se trata de uma situação grave quando se fala de um trabalho regulado, a grande questão é que, no trabalho por conta própria, a responsabilidade do adoecimento, cronificação, e novos adoecimentos recai exclusivamente sobre o trabalhador, bem como suas consequências. Logo, as atividades de trabalho produzem diferentes demandas para o corpo das pessoas que trabalham e, embora sejam trabalhadores com liberdade e autonomia, ao fazerem parte de uma sociedade organizada em um sistema pensado para a acumulação de capital e não para as pessoas, estão igualmente imersas na “extravagância de trabalhar doente” (Dale & Dias, 2017).

Frente ao exposto, cabe agora passar ao último ponto de análise da tese, que diz respeito ao trabalho no contexto da pandemia – emergência de saúde a nível mundial que foi enfrentado de formas particulares entre os grupos entrevistados.

## **10. TRABALHO NO CONTEXTO DA PANDEMIA**

A pandemia do Coronavírus representa a maior emergência sanitária a nível global dos últimos cem anos, sendo superada em número de mortos, no período mais recente, apenas pela Gripe Espanhola. Além de seus efeitos em relação aos agravos e mortes, trouxe também outros tantos nas mais diversas áreas da vida, em que se inclui o trabalho. Dada sua importância histórica e para os achados desta pesquisa, neste capítulo apresento inicialmente uma breve contextualização da pandemia e, na sequência, seus impactos entre as pessoas entrevistadas. No fechamento do capítulo, argumento que, embora ninguém tenha passado ileso ao contexto pandêmico, suas repercussões afetam pontos significativamente diferentes entre as pessoas entrevistadas.

### **10.1 – Breve contextualização da pandemia de Covid-19**

O ano de 2020 entrou para a história pela emergência do coronavírus Sars-CoV-2, vírus altamente transmissível que produz a doença Covid-19, a qual se traduziu em sintomas, consequências e sequelas pouco conhecidas para os seres humanos, além de sua preocupante letalidade. Foi em março de 2020 que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia, o que indicou o espalhamento do vírus à nível mundial, cenário que gerou consequências significativas na vida social, econômica e política dos países, além de números avassaladores de contágios e óbitos (Guiraldelli, 2021). Rapidamente e de forma gradual, diversos países adotaram regras de isolamento e distanciamento social, entendidas como essenciais para a contenção do vírus e evitação das consequências do contágio (Cruz & Dutra, 2021).

No Brasil, apesar do alto risco à vida representado pelo vírus, as políticas adotadas pelo governo federal caminharam de maneira irresponsável e na direção contrária das recomendações de diferentes fontes. Conforme apontam Santos et al (2021), o primeiro mês de pandemia foi enfrentado no país com ações em alguma medida coordenadas e abrangentes em termos territoriais para evitar o espraiamento do vírus, mas já o final de março inicia-se um processo de flexibilização das medidas adotadas, momento em que a pandemia estava em pleno vigor no território nacional. Em abril de 2020, com a afirmação da autonomia dos prefeitos e governadores para decidir sobre as ações relativas à pandemia e significativo afastamento do governo federal em sua gestão, o que se viu foi a fragmentação das informações e ações para o combate ao espalhamento do vírus.



A catástrofe anunciada pela gravidade da pandemia e a gestão irresponsável por parte do Estado da crise sanitária se realizou no país de forma brutal, tendo tido momentos em 2021 em que mais de mil pessoas morreram diariamente, sem contar os altos índices de contágio<sup>38</sup>. As disputas em torno do que deveria ser considerado atividade essencial passou por questões como a endossada pelo então presidente da república, que afirmou que “A economia não pode parar (...) o Brasil precisa continuar em movimento, mexendo com a sua economia, senão a catástrofe se aproximará de verdade”<sup>39</sup>. Como ressalta Guiraldelli (2021), o Brasil está entre os países que, tristemente, decidiram priorizar a economia em relação à vida, decisão que, segundo Cruz e Dutra (2021) se traduziu em “sacrifícios desproporcionais entre os cidadãos que trabalham” (p. 32).

Desde logo, o cenário da pandemia à nível mundial e as particularidades em seu enfrentamento local geraram impactos significativos à classe trabalhadora. Guiraldelli (2021) ressalta a queda na geração de empregos e redução de postos de trabalho formais, o aumento do desemprego, do trabalho informal e daqueles realizados por meio de plataformas digitais, a expansão do teletrabalho e do home office, a intensificação do trabalho para algumas categorias profissionais e segmentos da classe trabalhadora. O autor frisa ainda a diferença entre as atividades que podem ser realizadas ou não a distância e que, por tal razão, não permitem o isolamento social, sendo que grande parte da população periférica desenvolve atividades com tal impedimento.

O isolamento e distanciamento social, mais difícil nas periferias das cidades e nas favelas por conta da realidade local de casas pequenas, com alto número de moradores em poucos cômodos, e próximas, ganha novas camadas de complexidade pela necessidade de trabalhar e da realização do trabalho presencial. Como ressalta Antunes (2021, p. 114), “sua dilemática é áspera: se voltarem ou permanecerem em seus postos de trabalho, se convertem em reais candidatos à vala comum dos cemitérios. Se acatarem o isolamento e a quarentena, morrerão de fome”. Os achados de pesquisa de Li et al (2021) expõem os efeitos desses elementos em seu conjunto, uma vez que as autoras identificam o entrecruzamento de determinantes sociais da saúde – em que se inserem elementos como moradia, trabalho, idade

<sup>38</sup> No momento da escrita deste texto, em abril de 2023, a pandemia já está controlada, mas é impossível deixar de registrar as mais de 700 mil mortes, muitas das quais poderiam ter sido evitadas. Para saber mais a respeito, sugiro consultar: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19>

<sup>39</sup> Acesso à notícia “Economia não pode parar por coronavírus, diz Bolsonaro a empresários” em: <https://exame.com/economia/economia-nao-pode-parar-por-coronavirus-diz-bolsonaro-a-empresarios/>

e condições socioeconômicas – e o risco de contágio e morte por Coronavírus, o que se assevera entre as pessoas pardas e pretas brasileiras.

Como evidencia Guiraldelli (2021), as ações em relação a trabalho e renda adotadas pelo governo federal foram sistematizadas por meio de dois programas principais: um voltado para que as empresas pudessem suspender contratos de trabalho ou reduzir jornadas de trabalho com redução proporcional de salários, em que o governo federal assumia parte dos custos trabalhistas; outro direcionado a pessoas que trabalhavam informalmente, autônomas, microempendedoras individuais, que estavam desempregadas, e pessoas com renda familiar mensal *per capita* de até quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos ou renda familiar mensal de até três mil cento e trinta e cinco reais. No último, instaurou-se o auxílio emergencial para até duas pessoas do mesmo núcleo familiar, no valor de seiscentos reais entre os meses de abril a setembro de 2020 e de trezentos reais até o mês de dezembro de 2020, montante aprovado após intenso debate contra as propostas de menor valor por parte dos representantes do governo federal. Apesar da aprovação, houve ainda dificuldades de acesso ao benefício, que passaram pelas questões tecnológicas e de organização de sua distribuição, como indica Guiraldelli (2021).

Antunes (2021) ressalta que a “tragédia social não é causada pelo coronavírus, ainda que seja *amplificada exponencialmente* pela pandemia. Isso porque a tragédia social antecede a atual situação pandêmica” (p. 115, grifos do autor). O autor frisa que a pandemia agravou problemas severos presentes no mercado de trabalho, e que não é responsável única pelas condições a que se expõem as pessoas que trabalham no Brasil.

As pessoas entrevistadas nesta pesquisa relataram situações bastante distintas em relação ao trabalho e vida pessoal no contexto da pandemia. As diferenças identificadas permitem compreender a afirmação de autores que defendem que a pandemia ampliou a desigualdade no país, em grande medida pelas possibilidades desiguais de manter-se isolado ou não por conta do trabalho, pelas situações de trabalho que se deram em seu cotidiano e pelos efeitos da pandemia em suas vidas.

#### *10.1.1 - Trabalhadores(as) da área de TI:*

Dentre as pessoas da área de TI entrevistadas, consegui conversar brevemente sobre a pandemia com duas delas, Rodrigo e Rafael, o que se deu no início do ano de 2022, quando a pandemia era considerada controlada em alguma medida no país. Ainda, entrevistei pela primeira vez a trabalhadora Sandra pouco antes, quando a vacinação no Brasil havia se

iniciado e a pandemia ainda guardava números alarmantes para os não negacionistas. Embora sejam pessoas que atuam na mesma área, tiveram repercussões distintas em relação às suas atividades profissionais e sua vida pessoal.

Sandra relatou que, durante a pandemia, continuou trabalhando de forma remota para a mesma empresa, a qual manteve suas atividades em andamento normalmente, sem que a pandemia tenha trazido impactos significativos em termos da rotina de trabalho. Atuando remotamente, manteve-se em isolamento social de forma sistemática, com poucos momentos de exceção. Entretanto, a situação a impediu de continuar sendo nômade digital, o que a levou a sublocar um apartamento e dividi-lo com uma amiga, uma vez que não tinha uma casa fixa no Brasil por sua rotina de viagens. A trabalhadora descreveu que a questão do isolamento social foi bastante impactante para ela, bem como o fechamento das fronteiras internacionais, intensificado no início de 2021 por causa do que foi chamado de segunda onda do vírus. Em suas palavras,

*Eu confesso que principalmente no início do ano, quando eu vi essa segunda onda, eu olhei e vi que 'ih, começou a fechar tudo', porque aí começou a me dar um pânico, eu moro com uma amiga que tá indo para... ela sabe que ela vai porque ela tem um contrato lá, ela vai, só que me deu um pânico que começou a fechar, eu falei 'os caras não vão abrir nunca mais', e aí meu sonho acabou, tudo acabou. Se eu não puder sair do Brasil, acabou, tudo o que eu pensei em fazer na vida, em ser na vida, acabou. Eu confesso que foi bem difícil. Era como se alguém tivesse chegado para uma executiva e ter dito "olha, a empresa fechou, acabou. Não tem, acabou. Você não pode ir para nenhuma outra empresa, você rolou".*

Logo, o impedimento das viagens, elemento essencial que conferia sentido ao trabalho na área de TI para a participante, teve importante impacto para sua saúde mental. Ela relatou que o fato de tomar vacina, a proximidade de seu aniversário – que aconteceria no dia seguinte à nossa entrevista - e o convite para participar desta pesquisa foram pontos que em seu conjunto a fizeram pensar que “talvez não esteja tudo perdido, talvez eu consiga recomeçar”.

Sendo assim, o efeito da pandemia para a participante teve forte relação com o sentido que ela dava para seu trabalho e vida, produzindo intenso sofrimento. Embora tivesse a possibilidade estar isolada e não exposta ao risco do contágio pelo vírus, bem como não ter sua renda afetada, a trabalhadora teve seus planos alterados e viu o risco de seus sonhos serem frustrados. Nesse período, Sandra começou um curso de ensino superior na área de TI à distância, através do que pretendia ampliar seu conhecimento, preparar-se para dar aulas sobre a área e falar sobre as experiências de nomadismo digital que viveu.

Rodrigo, que também continuou trabalhando remotamente, passou por diferentes mudanças em relação ao trabalho. Antes do início da pandemia, ele havia encerrado o

contrato com a empresa para a qual trabalhava durante a nossa primeira entrevista devido a mudanças na organização que o desagradaram. Começou, então, a trabalhar para uma outra empresa, em um projeto de tempo determinado que se encerrou já na pandemia, momento em que decidiu “*tirar férias (...) resolvi passar 1 mês só fazendo o que eu queria. Essas férias que deveria ser de 1 mês durou quase 5 meses (risos)*”, período em que passou “*não fazendo nada além de jogar, comer e namorar*”. Aos poucos, o trabalhador descreveu que via poucas perspectivas em sua vida, e o fato de não poder fazer atividades que lhe agradavam por conta do isolamento, como viajar e fazer atividades físicas fora de casa trouxeram significativo sofrimento mental. Entre as consequências, sentiu efeitos em sua autoestima, engordou aproximadamente vinte e cinco quilos e terminou seu relacionamento amoroso.

Frente a esse quadro, Rodrigo contou que começou a fazer psicoterapia e, assim que tomou a segunda dose da vacina, voltou a fazer atividades físicas. Também retomou as atividades de trabalho por meio de projetos na plataforma digital em que já era cadastrado, o primeiro com duração de duas semanas e o segundo com previsão de dez meses de trabalho, o qual estava em andamento no momento de nosso contato. Na ocasião, disse que sentia que estar realmente melhor, destacando importantes passos como ter emagrecido, conhecido novas pessoas, viajado duas vezes, assinado um contrato de compra de apartamento e retomado suas atividades profissionais, o que possibilitou estar “*ganhando dinheiro de novo*”. Além disso, voltou a fazer cursos na sua área.

O trabalhador relatou que as ofertas de trabalho e renda na plataforma digital aumentaram de forma exponencial e, no seu caso, foi possível aumentar o valor cobrado por seu trabalho em um curto período de tempo, atingindo valores em torno de quarenta a oitenta dólares por hora – por volta de duzentos a quatrocentos reais por hora. Entretanto, por serem oportunidades que oferecem altos rendimentos e poucos benefícios que se assemelhem aos contratos celetistas, pretende buscar vagas que tenham essas condições associadas ao contrato. A seu ver, em termos de trabalho, a pandemia demonstrou para as empresas que o trabalho remoto pode ser valioso e que, se há empresas que ofertam trabalhos degradantes, há outras que se disponibilizaram a remunerar o trabalho de forma adequada e oferecer auxílios para o desenvolvimento das atividades em casa.

Interessante que a pandemia foi vivida de forma muito diferente por Rafael, que contou que, após a nossa primeira entrevista, continuou trabalhando como ator e como *freelancer* na área de TI, sendo que, no final de 2019, levou um “*calote*” de quinze mil reais. Iniciou o ano de 2020 já com uma situação financeira complicada, o que se agravou na pandemia pela interrupção das atividades como ator e pelo nascimento de sua primeira filha.

Ele disse que *“foi um ano difícil, contei moeda para comprar pão. Minha filha nasceu, sobrevivi de pequenos trabalhos que fiz na área de TI e do auxílio”*. Interessante notar que acessar o auxílio-emergencial foi algo pontuado apenas por Rafael entre as pessoas contatadas da área de TI, se aproximando, nesse sentido, do relato de alguns dos carregadores de caminhão, conforme poderá ser visto no próximo tópico. O trabalhador contou que começou a se recuperar financeiramente apenas no período de Natal de 2020, quando foi chamado a retomar alguns de seus trabalhos como ator. Além disso, no momento do nosso contato, tinha acabado de ser chamado por um amigo, informalmente, para trabalhar em um projeto de TI como programador de forma remota.

### *10.1.2 - Carregadores de caminhão:*

Dos quatro entrevistados que atuavam como carregadores de caminhão, no período da pandemia consegui entrar em contato com apenas dois, Carlos e Francisco e, nesse período, entrevistei o chapa Raimundo. As entrevistas com os três trabalhadores aconteceram no início de 2021, quando a pandemia estava em franco crescimento, o fim do auxílio-emergencial estava se aproximando e a vacinação estava começando no país. Os trabalhadores indicaram situações relativamente semelhantes em termos das repercussões da pandemia em suas vidas.

O carregador Carlos contou que trabalhou todos os dias de entreposto aberto durante o período da pandemia e, nesse sentido, sua rotina de trabalho não tinha se alterado. Frisou que o local continuou em plena atividade, e que o movimento de pessoas de diversas localidades – compradores, caminhoneiros, permissionários, carregadores – tinha permanecido sem que a administração tivesse adotado sistematicamente qualquer protocolo rígido de segurança sanitária. Segundo o trabalhador, no início da pandemia, foram emitidos dois comunicados dizendo da obrigatoriedade do uso de máscaras e o risco de multa em caso de descumprimento, além de terem afixado alguns cartazes sobre o uso de máscara, distanciamento social e importância do álcool em gel. Apesar disso, nenhuma rotina de fiscalização e multa foi adotada por parte da administração, a que Carlos frisou que *“não tem ninguém nem aí, quem entra, quem trabalha, menos da metade tá de máscara”*, asseverando que o entreposto *“tá abandonado, tá largado. Não é abandono mais, largaram de vez”*.

Os boxes do entreposto continuaram a ser usados normalmente, o que mantinha a movimentação no local sem qualquer possibilidade de distanciamento social, pelo fluxo intenso de pessoas e pela configuração dos corredores, muito estreitos. Carlos ressaltou que

não havia álcool em gel disponível para o uso comum e, por vezes, não havia sabão disponível nos banheiros locais. Ainda, não havia nenhuma estratégia de orientação pessoal em relação ao risco sanitário, nem distribuição de máscaras, que seriam essenciais ao menos para aqueles que não pudessem comprá-las. O trabalhador disse que não havia notícias oficiais o contágio por Covid-19 no local, o que fazia com que não soubesse se teve ou não contato com o vírus, mas que buscou proteger-se. Em suas palavras:

*o controle aqui dentro foi nenhum, amiga, é na sorte. Eu procuro fazer a minha parte, sabe, uso máscara, às vezes, vou já com o álcool na mão, certo? Vai ao banheiro sai lavando bem a mão, é o que posso fazer, né? Chego em casa a botina fica do lado de fora, a roupa eu tiro e deixo pendurado lá fora. Eu faço minha parte, mas tá difícil viu?*

Em relação ao volume de trabalho que vinha realizando durante a pandemia, Carlos contou que houve queda na quantidade de carrinhadas solicitadas, o que já vinha acontecendo gradativamente no local. Ele também frisou que diversos boxes estruturaram ainda mais seus sistemas próprios de entrega aos clientes, afetando suas chances de trabalhar. O trabalhador disse ter notado um maior número de pessoas pedindo alimentos nos boxes, além de ter identificado um aumento significativo de pessoas desempregadas que passaram a buscar trabalho clandestinamente no entreposto, intensificando a competitividade entre os trabalhadores. Alguns permissionários, além de doar alimentos para essas pessoas, também mantiveram ativa a rede de apoio informal com os carregadores antigos do local e, nesse sentido, continuaram doando alimentos para montar as caixas de feira e para outras necessidades. As dificuldades de conseguir trabalho no entreposto se somaram ao fato de que sua esposa ficou desempregada durante a pandemia, impactando na sua responsabilidade em relação à renda familiar. Ela continuou fazendo faxinas como diarista sempre que conseguia uma oportunidade, mas a renda mensal se tornou ainda mais incerta.

Pensando na emergência sanitária, Carlos ressaltou que se considera parte do grupo de risco, por conta de sua idade, próxima ao grupo etário dos idosos, e pelo quadro de diabetes que enfrenta, dizendo que “*devia ter parado*” de trabalhar por ser um vírus “*perigoso, e bota perigoso nisso!*”. Entretanto, não só se manteve trabalhando como também viu a necessidade de conter gastos e poupar o que recebia como auxílio emergencial para o caso de infortúnios. Em suas palavras: “*a gente não sabe como vai ser depois, se vai ter cliente, quanto tempo isso dura. Melhor guardar e não perder cliente que sobrou pra ficar em casa*”. Logo, o risco de perder clientes e a preocupação com o futuro foram determinantes para suas decisões durante esse período, tanto de se manter trabalhando quanto de poupar o valor recebido.

Ainda sobre o benefício, disse ter tido dificuldades em acessar o valor a que tinha direito no primeiro mês, mas que no segundo mês recebeu-o acumulado e corrigido.

Quanto às questões de saúde que o trabalhador vinha enfrentando antes da pandemia, o cenário pouco mudou em termos de recuperação. Isso porque Carlos não conseguiu realizar as cirurgias que esperava há anos, naquele momento por causa do cancelamento de cirurgias eletivas para abrir espaço nos serviços de saúde para cuidar de pacientes com Covid-19. Tal situação o fez continuar trabalhando com constantes dores nos joelhos, e não via em seu horizonte a realização desse procedimento.

Por fim, relatou que, pela primeira vez, estava vivendo distante de um de seus filhos que, formado na área de Química, conseguiu uma oportunidade de trabalho em um laboratório no exterior para trabalhar em análises clínicas ligadas à Covid-19, razão pela qual se mudou para os Estados Unidos da América. Tal assunto foi trazido por Carlos com um misto de esperança de dias melhores para o filho em relação ao trabalho, mas com intensa saudade.

Mudanças em relação a vida pessoal em decorrência do trabalho também foram vividas pelo chapa Raimundo, que se viu obrigado a mudar de trabalho pela queda do movimento nas estradas. O participante contou que, durante a pandemia, foi ao ponto dos chapas diariamente para tentar algum trabalho, mas que, na semana de Natal, por exemplo, não tinha conseguido ganhar nem duzentos reais, o que era deveras diferente de sua renda anterior à pandemia nesse mesmo período. Ele disse que, ao longo dos anos, vinha conseguindo cada vez menos trabalhos no ponto, mas que a pandemia agravou a situação e trouxe grande desilusão, razão pela qual abandonou o trabalho como chapa, depois de trinta anos realizando essa atividade. Diante disso, o participante se viu obrigado a procurar outros trabalhos, e pouco antes do momento da entrevista, tinha conseguido um trabalho como servente de pedreiro em uma cidade que fica a duas horas do local onde reside com a sua família. Ele estava passando a semana na cidade para poder trabalhar na obra para a qual foi contratado, o que o levou, pela primeira vez em sua história de vida, a morar longe da família. Com esse trabalho, recebia quatrocentos reais por semana e disse que, embora exposto ao risco de contágio, estava fazendo o possível para garantir seu sustento e de sua família e não mencionou acessar o auxílio-emergencial.

O chapa Francisco também afirmou que houve uma queda significativa no movimento de caminhões durante a pandemia, dizendo que *“trabalha quem tem conhecimento (...) mas vir aqui pra ficar aqui e pra pegar serviço assim, de dar com a mão, pega não. Ninguém dá serviço não”*, frisando a importância de sua rede de contatos profissionais.

Além disso, o trabalhador contou que, logo no início da pandemia, sua esposa, que é trabalhadora doméstica, foi contaminada e passou quarenta dias isolada no quarto da pequena casa em que residem. Como ele precisava cuidar da esposa, disse que não foi ao ponto dos chapas durante todo esse período. Sua esposa trabalhava em duas casas e uma de suas contratantes manteve o pagamento dos valores que ela recebia durante dois meses, de modo que pudesse se recuperar da doença adequadamente. A contratante da outra casa não enviou nenhum valor no período, o que foi relatado com naturalidade por Francisco, que apenas elogiou a atitude daquela que manteve os pagamentos.

Na mesma fase, Francisco contou que recebeu uma ligação da igreja evangélica que frequentava, dizendo que seus representantes tinham feito uma compra de alimentos, itens de higiene e limpeza para ele e sua família, o que seria mantido até que a situação da pandemia se normalizasse. Também acordaram com o trabalhador que comprariam gás de cozinha e pagariam as contas mensais, como água e energia, de acordo com sua necessidade. Além disso, ao saber do adoecimento da esposa de Francisco, se responsabilizaram pela compra de medicamentos tanto para que ela se recuperasse, quanto aqueles de uso contínuo necessários para ambos. O trabalhador contou que *“eu não trabalhei mais pra cuidar dela. Fiquei quarenta dias em casa pra cuidar dela, quarenta dias. Aí a igreja que tratou de mim! A igreja ajuda!”*.

Após os quarenta dias de isolamento vivido pela esposa, ambos voltaram ao trabalho, mas Francisco reduziu o número de dias que ia ao ponto – cerca de duas ou três vezes na semana. O retorno ao trabalho foi contado por Francisco com alegria pela possibilidade de viajar, ouvir e testemunhar histórias de muitos lugares sobre a pandemia, apesar de demonstrar também grande preocupação com o risco de contágio. Sobre as poucas cargas que estava conseguindo fazer, disse:

*com esse negócio aí, como é que a pessoa vai trabalhar? Não tem jeito! Tudo o que você vai fazer com medo, você vê uma coisa, você vai pegar, você já pensa no tal do vírus. Você vê outra coisa, você vai pegar, você já pensa no vírus de novo. E água, e sabão toda hora na mão, e álcool, e máscara... eu carrego quatro, cinco máscara comigo. A gente chega de tarde tem que lavar tudinho, deixa secar até no outro dia cedo, aí tem que ir trocando, usa umas três horas, vai na bolsa e pega outra, e vai assim. Vai trocando. E graças a deus, até hoje, não peguei nada. Mas a gente ao mercado, não vai fazer de qualquer jeito não, a gente enche bem a mão de álcool, passa no carrinho, quando chega em casa pega o calçado deixa lá fora (...) entra descalço, toma banho primeiro. Aquela roupa que a gente trabalha, chega em casa, já vai pra lavar (...). Ah, a gente se cuida!*

Assim como o trabalhador vinha adotando rituais de higiene propagados como necessários para evitar o contágio por Covid-19, ele também fazia exigências em relação aos caminhoneiros. Segundo ele, negociava antecipadamente com o caminhoneiro sobre o uso de



máscara, sendo que deixou de fazer algumas cargas por causa de caminhoneiros que não aceitavam suas condições. Ele disse que *“eu já vou ficar do lado do cara, ainda não vou usar máscara? Ou ele usa também e abre a janela, ou não trabalha junto”*. Contou também da exigência de álcool em gel, sendo que quando o caminhoneiro não tinha um frasco na cabine do veículo, Francisco pedia que parasse em algum lugar para que comprassem.

No momento de nosso contato, o trabalhador estava com os pés bastante machucados em decorrência de um quadro de diabetes desestabilizada e elevados índices de ácido úrico, o último tendo produzido feridas que não estavam cicatrizando, pontos que indicam que Francisco era parte do grupo de risco da Covid-19. Mesmo nessa condição, recebendo a ajuda da igreja, o auxílio-emergencial, e com a sua esposa trabalhando, Francisco seguia indo ao ponto, trabalhando de chinelos em vez de com calçados fechados, para manter-se em atividade e não perder o contato com os caminhoneiros que precisassem de seus serviços.

Além do apoio da igreja, da renda do trabalho dele e da esposa, Francisco ressaltou a importância do auxílio-emergencial. Assim como Carlos, Francisco contou que graças às diversas ajudas inesperadas que vinha recebendo, conseguiu poupar uma soma mensal, com vistas a prevenir qualquer infortúnio. Logo, não só a necessidade atual, mas também o temor pelo futuro eram pontos fundamentais que pareciam manter o entrevistado na ativa durante o período da pandemia, sem dúvida sustentado também pelos inúmeros períodos de baixa nos trabalhos disponíveis com os quais não tinha outra opção a não ser tentar continuamente conseguir trabalho. A esse respeito, Francisco ressaltou que havia dias em que pensava que não precisava trabalhar por estar recebendo ajuda, mas que tinha medo de ficar preguiçoso e não conseguir continuar trabalhando depois do fim do auxílio-emergencial.

Por fim, Francisco contou sobre a situação de seu irmão Luiz, que havia sofrido infarto pouco tempo antes da pandemia. Contou que ele não conseguirá voltar a trabalhar como chapa por ter ficado com sequelas, e que tem tentado aposentar-se por invalidez, o que tem sido difícil tanto pela contribuição irregular que fez ao longo de sua vida, quanto pela redução dos serviços do INSS durante o período da pandemia. O entrevistado frisou que *“trabalhar, ele não pode mais. Ele tá querendo comprar um trailer e vender umas coisinhas lá na frente da casa dele”*, o que se deve à necessidade de conseguir alguma renda para contribuir com seus outros irmãos, com quem estava morando.

\* \* \* \* \*

Os acontecimentos trazidos pelas pessoas entrevistadas apontam que a pandemia trouxe repercussões bastantes distintas a nível individual e, em alguma medida, entre as categorias profissionais. As diferenças são marcantes em termos das possibilidades de se proteger do contágio por meio do isolamento e distanciamento social, em relação ao acesso à renda, sua manutenção, aumento ou queda, bem como quanto a necessidade de contar com apoio externo para a manutenção da sobrevivência.

As possibilidades de se isolar e permanecer trabalhando não podem ser atribuídas exclusivamente às questões da pandemia, uma vez que, antes da emergência sanitária, esses trabalhadores já realizavam suas atividades de formas diferentes – quem trabalhava de forma remota se manteve nessa modalidade, e quem trabalhava presencialmente também não viveu alterações nesse sentido. As atividades realizadas pelos carregadores pressupõem, inclusive, a presencialidade para a movimentação de materiais, o contato com pessoas que circulam nos espaços em que atuam, e a própria circulação como parte do trabalho, no caso dos chapas.

Apesar disso, a dependência do trabalho se soma à invisibilidade da participação dos trabalhadores no mundo do trabalho. O trabalho dos carregadores, pouco visível na cadeia produtiva em que se inserem, não passou a ser alvo de discussões a respeito de reconhecimento como atividade essencial, muito embora tenha papel relevante na circulação de produtos no país. Ainda que fossem considerados como tal, o que se viu durante todo o período de disputas em torno das atividades consideradas ou não essenciais se devia não propriamente às necessidades da população, mas a interesses econômicos de grandes corporações que pressionavam o poder público para que pudessem operar.

São trabalhadores que não receberam proteção por estar na ativa, o que claramente causava intensa preocupação entre os carregadores. A adoção de cuidados individuais ressalta a importância das ações que propagaram as estratégias de cuidado para evitar contágio, as quais ‘nadavam contra a maré’ das *fake news* sobre a pandemia e do negacionismo. Se fossem empregados, haveria, em tese, a quem recorrer e responsabilizar em caso de contágio em decorrência do trabalho mas, mais uma vez, o que se evidencia é o estar por sua conta e risco no mundo do trabalho.

A questão da renda-trabalho é outro ponto que salta aos olhos, o que se encontra com a disponibilidade de trabalho durante o período. Entre as pessoas da área de TI que atuavam em projetos ligados ao desenvolvimento de softwares, a demanda permanente por seus serviços parece ter contribuído para a manutenção e/ou aumento dos ganhos mas, entre os que estavam em outras posições, o momento foi de queda significativa nas possibilidades de trabalhar e, conseqüentemente, na renda. Logo, o que se vê é a manutenção das abissais diferenças entre

as chances de manter-se entre as pessoas entrevistadas, que em parte tiveram como salvaguarda o auxílio-emergencial pago pelo governo federal e, além dele, as redes de apoio e os contatos profissionais conquistados ao longo da história de trabalho, as quais tiveram papel relevante no período. Dentre elas, ressalto as ações da igreja presentes no relato de Francisco, a qual, num momento de necessidade, ofereceu o apoio que seria devido ao Estado.

Ainda sobre o auxílio-emergencial, cabe frisar que as estratégias adotadas pelos carregadores de caminhão que pouparam os valores recebidos pelo benefício para o futuro também revelam que a insegurança em relação à renda é intensa e presente de tal maneira que faz com que os trabalhadores continuem se expondo ao risco de contágio. Conseguir mais dinheiro com o trabalho diário e/ou poupar o auxílio para emergências futuras só faz sentido em um cenário em que não se pode contar com estabilidade no futuro –e a incerteza pesa com todo o seu peso nas decisões a serem tomadas no presente. Esse benefício, que tinha como papel manter a economia em alguma medida aquecida e não era voltado para incentivar as pessoas a se isolarem, foi usado com base na experiência dos trabalhadores com os momentos de escassez, sendo interessante o fato de que, mesmo vivendo no limiar da sobrevivência, se obrigaram a poupar.

Além da importância do auxílio-emergencial, outro ponto relevante é a dependência das políticas públicas de previdência e saúde que, com mudanças decorrentes da gestão da pandemia, trouxeram impactos significativos aos trabalhadores que precisavam de aposentadoria e cirurgia, Luiz e Carlos, respectivamente. Com isso, é possível indicar que, durante a pandemia, o indicado por Cardoso (2019) sobre o acesso aos direitos ganha ainda mais força, tendo em vista o autor frisa que acessar os direitos que são legalmente constituídos se assemelha, por vezes, a uma “corrida de obstáculos” (Cardoso, 2019, p. 63).

De formas diferentes, as pessoas que participaram desta pesquisa e que ficaram em situações mais protegidas em termos de salário, renda, e possibilidade de evitar o contágio por Covid-19 também sofreram os impactos da pandemia. É de extrema relevância o sofrimento descrito pelas pessoas entrevistadas que viram no isolamento social uma impossibilidade de manter espaços de lazer e convivência, bem como sonhos e esperança de dias melhores. Foram também essas pessoas que ressaltaram a importância da vacina, tanto pela saúde quanto pela possibilidade de voltar à convivência e rotina, que foi sobremaneira impactada. Nesse sentido, a dinâmica do dia a dia parece ter mudado muito menos entre carregadores do que entre pessoas da área de TI, com exceção de Rafael que, ligado às atividades artísticas, viu também seu castelo ruir nesse período. Cabe ressaltar, ainda, que foi um período em que

as três pessoas da área de TI com quem consegui contato tinham assumido novas atividades à distância, seja por meio de cursos, seja por meio do ingresso em outras atividades na área.

Por fim, considero essencial frisar que, embora o negacionismo, a ingerência, as ações contraditórias, desorganizadas e dissonantes do governo federal, as pessoas participantes da pesquisa se mantiveram vivas – graças a seus esforços, à importante resistência de setores sociais que não se deixaram abater pelos contraditórios do Estado, quiçá graças à sorte. Ativas a seu modo, se mantiveram na luta contínua pela manutenção da vida no presente, com algum nível de esperança no futuro.

## 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na apresentação desta pesquisa, esclareci meu incômodo ao refletir sobre as possibilidades de enfrentamento de situações opressoras vividas por pessoas que ocupavam diferentes posições na classe trabalhadora, no chamado “trabalho por conta própria”. Após a longa empreitada realizada nesta pesquisa, considero que o incômodo permanece, com o olhar mais amplo em relação às situações que enfrentam, e com maior clareza de que há significativas diferenças nas chances de se contrapor ao que se mostra degradante, ou mesmo insatisfatório, nesse tipo de inserção no mercado de trabalho.

São diferentes as chances de ingressar em posições potencialmente vantajosas e também de manter-se nelas, ainda que se possa questionar as vantagens associadas ao trabalho por conta própria. São distintas as atividades realizadas e a sua visibilidade no mercado, as exigências de formação e de usos de si, os lugares em que o trabalho acontece, as relações interpessoais que se desenvolvem a partir do trabalho, as formas de contratação, a renda, as possibilidades de acessos a direitos, os efeitos do trabalho na saúde, bem como o acesso cuidados. Na pandemia, inclusive, algumas dessas diferenças se acentuaram significativamente, se traduzindo em possibilidades diferentes de viver, sobreviver e morrer nesse período.

Entretanto, as diferenças não se dão apenas pela pertença a uma ou outra categoria profissional – ainda que esse elemento seja significativo pela configuração das atividades profissionais e tudo aquilo que as envolve. Essas diferenças se sustentam também em um mais amplo cenário, que abrange particularidades expostas neste estudo, a quais se sustentam em aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos, e vão se expressar de forma singular nas histórias acessadas nesta pesquisa.

Mesmo olhando para a heterogeneidade presente no trabalho por conta própria, nem tudo são diferenças, em um certo sentido. Enquanto semelhanças, há, como elo inescapável que liga sujeito e atividade, bem como a presença coletiva e singular no fazer das atividades cotidianas. São, sob essa perspectiva, pessoas que trabalham, e, como tal, atuam no mundo usando a si de modo integral, e ao trabalhar transformam a si e ao mundo ao seu redor. Há, ainda, em ambas as categorias profissionais, dada a própria configuração do modo de produção capitalista e o lugar da classe trabalhadora, a dependência do trabalho como meio de garantir sobrevivência. Isso leva, por vezes, à sujeição ou subordinação, presentifica elementos das tendências da chamada uberização do trabalho, e demanda trabalhar mesmo em condições inadequadas para manter-se nesta relação. De modo marcante, atravessa as

situações relatadas por ambas as categorias profissionais o fato de estar permanentemente à disposição para o trabalho a ser realizado. Com isso, é possível afirmar que o trabalho por conta própria expressa um dos mecanismos de consolidação do trabalhador *just-in-time* para as categorias profissionais estudadas, mesmo estando esses trabalhadores em posições diferentes na classe trabalhadora.

A colocação do trabalho por conta própria em oposição ao emprego, por parte dos órgãos oficiais, enevoa a leitura do fenômeno e, quando se olha para os elementos analisados nesta tese, se torna possível questionar tal contraposição. Mesmo que o trabalho por conta própria seja, do ponto de vista formal, parte das relações comerciais e empresariais, como apontado no início desta pesquisa, não é possível dizer que ele se afasta por completo das relações de emprego, especialmente no que tange à sujeição e subordinação supracitadas e exploradas ao longo deste texto de diversas formas.

Ainda, através das análises realizadas, é possível argumentar que o termo trabalho por conta própria designa um conjunto de situações de trabalho tão heterogêneo que coloca em xeque a possibilidade de, em um primeiro momento, reconhecer a que situação específica e posição no mercado de trabalho ele se refere. Ao utilizá-lo, fala-se de autônomos? Informais? PJs que são MEI? PJs com contrato? PJs sem contrato nacional e em alguma medida informais? Assalariados disfarçados? “Empreendedores de si”? A amplitude do termo leva a generalizações que, após os elementos suscitados nesta pesquisa, não são necessariamente condizentes com a realidade. Embora haja semelhanças entre os relatos das pessoas entrevistadas, sem dúvida as diferenças são muito mais significativas. Logo, particularizar as experiências vividas pelas pessoas que trabalham por conta própria parece essencial para que se possa compreender que não há unicidade e generalização possíveis com tão amplas possibilidades, bem com pensar em ações políticas destinadas adequadamente às mais distintas situações. Utilizar tal termo genericamente oculta situações vividas pelas pessoas, as quais se traduzem em obstáculos, dificuldades, incertezas e (im)possibilidades de decidir sobre o próprio destino laboral. E tal ocultação favorece a propagação da falsa ideia de que se trata de uma modalidade de inserção laboral benéfica para todas as pessoas.

Embora o trabalho por conta própria ainda mantenha as pessoas submetidas à lógica do capital, essa denominação pode criar a falsa impressão de que é possível trabalhar de forma independente, sem sofrer nenhum impacto "externo" ao trabalho. Nesse sentido, o termo pode ser considerado um eufemismo, um artifício do capital para transferir ao trabalhador a responsabilidade de garantir algo que, na prática, depende e está diretamente relacionado à existência de um outro agente, o contratante. Trata-se de um termo que não

expressa adequadamente o quanto esse trabalhador está sujeito à lógica do capital, uma vez que ele precisa vender seu trabalho dentro das determinações e demandas do sistema. Além disso, o termo não reflete a lucratividade que seu trabalho, inserido nessa engrenagem, gera para aqueles que o adquirem.

Por outro lado, a expressão “por conta própria” declara um ponto fundamental discutido nesta pesquisa: o quanto parte dessas pessoas, de fato, conta, quando muito, com sua rede de relações pessoais para garantir as condições mínimas de sobrevivência, ao passo que outras contam com sua expertise para se inserir, se adequar e “surfear na onda” de um mercado de trabalho incerto e que pode mudar a qualquer tempo. Por vezes, é possível identificar que, em maior ou menor grau, são trabalhadores que estão “por conta da própria sorte”, alguns tendo tido “a sorte” de uma história social que os colocou em posições iniciais de vantagem na classe trabalhadora, ao passo que outros saem em posições sociais de significativa desvantagem.

O trabalho por conta própria, em suas mais variadas formas de expressão aqui estudadas, congrega diversas facetas da flexibilização das relações de trabalho, que representam, para quem contrata, maior espaço para exploração da força de trabalho através de seu uso de acordo com seus interesses, o que é feito com mínimas ou nulas responsabilidades a respeito da existência de quem trabalha.

Entrelaçada à flexibilização está a precariedade, que historicamente esteve presente no mercado de trabalho nacional. Nesta pesquisa, ela se expressa das mais diversas formas, muitas das quais não foram inauguradas na era do discurso neoliberal, mas a partir dele, a precariedade se espalha e atinge pessoas de uma mesma categoria profissional de formas diferentes, bem como está presente na categoria profissional estudada que poderia parecer de maior estabilidade e altos ganhos. Mesmo presente com distintas expressões nas situações aqui analisadas, a precariedade recai com ainda mais peso sobre aqueles que ocupam posições menos favoráveis na classe trabalhadora. A propósito, não é demais demarcar que, durante todo este estudo, ela se expressou de diversas formas nas vidas dos carregadores, e faz parte da história da própria categoria profissional. Nesse sentido, este estudo evidencia que, desde sempre, o trabalho por conta própria não garantiu a essas pessoas alcançar posições que, efetivamente, as afastassem da luta diária pela sobrevivência.

Nesse sentido, considero que o trabalho por conta própria tem relevante papel na manutenção da desigualdade social expressa no mercado de trabalho. Trata-se de um fenômeno que se sustenta na interface entre história pessoal, profissional, dinâmica do mercado de trabalho e demandas do capital e, como se pode ver ao longo deste estudo, não há

nenhuma igualdade nesse processo. Tal fenômeno se desenvolve a partir de condições concretas da organização social capitalista que, sistematicamente, sutilmente ou não, propaga a meritocracia, a falsa ideia de igualdade de oportunidades e a diferença como justificativa para a exclusão, o que coaduna com a valorização desigual dos sujeitos trabalhadores a partir de seus próprios interesses. Nesse ciclo nada virtuoso, os trabalhadores que menos interessam aos capitalistas, ainda que partícipes do processo de valorização do valor, são colocados como sujeitos de menor valor, a quem cabem posições mais degradantes de trabalho. Através das distintas possibilidades de conseguir trabalho e permanecer trabalhando, garantir maior ou menor renda, diferentes acessos a bens e serviços, possibilidades de manter-se saudáveis e vivos, o trabalho por conta própria também sustenta pessoas em condições de acesso significativamente diferentes.

Frente a essas questões, ressalto a alegria de concluir este estudo considerando sua contribuição na denúncia da naturalização da desigualdade social e da propagação da ideia do trabalho por conta própria, desprotegido e incerto, como se esse fosse solo fértil para o desenvolvimento da humanidade e progresso social. Friso a importância de que, ainda que em uma perspectiva reformista, todas as pessoas tenham garantias de viver com qualidade os direitos que já possuem, sendo essa a forma de reparação à desigualdade produzida pela própria estrutura capitalista. Ou seja, em uma sociedade em que o acesso às conquistas da humanidade está desigualmente disponível, é necessário que haja um sistema de proteções que garanta, em todas as circunstâncias, as possibilidades dignas de sobrevivência a todas as pessoas. O trabalho por conta própria, como visto, endereça o caminho contrário. Tal ponto também demanda reforçar a necessidade de construção de políticas públicas que levem em conta a expressiva heterogeneidade que se faz presente nessa modalidade de inserção no mercado de trabalho, de modo a produzir equidade social, proteção social e possibilidades de vida digna atual e futura para todas as pessoas.

Muitas das inquietações que me colocaram a pesquisar o trabalho por conta própria abriram portas para outras perguntas, as quais considero que são possibilidades de continuidade desta pesquisa. Ampliar as categorias profissionais, mantendo o olhar para posições diferentes na classe trabalhadora, pode trazer à tona novos elementos para a análise que sejam importantes para compreender atividades, lugares, estratégias de contratação, impactos em relação à estruturação da vida cotidiana, entre outros elementos. Outra possibilidade seria aproximar ainda mais a lupa para as questões de saúde e segurança do trabalho, temas que têm impacto significativo para as pessoas que trabalham e são tão relevantes para a Psicologia Social do Trabalho. Ainda, um elemento de grande interesse e



que pode ser mais bem explorado é a compreensão sobre o trabalho por conta própria e seus efeitos em relação a coesão social, de modo a adensar o saber sobre as possibilidades de as pessoas que estão inseridas nesta modalidade de reconhecerem-se como parte da classe trabalhadora e como pessoas que, em diferentes posições em tal classe, compartilham algumas semelhanças em suas vivências cotidianas no trabalho.

Por fim, cabe assinalar as contribuições das lentes da Psicologia Social do Trabalho para a compreensão dos mecanismos que configuram o trabalho por conta própria a partir dos relatos das pessoas que trabalham. Ela se faz relevante por permitir o olhar para as questões do trabalho de forma singularizada, sem com isso perder de vista os fenômenos mais amplos que participam da trama da vida de todo dia. Ao passo que as pesquisas quantitativas têm seu mérito de indicar a expressividade do fenômeno em seus diversos marcadores na classe trabalhadora, tendo em vista os números, percentis e dados que se entrecruzam em diferentes grupos, a opção por uma pesquisa qualitativa com a perspectiva da Psicologia Social do Trabalho permite compreender como esses números são “vividos na pele”, indicando nuances, contornos e situações que conectam dados a histórias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abílio, L. C. (2020). Uberização: a era do trabalhador *just-in-time*. *Estudos Avançados*, v. 34(98), p. 111-126.
- Abílio, L. C. (2021). Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador *just-in-time* na periferia. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 933-955
- Aguiar, J. V. (2009). A classe social como processo: o conceito de formação da classe trabalhadora. *Configurações: revista de Sociologia*. 5/6, p. 75-100.
- Alencar, L. C. L. (2017). A categoria diferenciada dos empregados na movimentação de mercadorias e os direitos dos trabalhadores avulsos não portuários. Monografia. Bacharelado em Direito. Centro Universitário Toledo.
- Andrade, T. G. F. (2012) As novas faces da subordinação no contrato de trabalho; Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito. Programa de Pós-graduação em Direito. Universidade de São Paulo.
- Antunes, R. (2013a) A corrosão do trabalho e a precarização estrutural. In: Navarro, V. L.; Lourenço, E. A. S. (orgs) *O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas*. São Paulo: Outras expressões.
- Antunes, R. (2021). O vilipêndio da COVID-19 e o imperativo de reinventar o mundo. *O social em questão*. Ano XXIV, n. 49, jan/abr, p. 111-122.
- Aquino, C. A. B. & Moita, D. S. (2018) Uma reflexão sobre a precariedade laboral no âmbito da Psicologia do Trabalho. In: Lima, A. F., Germano, I. M. P.; Sabóia, I. B.; Freire, J. C. (orgs). *Sujeito e subjetividades contemporâneas: estudos do programa de pós-graduação em psicologia da UFC*. Fortaleza: edições UFC/Imprensa Universitária.
- Araújo, T. M. & Lua, I. (2021). O trabalho mudou-se para casa: trabalho remoto no contexto da pandemia de COVID-19. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 46:e21.
- Associação da promoção da excelência do software brasileiro – SOFTEX (2019). *Persona TI*. Associação da promoção da excelência do software brasileiro.
- Aued, B. W. (1997). Profissões no passado – profissões no futuro: personagens sociais em tempos de transição. *Revista de Ciências Humanas*, v. 15, n. 22.
- Balassiano, M.; Seabra, A. A. & Lemos, A. H. (2005). Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a Teoria do Capital Humano? *Revista de Administração Contemporânea*, v.9, n. 4, out/dez.
- Barbosa, A. F. (2008). O mercado de trabalho antes de 1930: emprego e "desemprego" na cidade de São Paulo. *Novos estudos CEBRAP*, (80), 91-106. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002008000100007>

- Barbosa, A. F. (2016) O mercado de trabalho: uma perspectiva de longa duração. *Estudos Avançados*, v. 30 (87), p. 7-28.
- Bastos, J. & Uchôa de Oliveira, F. M. (2019) Cadernos de psicologia social do trabalho: metassíntese da produção publicada em duas décadas. *Psicologia & Sociedade* (online), v. 31, p. 1-18, 2019.
- Becker, H. S. (1999) *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 4ª edição, 178p.
- Bernardo, M. H.; Oliveira, F.; Souza, H. A. & Sousa, C. C. (2017) Linhas paralelas: as distintas aproximações da Psicologia em relação ao trabalho. *Estudos de Psicologia* (Campinas), v. 34, p. 15-24.
- Bock, A. M. B. (2015). A Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: Bock, A.M.B; Gonçalves, M.G.M; Furtado, O.. (Org.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. 6ed.São Paulo: Cortez ed., 2015, v. 1, p. 15-35.
- Boltanski, L. & Chiapello, È. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, SP: Editora WMF Martins Fontes.
- Borges, A. (2006). Educação e mercado de trabalho: elementos para discutir desemprego e a precarização dos trabalhadores escolarizados. *IGest. Ação*, Salvador, v.9, n.1, p. 85-102, jan/abr.
- Brasil (1943). Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)
- Brasil (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- Brasil (1990) Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)
- Brasil (1991) Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Recuperado de: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18213cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm)
- Brasil (2002) Código Civil Brasileiro. Recuperado de: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70327/C%C3%B3digo%20Civil%20%20ed.pdf>
- Braun, V. & Clarke, V. (2006) Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2). pp. 77-101.

- Braun, V. & Clarke, V.; (2019). Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, 11:4, 589-597, DOI: 10.1080/2159676X.2019.1628806
- Braun, V.; Clarke, V. & Hayfield, N. (2019) 'A starting point for your journey, not a map': Nikki Hayfield in conversation with Virginia Braun and Victoria Clarke about thematic analysis. *Qualitative Research in Psychology*, DOI: 10.1080/14780887.2019.1670765
- Burawoy, M. (2006) Por uma Sociologia Pública. *Revista de Ciências Sociais* vol. 25, outubro, p. 9 – 50.
- Burawoy, M. (2010) O marxismo encontra Bourdieu. Campinas: Editora Unicamp.
- Campos, A. G. (2015) Breve histórico das mudanças na regulação do trabalho no Brasil. Texto para discussão, nº 2024, Instituto de Pesquisas Econômicas (IPEA), Brasília.
- Cardoso, A. (2019) A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. 2ª edição, Rio de Janeiro: Amazon. 487P.
- Castel, R. (2000) As transformações da questão social. In: Bógus, L.; Yasbek, M. C.; Belfore-Wanderley, M. (orgs). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ.
- Castel, R. (2005) A insegurança social: o que é ser protegido? Petrópolis: Editora Vozes.
- Castilho, J. J. (2009) O trabalho do conhecimento na sociedade da informação? A análise dos programadores de software. In: Antunes, R.; Braga, R. (orgs). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, p. 15 – 36.
- Castro, B. C. (2013) Afogados em contratos: o impacto da flexibilização do contrato nas trajetórias dos profissionais de TI. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Campinas, 368p.
- Cavalcante, G. B. & Azevedo, M. R. C. (2014) Observação participante: *o olhar que aproxima e revela*. In: Alves, G.; Santos, J. B. F. (orgs.) *Métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho*. Bauru: Canal 6, p. 75-86.
- Centro de estudos intersindicais e do trabalho (CESIT, 2017). Dossiê Reforma Trabalhista. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.
- Chauí, M. (2008). O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense, 2. Ed., 120p.
- Clot, Y. (2007) A função psicológica do trabalh. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Clot, Y. (2010). Trabalho e poder de agir. Belo Horizonte: Fabrefactum, 368p.
- Clot, Y. (2013) O ofício como operador da saúde. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v.16, n. especial, p. 1-11.

- Clot, Y. (2014). Gêneros e estilos profissionais. *Laboreal*, 10(1), p. 95-97.
- Clot, Y. & Faïta, D. (2016). Gêneros e estilos em análise do trabalho: conceitos e métodos. *Trabalho e educação*, v. 25, n.2, mai/ago, p. 33-60.
- Coelho-Lima, F. & Bendassoli, P. F. (2018) A ideologia e o significado do trabalho para trabalhadores por conta própria. *Estudos de Psicologia*, 23 (3), jul-set, p. 258-270
- Coelho-Lima, F. (2016) Ideologia e significado do trabalho: o caso dos trabalhadores por conta própria. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 365p.
- Cord, M. M. & Souza, R. S. (2018). Trabalhadores livres e escravos. In: Schwarcz, L. M.; Gomes, F. S. (orgs). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 428 – 434.
- Coulon, A. (1995). *A Escola de Chicago*. Campinas: Papyrus, 1995
- Coutinho, M. C. (2015). Psicologia Social do Trabalho em dois tempos. In: Coutinho, M. C.; Raitz, T.; Furtado, O.. (Org.). *Psicologia Social e Trabalho: perspectivas críticas*. 1ed. Florianópolis: Bosque/ABRAPSO, v. 1, p. 2-15.
- Cruz, M. G. A. & Dutra, R. Q. (2021). Atividades essenciais no contexto da pandemia da Covid-19 e a centralidade do trabalho digno. *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 20, n. 48, mai/ago.
- Dale, A. P. & Dias, M. D. do A. (2017) A ‘extravagância’ de trabalhar doente: o corpo no trabalho em indivíduos com diagnóstico de LER/DORT. *Trab. Educ. Saúde*, Tio de Janeiro, v. 16, p. 2630282, jan./abr. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00106>
- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2018). Trabalho por conta própria cresce na crise, mas em piores condições. *Boletim Emprego em Pauta*, n.8.
- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2020). Salário-mínimo: pela manutenção da valorização. Nota técnica n. 218.
- Ebert, P. R. L. (2017). O trabalho autônomo na reforma trabalhista e a fórmula política da Constituição federal de 1988. *Revista Ltr: legislação do trabalho*, São Paulo, SP, v. 81, n. 10, p. 1182-1193, out.
- Farr, R. (1999) *As Raízes da Moderna Psicologia Social*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes.
- Felix, G. A. (2016) Trabalho, mobilidade, circulação: a força de trabalho em movimento. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 352p.
- Ferreira, E. A. (2001) Trabalho infantil: história e situação atual. Canoas: ULBRA, 120p.

- Fontes, V. (2017). Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *Marx e o Marxismo*, v. n.8, jan/jun.
- Galeazzi, I. M. S. (1994). O trabalhador por conta própria na RMPA. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 22, n.2.
- Galeazzi, I. M. S. (2007). O trabalho por conta própria num contexto de precarização laboral. In: (Bastos, R. L. A., org.) *Dimensões da precarização do mercado de trabalho na região metropolitana de Porto Alegre*. Porto Alegre: FEE, 247p.
- Galon, T. (2015) *Do lixo à mercadoria, do trabalho ao desgaste: estudo do processo de trabalho e suas implicações na saúde dos catadores de materiais recicláveis*. Tese de doutorado. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo.
- Global Entrepreneurship Monitor (2017). *Empreendedorismo no Brasil*. Curitiba: IBPQ, 208p.
- Gomes, R. C. (2009) *O auto-emprego no Brasil: uma análise dos fatores determinantes*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Economia Política. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Gomes, S. C. (2007). *O território de trabalho dos carregadores piauienses no terminal da CEAGESP: modernização, mobilização e a migração*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paul, 280f.
- Gonzalez-Rey, F. (2012) *O social na Psicologia e a Psicologia Social: a emergência do sujeito*. São Paulo: Editora Vozes, 3ª edição, 184p.
- Granato Neto, N. N. & Germer, C. M. (2013) A evolução recente do mercado de força de trabalho brasileiro sob a perspectiva do conceito de exército industrial de reserva. *Revista Ciências do Trabalho*, v.1, n.1., p. 162 – 182.
- Granovetter, M. S. (1973). The strenght of weak ties. *American Journal of Sociology*, v. 78, n.6, 1360-1380.
- Grohmann, R. (2021). Trabalho em plataformas é laboratório da luta de classes. In: Grohmann, R. (org). *Os laboratórios do trabalho digital*. São Paulo: Boitempo, 243p.
- Guareschi, P. A. (1999). Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: Sawaia, B. (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 141-156). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Guareschi, P. A. (2012) O que é mesmo psicologia social? uma perspectiva crítica de sua história e seu estado hoje. In: JACÓ-VILELA, AM., & SATO, L., orgs. *Diálogos em psicologia social* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 25-45. ISBN: 978-85-7982-060-1.

- Guiraldelli, R. (2021). Trabalho, reformas ultraliberais, desigualdades e pandemia no Brasil: os sentidos da crise. Trabalho, educação e saúde, v. 19.
- Holzmann, L. (2013) O trabalhador por conta própria no Brasil. Revista Paranaense de Desenvolvimento, v. 34, n. 124, jan-jun, p. 119-137.
- Huws, U. (2008). O escritório global: tecnologias da informação e a realocação do trabalho de colarinho branco.
- Ianni, O. (1977). A classe operária vai ao campo. Série: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. São Paulo: Brasiliense, v. 24.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008) Pesquisa mensal de empregos - Trabalhadores por conta própria: perfil e destaques - Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Recuperado de: <ftp.ibge.gov.br>>Trabalho\_e\_Rendimento>Estudos.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – notas técnicas, versão 1.9. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 117.p.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021) Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 206p.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2014) Notas metodológicas. Recuperado de: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=20653&t=downloads>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016). Nomes do Brasil. Recuperado de: <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/ranking>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2018) Pesquisa Nacional por Amostra De Domicílios Contínua – Características Adicionais do Mercado de Trabalho. Recuperado de: [biblioteca.ibge.gov.br](http://biblioteca.ibge.gov.br) > livros > liv101694\_informativo
- Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas (IPEA) (2018) Os desequilíbrios financeiros do Microempreendedor Individual (MEI). Carta de Conjuntura, n 38, 1º trimestre. Recuperado de: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2018/01/17/os-desequilibrios-financeiros-do-microempreendedor-individual-mei/>
- International Labour Office (1993) Resolution concerning the International Classification of Status in Employment (ICSE), adopted by the Fifteenth International Conference of Labour Statisticians. Geneva, Switzerland.
- International Labour Office (2015). Review of the International Classification of Status in Employment (ICSE).

- Kaufmann, D. (2012). A força dos “laços fracos” de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço. *Galáxia*, n. 23, p. 207-218, jun.
- Kirdeikas, J. C. V. (2003). A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil: uma Análise da Legislação Sobre Locação de Serviços no Século XIX. In: *Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia, ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia*.
- Kon, A. (2001) Perfil dos trabalhadores por conta própria no Brasil. Relatório de Pesquisa nº 31/2001. São Paulo: FGV. Disponível em: <https://pesquisa-easp.fgv.br/publicacoes/gvp/perfil-dos-trabalhadores-por-conta-propria-no-brasil>.
- Kon, A. (2004). Diversidades Nas Condições De Informalidade Do Trabalho Brasileiro. *Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia, ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia*
- Kowarick, L. (1994) Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 124 p.
- Lacerda, K. M.; Fernandes, R. C. P.; Nobre, L. C. C. & Pena, P. G. L. (2014) A (in)visibilidade do acidente de trabalho fatal entre as causas externas: estudo qualitativo. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, 39 (130): 127-135.
- Lane, S. T. M. (1982). A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: Lane, S. T. M.; Codo, W. (orgs) *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 8ª edição.
- Lane, S. T. M. (2000). A Psicologia Social na América Latina: por uma ética do conhecimento. In: Campos, SR. H. F.; Guareschi, P. A. (orgs.) *Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana*. São Paulo: Editora Vozes, 2ª edição.
- Laurell, A. C. & Noriega, M. (1989). *Processo de produção e saúde. Trabalho e desgaste operário*. São Paulo, SP: Cebes-Hucitec.
- Lazzareschi, N. (2007) *Trabalho ou emprego? 1ª edição*, São Paulo: Paulus, 93p.
- Li S.L.; Pereira, R. H. M. & Prete Júnior, C. A., (2021). Higher risk of death from COVID-19 in low-income and non-White populations of São Paulo, Brazil. *BMJ Global Health*. doi:10.1136/bmjgh-2021-004959.
- Lima, J. C. & Bridi, M. A. (2018) O trabalho digital e os trabalhadores. In: Bridi, M. A.; Lima, J. C. (orgs). *Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologias de informação*. Curitiba: Ed. UFPR, p. 21 – 39.
- Lima, M. E. A. & Júnior, M. D. A relação entre transtorno mental e trabalho – um diagnóstico no setor siderúrgico. In: GOULART, Íris Barbosa (Org.). *Temas de psicologia e administração*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 17-269.



- Lima, M. E. A. (2007). Contribuições da Clínica da Atividade para o campo da segurança no trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 32(115), 99-107. <https://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572007000100009>
- Mallak, F. K. (2022). Trajetórias do fazer e perder a casa: riscos e temporalidades nas periferias paulistas. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos
- Malvezzi, S.(2017). Os hifens das relações eu-outro e homem-trabalho no século XXI. In: Nelson da Silva Junior e Wellington Zangari. (Org.). *A psicologia social e a questão do hífen*. 1ed.São Paulo: Blucher, p. 245-262.
- Machado, M. H. P. T. (2018) Mulher, corpo e maternidade. In: Schwarcz, L. M.; Gomes, F. S. (orgs). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 353-360.
- Marçula, M. & Benini Filho, P. A. (2019). *Informática: conceitos e aplicações*. São Paulo: Érica, 3ª edição, 460p.
- Mariano, J.; Silva, V. A. & Santos, G. B. (2017). Os novos indicadores do mercado no Brasil. *Anais dos seminários de pesquisa da FESPSP*, v. 01.
- Martin-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia* 1996, 2 (1), 7-27
- Martín-Baró, I. (2010). Fundamentos teóricos y metodológicos de la investigación latinoamericana. *Revista Salvadoreña de Psicología*, v.1, n. 2, jul/dec, p. 99-101.
- Martin-Baró, I. (2017) O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. In: Martin-Baró, I. In *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. (Tradução: Fernando Lacerda Júnior). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martins, A. C. (2016) Criatividade, autonomia e precariedade: o trabalho dos profissionais de tecnologia da informação. Dissertação de Mestrado. Centro de Educação e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos.
- Matsuo, M. (2009). Trabalho informal e desemprego: desigualdades sociais. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo.
- Meleu, M. & Massaro, A. L. (2017). O papel da O.I.T. frente aos desafios do mercado. *Revista Direito e Práxis*, v. 08. Nº 3, 2017, Rio de Janeiro, p. 2074-2015.
- Mello, S. L. (1988). Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo. São Paulo: Editora Ática.
- Mezgravis, P. (2006) Os Chapas e o seu papel no meio técnico-científico-informacional e na logística dos transportes no Brasil. Estudo de caso na cidade de Ribeirão Preto/SP (2003-

2006). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

Michaelis (s.d.). Verbete: autônomo. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/aut%C3%B4nomo/>

Michaelis (s.d.). Verbete: heterogêneo. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/heterogeneo/>

Mick, J. & Nogueira, J. C. (2021) Nas dobras da precariedade: desigualdades regionais, de gênero, raça e classe no trabalho ‘por conta própria’ no Brasil – um olhar para a PNAD Contínua. Relatório da primeira etapa do projeto de pesquisa “Informalidade e discriminação racial e de gênero no trabalho ‘por conta própria’ no Brasil. Disponível em: <https://lastro.paginas.ufsc.br/files/2021/07/NasDobrasdaPrecariedade.pdf>

Míguez, P. (2018) O trabalho e as novas tecnologias: uma abordagem do trabalho informático segundo as teses do Capitalismo Cognitivo. In: Bridi, M. A.; Lima, J. C. (orgs). Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologias de informação. Curitiba: Ed. UFPR, p. 41 – 60.

Minayo, M. C. (2010). *O desafio do conhecimento* (10ª ed.). São Paulo, SP: Hucitec.

Ministério do Trabalho e Emprego (2002) Classificação Brasileira de Ocupações. Recuperado de: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>

Miranda, J. (2003). Mulheres indígenas, igreja e escravidão na América Portuguesa. Em Tempo de Histórias, n. 07. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20135>.

Moita, D. S. (2020) Trabalho digital e organização ágil: a vivência espaço-temporal de trabalhadores em tecnologias de informação. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Centro de Humanidades. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 219 p.

Mondon-Navazo, M. (2014). Mobilização de recursos e trajetórias de trabalhadores autônomos economicamente dependentes brasileiros. Revista de Ciências Sociais, n. 41, out., p. 305-322.

Moura, C. & Pestana (1986). O negro no mercado de trabalho. São Paulo: Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, 30p.

Moura, C. (1992). História do negro brasileiro. São Paulo: Editora Ática, 84p.

Müller, A. (2016). “The digital nomad: buzzword or research category?”. Transnatl Soc Rev 6(3):344–348

- Nardi, H. C. (2006). *Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Nascimento, A. M. (2011) *História do direito do trabalho no Brasil*. In: Ferrari, I, Nascimento, A. M.; Martins Filho, I. G. S. (orgs) *História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho*, 3ª edição, São Paulo: LTr.
- Observatório de desigualdades (2018). *Desigualdade, mobilidade e meritocracia à brasileira: anatomia de uma falácia*. Boletim n. 2, novembro.
- Oliveira, A. C. B. (1998). *Formação do mercado de trabalho no Brasil*. In: Escola Nacional de Administração Pública (org). *Economia & trabalho: textos básicos*. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, p. 113 – 127.
- Oliveira, D. R.; Pires, A. S. & Martins, A. C. (2017) *Fronteiras indistintas: espaço e tempo no trabalho de tecnologia da informação (TI)*. *Revista de Ciências Sociais*, n. 46, jan/jun, p. 159-180.
- Oliveira, E., Moita, D. S. & Aquino, C. A. B. (2016). *O empreendedor na era do trabalho precário: relações entre empreendedorismo e precarização laboral*. *Revista Psicologia Política*, 16(36), 207-226.
- Oliveira, J. P. & Freire, C. A. R. (2016) *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 268 p.
- Ornellas, L. P. G.; D'Avila, G. T. & Coutinho, M. C. (2022). *Trajetórias laborais: contribuições para estudos no campo da psicologia social do trabalho*. *Cadernos de Psicologia Social do trabalho*, v. 25. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.cpst.2022.181893.
- Pais, J. M. (2013). *O cotidiano e a prática artesanal da pesquisa*. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, n.1, janeiro a julho.
- Pamplona, J. B. (2001). *Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil*. São: Germinal, p. 366.
- Pêgo, R. (2016) *Logística e transportes no Brasil: uma análise do programa de investimentos 2013-2017 em rodovias e ferrovias*. *Relatório de Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA*, Rio de Janeiro.
- Prandi, J. R. (1978). *O trabalhador por conta própria sob o capital*. Edições Símbolo.
- Quintslr, M. M. M. (2020) *Classificação para fins de estatísticas sociais: subsídios para um projeto de estudo, aprimoramento e documentação*. *Texto para Discussão, Diretoria de Pesquisas*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Reboredo, L. A. (1998). *Psicologia Social: curso e percurso*. In: VII Encontro Regional da ABRAPSO: *Psicologia Social e neoliberalismo*. Bauru: UNESP.

- Ribeiro, M. A. (2020). Reforma trabalhista: uma análise psicossocial. *Revista de Psicologia*, v.11, n.2, p. 49-59.
- Ribeiro, M. A. (2021). Orientação profissional e de carreira em tempos de pandemia: lições para pensar o futuro. São Paulo: Vetor.
- Ribeiro, M. A.; Oliveira, F.; Bernardo, M. H. & Navarro, V. L. (2017). Práticas em Psicologia Social do Trabalho: pesquisa e intervenção. In: Coutinho, M.C.; Bernardo, M.H.; Sato, L.. (Org.). *Psicologia Social do Trabalho*. 1ed.Petrópolis: Vozes, p. 103-126.
- Ribeiro, P. C. C. & Freitas, R. I. M. (2011). Logística e transportes uma discussão sobre a terceirização e os prestadores de serviços. In: Anais do XXXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção Inovação tecnológica e propriedade intelectual: desafios da Engenharia de Produção na consolidação do Brasil no Cenário Econômico Mundial. Belo Horizonte, Minas Gerais, s.p.
- Sánchez-Ancochea, D. (2020) *The Costs of Inequality in Latin America: Lessons and Warnings for the Rest of the World*, London: IB Taurus.
- Santiago, C. E. P. & Vasconcelos, A. M. N. (2014). Heterogeneidade entre os trabalhadores por conta própria no Brasil: nem todos são informais. Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, São Pedro, São Paulo.
- Santiago, C. E. P. & Vasconcelos, A. M. N. (2017). Do catador ao doutor: um retrato da informalidade do trabalhador por conta própria no Brasil. *Revista Nova Economia*, v. 27, p. 213-246.
- Santos, A. A. S.; Candido, D. S.; Souza, W. M.; Buss, L.; Li, S. S.; Pereira, R. H. M.; Wu, C.. Sabino, E. C. & Faria, N. R. (2021). Dataset on SARS-COV-2 non-pharmaceutical interventions in Brazilian municipalities. *Nature*, 8:73. doi.org/10.1038/s41597-021-00859-1.
- Santos, J. B. F.; Osterne, M. S. F. & Almeida, R. O. (2014) A entrevista como técnica de pesquisa no mundo do trabalho. In: Alves, G.; Santos, J. B. F. (orgs.) *Métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho*. Bauru: Canal 6, p. 29-51.
- Sato, L. (2011). Psicologia e Trabalho: focalizando as 'profissões ignoradas'. In: Benedito Medrado e Wedna Galindo. (Org.). *Psicologia Social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO*. 1ed.Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011, v. 1, p. 233-250.
- Sato, L. (2015) El polimorfismo del trabajo: accediendo a sus diversas dimensiones. *Contextos Revista virtual del programa de psicología*, v. 7, p. 3-10, 2015.
- Sato, L. (2017). Diferentes faces do trabalho no contexto urbano. In: M.C. Coutinho; M.H. Bernardo; L. Sato. (Org.). *Psicologia Social do Trabalho (no prelo)*. 1ed.petrópolis: Vozes, v. 1, p. 151-174.

- Sato, L.; Coutinho, M. C. & Bernardo, M. H. (2017). A perspectiva da Psicologia Social do Trabalho. In: Coutinho, M.C.; Bernardo, M.H.; Sato, L.. (Org.). Psicologia Social do Trabalho. 1ed.Petrópolis: Vozes, v. 1, p. 11-24.
- Sawaia, B. (1999). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: Sawaia, B. (Org.), As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social (pp. 97-118). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sawaia, B. B. & Figueiredo, E. B. G. (2019). Psicologia social e o estudo da desigualdade: reflexões para o debate. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 659-670, ago.
- Seligmann-Silva, E. (2011). Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo, SP: Cortês.
- Seligmann-Silva, E. (2023). Saúde Mental e trabalho: o caso dos profissionais de ensino. In: Lima, C. F.; Reimberg, C. O.; Silva, J. P.; Lorenzi, R. L. (orgs). Seminários trabalho e saúde dos professores: precarização, adoecimento & caminhos para a mudança. São Paulo: Fundacentro, 304p.
- Sennett, R. (2006). *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo* (11ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Record.
- Silva, J. L. (2018) “Caiu no meu íntimo”: repercussões dos acidentes de trabalho na vida dos trabalhadores. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Psicologia do Centro de Ciências da Vida. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 117p.
- Singer, P. (1975) Estudos sobre a população brasileira. Série Cadernos CEBRAP n. 20, 45p.
- Sochaczewski, S. (2017) A produção da vida. Revista Ciências do Trabalho, n. 7, abril, p. 149 – 160.
- Souza, L. S. (2019) Os caminhos da Pejotização análise de uma face da precarização (Rio de Janeiro: 2009-2016). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, 164p.
- Souza, P. H. G. F. (2018). A history of inequality: Top incomes in Brazil, 1926–2015. *Research in Social Stratification and Mobility*, 57, p. 35-45.
- Süssekind, A. (2009). Da relação de Trabalho. Ver. TST, Brasília, v. 75, n. 4, out-dez, p. 17 – 24.
- Terra, P. C. (2007a). Tudo que transporta e carrega é negro? Carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense.

- Terra, S. P. (2007b) Trabalho sem futuro: a informalização na atividade dos chapas em São Paulo. Tese de doutorado. Programa de estudos de pós-graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade de São Paulo.
- Trindade, G. C. & Nosella, P. (2010) Profissões em vias de desaparecimento: a identidade dos trabalhadores de ofício frente à ofensiva do capital. *Trabalho & Educação*, v. 19, n. 1, p. 87-98, jan/abr.
- Uchôa-de-Oliveira, F. M. (2020) Somos todos empreendedores? A demanda empreendedora como dispositivo de governo neoliberal. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. 295p.
- Viana, M. T. (2013) 70 anos de CLT: uma história de trabalhadores. Brasília: Tribunal Superior do Trabalho, 152p.
- Vieira, E. (2003) Os bastidores da internet no Brasil. Barueri, SP: Manole.
- Welle, A. (2022). Trajetórias do autoemprego: transições para o Microempreendedor Individual e suas consequências. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas. Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, 222p.

## **ANEXO I** – Temas norteadores do contato com o campo:

- Aspectos gerais da vida pessoal (origem, histórico familiar, membros da família nuclear, trabalho desenvolvido pelos familiares, estado civil, residência atual, escolaridade)
- História de vida profissional (detalhes da trajetória profissional, escolha profissional, transições, modalidades de contratação)
- Trabalho atual (organização do trabalho, condições do trabalho, detalhes da rotina de trabalho, modalidade de contrato, diferenças e semelhanças com outros trabalhos realizados em sua trajetória profissional, qualificação necessária, padrão de remuneração)
- Relações entre trabalho e saúde
- Projetos para o futuro pessoal e profissional